



Documento 1/94

024.4.53.O Sessão Ordinária - CD 03/03/2010-15:42

Publ.: DCD - 04/03/2010 - 6082 TONHA MAGALHÃES-PR -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos Parlamentares pela aprovação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 300, de 2008, sobre a criação do piso salarial nacional de policiais e bombeiros militares. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SRA. TONHA MAGALHÃES (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores visitantes, quero neste momento agradecer a cada um dos Parlamentares que estiveram aqui na noite de ontem para votar a PEC 300. Agradeço a cada um deles por terem entendido a luta dos policiais.

Sabemos que os policiais e bombeiros militares e os policiais civis são pessoas de muita importância na vida do brasileiro. Sabemos também que até hoje eles não têm condições adequadas de sobrevivência por conta do baixo salário que ganham. Ressalto que muitos pais de família com a função de policial já se foram, perderam a vida defendendo o povo brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, quero conclamar todos os Parlamentares que aqui estiveram ontem a voltarem a este plenário hoje para que possamos concluir o processo de votação da PEC 300, em prol de melhores dias para esses policiais.



Sr. Presidente, aproveito o ensejo - é muito difícil chegar a esta tribuna - para antecipadamente parabenizar todas as mulheres pela comemoração de seu dia, 8 de março, segunda-feira próxima.

Mulheres, vamos à luta! Infelizmente, neste País ainda existe discriminação contra a mulher. Dona de casa, doméstica, gari, agricultora, policial, médica, engenheira, mulheres de todas as categorias profissionais, vamos à luta! Vamos colocar o pé na política e lutar por melhores dias. Nas Câmaras de Vereadores, nas Prefeituras, nas Assembleias Legislativas dos Estados, aqui no Congresso, na própria Presidência da República, vamos, mulheres, à luta! Somos maioria neste País. Se nos unirmos, haverá com certeza melhores dias para toda a população. Obrigada, Sr. Presidente. Que Deus abençoe a todos.



Documento 2/94

024.4.53.O Sessão Ordinária - CD 03/03/2010-15:50

Publ.: DCD - 04/03/2010 - 6091 SOLANGE ALMEIDA-PMDB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Saudações às mulheres brasileiras. Homenagem póstuma à pediatra e sanitarista Zilda Arns Neumann, fundadora da Pastoral da Criança.

A SRA. SOLANGE ALMEIDA (Bloco/PMDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos às vésperas do Dia Internacional da Mulher, 8 de março. Quero, nesta ocasião, parabenizar todas as mulheres brasileiras, ao tempo em que destaco uma figura que certamente entra no rol das unanimidades, dos exemplos a serem seguidos, das personalidades que ficam para sempre na história. E ficam não pelas ações majestosas, que geralmente têm duração efêmera, mas pelas ações de pequeno porte, às vezes quase imperceptíveis, mas altamente edificadoras.

Pois bem, a figura que destaco como exemplo de mulher fez transformações gigantescas na realidade brasileira com ações simples, soluções aparentemente pequenas, mas de longa duração, de efeito permanente e imprescindível.

Falo da Dra. Zilda Arns, que perdeu a vida no trágico terremoto no Haiti em janeiro último. Uma mulher fantástica que, com simplicidade, pertinácia e diligência, nos



deixou duas lições de extrema valia. A primeira é que no campo social as soluções simples são as que dão melhores resultados; a segunda é que a informação e a conscientização das famílias, especialmente das mulheres, são fatores decisivos para a criação de um novo ambiente de cidadania nas comunidades carentes.

Desfraldando essas bandeiras, Dra. Zilda Arns fundou a Pastoral da Criança, em 1983, entidade que se converteu num exemplo de tecnologia exatamente porque enveredou por caminhos simples, trilhados por uma extensa rede de mulheres, cujas armas são a informação, o voluntariado e a solidariedade; uma rede que seguramente vem contribuindo para reduzir a desnutrição infantil e os índices relativos à mortalidade infantil neste País.

Segundo dados do UNICEF houve, nas últimas duas décadas, redução de 62% na mortalidade de crianças brasileiras até 5 anos e de 59% na mortalidade de crianças até um ano de idade. Muito ainda há que fazer, é certo, mas o caminho está traçado, e a caminhada já se iniciou.

Medidas singelas criadas e implementadas pela Pastoral, como a difusão do soro caseiro para combate à diarreia e à desidratação, são hoje reconhecidas como eficazes graças à determinação da Dra. Zilda e ao trabalho da entidade por ela criada.

De modo simples, surgiram e surgem na entidade ideias transformadoras, como a de criar misturas nutricionais com sobras de alimentos; misturas que, pelas mãos de abnegadas mulheres, chegam ao prato das crianças e reduzem os números da desnutrição e da mortalidade.

Por iniciativa dessa mulher, houve no Brasil, nas duas últimas décadas, avanço significativo no que tange à informação e à conscientização das famílias, especialmente das mulheres, sem dúvida elemento altamente ponderável para que se possa vislumbrar no Brasil a formação de um novo ambiente de cidadania nas comunidades carentes.

Orientar gestantes, transmitir informações sobre higiene, cuidados com o pré-natal, direitos da criança, alimentação e saúde faz parte do trabalho das voluntárias que, inspiradas na Dra. Zilda Arns, lutam diuturnamente para que as



garantias legais extrapolem o papel e passem a fazer parte da realidade de todas e todos como forma de construção da efetiva cidadania.

Hoje, a Pastoral conta com mais de 200 mil voluntárias, mulheres brasileiras da melhor estirpe responsáveis pelas transformações que dão outra feição à realidade, visíveis sobretudo na queda expressiva nos índices de mortalidade infantil.

Poderia destacar aqui inúmeros outros aspectos da biografia ímpar da Dra. Zilda Arns e, seguramente, todos eles reiterariam a relevância e a justeza do destaque que faço nesta ocasião em que se homenageiam as mulheres de todo o mundo, em especial as do meu País.

Entretanto, dada a exiguidade do tempo, finalizo parabenizando a mulher brasileira, de quem Dra. Zilda Arns é legítima representante.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.



Documento 3/94

024.4.53.O Sessão Ordinária - CD 03/03/2010-16:38

Publ.: DCD - 04/03/2010 - 6102 MANATO (PRESIDENTE)-PDT -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE FALA DO PRESIDENTE
OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Aviso ao Plenário sobre a realização de sessão solene conjunta, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher, no dia 9 de março de 2010, às 10h. Outorga do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz por ocasião do evento.

O SR. PRESIDENTE (Manato) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

"Ofício nº 78/2010-CN

Brasília, em 23 de fevereiro de 2010.

Sr. Presidente, comunico a V.Exa. e, por seu alto intermédio, à Câmara dos Deputados, que esta Presidência, em entendimento com essa Casa legislativa, convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia nove de março do corrente, terça-feira, às dez horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e a agradecer as vencedoras do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Na oportunidade, renovo a V.Exa. protestos de alta estima e consideração.

Deputado Marco Maia



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação



Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da
Presidência



Documento 4/94

024.4.53.O Sessão Ordinária - CD 03/03/2010-14:10

Publ.: DCD - 04/03/2010 - 6049 FLÁVIO BEZERRA-PRB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. FLÁVIO BEZERRA (PRB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no próximo dia 8 de março comemoramos o Dia Internacional da Mulher.

Quero parabenizar, primeiramente, minha mãe, Zuila Bezerra, minha esposa, Kátia Rejane, e minha filha, Bruna Rejane. Mas não me esqueço de homenagear as companheiras de trabalho da bancada feminina; as empreendedoras cearenses, costureiras, rendeiras, tapioqueiras, marisqueiras, pescadoras, que vivem nas praias auxiliando seu marido na economia familiar, arriscando sua vida dentro dos manguezais, enfim, as mulheres que tocam a vida para frente, muitas vezes sustentando sua própria família.

Homenageio também as mulheres que trabalham na Taquigrafia da Câmara, registrando nossos discursos, e todas as mulheres brasileiras, que estão de parabéns no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mulheres do meu Brasil, em 8 de março de 1857, mais de uma centena de operárias de uma fábrica de tecidos de Nova Iorque se mobilizaram na primeira greve conduzida apenas por mulheres. Elas



reivindicavam melhores condições de trabalho que, à época, eram sub-humanas, incluíam agressões físicas, sexuais e uma jornada muito extensa.

As mulheres daquela fábrica reivindicavam a diminuição da jornada de trabalho que era de 10 horas diárias. Para que fossem ouvidas, os afazeres foram interrompidos. A repressão da polícia e dos patrões foi muito violenta e fez com que as mulheres se aprisionassem no estabelecimento. Trancaram a fábrica e atearam fogo, causando a morte de todas elas.

Em 1910, o Dia da Mulher se tornou oficial durante uma conferência na Dinamarca, e não se firmou apenas como uma data de presentes e propagandas, mas como uma proposta de debate e de reflexão sobre o papel da mulher na sociedade, seus avanços e as formas de desvalorização que ainda insistem em persistir.

Durante séculos, as mulheres tiveram de conviver com uma condição inferior, causada por uma divisão de trabalho que sempre as desfavoreceu. Poucas tinham acesso a uma educação melhor, cabendo à maioria o fardo da maternidade.

A celebração do 8 de março se tornou uma das mais fortes tradições do movimento popular e revolucionário em todo o mundo e um dos mais importantes símbolos da luta de libertação da classe operária e de todos os oprimidos da terra. Condutora principal da sociedade, a mulher é a principal fonte de conceitos, cultura e sentimentos. Hoje, participar dessa homenagem é valorizar o sacrifício de uma mulher que não só trabalha, mas se divide entre trabalho, casa, família e faculdade.

É por isso que hoje venho a esta tribuna parabenizar todas as mulheres do Brasil pelo Dia Internacional da Mulher.

Parabéns a todas!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



Documento 5/94

024.4.53.O Sessão Ordinária - CD 03/03/2010-14:30

Publ.: DCD - 04/03/2010 - 6061 LUIZ ALBERTO-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Promoção, pelo Governo do Estado da Bahia, de atividades em prol das mulheres.

O SR. LUIZ ALBERTO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, presto minhas homenagens às mulheres brasileiras, principalmente às mulheres trabalhadoras, pelo dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Gostaria de ressaltar as diversas atividades promovidas pelo Governo do Estado da Bahia por meio da Secretaria de Promoção da Igualdade. No dia 22 de março, será realizado grande evento, mobilizando mulheres do Estado inteiro, trabalhadoras domésticas, agricultoras, com a presença da Ministra Dilma Rousseff. Haverá um grande debate sobre as conquistas das mulheres e sobre o que ainda há de se conquistar para que as mulheres tenham garantidos seus direitos à igualdade e à oportunidade na sociedade em que vivemos, ainda extremamente machista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 6/94

024.4.53.O Sessão Ordinária - CD 03/03/2010-14:26

Publ.: DCD - 04/03/2010 - 6059 CELSO MALDANER-PMDB -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Posse do Prefeito Janerson Delfes Furtado na Presidência da Associação dos Municípios da Região Serrana - AMURES e dos Prefeitos Luiz Paulo Farias e Antônio Coelho Lopes Júnior, respectivamente, nas Presidências do Consórcio de Saúde e do Consórcio de Saneamento e Meio Ambiente, no Estado de Santa Catarina. Promoção, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, da 2ª Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem póstuma à médica Zilda Arns.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Prefeito de Cerro Negro, Janerson Delfes Furtado, foi empossado na Presidência da Associação dos Municípios da Região Serrana - AMURES. Na mesma ocasião tomaram posse o Presidente do Consórcio de Saúde, Prefeito de Ponte Alta, Luiz Paulo Farias, e o Presidente do Consórcio de Saneamento e Meio Ambiente, Prefeito de Capão Alto, Antônio Coelho Lopes Júnior.

Deixou a Presidência o Prefeito de Lages, Renato Nunes de Oliveira, que transferiu o cargo da associação depois de confirmar o maior repasse coletivo de



recursos já viabilizado aos municípios serranos. Ao todo foram 12,7 milhões de reais em emendas parlamentares e convênios para obras de infraestrutura urbana. O Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal, Jacemar Bitencourt de Souza, assinou com os Prefeitos os convênios de liberação de recursos. Todos os municípios foram contemplados. Lages, por exemplo, recebeu 2,5 milhões de reais para implantar um banco de alimentos, pavimentar ruas e construir a Casa de Apoio à Mulher.

Com o Subprocurador-Geral de Justiça de Santa Catarina, José Eduardo Fontes, foi assinado um Termo de Ajuste de Conduta - TAC para garantir o tratamento de 100% do esgoto sanitário nos 18 municípios, além de terem sido confirmados recursos de emenda no valor de 50 milhões de reais para execução dos projetos e das redes de saneamento básico que deverão entrar na segunda etapa Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Durante a solenidade, foi assinado também o documento de criação da Agência de Desenvolvimento ao Turismo da Região dos Lagos, compreendida pelos municípios lindeiros de Pelotas, tanto no lado catarinense quanto no lado gaúcho.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Ministério da Integração Nacional, em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, realiza, de 10 a 14 de março, em Florianópolis, Santa Catarina, a II Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional. Os interessados em participar do evento já podem se inscrever pelo site www.mostranacional.com.br/inscricoes.

O objetivo principal do evento é reunir e mobilizar diversos segmentos da sociedade na construção de um espaço de debate e aprimoramento das políticas públicas para o desenvolvimento regional. A Mostra ainda tem como foco fazer interagir agentes sociais, empresariais e governamentais, de forma que contribuam para o fortalecimento dos laços de colaboração e a criação de redes para o desenvolvimento regional.

O IICA atuará na condução de painéis temáticos durante o evento e na sua organização, principalmente, no planejamento e realização de toda a infraestrutura necessária para a materialização da Mostra Nacional.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a maior contribuição que esse tipo de evento traz é a abertura de discussão sobre concepções e metodologias políticas que privilegiam o desenvolvimento regional, colaborando acima de tudo com a descentralização e o fortalecimento do ordenamento territorial.

A II Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional se dividirá em módulos: Mostra de Produtos; Mostra Institucional; Mostra Cultural; Congresso Internacional; Rodada de Negócios; e eventos paralelos, programados de acordo com a viabilidade do espaço.

Além disso, a segunda edição do evento seguirá 4 eixos temáticos: governança democrática; inclusão produtiva; meio ambiente e vida sustentável; e interação latino-americana e Brasil-Europa.

O público-alvo da II Mostra Nacional é constituído por técnicos governamentais, empresários, pesquisadores, estudantes, governanças locais e regionais, agentes financeiros, organismos internacionais, representantes de organizações da sociedade civil, além de toda a sociedade, que terá conhecimento do evento por meio de diversos veículos de comunicação, podendo participar das atividades previstas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pela proximidade do Dia Internacional da Mulher, gostaria de registrar aqui minha admiração e respeito por todas as mulheres. Faço esse registro em homenagem também a minha esposa, Rosimar, minha sogra, Amélia, e a todas as colegas Deputadas e colaboradoras desta Casa. Incansáveis nos compromissos diários, guerreiras, trabalhadoras e geradoras da vida, as mulheres preenchem nosso cotidiano de forma insubstituível. Cada mãe, avó, tia, irmã, amiga, filha, ou esposa carrega consigo um pouco de nossa existência.

Cada profissional, médica, professora, política, administradora, envolve de forma poderosa a sociedade, tornando indispensável a firmeza de caráter, de honestidade, de profissionalismo e competência das mulheres. Ao analisar o comportamento da força de trabalho feminina no Brasil nos últimos 30 anos, o que chama a atenção é o vigor e a persistência do seu crescimento. Os dados são da Fundação Carlos Chagas. Demonstram um acréscimo de 32 milhões de



trabalhadoras entre 1976 e 2007, desempenhando um papel muito relevante no crescimento da População Economicamente Ativa.

Desejo também fazer uma referência a todas as mulheres voluntárias do País, homenageando a Dra. Zilda Arns, que deixou um exemplo a todos os homens e mulheres. Acima de tudo, deixou uma herança social e de esperança ao salvar milhões de vidas por meio da Pastoral da Criança, iniciativa que se espalhou por todos os Estados brasileiros e 27 países. Zilda criou um verdadeiro exército, com mais de 150 mil voluntários, que atuam em 40 mil comunidades. Segundo o Ministério da Saúde, a parceria com a entidade beneficiou 1,9 milhão de gestantes e crianças menores de 6 anos em 4.063 municípios brasileiros nos últimos 2 anos. A taxa de mortalidade caiu de 47,1 óbitos por mil nascidos vivos em 1990 para 19,3 mortes em 2007 - 59,7% a menos.

Desejo, portanto, que todas as mulheres se sintam cumprimentadas no dia 8 de março, pela capacidade multiplicadora de boas iniciativas, pelo exercício do compromisso social, familiar e profissional que disseminam diariamente, angariando merecidas conquistas.

Parabéns a todas.

Muito obrigado.



Documento 7/94

026.4.53.O Sessão Extraordinária - CD 04/03/2010-10:48

Publ.: DCD - 05/03/2010 - 6313 ARNALDO FARIA DE SÁ-PTB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Saudações às mulheres brasileiras, em especial às aposentadas e pensionistas e às Profas. Dalva Freitas e Hilda Rodrigues do Tanque, da Associação dos Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo - .

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na próxima segunda-feira, dia 08 de março, comemoramos o Dia Internacional da Mulher.

No Dia 8 de março de 1857, operárias de uma fábrica de tecidos, situada na cidade norte-americana de Nova Iorque, fizeram uma grande greve. Ocuparam a fábrica e começaram a reivindicar melhores condições de trabalho, tais como, redução na carga diária de trabalho para 10 horas (as fábricas exigiam 16 horas de trabalho diário); equiparação de salários com os homens (as mulheres chegavam a receber até um terço do salário de um homem, para executar o mesmo tipo de trabalho); e tratamento digno dentro do ambiente de trabalho.



A manifestação foi reprimida com total violência. As mulheres foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada. Aproximadamente 130 tecelãs morreram carbonizadas, num ato totalmente desumano.

Porém, somente no ano de 1910, durante uma conferência na Dinamarca, ficou decidido que o 8 de março passaria a ser o Dia Internacional da Mulher, em homenagem às mulheres que morreram na fábrica em 1857. Mas somente no ano de 1975, através de um decreto, a data foi oficializada pela Organização das Nações Unidas - ONU.

Quero, portanto, levar meus cumprimentos a essa figura tão importante de nossas vidas, a mulher, nossas mães, esposas, filhas e netas.

Em especial, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentar, quero daqui cumprimentar todas as aposentadas e pensionistas, eternas batalhadoras. Nossos parabéns também a 2 companheiras especiais: Profa. Dalva Freitas Soares e Profa. Hilda Rodrigues do Tanque, dirigentes da Associação dos Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo - APAMPESP.

Meus parabéns pelo Dia Internacional da Mulher.

Era o que tinha a dizer.



Documento 8/94

026.4.53.O Sessão Extraordinária - CD 04/03/2010-09:14

Publ.: DCD - 05/03/2010 - 6276 EDUARDO VALVERDE-PT -RO

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Elogio à Prefeitura Municipal de Porto Velho, Estado de Rondônia, pela realização de eventos por ocasião do transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dia 8 de março, a próxima segunda-feira, a Prefeitura de Porto Velho - a Prefeitura de Rondônia mais envolvida com a luta das mulheres - realizará, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, uma série de eventos, dentre os quais a inauguração da Casa Abrigo, a primeira unidade de proteção integral à mulher, um canto de refúgio e de proteção psicossocial àquelas que sofrem violência dentro de casa. Vai ser um evento importante.

Os dados estatísticos de Rondônia apontam-no como o Estado que tem o maior índice de violência praticado contra mulheres. Certamente, um local de refúgio e de apoio psicossocial para as mulheres é de extrema importância para sua defesa. Muitas das violências praticadas contra as mulheres ocorrem dentro de casa. E, por não terem para aonde ir, essa violência se repete.



Quero elogiar, neste momento, a Prefeitura de Porto Velho por ter tomado essa iniciativa e por realizar ações que articulam políticas públicas voltadas à proteção das mulheres.



Documento 9/94

027.4.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2010-14:12

Publ.: DCD - 05/03/2010 - 6348 GLAUBER BRAGA-PSB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Anúncio da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da Ministra-Chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéia Freire, ao Estado do Rio de Janeiro, por ocasião do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Implantação do Centro de Referência e Atendimento à Mulher Vítima de Violência, no Município de Nova Friburgo. Consequências da pretendida alteração do Código de Processo Penal sobre a Lei Maria da Penha, coibitiva da violência doméstica e familiar contra a mulher.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dia 8 de março é o Dia Internacional da Mulher.

Deixo registrada a nossa referência especial às ações do Governo Federal no que diz respeito ao Rio de Janeiro. No dia 8, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará, junto com a Ministra Nilcéia Freire, de uma série de atividades.

Na região centro-norte fluminense, mais especificamente no Município de Nova Friburgo, já tivemos a possibilidade de ver implantada a Secretaria Especial de Atendimento e o Centro de Referência da Mulher.



Neste exato momento, temos o compromisso da Coordenadora das Delegacias da Mulher no Estado do Rio de Janeiro, a Sra. Marta Rocha, de que até o mês de julho deste ano uma dessas delegacias será implantada na região centro-norte fluminense.

Deixo o nosso apelo para que as mudanças que estão sendo propostas no Código de Processo Penal, principalmente as que estão tramitando no Senado Federal, não venham inviabilizar a aplicação correta da Lei Maria da Penha.

Muito obrigado.



Documento 10/94

027.4.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2010-18:54

Publ.: DCD - 05/03/2010 - 6409 MARÇAL FILHO-PMDB -MS

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA
ORDEM

DISCURSO

Sumário

Associação ao pronunciamento do Deputado Marcelo Castro sobre a importância de aprovação, pela Casa, da emenda apresentada pelos Deputados Ibsen Pinheiro e Humberto Souto ao projeto de lei sobre a distribuição dos royalties de petróleo aos Estados e Municípios. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Expectativa de aprovação pela Casa de matérias de interesse da classe feminina.

O SR. MARÇAL FILHO (Bloco/PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero cumprimentar, primeiro, o Deputado Marcelo Castro pelo excelente trabalho realizado no sentido de sensibilizar os Deputados e mostrar que a emenda dos Deputados Ibsen Pinheiro e Humberto Souto irá beneficiar os Estados.

Mato Grosso do Sul, por exemplo, com o projeto inicial ficaria, em 2010, com pouco mais de 9 milhões. Com a Emenda Ibsen Pinheiro/Humberto Souto, o Estado contará com 202 milhões de reais. Ou seja, haverá um aumento substancial para o Estado de Mato Grosso do Sul, que precisa muito desse aporte de recursos.



Foi bem lembrada aqui pelo Deputado Marcelo Castro a necessidade de que esse tesouro, que é do Brasil, possa chegar a todos os Estados brasileiros e que todo o povo seja aquinhado com a descoberta de petróleo na camada pré-sal. O petróleo extraído de alto-mar pertence à União, pertence ao País de forma geral. Não podemos fazer com que isso beneficie apenas um Estado ou outro. Somos uma Federação, não podemos criar essa cisão.

O Presidente Lula, tenho certeza, será sensível à questão. Vamos obter vitória, porque nós, Deputados Federais, representamos o Brasil mas, acima de tudo, representamos os nossos Estados. Aqui estamos para defender os interesses das nossas Unidades da Federação - no meu caso, os interesses de Mato Grosso do Sul - e não podemos perder isso de vista em nenhum momento.

Sem dúvida, o petróleo do pré-sal pode ser um alento para todos os Estados que necessitam de recursos, principalmente os mais pobres, que enfrentam grande dificuldade para fazer frente às necessidades de sua população. Não é justo que olhemos para essa conta e deixemos de lado Estados como o meu, na região Centro-Oeste, e Estados da região Nordeste e da região Norte, que têm muito mais dificuldades no tocante às demandas da população. Nada mais justo que beneficiar todos.

Para encerrar, Sr. Presidente, deixo registrada minha homenagem às mulheres brasileiras pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher, na próxima segunda-feira. A propósito, lembro que apresentei e tramitam na Casa projetos de interesse das mulheres, principalmente em relação à igualdade de gênero, que espero ver aprovados.

Deixo, dessa forma, um abraço às mulheres, especialmente as do Mato Grosso do Sul e da minha região da Grande Dourados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 11/94

027.4.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2010-14:06

Publ.: DCD - 05/03/2010 - 6346 PEDRO WILSON-PT -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Solicitação à Presidência de registro da presença do orador na sessão extraordinária matutina realizada na presente data. Relevância dos debates no Supremo Tribunal Federal sobre a adoção de cotas para ingresso nas universidades públicas. Realização da 2ª Conferência Nacional da Cultura e da Conferência Nacional da Educação Básica, em Brasília, Distrito Federal. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. PEDRO WILSON (PT-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de pedir que seja registrada a minha presença na sessão da manhã. Inclusive, falei no plenário sobre a Conferência Nacional de Cultura e a Conferência Nacional da Educação Básica. Peço a V.Exa. que faça consignar o registro da minha presença na sessão da manhã.

Sr. Presidente, quero saudar o debate que está sendo realizado pelo Supremo Tribunal Federal sobre as cotas. Cada vez mais, a sociedade debate o tema. Oxalá, o Supremo possa decidir com justiça e direitos humanos sobre aqueles que ascendem à universidade pelo direito de cotas!



Quero saudar também, mais uma vez, a Conferência Nacional de Cultura e a Conferência Nacional da Educação Básica: próxima semana, a Conferência Nacional de Cultura; e, final de março e começo de abril, a Conferência Nacional da Educação Básica, que vai discutir novo sistema de educação brasileira.

Quero saudar ainda o encontro com os calungas e, por fim, hoje, segunda-feira e todos os dias, o Dia Internacional da Mulher.

Viva Dilma e todas as mulheres! Parabéns por esse dia! Todo dia é dia da mulher - participação da mulher -, como Maria, a Mãe de Jesus, Dulce, Quitéria, Dandara, Rose, Dorothy, Margarida, Betinha, Fabiana, Lurdinha, Veridiana, Isadora, nossas mães, todas as mulheres que ajudaram a construir este Brasil.

Sr. Presidente, ainda mais uma vez, peço que seja registrada minha presença na sessão da manhã, porque eu estava aqui e usei da palavra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 12/94

026.4.53.O Sessão Extraordinária - CD 04/03/2010-09:50

Publ.: DCD - 05/03/2010 - 6298 CARLOS SANTANA-PT -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Inexistência de maternidade na zona oeste do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O SR. CARLOS SANTANA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer uma homenagem ao Dia Internacional da Mulher, especificamente às mulheres da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, às mulheres sindicalistas.

Nós, da zona oeste, que moramos em Bangu, sabemos que hoje cada vez mais há necessidade de se ter uma política voltada para elas. Na região que vai de Magalhães de Bastos a Pedra de Guaratiba, com quase 1,5 milhão de pessoas, não há uma maternidade para as mulheres. O número de mortes materna é cada vez maior na região.

No sábado, como fazemos todos os anos no calçadão de Bangu, vamos realizar grandes atividades para o Dia Internacional da Mulher.

Quero elogiar todas as mulheres guerreiras deste País e as nossas mulheres da zona oeste, que estão lá sofrendo, mas mantendo sua posição e sua dignidade.

Obrigado, Sr. Presidente.



Documento 13/94

026.4.53.O Sessão Extraordinária - CD 04/03/2010-09:16

Publ.: DCD - 05/03/2010 - 6277 GERALDO SIMÕES-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Origem da data histórica.
Avanço dos direitos femininos no Brasil com a Lei Maria da Penha.

O SR. GERALDO SIMÕES (PT-BA.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho registrar, como vários Parlamentares que me antecederam e como tantos outros que se pronunciarão nos próximos dias, a importância do dia de luta pela afirmação dos direitos das mulheres.

Em 8 de março de 1857, em Nova Iorque, Estados Unidos, as trabalhadoras de uma fábrica de tecidos, imagino que praticamente amontoadas em instalações precárias e insalubres, entraram em greve, exigindo condições dignas de trabalho, principalmente o limite da jornada de trabalho para 10 horas. Não é demais lembrar que, naquela época, os trabalhadores e trabalhadoras eram obrigados a trabalhar até a exaustão. Não raro a jornada chegava ou mesmo ultrapassava 16 horas.

A violência com que foram reprimidas não se limitou a demissões ou não aceitação desses direitos. Em um ato bárbaro, os patrões e seus lacaios



encerraram as operárias naquelas instalações tétricas e incendiaram a fábrica, impondo-lhes morte cruel, difícil de imaginar sem revolta.

No entanto, o exemplo de luta dessas companheiras cresceu e se espalhou pelo mundo, garantindo pouco a pouco e com muitas batalhas a conquista e reconhecimento de direitos trabalhistas.

Em 1910, na Dinamarca, foi instituído o Dia Internacional da Mulher, em reconhecimento e homenagem às mártires de Nova Iorque. Em 1975 a data passou a ser reconhecida oficialmente pela ONU.

Mas não foi somente em relação aos direitos laborais que as mulheres foram reconhecidas. Apesar de o trabalho feminino sempre ter existido, ele sempre era considerado marginal e improdutivo. E, em parte, ainda é assim. Mas, insisto, não é somente este o avanço nas questões relacionadas ao trabalho, que são importantes. Quero mencionar rapidamente, devido ao limite de tempo, que o século passado foi um século de progresso com relação à conquista de direitos das mulheres e de sua igualdade em relação aos homens. Mesmo assim, aqui no Brasil, somente neste século XXI é que o direito da mulher de não ser submetida à violência doméstica ganha dispositivo legal com a Lei Maria da Penha. É um grande avanço, apesar de ainda existirem setores na sociedade que querem retroceder.

Pelo exposto, Sr. Presidente, congratulo as companheiras mulheres por esta data e me coloco à disposição para lutar, tanto pelo avanço nas conquistas de novos direitos como para a manutenção dos direitos tão duramente conquistados ao longo de tantos anos.

Era o que tinha a dizer.



Documento 14/94

026.4.53.O Sessão Extraordinária - CD 04/03/2010-09:24

Publ.: DCD - 05/03/2010 - 6281 LUIZ CARLOS SETIM-DEM -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Combate às discriminações contra as mulheres no País e no mundo.

O SR. LUIZ CARLOS SETIM (DEM-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. E Srs. Deputados, a cada novo ano, a comemoração de uma data conveniente aos românticos de plantão e interessados em efemérides: 8 de março, Dia Internacional da Mulher. E, a propósito, registro que esta Casa, na próxima segunda-feira, prestará homenagem à Dra. Zilda Arns, que marcou sua passagem na Terra com um trabalho de extraordinário valor ético e humanitário.

A referência a este dia ocorre no mundo todo - ainda que seja questionável -, em especial no Ocidente. Neste lado do planeta, a mulher usufrui de liberada expressão verbal e comportamental - e esta semana tivemos no Brasil a presença marcante de Hillary Clinton, significando o poder da mulher no Ocidente - , diferentemente do que acontece em boa parte dos países do Oriente .

Nos países do Leste Europeu, assim como Turquia, nos países do Oriente Médio e em nações asiáticas -- China, Nepal, Paquistão, Afeganistão, Bangladesh, Butão, Mongólia e outros -, em larga escala, justifica-se as amarras em que a



mulher vive submetida em razão de tradições culturais consolidadas ao longo da história machista da humanidade.

Sempre de forma conveniente, a parte da sociedade numericamente minoritária - a dos homens - utilizou-se do poder advindo das religiões também no sentido de impor à mulher sua presença onipotente. O chefe, o patrão, o mandatário, ao se articular socialmente, avoca para si próprio o poder das decisões, cabendo o cumprimento delas à mulher, sinônimo de serva, executora e cumpridora de mandos.

Lamentavelmente, a submissão feminina ainda está bastante presente no mundo. Não vou entrar no mérito de valores e conceitos atribuídos a serem determinadas atividades mais femininas ou masculinas. Muito menos na valoração do tal papel da mulher na sociedade. Chego a não compreender como a mulher se sujeita a certos comportamentos, até mesmo, por exemplo, na competitividade cotidiana das funções e de cargos profissionais. Embora muitas vezes desempenhe com mais qualidade e melhores resultados diversos cargos e funções, a mulher percebe menores salários, a eles se sujeitando como se esse fato fosse natural.

Portanto, refletir sobre a mulher e sobre o homem, sejam eles Ocidente ou do Oriente, dos diferentes países do planeta, do Brasil ou do Paraná, é essencial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 15/94

026.4.53.O Sessão Extraordinária - CD 04/03/2010-10:26

Publ.: DCD - 05/03/2010 - 6306 SIMÃO SESSIM-PP -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem às mulheres brasileiras, especialmente às do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. SIMÃO SESSIM (PP-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já tive o prazer de manifestar desta mesma tribuna a minha enorme satisfação por constatar que as mulheres brasileiras, herdeiras das lutas de todos os tempos, estão a cada dia que passa rompendo as cadeias da dominação, tirando, uma a uma, as pedras do caminho para tecerem um mundo sem opressão, de igualdade e fraternidade, de justiça social e de paz.

E nada mais oportuno, Sr. Presidente, do que aproveitarmos este 8 de Março de 2010, que será dedicado ao Dia Internacional da Mulher, para prestar-lhe as nossas homenagens. Singelas, sim, mas sinceras, do fundo do coração, desejando-lhes um mundo de conquistas e de realizações.

Aliás, Sr. Presidente e nobres Deputados, entendemos que esta oportunidade deve servir para que todos nós nesta Casa do povo façamos uma verdadeira reflexão sobre o porquê de o dia 8 de março ter sido escolhido como Dia Internacional da Mulher; também sobre o seu real significado, suas conquistas,



seus objetivos a serem alcançados, enfim, para refletirmos politicamente sobre o papel da mulher no contexto social atual.

Já disse em outras ocasiões, ao abordar este mesmo assunto, que todos nós, membros do Poder Legislativo, temos a incumbência constitucional de representar a vontade popular, discutindo e aprovando propostas e sugestões para que novos projetos e novas leis voltados ao bem comum sejam incorporados ao processo político-administrativo, de forma a atender às demandas resultantes da dinâmica conjuntural da nossa sociedade.

Por isso mesmo, Sr. Presidente e nobres Deputados, sentimo-nos gratificados com a oportunidade que nos é dada neste momento, para juntos refletirmos sobre a questão da mulher, que consideramos da mais alta relevância.

Com certeza, as nossas prerrogativas constitucionais são as ferramentas que devem ser utilizadas para o constante aperfeiçoamento e a manutenção do Estado Democrático de Direito. Porém, não basta apenas que lutemos para o aperfeiçoamento das leis. Para implementá-las e fazê-las valer, são necessárias muita coragem, muita luta, muita garra, muita perseverança, muita determinação, sobretudo muita vontade política.

Torna-se fundamentalmente necessário, Sr. Presidente, que sejamos solidários uns aos outros em busca de uma sociedade justa, sobretudo de uma sociedade solidária em que os direitos de crianças, jovens, adultos, idosos, homens e mulheres sejam entendidos como inalienáveis e respeitados por todos.

Finalizando esta rápida intervenção, da tribuna desta Casa, presto uma homenagem toda especial às mulheres guerreiras do meu querido Estado do Rio de Janeiro, sobretudo da Baixada Fluminense, que, indubitavelmente, servem de parâmetro para mim como símbolo da luta de todas as mulheres brasileiras, cuja trajetória de vida tem sido exemplo de persistência e superação.

A todas mulheres, portanto, a começar pelas colegas Deputadas desta Casa, o meu manifesto público de carinho, respeito e consideração, desejando-lhes um mundo melhor, mais igualitário e, por isso mesmo, mais justo para todos.

Muito obrigado!



Documento 16/94

027.4.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2010-15:24

Publ.: DCD - 05/03/2010 - 6371 DÉCIO LIMA-PT -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há 100 anos, em 1910, para homenagear todas as mulheres que foram brutalmente carbonizadas em uma fábrica, em 1857, por reivindicarem melhores condições em seus ambientes de trabalho, foi criado o Dia Internacional da Mulher. A data só foi oficializada pela Organização das Nações Unidas - ONU em 1975.

Amigos e amigas Parlamentares, não deve haver comemoração simplesmente, com a oferta de flores ou de um presentinho às mulheres. Devemos ter o importante papel de reunir esforços, por meio de conferências, debates e reuniões, para tentar reduzir o insistente preconceito e a vergonhosa desvalorização da mulher, que infelizmente teima em perdurar. Apesar de tudo que foi conquistado ao longo dos anos - e não foi pouco -, muitas mulheres ainda sofrem com a violência dentro de suas próprias casas, com as desvantagens em suas carreiras e também com a falta de equiparação salarial.

Em 24 de fevereiro de 1932, durante o Governo Vargas, a mulher brasileira conquistou o direito de ser eleita e de votar para os cargos no Executivo e no



Legislativo. Em consequência disso, em 1933, a Dra. Carlota Pereira de Queirós tornou-se a primeira Deputada Federal brasileira.

As conquistas foram grandes. Fico feliz em certificar que nos últimos anos o Governo Federal, por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, confirmou seu pacto com o fomento ao avanço da igualdade.

Ao longo dos últimos anos, o Governo reconheceu a posição de chefe de família de muitas mulheres. Para diminuir a informalidade na atividade de trabalhadora doméstica, adotou medidas que reconheceram o seu valor e importância. Ao mesmo tempo, garantiu o direito à aposentadoria, à licença-maternidade e ao auxílio-doença. Essa medida veio complementar o Programa Trabalho Doméstico Cidadão, que proporcionou aos trabalhadores domésticos capacitação profissional e aumento de escolaridade.

Também passamos a contar com a Lei Maria da Penha, que veio enfrentar, de uma vez por todas, a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Isso possibilitou que agressores de mulheres no âmbito doméstico ou familiar sejam presos em flagrante ou tenham sua prisão preventiva decretada. Foi um verdadeiro marco na luta contra a violência doméstica, que hoje conta com uma Central de Atendimento à Mulher, o Ligue 180, que funciona de graça em todo o País, 24 horas por dia, e já realizou mais de 250 mil atendimentos.

Não podemos esquecer o plano realizado por este Governo para deter a AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis, especificamente na população feminina. A incidência de AIDS entre mulheres está aumentando a cada dia que passa, por uma trágica combinação de fatores biológicos, econômicos e sociais. Os números são assustadores: 71% de mulheres contaminadas contraíram o vírus por meio de seus maridos ou namorados fixos. Esse é, lamentavelmente, um fenômeno mundial que se realça justamente onde a pobreza e desigualdade são maiores.

A ampliação da licença-maternidade para 6 meses, aprovada por esta Casa e comemorada por todas as mães, trará benefícios incontestáveis para a saúde pública, uma vez que o aleitamento materno reduz as chances de o bebê desenvolver doenças que o levem a óbito.



Esses são alguns exemplos do que o Governo Lula vem fazendo pelas nossas mulheres. Mas reconheço que ainda existe um longo caminho para que todas as mulheres possam usufruir da sua cidadania com segurança, respeito e igualdade.

Rendo minhas homenagens às mulheres que sonham, que lutam e que acreditam no dia em que vamos conseguir viver em um mundo de iguais.

Feliz Dia Internacional das Mulheres!

Era o que tinha a dizer.



Documento 17/94

026.4.53.O Sessão Extraordinária - CD 04/03/2010-10:12

Publ.: DCD - 05/03/2010 - 6303 IVAN VALENTE-PSOL -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Avaliação das conquistas da mulher brasileira.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há 100 anos, em 1910, a socialista alemã Clara Zetkin propôs, na 2ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, a criação do Dia Internacional da Mulher, que seguiu sendo celebrado em datas diferentes, de acordo com o calendário de lutas de cada país. A ação das operárias russas no dia 8 de março de 1917, precipitando o início das ações da Revolução Russa, é a razão mais provável para a fixação desta data como o Dia Internacional da Mulher. Com a Revolução, muitos direitos reivindicados pelas mulheres foram pioneiramente conquistados, como o voto e a elegibilidade femininos e o direito ao aborto. A partir de 1922, a celebração internacional foi oficializada neste dia.

Essa história se perdeu nos grandes registros históricos, mas faz parte do passado político das mulheres e do movimento feminista de origem socialista do começo do século passado. De lá para cá, o Dia Internacional da Mulher



transformou-se no símbolo da participação ativa das mulheres para transformar sua condição e a sociedade como um todo.

Há ainda muito retrocesso e muito atraso. Persiste a violência contra a mulher, a desigualdade de gêneros e os problemas na divisão do trabalho. Todos persistem. Aqui no Brasil, em especial, ainda persiste o conservadorismo em relação àquilo que se denomina domínio da mulher sobre o seu próprio corpo: o aborto. Trata-se de uma grande hipocrisia porque as mulheres têm esse direito; aquelas que têm posses podem fazê-lo nas melhores clínicas, enquanto as que não têm são obrigadas a fazê-lo na rede pública de saúde.

Dentro deste espírito, milhares de mulheres sairão às ruas na próxima segunda-feira, dia 8, para mais uma jornada de lutas. Em 2010, vão comemorar o que já foi conquistado nesses 100 anos, mas também mostrar que a desigualdade entre homens e mulheres persiste no Brasil, seja na divisão do trabalho doméstico, seja na garantia de direitos, seja na participação na vida política do País, seja na permanência da violência contra a mulher.

A promulgação da Lei Maria da Penha sem dúvida representou um avanço no combate a essa prática, mas ainda hoje sofre inúmeros obstáculos para ser de fato implementada e legitimada. Desde o início do ano pelo menos 9 mulheres foram assassinadas após registrarem denúncia de agressões cometidas por seus companheiros. Fatos como esse evidenciam que ainda vigora a ideia de que as mulheres são propriedade dos homens.

No mundo do trabalho, o trabalho doméstico ainda é desconsiderado economicamente. Mesmo tendo maior escolaridade que os homens, as mulheres recebem em média 71% do salário masculino. A dimensão racial também aprofunda a desigualdade. Segundo pesquisa do IBGE de 2003, as negras e pardas recebiam salários 51% menores do que o rendimento médio das mulheres brancas. No contexto da crise econômica, as mulheres foram as mais atingidas, pois ocupam a posição mais precária no mercado de trabalho.

No ranking das Nações Unidas em relação aos espaços de poder ocupados por mulheres, o Brasil ocupa hoje a 162ª posição, estando à frente apenas de Haiti, Colômbia e Belize. Enquanto na Argentina, por exemplo, 45% do Parlamento é



composto por mulheres, no Brasil elas representam menos de 10%. Basta lembrar, Sr. Presidente, que, desde a Proclamação da República, nenhuma mulher ocupou sequer um cargo na Mesa Diretora desta Casa.

Outra bandeira histórica das mulheres que marcará mais um 8 de Março é a luta pela legalização do aborto, quarta causa de mortalidade materna no Brasil. Mesmo assim, nos últimos anos houve avanço brutal do conservadorismo em relação a essa reivindicação, com ações fundamentalistas colocadas em prática aqui na Câmara dos Deputados, onde tem falado mais alto o lobby das igrejas e da bancada religiosa. Basta lembrar a CPI do Aborto, que quase foi implementada. Também passou por esta Casa o Acordo Brasil-Vaticano, que ameaça o caráter laico do Estado brasileiro. Mais recentemente, acompanhamos o recuo do Governo Lula acerca da diretriz que afirma a autonomia das mulheres em decidir sobre seu próprio corpo no Programa Nacional de Direitos Humanos 3.

Senhoras e Senhores Deputados, a legalização do aborto é uma questão de saúde pública e não uma prática para ser tratada criminalmente. Ovi certa vez de uma feminista uma frase reveladora: "O aborto no Brasil não é proibido; é proibitivo". Ou seja, quem pode pagar por ele interrompe uma gravidez indesejada com toda a segurança em clínicas particulares; já as mulheres pobres muitas vezes sequer são socorridas em hospitais públicos após sofrerem consequências de um aborto realizado em más condições. É hora de acabar com essa hipocrisia! Por fim, prestamos a nossa solidariedade às mulheres do Haiti, que após séculos de colonização e exploração e de uma catástrofe natural que assolou o país no início do ano, seguem sendo as maiores vítimas da ocupação de seu território pelas tropas brasileiras.

Que as comemorações dos 100 anos do 8 de Março fortaleçam as bandeiras das mulheres e possibilitem o resgate histórico do nascimento socialista deste dia internacional de lutas, inspirando o movimento feminista e todos aqueles que participam e apoiam suas reivindicações a seguir sempre em frente na luta por uma sociedade verdadeiramente igualitária e sem opressões.

Muito obrigado.



Documento 18/94

027.4.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2010-17:54

Publ.: DCD - 05/03/2010 - 6398 EDINHO BEZ-PMDB -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi no longínquo ano de 1788 que o político e filósofo francês Condorcet reivindicou, pela primeira vez, os direitos de participação política, emprego e educação para as mulheres.

No dia 8 de março de 1857, operárias de uma fábrica de tecidos de Nova Iorque fizeram uma grande greve. Ocuparam a fábrica e começaram a reivindicar melhores condições de trabalho.

Elas pediam redução na carga diária de trabalho para 10 horas (as fábricas exigiam 16 horas de trabalho diário), equiparação de salários com os homens (as mulheres chegavam a receber até um terço do salário de um homem, para executar o mesmo tipo de trabalho) e tratamento digno no ambiente de trabalho. Eram essas as reivindicações.

A manifestação foi reprimida com total violência. As mulheres foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada. Aproximadamente 130 tecelãs morreram carbonizadas, em um ato totalmente desumano.



Porém, somente no ano de 1910, durante uma conferência na Dinamarca, ficou decidido que o dia 8 de março passaria a ser o Dia Internacional da Mulher, em homenagem às mulheres que morreram na fábrica em 1857.

E somente no ano de 1975, por meio de um decreto, a data foi oficializada pela Organização das Nações Unidas - ONU.

Ao ser criada essa data, não se pretendia apenas comemorar. Na maioria dos países, realizavam-se conferências, debates e reuniões cujo objetivo era discutir o papel da mulher na sociedade atual. Muito foi conquistado, mas muito ainda há para ser modificado nessa história.

Conquistas da mulheres brasileiras

Podemos afirmar que o dia 24 de fevereiro de 1932 foi um marco na história da mulher brasileira. Nessa data, foi instituído o voto feminino. As mulheres conquistavam, depois de muitos anos de reivindicações e discussões, o direito de votar e serem eleitas para cargos no Executivo e no Legislativo.

Mulheres na política

Durante grande parte da história do Brasil, as mulheres não tiveram participação na política, pois a elas eram negados os principais direitos políticos, como, por exemplo, votar e se candidatar.

Somente em 1932, durante o Governo de Getúlio Vargas, as mulheres conquistaram o direito do voto. Também puderam se candidatar a cargos políticos. Nas eleições de 1933, a Dra. Carlota Pereira de Queiroz foi eleita, tornando-se a primeira Deputada Federal brasileira.

As principais conquistas das mulheres na política brasileira

- Em 1932, como disse, as mulheres brasileiras conquistaram o direito de participar das eleições como eleitoras e candidatas.
- Em 1933, Carlota Pereira de Queiroz tornou-se a primeira Deputada Federal brasileira.
- Em 1979, Eunice Michiles tornou-se a primeira Senadora do Brasil.
- Entre 24 de agosto de 1982 e 15 de março de 1985, o Brasil teve a primeira mulher Ministra. Foi Esther de Figueiredo Ferraz, ocupando a Pasta da Educação e Cultura.



- Em 1989, a história registra a primeira candidatura de uma mulher para a Presidência da República. A candidata era Maria Pio de Abreu, do Partido Nacional - PN.

- Em 1995, Roseana Sarney tornou-se a primeira Governadora brasileira.

Para encerrar, Sr. Presidente, cumprimento, pelo Dia Internacional da Mulher, no próximo dia 8, minha mãe, Artemízia Bez de Oliveira; minha esposa, Vitemária Mendonça de Oliveira; e todas as guerreiras mulheres de Santa Catarina, do Brasil e do mundo.

Vale lembrar que nós, homens, pelo menos a maioria, reconhecemos a importância do papel da mulher em nossa vida.

Muito obrigado.



Documento 19/94

027.4.53.O Sessão Ordinária - CD 04/03/2010-15:24

Publ.: DCD - 05/03/2010 - 6367 EDMILSON VALENTIM-PCDOB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Realização, pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em conjunto com a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, de evento ao ensejo da efeméride. Outorga do Prêmio Mulher Cidadã Leolinda de Figueredo Daltro a mulheres atuantes em defesa dos direitos femininos e de questões de gênero, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Elogio às militantes do PCdoB Joselice Cerqueira e Dilcéia Quintela.

O SR. EDMILSON VALENTIM (Bloco/PCdoB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na próxima semana chegaremos a um marco histórico na luta pela emancipação da mulher e igualdade de gênero. Comemoraremos em 8 de março o centenário do Dia Internacional da Mulher. Em 1910, na II Conferência de Mulheres Socialistas, em Copenhague, Clara Zetkin idealizou que a cada 8 de março, em todos os lugares do mundo, haveria o debate do papel que a mulher exerce na sociedade, impulsionando por meio das mobilizações populares as transformações sociais.

A escolha do dia não foi por acaso. Em 1875, operárias de uma fábrica de tecidos, de Nova Iorque, foram brutalmente repreendidas e protagonizaram uma das



greves mais importantes da história mundial. Elas reivindicavam a equiparação salarial de homens e mulheres no exercício da mesma atividade, redução da jornada de trabalho e tratamento digno no exercício profissional. Infelizmente, o desfecho dessa manifestação popular foi o mais drástico possível: as 130 tecelãs morreram carbonizadas, após serem trancadas na fábrica.

Se fizermos um paralelo daquela época com os dias de hoje, veremos que a realidade da mulher, resultante de sua luta cotidiana, mudou bastante. Mas não podemos negar a atualidade daquelas bandeiras, como a equiparação salarial e a redução da jornada de trabalho.

De acordo com pesquisa realizada pelo PNUD, as mulheres brasileiras recebem 34% menos que os homens. Para especialistas, essa desigualdade de gênero distancia ainda mais as classes sociais. Isso ocorre devido à inversão do papel da mulher no ambiente familiar. Há 50 anos, 10% das mulheres eram chefes de família, e hoje um terço delas desempenha essa função. As características das residências chefiadas pelas mulheres são bem peculiares: na maioria delas, a renda familiar é composta somente por seu salário.

Não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que, com a valorização do trabalho feminino, as desigualdades sociais diminuem. Fica claro que a melhor remuneração da mulher influencia de forma positiva no desenvolvimento econômico do nosso País. Lembro também que ainda se reflete a histórica diferenciação entre as funções exercidas pelos homens e pelas mulheres. Eles se ocupavam das atividades laborais, enquanto elas eram encarregadas dos afazeres domésticos. Isso ocorre devido à ascensão da mulher no mercado de trabalho de forma heterogênea. Contudo, elas continuaram a desempenhar o trabalho do lar, conciliando as 2 jornadas de trabalho. Essa realidade permeia até hoje a vida da maioria das mulheres.

Aproveito a ocasião para informar aos nobres pares que no próximo dia 8 de março a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e a Prefeitura do Rio de Janeiro promoverão evento para comemorar essa data especial. Na ocasião estarão presentes o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e a



Ministra Nilcéia Freire. A festa contará com a participação dos movimentos sociais e terá como tema Mais Autonomia, Mais Cidadania e Menos Violência para as Mulheres Brasileiras, que ajudará na conscientização da não violência contra a mulher e divulgação da Lei Maria da Penha.

Registro ainda, Sras. e Srs. Deputados, que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro promoverá no dia 12 de março sessão especial para entrega do Prêmio Mulher Cidadã Leolinda de Figueredo Daltro a 10 mulheres "que tenham oferecido contribuição relevante em defesa dos direitos da mulher e questões de gênero". Entre as homenageadas dessa edição - todas merecedoras da comenda -, destaco os nomes das companheiras Joselice Cerqueira e Dilcéia Quintela, ambas militantes do PCdoB.

Joselice foi a primeira Presidenta da Comissão de Mulheres da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado do Rio de Janeiro e primeira Presidenta da OAB Mulher-RJ. Também foi Conselheira do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM) e uma das fundadoras e Presidenta do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher de Teresópolis. Ocupou naquela cidade o cargo de Secretária Municipal dos Direitos da Mulher.

Dilcéia Quintela tem uma vida dedicada à luta pela emancipação das mulheres e contra toda sorte de injustiça praticada contra os menos favorecidos. Já em 1974 ingressava na luta contra a ditadura militar, nas fileiras da União da Juventude Patriótica (UJP), na Guanabara. Atualmente é Conselheira do CEDIM, membro do Comitê Central e do Diretório Regional do PCdoB/RJ, onde participa da Comissão Política Estadual, respondendo pela Secretaria da Questão da Mulher.

Por fim, saúdo todas as Parlamentares desta Casa, na pessoa da Deputada Vanessa Grazziotin, única mulher Líder na Câmara dos Deputados, e da Deputada Alice Portugal, coordenadora da bancada feminina. As 2 são exemplo da participação da mulher na vida política do nosso País e muito orgulham o nosso partido, PCdoB.

Não poderia deixar de dizer também, Sr Presidente, que temos a maior bancada feminina, proporcionalmente, e que na nossa estrutura partidária há no mínimo 30% de mulheres em todos os níveis de direção.



Era o que queria registrar.



Documento 20/94

026.4.53.O Sessão Extraordinária - CD 04/03/2010-09:26

Publ.: DCD - 05/03/2010 - 6282 IRAN BARBOSA-PT -SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Persistência da discriminação e violência contra a mulher no País. Defesa de redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Necessidade de ratificação pela Casa da Convenção nº. 156, da Organização Internacional do Trabalho - OIT. Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2007, sobre a ampliação do período da licença-maternidade para 180 dias. Realização da Marcha Mundial das Mulheres. Empenho das professoras sergipanas na implementação do piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica. Necessidade de reexame, pelo Superior Tribunal de Justiça, de decisão pela condicionalidade da representação da vítima para ajuizamento de ação em caso de violência doméstica. Carta de uma Professora aos Gestores Públicos do Município de Aracaju, de autoria da Profa. Sandra Maria Xavier Beiju.

O SR. IRAN BARBOSA (PT-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com grande satisfação que ocupo hoje esta tribuna para, antecipadamente, homenagear as mulheres e parabenizá-las pela marca que empreendem na resistência à desigualdade existente em nossa sociedade.



Dia 8 de março, próxima segunda-feira, comemoram-se cem anos que mulheres de todos os continentes celebram o Dia Internacional da Mulher como uma data de reflexão e de luta. Não podemos negar que o saldo deste primeiro século é bastante positivo. No entanto, apesar das inúmeras barreiras vencidas, a desigualdade, a opressão e a violência contra as mulheres persistem em nossa sociedade.

Mesmo com avanços dos últimos anos, como a ampliação da licença-maternidade para 6 meses e o combate à violência doméstica por meio da criação da Lei Maria da Penha, ainda há discrepâncias, especialmente em relação aos salários entre homens e mulheres. Nosso País já ratificou a Convenção nº. 100, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, que trata de remuneração igual para trabalho de igual valor, mas, passada a aprovação, cada nação deve se adequar ao que dispõe a norma.

As diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho, no entanto, vão além da desigualdade salarial. No Brasil e em diversos outros países da América Latina, as mulheres continuam tendo menor participação nas atividades econômicas; são maioria no trabalho informal e entre a população desempregada e continuam sendo as maiores vítimas de assédio moral e sexual e das doenças laborais. Isso sem dizer que, coagidas socialmente a assumir o papel de mãe e dona-de-casa, muitas vezes só lhes restam duas opções: depender economicamente de seus pais, irmãos ou maridos ou aceitar trabalhos precarizados, sem nenhuma garantia trabalhista, para poder conciliar o trabalho produtivo com suas tarefas domésticas. Esse arranjo entre o trabalho produtivo e reprodutivo realizado pelas mulheres faz com que a jornada de trabalho feminina seja 13% mais extensa que a jornada masculina.

Dessa forma, a redução da jornada de trabalho semanal de 44 horas para 40 horas, como defendo, torna-se uma bandeira central para as mulheres, tanto pela possibilidade de gerar novas vagas no mercado formal, quanto por permitir uma diminuição da sua jornada total de trabalho, o que poderá ser convertido em tempo de estudo, lazer etc.



Portanto, a luta por igualdade salarial não está descolada da luta por políticas públicas que possibilitem à mulher condições de acesso ao mercado de trabalho em pé de igualdade com os homens.

Além de defender a equidade salarial, somo-me à luta das mulheres e da CUT pela ratificação da Convenção nº. 156 da OIT - atualmente, aguardando votação nesta Casa -, que determina a igualdade de tratamento e oportunidades para os trabalhadores dos 2 sexos com responsabilidades familiares e a ampliação das licenças maternidade e paternidade.

Aproveito para fazer um apelo no sentido de que a ratificação da convenção seja colocada em pauta e votada o mais rápido possível. Essa seria uma boa maneira de homenagearmos as mulheres.

Lembro que, segundo pesquisa do DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, divulgada em março de 2009, o rendimento médio por hora de trabalho das mulheres casadas com filhos é de R\$5,89 contra R\$6,91 daquelas sem filhos. A taxa de desemprego das que não possuem filhos (13,1%) também é menor do que a das que possuem (15,6%), comprovando a preferência dos empregadores por aquelas que não tenham de realizar a chamada dupla jornada.

Também apoio a Proposta de Emenda Constitucional nº. 30/07, que tem como objetivo estender a licença-maternidade de 6 meses a todas as trabalhadoras brasileiras, pois, atualmente, são beneficiados apenas as trabalhadoras das empresas que aceitam, em troca de benefícios fiscais, se cadastrar no Programa Empresa Cidadã, criado pela Lei nº. 11.770/08, que ajudamos a aprovar nesta Casa e que foi sancionada pelo Presidente Lula.

A aprovação dessa lei foi importante, pois garantiu a licença de 6 meses para muitas trabalhadoras, em especial as do serviço público, caso das trabalhadoras do Estado de Sergipe e da Prefeitura de Aracaju, por exemplo. Mas, precisamos avançar. A licença-maternidade de 6 meses tem de ser um direito de todas as mulheres e não de poucas. Aprovada a PEC, todas as trabalhadoras que contribuem com o INSS terão direito a 180 dias de licença-maternidade e também



à estabilidade de 7 meses. Essa seria outra bela homenagem as mulheres neste 8 de março.

Quero ainda aproveitar a oportunidade para dizer que no meu Estado, Sergipe, as mulheres seguem firmes nessas lutas e que elas, ao lado de milhares de mulheres dos demais Estados do País, participarão da Marcha Mundial de Mulheres. Em 2010, a Marcha Mundial das Mulheres vai organizar sua terceira ação internacional. Ela será concentrada em 2 períodos, de 8 a 18 de março e de 7 a 17 de outubro, e contará com mobilizações de diferentes formatos em vários países do mundo. O primeiro período, que marcará o centenário do Dia Internacional das Mulheres, será de marchas. O segundo, de ações simultâneas, com um ponto de encontro em Sud Kivu, na República Democrática do Congo, expressará a solidariedade internacional entre as mulheres, enfatizando seu papel protagonista na solução de conflitos armados e na reconstrução das relações sociais em suas comunidades, em busca da paz.

O tema das mobilizações de 2010 é Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres, e sua plataforma se baseia em 4 campos de atuação sobre os quais a Marcha Mundial das Mulheres tem se debruçado, a saber : Bem comum e Serviços Públicos; Paz e desmilitarização; Autonomia econômica e Violência contra as mulheres. Cada um desses eixos se desdobra em reivindicações que apontam para a construção de outra realidade para as mulheres em nível mundial. A edição de 2010 da Marcha Mundial contará com a participação de mais de 40 mulheres de Sergipe. Além dessa ação, o Comitê Organizador da Marcha no Estado organiza uma grande caminhada para a próxima segunda-feira, a qual partirá da Praça da Bandeira em direção as ruas do centro de Aracaju.

As mulheres de Sergipe também continuam firmes na luta pelo cumprimento da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério Público, pela valorização da carreira do magistério público e pela educação pública de qualidade. São educadoras, médicas, camponesas, advogadas, secretárias, gestoras públicas, domésticas, parlamentares, entre tantas outras, que no dia a dia estão conquistando espaços antes reservados aos homens.



Aproveito, finalmente, este espaço que me é concedido para lamentar uma decisão do Superior Tribunal de Justiça e pedir a revisão de tal medida. Surpreende-me que, em pleno século XXI, o STJ decida facilitar a reprodução da violência contra as mulheres. Ao decidir, no último dia 24, pela condicionalidade da representação da vítima para o ajuizamento de ação em casos de violência doméstica, o STJ deformou a Lei Maria Penha (Lei nº. 11.340/06) e aumentou a vulnerabilidade das mulheres diante de seus agressores.

É óbvio que a vítima irá se sentir intimidada em denunciar o seu agressor. A Lei Maria da Penha não pode ser vista e interpretada por critérios frios e positivistas. Sua proposição e aprovação tiveram um caráter histórico e político. Seu conteúdo aponta para a reparação de uma injustiça secular cometida contra as mulheres, a privação de sua liberdade e autonomia pelos homens, mediante o uso da violência.

Desde já, deixo aqui este apelo, na esperança de que a decisão do STJ seja reformulada, para que as mulheres brasileiras não tenham de pagar por mais esse retrocesso.

Encerrando esta parte, Sr. Presidente, quero dizer que a trajetória e a coragem das mulheres são exemplos de luta e de sadia transgressão num mundo que ainda privilegia os homens em muitos aspectos. Neste pronunciamento, quero homenagear a todas as lutadoras, em especial as mulheres sergipanas que ajudam na construção de um mundo melhor e acreditam que ousar e sonhar é possível para a transformação social que queremos.

Homenageio igualmente as 4 mulheres que protagonizaram o filme Carregadoras de Sonhos e a minha companheira de partido, Iriny Lopes, eleita Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Desejo ainda, Sr. Presidente, pedir que seja garantida ampla divulgação a carta da Profa. Sandra Maria Xavier Beijú, de 8 de fevereiro de 2010, intitulada Carta de uma Professora aos Gestores Públicos do Município de Aracaju.

A referida carta traz uma reflexão no que diz respeito ao direito de aprender em relação ao direito de ensinar, retratando o problema das matrículas de crianças na faixa etária de 4 a 6 anos em uma escola do Município de Aracaju.



Aproveito a ocasião para reforçar que defendemos condições dignas para o exercício do magistério e, em homenagem a todas as mulheres que se dedicam à indispensável tarefa de educar, peço que seja registrado nos Anais da Casa a carta em apreço.

Era o que tinha a dizer no momento.

Muito obrigado.

CARTA A QUE SE REFERE O ORADOR



Documento 21/94

026.4.53.O Sessão Extraordinária - CD 04/03/2010-09:36

Publ.: DCD - 05/03/2010 - 6291 CHICO ALENCAR-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Texto sob o título Palácio Capanema Pertence à Educação e à Cultura, de autoria da educadora Célia Linhares. Matéria O vírus da apatia, de autoria do orador, publicada pelo jornal O Globo.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antecipo minhas homenagens ao Dia Internacional da Mulher.

Passo, a abordar o primeiro tema de meu pronunciamento. O Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, é conhecido internacionalmente como um marco da arquitetura moderna brasileira. Tornou-se patrimônio nacional tombado pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1948, 3 anos após sua inauguração. O rápido reconhecimento histórico é fruto da grande obra - não apenas arquitetônica, mas educacional e cultural - concentrada ali. Lúcio Costa e Oscar Niemeyer projetaram o prédio que operários edificaram. Cândido Portinari deixou em suas paredes pinturas, afrescos e painéis de azulejos de irretocável beleza. Nosso poeta Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade ali conspiraram projetos educacionais e culturais para o País.



No Rio, falamos em Prédio do MEC. Não por acaso. Sua história está visceralmente ligada à educação e à cultura. E deve continuar. Especialistas qualificados, educadores, historiadores e professores elaboraram projeto para sua constituição como Centro de Memórias da Educação e da Cultura. Visa à intensificação de interligações democráticas nas escolas e na sociedade.

Transcrevo texto da educadora Célia Linhares, professora emérita da Universidade Federal Fluminense, que tem participado da elaboração desse projeto. São "urgências e sonhos" que reiteram a imprescindibilidade de que o Palácio Capanema mantenha o seu vínculo de pertencimento à educação e à cultura, hoje ameaçado.

Palácio Capanema Pertence à Educação e à Cultura

Célia Linhares

"Eu acredito é na rapaziada
Que segue em frente e segura o rojão
Eu ponho fé é na fé da moçada
Que não foge da fera e enfrenta o leão
Eu vou à luta com essa juventude
Que não corre da raia a troco de nada
Eu vou no bloco dessa mocidade
Que não tá na saudade e constrói
A manhã desejada." (Gonzaguinha)

Uma manhã desejada: uma outra formação docente

A afirmativa que serve de título a este texto tem uma sustentação não só na história deste Palácio, que foi edificado para sediar o Ministério da Educação e Saúde, mas principalmente num atendimento das urgências e sonhos, em que se entrelaçam educação e cultura e que foram projetadas e já realizadas no Palácio Capanema, pela REMEC, no âmbito do acordo Brasil-UNESCO. Urgências e sonhos que enfrentam impasses e vazios que, pela sua potência democrática, não podem ser deslocados, impunemente.

Afinal de contas são necessidades, lacunas, desejos e projetos que são agora reeditados, ainda que há tempos postergados e que têm, neste prédio



monumental, uma concretude e um simbolismo, dele fazendo uma alegoria da educação brasileira em seus movimentos para conjugar-se com a cultura.

Sabemos, e sabemos muito bem, que herdamos expectativas e esperanças, com uma assombrosa intensidade humana, educacional e cultural que cobram, cada vez mais e com maior intensidade ações materiais e imateriais capazes de estremecer e reverter desalentos e apatias, violências e terrores, através de uma vitalização dos processos de formação cidadã que urgem por serem capilarizados em todo o território nacional, como um penhor de uma includência de todas e todos, sem homogeneizações e nem tão pouco hierarquias enrijecidas.

Um federalismo que percorra as entranhas da democracia

Para isto vamos precisar de uma outra concepção de federação e de federalismo que não se cristalize nos circuitos de responsabilidades e intercâmbios oficiais entre as gestões federais, estaduais e municipais.

Um federalismo que seja concebido e praticado, solidariamente, quase diria, amorosamente, interligando múltiplos níveis de criações existenciais, político-pedagógicas, com que poderemos tecer fluxos de confluências locais e planetárias, mesmo em meio aos embates e conflitos, em que fruições culturais e estéticas se interpenetrem com o prazer de conhecer a vida, o mundo e, assim, dele nos apropriarmos, reinventando-o e reinventado-nos.

Nada disto é possível sem equipamentos públicos que atuem nessa direção, configurando, de forma aberta e plural, desejos que pulsam historicamente e que tendem a nos ajudar a encontrar eixos em devir, que abram e ampliem uma maior empatia com o outro, como uma das vias urgentes de contraposição dos nazismos que, como nos alertam as mais respeitáveis análises das ciências e filosofias políticas, vicejam nas entranhas das democracias contemporâneas.

Essa preocupação cresce à medida que percebemos uma forte tendência de cessão de prédios federais aos estados e municípios, o que desequilibra os poderes que devem juntos, mesmo em áreas específicas, atuar para garantir condições de exercícios com que a democracia se singulariza, por intermináveis re-invenções, que se processam também pela via das subjetivações criadoras, em



que nenhum dos três níveis deve se omitir, pelo contrário, precisa usar e criar todos os instrumentos possíveis.

Assim, entre tantas razões, para reiterar a imprescindibilidade de que o Palácio Capanema mantenha o seu vínculo de pertencimento à Educação e à Cultura, destaco o Projeto de Criação de uma Instituição de Memórias da Educação e da Cultura, voltado para a formação continuada de professores e que já vem se desenvolvendo no Capanema, por recomendação do Ministro Fernando Haddad.

Uma Instituição de memórias rizomáticas, por isso sempre inconclusas

Este projeto foi concebido como uma ferramenta para interligarmos o Brasil com pesquisas de memórias rizomáticas e, por isso mesmo, sempre inconclusas e expansivas. Elas serão capazes de contribuir para enfrentarmos tantas formas de desalentos, de desânimos ressentidos, e capturados por uma barbárie que espalha terrores que vêm impregnando à sociedade e à escola, reverberando sua força bruta em explosões criminosas pelo engessamentos de nosso imaginário político que tem dificultado percebermos e inventarmos outros mundos. Mundos nos quais sejam validadas palavras de empatia e gestos de confiança no outro, na sociedade.

Portanto, ao pesquisar e socializar memórias que reacendam as experiências educacionais, escolares e universitárias inseparáveis das multiplicidades culturais, políticas, econômicas e éticas de que somos feitos, poderemos nos enriquecer com processos interculturais. (...)

A Instituição de Memórias da Educação e da Cultura estará preenchendo um espaço vazio, incentivando pesquisas que retomem os processos de educação nos mais variados lugares, desde os presídios, os hospitais, as instituições de formação, de abrigo e similares, as casas de farinha, as roças e os roçados, os canteiros de obras, as ações educacionais e culturais dos ribeirinhos, dos seringueiros, das quebradeiras de coco, dos habitantes das favelas, dos moradores de rua, dos movimentos negros, indígenas, gays, homossexuais e lésbicas, dos surdos, mudos, cegos e dos chamados portadores de necessidades especiais.



Mas, continuando a exemplificar a pluralidade dessa Instituição, lembramos das memórias educacionais e culturais dos considerados loucos (aqui, não podemos deixar de homenagear a Dra. Nise da Silveira), mas também dos drogados, dos migrantes, imigrantes e mutantes, bem como memórias estudantis, docentes, educadoras, das trajetórias de educação das meretrizes e ainda, atentando para as memórias brincantes e celebratórias da vida e da morte.

Sem esquecer também das memórias infantis, juvenis, dos idosos, as memórias políticas, urbanas, arquitetônicas, escolares, memórias épicas populares, como as da Balaiada, da Cabanagem, da Farroupilha, da Confederação do Equador e tantos outros movimentos instituintes, ainda pouco estudados e conhecidos.

Horizontes públicos se alargam, ampliando territórios sociais e ações educacionais Mas esse Projeto de recolher, irradiar, possibilitando outras conjunções relacionais e, portanto, configurações mais criadoras e plurais da educação e da cultura irá nos ajudar não só a salvaguardar nossas memórias, disponibilizando-as publicamente e incentivando tanto conjunções como desdobramentos e diferenciações, como um caminho para tecermos uma maior igualdade e amorosidade entre nós.

Por tudo isso, incluirá um laboratório de histórias orais em que vamos experimentar formas de dialogar com as artes literárias e poéticas, incluindo cordéis, narrações populares, rezas e trovas, artes plásticas, com pinturas, esculturas e demais, artes musicais, (incluindo canções de ninar, de despertar, por ex.) teatrais, musicais, gestuais, envolvendo expressões corporais, como dança, balé, acrobacias, coreografias e as memórias e narrações cinematográficas e tudo mais que juntos e juntas possamos fazer.

Nunca é demais repetir que essa Instituição já projetada será movida com pesquisas, acadêmicas, escolares, populares, que tanto nas linhas de produção, quanto de socialização contarão com a mais intensa participação social e permitirão uma permanente alimentação dos acervos investigativos da educação, da cultura e das artes, não só as que estão lavradas e alastrados no prédio, ele próprio um monumento artístico, impregnado de sentidos políticos e de



reconhecimento nacional e internacional, como uma manifestação grandiosa da arquitetura modernista, mas também, de arquivos documentais, bibliográficos.

Um Portal, como janelas, interligando o Brasil ao mundo

Para isto, o projeto inclui tanto um Portal que articulará as diferentes formas de tecnologias com as diversas metodologias e problematizações que sustentem pesquisas educacionais e culturais brasileiras, em confronto, contraste e cooperação nacional e internacional, incentivando a mais ampla pluralidade dos movimentos de aprendizagem e ensinagens de modo a favorecer uma maior complexidade, circulação de idéias, diálogos e discussões com ressonâncias e confluências entre as sensibilidades estéticas e os percursos cognitivos, uns e outros ressonantes no pensamento educacional e cultural, ações vivas e espalhadas na sociedade e nas instituições sociais, como as educacionais e escolares.

Por isso mesmo, essa Instituição de Memórias vem sendo planejada também como uma ativação sistemática de visitas guiadas em que o prédio é exposto como um documentário vivo que se entrelaça com a cidade, com a história, alimentando o público com uma cultura artística e pedagógica, como um lastro de uma cidade educadora que também educa continuamente seus professores. Por isso, a visita também se apóia em textos que retomam a história deste Palácio, localizando as principais obras de arte, tudo de modo a explorar as dimensões político-pedagógicas nele presentes.

O Projeto, com sua amplitude e aberturas, não cabe numa condensação, escrita para compartilhar com tantas e tantos que dão vida aos movimentos que sempre sonharam com o Palácio Capanema, como um Palácio Brasil, expandindo seu caráter público, neste momento, em que vivemos uma democracia que não pode recuar.

Afinal, como já ressoam as baterias do Carnaval, quero convidar a todos e a todas para irmos com o Gonzaguinha

'...no bloco dessa mocidade,
que não tá na saudade e constrói
a manhã desejada' ."



Agradeço a atenção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro artigo publicado pelo jornal O Globo, em 1 de março de 2010, no qual compartilho algumas reflexões sobre o desinteresse político que tem crescido muito na sociedade brasileira.

"O vírus da apatia

É intrigante: conquistada a democracia, ainda que em transição pactuada com a ditadura civil-militar de 64/84, afinal tivemos a eleição de um sociólogo e de um metalúrgico oriundos da resistência ao regime, filiados a partidos de ideário social-democrata e socialista. Mas, na última década e meia desses governos, cresceram a despolitização e a desorganização da sociedade como um todo, e dos trabalhadores em particular. Pesquisa realizada pelo Ipsos Public Affairs em nove regiões metropolitanas, concluída em janeiro de 2010, mostra que apenas três de cada dez brasileiros conseguem identificar corretamente o nome de um ministro, um senador ou um deputado federal. A acomodação das organizações políticas e de seus líderes ao alheamento político das massas foi crescente e... interessada.

Apesar disso, 'la nave va', pois as forças dominantes na economia, na política e na produção do imaginário social nacional, não necessitaram, até o momento, de uma repaginação da estrutura partidária. As práticas patrimonialistas, mesclando autoritarismo, demagogia e clientelismo, e imbricando interesses privados e públicos, seguem sustentando governos e viabilizando vitórias eleitorais. Todos, 'modernos' e 'atrasados', num assemelhamento crescente das legendas, navegam nas águas aparentemente tranquilas da economia. Sempre se dizendo 'progressistas', controlam a vida pública brasileira, animando a 'plateia' com uma polarização de fantasia nas disputas eleitorais. A anemia da cidadania crítica facilita a afirmação de personalismos e da 'cultura do favor', terreno fértil para essas deformações.

Todos os grandes partidos brasileiros - e a maioria dos pequenos - são sócios nada honorários do clube da degradação política nacional, da qual o escândalo mais recente, do escabroso 'mensalão' do DEM, é emblema documentado.



Esse modelo político formalmente representativo, apesar do descrédito popular (que produz mais apatia que ativismo crítico), parece intocável. Tanto FHC quanto Lula, ao longo dos últimos 15 anos, proclamaram a urgência da 'mãe de todas as reformas', a política. Mas as bases de sustentação de seus governos rejeitaram essas conclamações retóricas da 'vanguarda do atraso'. Não se muda o que tem assegurado vitórias e 'governabilidade'. O Legislativo tem pouca autonomia: o Executivo continua 'domesticando" a maioria dos Parlamntos, usando métodos legais e, por vezes, ilegais.

Os partidos e a própria política, no sentido lato, tornaram-se fins em si mesmos, com interesses específicos, corporativos, na defesa monolítica e monocórdia do 'caminho único'. Procedimentos predadores e egoístas são naturalizados.

Fora dessa rede apodrecida vigora uma espécie de neoconformismo esclarecido: 'não há outro jeito de se fazer política no Brasil', reza o senso comum distópico. Mas ainda há quem aposte em participação, formulação de programas e mobilização em torno de ideais e causas. Nem tudo está perdido."

Agradeço a atenção.



Documento 22/94

026.4.53.O Sessão Extraordinária - CD 04/03/2010-09:42

Publ.: DCD - 05/03/2010 - 6296 CIDA DIOGO-PT -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Instalação de Coordenadorias da Mulher nos Municípios de Saquarema e Araruama, Estado do Rio de Janeiro.

A SRA. CIDA DIOGO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, neste mês de março participaremos de várias atividades em relação ao Dia Internacional da Mulher.

Neste sábado, dia 6 de março, estaremos nos Municípios de Saquarema e Araruama, na Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro. Na oportunidade, as 2 Prefeituras darão mais um passo e implantarão Coordenadorias da Mulher, avanço muito grande nas políticas afirmativas que visam a garantir o direito das mulheres do Estado do Rio de Janeiro.

Para nós, é motivo de muito orgulho participar deste momento. No Estado do Rio de Janeiro, teremos 25 Coordenadorias da Mulher, espalhadas pelos municípios para garantir às mulheres o direito de serem cidadãs de fato.

Obrigada, Sr. Presidente.



Documento 23/94

028.4.53.O Sessão Ordinária - CD 05/03/2010-09:36

Publ.: DCD - 06/03/2010 - 6544 VELOSO-PMDB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Elogio ao Deputado Mauro Benevides. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Ataques de índios tupinambás a pequenos agricultores no Município de Buerarema, Estado da Bahia. Incitação à violência por lideranças indígenas locais. Apelo ao Governo Federal e ao Governo Estadual de providências contra saques e agressões praticadas pelos índios tupinambás.

O SR. VELOSO (Bloco/PMDB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Mauro Benevides, são 10 anos de mandato. Nesta oportunidade, registro a minha admiração e respeito por V.Exa, que tem sido um exemplo para todos nós, Deputados.

Com muita honra, tenho o prazer de, desta tribuna, saudar o prezado e querido colega Deputado Mauro Benevides.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não estarei aqui na segunda-feira, 8 de março, Dia Internacional da Mulher, uma das datas mais importantes. A mulher, que é ternura, amor e esperança.

Saúdo todas as mulheres deste País e do mundo: desembargadoras; juízas; promotoras; delegadas; secretárias do lar; as nossas taquígrafas, pelo exemplo e



trabalho que sempre realizam; as repórteres que fazem a cobertura desta Casa, na TV Câmara; as assessoras parlamentares, as nossas funcionárias da Câmara, enfim, todas as mulheres brasileiras, as Marias, as Edites, as Mônicas, as Verônicas, todas elas. Nós homens, nascidos de uma mulher, temos a satisfação e a alegria de parabenizar, pelo Dia Internacional da Mulher, no dia 8 de março, todas as mulheres brasileiras. Que Deus as proteja hoje e sempre!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem fiz um pronunciamento nesta Casa a respeito da violência que está imperando principalmente na cidade de Buerarema. relatei o clima de barbárie que a região vem presenciando por conta da disputa de terras entre índios tupinambás e pequenos agricultores. Citei os crimes cometidos na cidade de Buerarema e cobrei uma postura firme do Governo do Estado, da Polícia Federal e do Ministério Público para coibir os abusos. Depois que a FUNAI publicou relatório demarcando terras tupinambás, numa área de 47 mil hectares, que envolve os Municípios de Ilhéus, Una e Buerarema, os índios da região iniciaram uma série de ataques contra os moradores da área em disputa, gerando invasões, destruição de plantações, imóveis, animais e até homicídios.

Questionei a impunidade no caso de algumas lideranças indígenas, já que os relatos são de que esses caciques incitam a violência, cometem inúmeros crimes, são detidos pela Polícia Federal, mas logo em seguida liberados. Precisamos de uma atuação mais firme do Ministério Público, queremos que as autoridades acompanhem o caso mais de perto para que a região não vire palco de uma disputa sangrenta.

Cobrei também um posicionamento do Governador do Estado, Jaques Wagner. O conflito que se instalou na região não permite análises políticas de ganho ou perda eleitoral. Estamos falando de vidas, Sr. Presidente, da única fonte de renda de milhares de famílias e de segurança pública. Por tudo isso, o Governador Jaques Wagner precisa se posicionar e coibir acima de tudo os abusos que estão sendo praticados. O Estado da Bahia precisa ter altivez e negociar com o Governo Federal e com o Judiciário um fim pacífico para a questão da demarcação indígena na região.



Nas últimas semanas, o Município de Buerarema viveu dias de tensão com os ataques indígenas a propriedades rurais. Os tupinambás invadiram propriedades, fazendo inúmeras famílias reféns com ameaças de morte, fugindo logo após a chegada da Polícia Federal. Após a Polícia deixar a cidade, os moradores presenciaram um cenário de guerra, quando os índios, portando armas de fogo de alto calibre, dispararam contra os pequenos produtores, baleando, inclusive, o Secretário Municipal de Agricultura, além de saquearem fazendas, atearam fogo em veículos e mataram animais. Até a Prefeitura da cidade já foi alvo de queima de documentos.

A região tem caráter pacífico, Sr. Presidente, e não comporta onda de crimes sucessivos. É preciso que as autoridades busquem uma solução ainda na esfera administrativa, pois, caso contrário, teremos o Estado Democrático de Direito ameaçado.

O Presidente da Associação dos Pequenos Agricultores, Luiz Henrique Uaquim da Silva, o Sr. Mário Bunchaft e o Sr. Paulo Araújo são pessoas importantes na luta em benefício dos produtores de cacau.

Quero dizer a V.Exas. que esses pequenos produtores são chacareiros, lavradores, sitiantes, alguns são fazendeiros de gados e há também aqueles que investem no turismo. Mas, Sr. Presidente, se V.Exa. passar pelas casas desses pequenos produtores, pelas suas pequenas propriedades, verá que eles ficam sentados ali, fumando o seu cigarro, tomando o seu cafezinho, lutando incansavelmente para sustentar a sua família, vendendo o que produzem nas feiras aos sábados e domingos.

Por isso apelo para o Governador Jaques Wagner, para o Ministério Público e para a Polícia Federal: não vamos deixar que os índios continuem matando, saqueando, vamos lutar. Esse é o apelo que faço em prol da nossa região, em prol dos pequenos produtores, que são pessoas dignas, de conduta ilibada, trabalhadores incansáveis. Esse é o apelo que faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - A Presidência cumprimenta o nobre Deputado Veloso, inicialmente agradecendo a referência ao fato de haver este eventual Presidente cumprido 10 mandatos parlamentares.



Naturalmente, associo-me à homenagem tributada às mulheres, em uma comemoração antecipada do dia 8 de março, data que assinala o Dia Internacional da Mulher.

V.Exa., Deputado Veloso, interpreta o sentimento de todos nós na decorrência de um evento que destaca o papel relevante da mulher, exercendo hoje múltiplas atividades, inclusive integrando altos cargos na vida pública brasileira. As nossas colegas neste plenário são a prova desse estágio de prestígio que alcançam as Parlamentares que aqui tomam assento. Como V.Exa. destacou, a elas e às demais mulheres brasileiras tributamos o pleito do nosso permanente respeito e profunda admiração.

Portanto, cumprimento V.Exa. pelo discurso que acaba de proferir.



Documento 24/94

030.4.53.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2010-14:18

Publ.: DCD - 09/03/2010 - 6696 JANETE CAPIBERIBE-PSB -AP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Proposições apresentadas pela oradora em benefício da mulher.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parabeno as mulheres no centenário da instituição do Dia Internacional da Mulher, pela ONU, durante a I Conferência Internacional da Mulher, realizada na cidade de Copenhague, na Dinamarca, em 1910, sob a coordenação da Internacional Socialista.

A origem da data foi a reação das mulheres às violências impostas pelos patrões desde a Revolução Industrial. As jornadas de trabalho nas fábricas superavam as 16 horas diárias, os locais de trabalho eram insalubres, as crianças tinham de ir para as fábricas com sua mãe, e a remuneração era menor do que a dos homens. Mesmo que nem tudo esteja diferente, é bom perceber que o Dia Internacional da Mulher surgiu da mobilização política, do engajamento e da cidadania ativa para superar as injustiças sociais, culturais e econômicas - e esse é um bom motivo para celebrarmos a data com disposição.



Todos os dias, somos desafiadas a resgatar a coragem, a força e a organização daquelas mulheres que, ainda no século XIX, ousaram enfrentar as agressões e buscar seu lugar ao sol, com justiça social e igualdade de gênero.

Como fazer para que nossos filhos tenham creche, escola e merenda? Como fazer para que nossas crianças tenham atendimento médico-hospitalar público, gratuito e de qualidade? Como fazer para que eles não sejam vítimas da violência no trânsito ou da falta de oportunidades e perspectiva de futuro, resultado de injusta organização social? Como fazer para que nós mesmas não sejamos vítimas da violência doméstica, da dupla jornada de trabalho, da omissão do Poder Público, que não implanta as políticas de atenção à saúde da mulher?

Nossa ousadia já nos deu conquistas importantes, como o direito ao voto, em 1932; a Lei Maria da Penha, mais recentemente, e mais espaço na vida político-partidária do País, com a minirreforma eleitoral aprovada ano passado que obriga que pelo menos 30% das candidaturas sejam de mulheres já a partir da próxima eleição.

Pessoalmente, quero registrar uma conquista importante das amazônidas e ribeirinhas de todo o País resultante da organização das mulheres do Amapá: a Lei 11.970, de 2009, que obriga a instalação de proteção nos eixos dos barcos, como forma de prevenir os escarpelamentos. Alheias à ignorância das grandes cidades sobre a nossa realidade amazônica, essas mulheres saíram do anonimato e vieram a Brasília, ao Congresso Nacional, não para pedir favor, mas para exigir seus direitos. Daí, resultaram a lei, cujo projeto apresentei em 2007; o direito às cirurgias reparadoras; o direito a indenizações; campanhas de prevenção; visibilidade em todo o País e a conquista da cidadania.

Por meio do Fundo Nacional da Educação Infantil - FUNAEI, iniciativa de minha autoria, conseguimos incluir as creches no repasse de recursos do FUNDEB.

Além disso, Sr. Presidente, estamos trabalhando para incluir as parteiras tradicionais na saúde pública de todo o Brasil, capacitando-as e lhes pagando uma remuneração.

Essas são demonstrações do quanto somos fortes e do quanto podemos fazer para erradicar as injustiças sociais e de gênero.



No centenário do Dia Internacional da Mulher, portanto, devemos consolidar as conquistas daquelas que vieram antes de nós e que nos deixaram de herança sua ousadia, sua história e sua vontade, para tornarmos o mundo melhor a partir do lugar onde vivemos: sem fome, sem corrupção, sem violência. Que seja um mundo com igualdade de gênero, com desenvolvimento sustentável e justiça social.

Parabéns a todas nós pelas mulheres que somos e pelo que somos capazes de fazer!

Viva o Dia Internacional da Mulher!

Para concluir, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigada.



Documento 25/94

030.4.53.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2010-15:45

Publ.: DCD - 09/03/2010 - 6710 ALBERTO FRAGA-DEM -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Balanço da atuação do orador no cargo de Secretário de Estado de Transportes do Governo do Distrito Federal. Avaliação da crise política reinante na Capital da República.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, no Dia Internacional da Mulher, retorno a esta Casa após 3 anos e alguns meses de licença para exercer a função de Secretário de Transportes do Governo de Distrito Federal, tendo como Chefe o Sr. José Roberto Arruda.

Antes de abordar qualquer assunto, quero fazer um balanço do que fizemos nesses 3 anos - todos verão que só na minha Pasta muita coisa foi feita. É evidente, Sr. Presidente, que outros assuntos me trouxeram a esta tribuna, mas hoje realmente farei apenas esse balanço da minha atuação.

O Sr. Mauro Benevides - V.Exa. me permite um aparte, Deputado Alberto Fraga? (Pausa.) Quero saudar a presença de V.Exa. na tribuna, que retorna ao exercício do seu mandato após cumprir a missão que lhe foi confiada pelo Governo do Distrito Federal, e fazer justiça àquele que, no exercício da vaga decorrente de seu afastamento, o Deputado Osório Adriano, portou-se nesta Casa com a maior



dignidade. Quando presente nessa tribuna, trazia ao debate questões sempre relevantes, não apenas para Brasília, mas também para todo o País, com visão bem ampla e abrangente. Homem competente, empresário realizado, ele tem extraordinária sensibilidade para entender os problemas políticos. Portanto, saúdo a presença de V.Exa. e faço a ressalva de que, no período em que V.Exa. ocupou a Secretaria de Governo, aqui estava um substituto à altura da veemência, da tradição e do prestígio de que V.Exa. desfrutava nesta Casa, na qualidade de representante da comunidade brasiliense. Cumprimento V.Exa., portanto.

O SR. ALBERTO FRAGA - Muito obrigado, Deputado Mauro Benevides, eterno Presidente do Congresso Nacional.

Sabemos do valor do nosso suplente, Osório Adriano. No entanto, retornei a esta Casa antes do prazo estipulado pela Lei Eleitoral por decisão do meu partido, o Democratas, que exigiu a saída de todos os seus membros do Governo do Distrito Federal.

Mas vamos aos fatos, Sr. Presidente. Quando eu assumi a Pasta de Transportes, encontrei no Distrito Federal - e quero que as pessoas prestem bem atenção porque estamos em ano eleitoral, para que depois possam fazer um balanço ou até mesmo uma avaliação - uma frota de 2.400 ônibus totalmente antiga e obsoleta. Os ônibus velhos e quebrados paravam nas estradas todo santo dia, penalizando os trabalhadores, que chegavam sempre atrasados ao trabalho, e provocando engarrafamento.

Hoje, nós podemos dizer que renovamos mais de 70% da frota de ônibus do Distrito Federal. Temos 1.020 ônibus com menos de 1 ano de uso. Tenho certeza absoluta de que é a frota mais nova do nosso País.

Encontramos também um serviço irregular de vans, Sr. Presidente, que operavam como queriam e nas quais motoristas, idosos e mulheres bonitas eram maltratados. Creio que não há um cidadão de Brasília que não tenha uma história para contar sobre o péssimo serviço que era prestado pelas vans no Distrito Federal. Retiramos quase 3 mil vans das ruas. Foi uma luta muito dura, e a população sabe muito bem do que estou falando.



Além disso, encontramos um sistema de transporte com baixa frequência de serviços: algo em torno de 3.200 viagens atendiam todo o Distrito Federal. Mesmo reconhecendo que estamos longe do ideal, o serviço de transporte conta hoje com mais de 6 mil viagens diárias. É uma questão de Matemática: só se aumenta de 3.200 para mais de 6 mil o número de viagens feitas - é óbvio, é evidente - aumentando o número de ônibus circulando, o que diminui o tempo de espera da população nas paradas de ônibus.

Outro fato que ocorria em Brasília era a prática do transporte pirata. Ainda existe, mas não na quantidade que encontramos. O transporte pirata estava em tudo quanto era lado. Por que o transporte pirata se consolidou? Por incompetência, por inoperância do sistema de transporte coletivo. Aqueles que conhecem o assunto sabem muito bem que há um cartel, uma máfia poderosíssima que infelizmente controla a situação e faz com que a população se submeta cada vez mais à ganância daqueles empresários que só pensam em lucro e não se dispõem a oferecer um serviço de qualidade à população.

Encontramos também uma legislação completamente desatualizada. O DFTRANS, órgão gestor do transporte público, estava sem moral nenhuma; os empresários dominavam o sistema de transportes. Tivemos de fazer uma verdadeira renovação no setor.

Faltava também prioridade a esse serviço, em favor, isto sim, do transporte individual. Dou o seguinte exemplo: em Hong Kong e Paris, 70% dos habitantes são transportados coletivamente; no Distrito Federal ocorre exatamente o oposto: 70% dos habitantes andam em carro próprio, sozinhos.

É evidente que as ruas do Distrito Federal não vão crescer na mesma proporção. Quem mora em Brasília acompanha o caos decorrente da falta de sistema viário que absorva a grande quantidade de veículos.

Encontramos também, Sr. Presidente, nos terminais rodoviários, uma verdadeira bagunça. Devido ao péssimo estado de conservação desses terminais, o profissional sequer tinha um banheiro à disposição para fazer as necessidades fisiológicas.



Estamos construindo novos terminais para melhorar ainda mais os serviços que serão prestados a toda a população.

Havia carência de abrigos e paradas de ônibus, algo simples.

Esse era o quadro do sistema de transporte do Distrito Federal. Toda reclamação da população é legítima, mas em alguns casos não é real, não é verdadeira. As pessoas querem sair de casa e pegar um ônibus em menos de 5 minutos. É evidente que isso não é possível, lamentavelmente.

Quero dizer rapidamente o que foi feito. Primeiro, fizemos uma lei, definimos um novo marco para o transporte público do Distrito Federal. Foi uma confusão. Os empresários não a queriam porque, por meio dela, tomamos deles o poder de gestão e o passamos ao Governo. Todos sabem que transporte é concessão e não cartel, que somente os empresários dominam. Em quase 25 anos isso não mudou em nada, mas a nova lei dos transportes colocou nas mãos do Governo o poder de gerenciar o sistema.

Também fizemos novos regulamentos: criamos a Câmara de Compensação do Sistema de Transporte Coletivo, com a implantação da bilhetagem automática. No fim do dia, após o transporte dos passageiros, a Câmara de Compensação entrega o produto. On-line, evidentemente. Não se pega mais em dinheiro, como antigamente, quando o dono da VIPLAN pegava um saco de dinheiro e distribuía. Agora, um programa impede que os empresários coloquem a mão no dinheiro. Quem transportou mil passageiros recebe, no final da jornada, os recursos equivalentes.

Ouçoo com prazer o Deputado Domingos Dutra.

O Sr. Domingos Dutra - Deputado Alberto Fraga, obrigado pelo aparte. Em função da sua licença para ocupar um cargo no Governo do Distrito Federal, tivemos pouco contato, mas reconheço em V.Exa. um militante. Tenho visto nesta Casa vários projetos seus na área do processo penal. Não tenho dúvida de que V.Exa. desenvolveu muitas atividades enquanto esteve à frente da Secretaria. Neste momento V.Exa. faz uma prestação de contas, já que está voltando a esta Casa. Não moro aqui em Brasília, mas tenho acompanhado, pelas propagandas e andando pela cidade, o andamento de um conjunto de obras. Ou seja, o Governo



demonstrou ter ação bastante forte na Capital. Gostaria de saber de V.Exa., sem nenhuma provocação, o que aconteceu. De repente, parecia não ser um governo, mas um sorvete, que se desmanchou com muita facilidade. O Governador foi afastado e preso; o Vice-Governador e o Presidente da Câmara Distrital renunciaram ao mandato; os Deputados começaram a responder a processo. Lamento profundamente o que ocorreu em Brasília. Independentemente de sermos de partidos antagônicos, fatos como este e outros atingem todos nós e passam uma imagem muito negativa para o conjunto da população sobre o papel do político. Sabemos que a grande maioria dos Deputados Federais é honesta. Trabalhamos muito, tanto aqui quanto lá fora, mas lamentavelmente todo esse esforço acaba se desmanchando diante de fatos como este. Gostaria que V.Exa. fizesse uma avaliação sobre o que aconteceu. O Governo do Distrito Federal parecia tão forte e, de repente, repito, parecia um sorvete, que se desmanchou com uma ventania, com a maior facilidade. Muito obrigado.

O SR. ALBERTO FRAGA - Muito obrigado pelo aparte, Deputado Domingos Dutra.

Disse que voltaria aqui mais vezes exatamente para explicar essas questões. Nós, Deputados eleitos pelo povo, às vezes não somos responsáveis por tudo o que acontece. A revista Veja traz reportagem, também bombástica, sobre o Tesoureiro do PT, acusado de envolvimento no desvio de mais de 31 milhões, retirados na boca do caixa. Às vezes - e a população sabe disso -, realmente não temos culpa de tudo. O que posso dizer é que lamento por tudo o que vinha sendo feito em Brasília. É lamentável que uma crise se abata desta forma sobre um governo.

Quem mora em Brasília sabe que, em 3 anos, fizemos o que não feito em mais de 30 anos. Por isso fiz questão de vir aqui. E V.Exa. já me faz entrar em outros assuntos que não gostaria de abordar, que vou fazer questão de explicar depois. Não houve desassociação da imagem de quem cometeu um crime eleitoral em 2005 ou 2006 para a imagem do Governador atual. Lamento profundamente que até hoje formadores de opinião não saibam que aquela imagem de José Roberto Arruda recebendo dinheiro não é a mesma do Governador José Roberto Arruda. Não é! A mídia fez questão de encaminhar os fatos de maneira que parecesse que



tudo aconteceu no Governo atual. Este Governo trabalhou. Se houve problemas - e vimos as imagens dos que colocaram dinheiro nas meias, na bolsa -, aconteceram em 2006. Aquilo tem origem, e me parece que o Ministério Público já começa a buscá-la, graças a Deus.

Eu acho que prejulgamento não compete a ninguém. Vejo, isto sim, o prejulgamento de uma situação vivida em Brasília que assustava muita gente: a de um governo com aprovação que há muito tempo não se via. Lamentavelmente, houve esse "tsunami", que desmontou o Governo e que levou o Governador a ser preso. Eu desafio qualquer Parlamentar a dizer que imaginava que isso ia acontecer.

Eu espero que esse tratamento que a Justiça deu ao Governador Arruda seja dado a outros políticos do resto do País. Desculpe-me, Excelência, mas faço questão de dizer: falam do mensalão do DEM, mas também houve o mensalão do PT, e os 40 mensaleiros do PT continuam soltos, promovidos pelo Presidente Lula. E, o que é pior, os crimes que cometeram estão prescrevendo por falta de celeridade por parte da Justiça.

Tudo isso é lamentável, nobre Deputado Domingos. Eu acho que não pode haver 2 pesos e 2 medidas. E eu me defendo: partido não rouba, partido não fala, partido não xinga; seus integrantes é que fazem as bobagens, e eles têm de pagar pelas bobagens que fazem. Agora, da maneira como as coisas estão acontecendo, fico realmente preocupado.

Mas quero tranquilizar a população do Distrito Federal: garanto desta tribuna que a Pasta da qual fui titular por 3 anos vai entregar todas as obras no prazo marcado. Por exemplo: a Linha Verde, pela qual passam 140 mil carros por dia, vai ser entregue no prazo combinado. Da mesma forma, as melhorias feitas no Metrô - e o Presidente Lula ajudou muito, liberando recursos. Todas as obras do sistema viário de Brasília, repito, de competência da Secretaria de Transportes, serão finalizadas e entregues no prazo anunciado.

É lamentável, Deputado, que não tenha sido feita a defesa. Eu não quero defender ninguém que tenha praticado qualquer tipo de crime. A imagem é devastadora. Mas V.Exa. acha correto que um Governador fique preso, sem direito a defesa?



Ele nem sequer foi ouvido! Acho que o advogado fala de maneira muito eloquente e talvez por isso não tenha sensibilizado os Ministros.

Desculpem-me os adversários ou inimigos políticos, mas ele é Governador, está preso como Governador, e não tem direito de ir sozinho ao banheiro? Tem de ir ao banheiro acompanhado de policiais federais!

Eu espero que essa moda não pegue. Classifico isso como tortura psicológica, nobre Presidente, homem que combate muitas injustiças, que denuncia torturas e maus-tratos. Isso eu nunca vi.

Soube que um jornalista preso passou 10 dias com a mesma roupa, com a mesma cueca com que chegou, porque não podia receber nada de fora.

Eu não consigo entender esse regime! Mas é o que está acontecendo. E a população de Brasília não tem nada a ver com isso. A população de Brasília pode ficar despreocupada porque as obras serão entregues, entre elas a do Zoológico, a da Fercal e as da BR-020.

Recentemente, a Controladoria-Geral da União denunciou superfaturamento nas obras. Fui verificar os contratos e vi que eram de 2002. São obras fiscalizadas pelo TCU, são contratos feitos pelo DNIT, mas a culpa recaiu sobre o Governador atual. É muito fácil chutar cachorro morto!

Publicamente, fui visitar várias vezes o Governador Arruda. E vou quantas vezes me for permitido. Eu não tenho esse tipo de problema, eu não tenho a frouxidão de alguns, que se comportam como ratos. Quando o navio está afundando, o rato é o primeiro a pular do navio. Eu não sou rato. Amigo é amigo. Se ele errou, tem de pagar. Mas para isso há Justiça. O que eu estou vendo hoje, lamentavelmente, é que não está sendo feita justiça.

Dizem que o tempo é o senhor da razão. Eu espero que lá na frente a população comece a compreender o porquê dessa força contra o Governador. Às vezes, as pessoas dizem: "Meu Deus, que força essa da Justiça!" Realmente! Acompanhei e fui integrante de várias CPIs. O próprio Fernandinho Beira-Mar, que aqui estive e ainda está preso, talvez tenha mais privilégios ou mais privacidade do que o Governador.



Eu não queria entrar nessa seara, mas o nobre Deputado Domingos Dutra me fez desviar do assunto, e eu tinha de manifestar essa posição. Tudo o que está acontecendo em Brasília é fruto de um governo que, ao iniciar, deparou-se com uma Brasília ilegal na qual se invade terra pública com a maior naturalidade do mundo. Este Governo que aí está, praticamente dissolvido, não permitiu nenhuma invasão de terra pública. Hoje, uma quantidade imensa de crianças está na educação integral, e uma quantidade imensa de escolas foram construídas com dinheiro que era desviado.

Não vim a esta tribuna defender absolutamente nada. Não estou pedindo hotel 5 estrelas para quem está preso, mas não posso ficar calado, diante das imagens, das fotografias que vi - durante a visita que fiz não vi nada daquilo. Não concordo também com o advogado, que disse que é uma masmorra. Mas dizer que aquilo é uma mesa de trabalho... Nos piores quartéis em que trabalhei na minha vida - e todo mundo sabe que o quartel é o lugar mais absurdo que existe, porque os governos esquecem de dar o mínimo de condições de trabalho - há aquelas escrivaninhas velhas. E é justamente uma dessas que está sendo oferecida ao Governador, para escrever. Ele está escrevendo. Quem sabe até não faça um bom relatório, para que as pessoas públicas meditem e imaginem o que pode verdadeiramente acontecer.

Fui um dos políticos que lutaram para que este Governo se estabelecesse. De tudo o que foi feito, particularmente, não me arrependo de nada. Fizemos uma verdadeira revolução no Distrito Federal. Moralizamos o Distrito Federal. Em algumas cidades daqui, como a Ceilândia, não se conseguia enxergar a calçada, pois estava tomada por ambulantes e vendedores, o que, infelizmente, tornava feita aquela cidade tão bonita.

Mexemos em muitas coisas, nas quais nenhum governador teve coragem de mexer. O Governador que, ao assumir, demitiu mais de 20 mil cabos eleitorais, certamente ia sofrer alguma coisa, já sabíamos. Mas não poderia ser dessa forma. Se quiserem, vamos dividir as coisas - ali está o companheiro Deputado Alceni Guerra, que fez parte do Governo. As imagens devastadoras em momento algum foram desassociadas do Governo. Recebeu dinheiro? É um crime eleitoral. Então,



vamos nos ater ao crime eleitoral. A imprensa, maldosamente, quando fala em mensalão do DEM, mostra uma imagem totalmente fora do contexto.

Não terei, nesta tribuna, nenhum tipo de constrangimento para discutir sobre o mensalão, até porque quem inaugurou a prática não foi o Democratas de Brasília. Temos histórias e mais histórias para contar. Lamento profundamente que a Justiça não tenha agido com a mesma celeridade em outros casos.

Voltarei à tribuna em outra oportunidade, talvez numa quinta-feira ou numa sexta-feira, para fazer o balanço do meu trabalho na Secretaria de Transportes. Não cheguei lá como um técnico, mas como uma pessoa bem-intencionada. Tenho certeza de que a população vai reconhecer o que foi feito na área do transporte no Distrito Federal. Está longe do ideal porque não chegamos ao final, mas, com a conclusão do Programa Brasília Integrada, a população trabalhadora de Brasília vai ter do que se orgulhar. E vai se orgulhar daquele que teve a coragem de iniciar a transformação de um setor que estava corrompido e na mão de poucos empresários, que não estão nem aí para o povo do Distrito Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Dutra) - Deputado Alberto Fraga, com certeza, retornando à Casa, V.Exa. terá espaço suficiente para fazer a prestação de suas atividades exitosas no Governo do Democratas.



Documento 26/94

029.4.53.O Sessão Solene - CD 08/03/2010-12:48

Publ.: DCD - 09/03/2010 - 6695 DARCÍSIO PERONDI (PRESIDENTE)-PMDB -RS
CÂMARA DOS DEPUTADOS HOMENAGEM FALA DO PRESIDENTE OU NO
EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA
FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Saudações às servidoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Expectativa quanto às ações do Ministério Público e do Ministério da Justiça para o efetivo cumprimento da chamada Lei Maria da Penha. Importância do voluntariado brasileiro para o desenvolvimento social País. Apelo ao Presidente Michel Temer e aos Líderes partidários de inclusão na pauta das propostas de regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, sobre a destinação de receitas para a saúde pública, e de ampliação do período da licença-maternidade para 180 dias.

O SR. PRESIDENTE (Darcísio Perondi) - Muito obrigado, Dr. Frutuoso. Só uma explicação: de fato, não houve comunicação suficiente entre nós Deputados signatários desta sessão e o protocolo. Nós não conseguimos convidar o Presidente do Conselho Nacional, o Sr. Ministro e o Presidente do CONASEMS. Com certeza, se nós os tivéssemos convidado, eles estariam aqui.

O Dr. Frutuoso, Dra. Heloísa, põe o coração, a energia, a emoção, a inteligência e toda a técnica que ele tem inteiramente em defesa do SUS. Ele é uma Zilda de calças compridas.



Quero, na pessoa da funcionária Maria Zélia Santos Nogueira de Sá, Chefe do nosso Protocolo, prestar homenagem a todas as funcionárias da Câmara e do Senado, bem como às esposas e namoradas de todos os funcionários do Congresso Nacional, neste Dia Internacional da Mulher.

Que o Ministério Público e o Ministério da Justiça usem suas armas para que a Lei Maria da Penha seja executada de fato. Que ela não seja letra morta. Que ela saia do papel e tenha cada vez mais eficácia.

Antes de encerrar, quero fazer 2 registros. Primeiro, quero dizer que esta sala está impregnada de solidariedade, sim, de ajuda ao próximo, sim, de mãos estendidas ao próximo, sim. Que esta sessão sirva para abrir a mente de muitos gestores, em especial os da área econômica, não só do Governo Federal, mas também dos Governos estaduais. Que respeitem o voluntariado brasileiro! Sem o voluntariado, o que seria do País, não é, D. Heloísa?

Alguns partidos políticos e muitos gestores, em especial os da Receita Federal, entendem que tudo tem de ser ou público ou privado. No coração deles não existe espaço para o voluntariado. Mas o que seria deste País sem o voluntariado, na educação, na saúde, na religião, na assistência social, no lazer, em tantas áreas? (Palmas.)

Para encerrar, quero fazer um apelo, Deputados Alcení Guerra, Raimundo Gomes de Matos, Rodrigo Rollemberg, Luiz Carlos Hauly e Paulo Lustosa, ao Presidente da Casa, o Deputado Michel Temer. A Dra. Zilda Arns lutou conosco pela regulamentação da Emenda nº 29/00, Deputado Michel Temer. E V.Exa., que tem coração, tem coragem, solidariedade, tem toda uma história política, V.Exa. que preside esta Casa com muita altivez e coragem, V.Exa. teve a coragem, Deputado Michel Temer, de dizer que esta Casa não ficaria engessada pelas medidas provisórias. V.Exa. interpretou, como o maior jurista do Brasil que é, que medidas provisórias não sabotariam nem trancariam a pauta, e esta Casa há mais de 1 ano vem sendo o palco dos debates das necessidades, dos direitos humanos, daquilo que o brasileiro quer. Muitas PECs e leis foram votadas aqui porque V.Exa. teve coragem. Por isso faço este apelo a V.Exa. e aos Líderes: independentemente do bloqueio praticado pelo Palácio do Planalto e pela área econômica, que não



querem a regulamentação da Emenda nº 29/00, coloquem-na em pauta, sim, e de preferência na pauta desta semana. E coloquem em pauta também a licença-maternidade de 6 meses.

Para encerrar, na presença do grupo que representa a Pastoral da Criança, vou entregar à Dra. Heloísa, em nome de todos os Deputados e Deputadas desta Casa, um buquê de flores. Estas flores simbolizam, Dra. Heloísa, a luta da sua mãe pela saúde, pela paz e acima de tudo pela esperança de uma vida melhor para todos os brasileiros. (Palmas. Pausa.)



Documento 27/94

030.4.53.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2010-15:03

Publ.: DCD - 09/03/2010 - 6704 JANETE CAPIBERIBE-PSB -AP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Conquistas das mulheres amazônidas.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (Bloco/PSB-AP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, parabeno as mulheres no centenário do Dia Internacional da Mulher. A data foi instituída em 1910, durante a Conferência Internacional de Mulheres, em Copenhague, na Dinamarca, resultado da luta das mulheres em reação às violências impostas pelos patrões desde a Revolução Industrial.

Naquele ocasião, as jornadas de trabalho das mulheres nas fábricas eram maiores que 16 horas, em locais insalubres e com remuneração menor que a dos homens. Sr. Presidente Luiz Couto, o Dia Internacional da Mulher surgiu da luta ao longo dos tempos. A mobilização política, o engajamento, a cidadania ativa para superar as injustiças sociais, culturais, econômicas fizeram com que hoje estejamos comemorando o centenário do Dia Internacional da Mulher. Temos hoje, sim, um bom motivo para celebrar este 8 de março muito especial.



Todos os dias somos desafiadas a resgatar a coragem, a força e a organização daquelas mulheres que, no século XVIII, ousaram enfrentar as agressões para buscar seu lugar ao sol, com justiça social e igualdade de gênero.

Como fazer para que nossos filhos tenham creches, escola, aula e merenda, para que as crianças tenham atendimento médico-hospitalar público, gratuito e de qualidade e que não sejam vítimas da violência, que é o resultado da organização social injusta? Que nós mesmas não sejamos vítimas da violência doméstica, da dupla jornada de trabalho, da omissão do Poder Público, que não implanta as políticas de atenção à saúde da mulher?

Nossa ousadia já nos deu conquistas importantes, como o direito ao voto, em 1932, a Lei Maria da Penha, mais recentemente, e mais espaço na vida político-partidária, com a minirreforma eleitoral, aprovada no ano passado, tornando obrigatória a presença mínima de 30% das mulheres nas candidaturas em cada partido a partir desta eleição.

Pessoalmente, quero registrar uma conquista importante das mulheres amazônidas e ribeirinhas de todo o País, resultado da organização das mulheres do Amapá: a Lei nº 11.970, de 2009, que previne acidentes com escarpelamentos, uma realidade amazônica. Essas mulheres saíram do anonimato, vieram a Brasília e sensibilizaram o Congresso Nacional, que aprovou, 2 anos após a apresentação do projeto de lei, a Lei 11.970, que vai prevenir um sofrimento cruel, Deputado Luiz Couto, que são os escarpelamentos, que arrancam o couro cabeludo, o couro da nuca, da testa, as orelhas. É um mal terrível que as mulheres amazônidas e ribeirinhas vivem.

Por meio do FUNAEI - Fundo Nacional da Educação Infantil, PEC de minha autoria que tramitou nesta Casa, incluímos as creches no repasse dos recursos obrigatórios do FUNBEB. Esse é um avanço muito grande, uma conquista das mulheres, das nossas crianças, das famílias. Estamos trabalhando para incluir as parteiras tradicionais no sistema de saúde pública do País.

No centenário do Dia Internacional da Mulher, devemos consolidar as conquistas daquelas que vieram antes de nós e que nos deixaram de herança sua ousadia, sua história e sua vontade, para que, a partir do lugar onde vivemos, tornemos o



mundo melhor, sem fome, sem corrupção, sem violência. Que seja um mundo com igualdade de gêneros, com desenvolvimento sustentável, com justiça social.

Parabéns, pelas mulheres que somos e pelo que somos capazes de fazer!

Sr. Presidente, solicito que este pronunciamento seja divulgado nos órgãos de comunicação desta Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - V.Exa. será atendida, nos termos regimentais.



Documento 28/94

030.4.53.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2010-16:48

Publ.: DCD - 09/03/2010 - 6719 LUIZ COUTO (PRESIDENTE)-PT -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES FALA DO
PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Associação ao pronunciamento do Deputado Domingos Dutra sobre o Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Deputado Domingos Dutra, quero me associar ao pronunciamento de V.Exa., pela profundidade e pela consistência. V.Exa. fala da presença da mulher, ainda muito pequena, na sociedade, principalmente na política, no Poder Judiciário e no Poder Executivo.

Tenho certeza de que as mulheres estão conquistando cada vez mais os seus espaços, não como uma dádiva dos homens, mas como uma conquista sua, devido à mobilização e à luta. As mulheres hoje são a maioria da população brasileira. Infelizmente, ainda há muito preconceito, muita discriminação, muita violência praticada contra as mulheres.



Documento 29/94

030.4.53.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2010-16:48

Publ.: DCD - 09/03/2010 - 6718 DOMINGOS DUTRA-PT -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Ações do Governo Luiz Inácio Lula da Silva a favor das mulheres brasileiras. Baixa participação feminina nas áreas pública e privada. Expectativa de votação pela Casa de projetos de lei de interesse das mulheres.

O SR. DOMINGOS DUTRA (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, galerias aqui presentes, senhoras e senhores funcionários desta Casa, aqueles que estão em casa, como Carlos Monteiro, Selma e outros tantos que estão no Maranhão, assistindo à TV Câmara, brasileiras e brasileiros que estão no exterior e acompanham esta sessão da Câmara pela Internet, volto a esta tribuna para homenagear as mulheres pelo seu dia, 8 de Março, quando se comemoram os 100 anos de instituição do Dia Internacional da Mulher. É o dia em que o mundo reflete, analisa e toma medidas para diminuir as injustiças praticadas contra as mulheres.

É evidente que o Brasil avançou bastante nessa luta permanente de construção de uma sociedade justa, igualitária, fraterna e sem violência. Criamos Delegacias da Mulher; os Estados criaram os Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher;



este Parlamento aprovou a Lei Maria da Penha, para diminuir a violência doméstica; há uma série de iniciativas legislativas para evitar a violência praticada contra a mulher fora do lar; o Presidente Lula criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com status de Ministério. Mas é evidente que ainda estamos longe de viver numa sociedade sem violência contra as mulheres. Todos os dias, nos jornais e na televisão, verificamos a quantidade de assassinatos de mulheres, praticados por maridos e companheiros. Enfim, há uma violência generalizada. Nos últimos 30 dias foram registrados pela mídia 2 assassinatos de mulheres praticados por ex-maridos.

Portanto, 8 de março é o dia em que devemos comemorar os avanços, mas sobretudo refletir sobre o assunto e tomar medidas para diminuir e - quem sabe? - eliminar todas as formas de violência e de discriminação contra a mulher.

Apesar do nosso País ter avançado bastante, trouxe aqui alguns dados bastante ilustrativos que nos mostram que ainda vivemos numa sociedade machista: quase 51% da população brasileira é composta de mulheres; há 92.423.000 pessoas do sexo masculino e 97.529.000 pessoas do sexo feminino - portanto, as mulheres são maioria numérica no Brasil.

Do ponto de vista eleitoral, as mulheres também são maioria no País. Porém, os dados sobre os entes públicos de natureza federativa revelam que há diferença muito grande na quantidade de homens e mulheres. Vejamos: na Câmara dos Deputados somos 513 Deputados Federais, dos quais apenas 46 mulheres, o que corresponde a 8,9% do total; no Senado há apenas 10 mulheres, o que corresponde a 12,34% do total; dos 5.530 Prefeitos e Prefeitas do País, apenas 506 são mulheres, o que corresponde a 9% do total; dos 52 mil Vereadores brasileiros, somente 6.580 são mulheres, o que representa 12% do total; dos 27 Governadores, incluindo o do Distrito Federal, apenas 4 são mulheres, o que corresponde a 14% do total; dos 11 Ministros do Supremo Tribunal Federal, apenas 2 são mulheres: a Ministra Cármen Lúcia e a Ministra Ellen Gracie, que representam 19% do total; dos 33 integrantes do Superior Tribunal de Justiça, apenas 5 são mulheres, correspondendo a aproximadamente 15% do total; dos 37 Ministros do Governo Federal, incluindo Secretários que têm status de Ministro, a



Ministra Dilma Rousseff e a Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres representam 5,4% do total; dentre os 14 Ministros do Superior Tribunal Militar só há 1 mulher, que representa, portanto, um pouco mais de 10% do total; dos 26 Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, apenas 2 são mulheres, ou um pouco mais de 19% do total.

Se formos examinar as empresas privadas, verificaremos que a maioria esmagadora dos que exercem poder de decisão é de homens.

Na Marinha, na Aeronáutica, no Exército, na Polícia Federal, na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros, as mulheres também são minoria.

Por isso, nesta data, ao mesmo tempo em que parabeno as mulheres, em que reconheço todos os avanços que o mundo tem obtido, principalmente o mundo ocidental, porque no mundo muçulmano as mulheres ainda vivem numa situação muito degradante, também reconheço que é necessário fazer muita coisa para que possamos viver numa sociedade justa, livre, fraterna e solidária. É impossível falar em justiça, em fraternidade, em solidariedade enquanto mulheres exercem as piores profissões, recebem os piores salários por funções iguais, cumprem jornada de trabalho dupla, às vezes 3 vezes maior do que a nossa, sem ocupar cargos de decisão na sociedade.

Desejo que esta Casa avance na apreciação dos projetos que estão tramitando, os quais representam avanço porque garantem as condições para uma vida digna a todas as mulheres brasileiras.

Quero parabenizar todas as servidoras desta Casa, as servidoras efetivas, a exemplo das taquígrafas que aqui registram a nossa fala, e aquelas que estão nos gabinetes, as mulheres que estão no campo, que estão quebrando coco, que estão pescando, bem como as que estão espalhadas pela administração pública do Brasil.

Peço licença para parabenizar a minha esposa, Núbia Dutra, advogada e psicóloga que neste momento está no Maranhão labutando em audiências para sobreviver, e de forma especial minha mãe, D. Raimunda Rosa, que teve 20 filhos e criou todos, ou quase todos, porque 6 morreram à míngua antes de completar 1 ano de idade, como ainda morrem à míngua milhares de brasileiros. Imaginem



V.Exas. a quantidade de crianças que morriam antes de completar 1 ano de idade, há 50 anos, na zona rural do Maranhão! Eu tive 6 irmãos que faleceram nessa condição. A minha mãe, quebradeira de coco, dona de casa, fazedeira de filho, como eu sempre digo, porque teve 20 filhos, hoje está completando 94 anos de idade. Aliás, quero dedicar este dia a ela e, por intermédio dela, homenagear todas as mulheres batalhadoras deste País, que são responsáveis pelo equilíbrio, pela sensatez e pela sustentação da sociedade brasileira.

Esse, Sr. Presidente, era o pronunciamento que queria fazer nesta data tão importante para a humanidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Deputado Domingos Dutra, quero me associar ao pronunciamento de V.Exa., pela profundidade e pela consistência. V.Exa. fala da presença da mulher, ainda muito pequena, na sociedade, principalmente na política, no Poder Judiciário e no Poder Executivo.

Tenho certeza de que as mulheres estão conquistando cada vez mais os seus espaços, não como uma dádiva dos homens, mas como uma conquista sua, devido à mobilização e à luta. As mulheres hoje são a maioria da população brasileira. Infelizmente, ainda há muito preconceito, muita discriminação, muita violência praticada contra as mulheres.



Documento 30/94

030.4.53.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2010-17:09

Publ.: DCD - 09/03/2010 - 6721 FLÁVIO DINO-PCDOB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem às trabalhadoras de todo o País. Importância da adoção de ações e políticas afirmativas em prol das mulheres. Defesa de ampliação da participação feminina no Parlamento brasileiro. Eventos realizados no Estado do Maranhão em comemoração do Dia Internacional da Mulher. Reportagem sobre o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, de autoria da jornalista Paula Pacheco, publicada no jornal O Estado de S. Paulo. Editorial Refis engorda lucros, do Estadão, sobre o tema. Necessidade de aprovação, pela Casa, de propostas de reajuste do salário mínimo e de benefícios previdenciários.

O SR. FLÁVIO DINO (Bloco/PCdoB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Luiz Couto, Deputado Luiz Carlos Hauly, Deputado Domingos Dutra, eminentes Parlamentares, senhoras e senhores, quero iniciar meu pronunciamento desta tarde, em primeiro lugar, também reverenciando o Dia Internacional da Mulher, uma data de muita luta de todo o povo, não só das mulheres. A data marca a luta de exatamente 100 anos pela redução da jornada de trabalho, tema que permanece atual. Tanto que uma das propostas que hoje as



centrais sindicais trazem a esta Casa é exatamente a de redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Foi justamente uma reivindicação trabalhista, uma reivindicação das mulheres trabalhadoras, que fez nascer a data que hoje comemoramos.

Então, quero homenagear todas as mulheres do País, especialmente as do Maranhão, pelo transcurso dos 100 anos do Dia Internacional da Mulher. Quero homenageá-las especialmente na figura das assessoras parlamentares que tenho em Brasília e no Maranhão, que prestam um grande trabalho para que eu possa bem desempenhar essa função de representar o povo daquele Estado.

Exatamente em razão do compromisso com a luta das mulheres, quando fui Relator da reforma eleitoral, ano passado, acolhi reivindicações da bancada feminina que estão sendo implementadas este ano e que constam da Lei nº 12.034, de 2009.

Estou muito alegre por ter participado, na qualidade de Relator, dessa grande conquista: de um lado, a reserva de recursos financeiros do Fundo Partidário, para que haja promoção de atividades destinadas a ampliar os índices de participação política feminina; de outro, a reserva de tempo no horário partidário, no horário da propaganda dos partidos na televisão com o mesmo intuito: que as representantes políticas não só deste Parlamento, mas todas as mulheres que se dedicam à luta política no País, possam ter espaço garantido. E, por meio da política de cotas, de ações afirmativas, possamos ampliar o número de Deputadas não só na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, mas em todos os cargos políticos de representação existentes em nosso País. Já é lei, e tenho certeza de que essas 2 grandes conquistas da bancada feminina desta Casa produzirão bons frutos nos próximos anos.

Quero novamente homenagear a Deputada Alice Portugal, que ora coordena a bancada feminina, uma das que mais lutou no PCdoB da Bahia, ao lado das demais Parlamentares desta Casa, para que constassem essas 2 conquistas na lei que veiculou a reforma eleitoral.

Também nessa linha, Sr. Presidente, há pouco, o Deputado Luiz Carlos Hauly referiu-se a uma PEC, de sua autoria, que destina uma parte dos assentos nesta



Casa às mulheres. E essa PEC aguarda, de fato, apreciação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, sob minha relatoria. Desde o ano passado, emiti parecer favorável. Reitero agora parecer favorável à proposta de S.Exa., o Deputado Haully, exatamente para que a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania dê mais esse passo no sentido de ampliar a presença das mulheres na Câmara dos Deputados. É uma proposta de grande alcance, de muita profundidade, que ensejará, com certeza, muitas discussões, mas que tem a minha posição favorável.

Trabalhadoras e empresárias do meu Estado, recebam os meus cumprimentos pelo grande trabalho que realizam quotidianamente pela prosperidade, pela riqueza, pelo progresso do Maranhão.

As trabalhadoras urbanas, de modo geral, sobretudo as trabalhadoras rurais, as empregadas domésticas laboram em condições extremamente desfavoráveis. Mas o nosso Estado tem uma presença forte da agricultura familiar, da atividade extrativista. Por isso quero mencionar especialmente as quebradeiras de coco, as lavradoras, as pescadoras pelo grande trabalho que realizam em prol do sustento de suas famílias e de alternativas de renda para o nosso Estado.

Quero reverenciar também as pequenas e microempresárias, comerciantes que respondem por um grande número de empregos no nosso Estado.

O setor de comércio e de serviços é cada vez mais o motor da economia mundial, e no caso maranhense não é diferente. Grande parte das nossas cidades têm no setor de comércio e serviços sua atividade econômica principal, sustentado, mantido, coordenado e conduzido por muitas mulheres, pequenas e microempresárias, que também recebem os meus cumprimentos.

Finalmente, Sr. Presidente, aludindo ao Dia Internacional da Mulher, quero me referir a duas iniciativas parlamentares que marcaram e marcam a comemoração do Dia Internacional da Mulher no Maranhão.

Em primeiro lugar, na manhã de hoje, por iniciativa da Vereadora Rose Sales, do PCdoB da Câmara Municipal de São Luís, foi realizada uma grande caminhada no centro da cidade, saindo da Praça Deodoro até a Câmara Municipal. As militantes políticas do nosso Partido, da Secretaria de Mulheres do PCdoB, da CTB e de



outras entidades femininas estiveram presentes e ali realizaram um ato de demonstração pública, a toda a população de São Luís, da atualidade das reivindicações específicas das mulheres atinentes à igualdade em todos os sentidos: igualdade no trabalho, igualdade no lar, igualdade de oportunidades. Por isso quero referir-me muito especialmente a esse momento, assim como saudar a Deputada Helena Heluy, do PT do Maranhão, partido de V.Exa., eminente Presidente, a qual promove e organiza uma sessão de homenagens a muitas mulheres lutadoras. A Assembleia Legislativa, assim também, por iniciativa da Deputada Helena, está dando sua contribuição para que o Dia Internacional da Mulher seja adequadamente lembrado no nosso Estado.

Finalmente, Sr. Presidente, quero referir-me concretamente ao trabalho de uma mulher, jornalista, que no final de semana fez uma grande reportagem sobre a situação do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, projeto que votamos aqui, e tema de editorial, no dia de ontem, do jornal O Estado de S. Paulo. O título do editorial desse jornal é: Refis engorda lucros. Refere-se o editorial à reportagem da jornalista Paula Pacheco. Então uma mulher jornalista - seguindo uma longa tradição desta Casa, pois setoristas deste Parlamento fazem um grande trabalho -, essa repórter do jornal O Estado de S. Paulo revelou aquilo que sabíamos. O editorial do Estadão repercute esse trabalho jornalístico de grande alcance, analisando as consequências fiscais do programa que aqui aprovamos no ano passado, chamado REFIS da Crise.

Sr. Presidente, é muito importante a leitura do editorial Refis engorda lucros, o que demonstra que, ao aprovarmos essa lei ano passado, sem um debate mais aprofundado, acabamos por beneficiar indevidamente empresas com medidas que não seriam necessárias naquele momento e que agora produzem efeitos negativos, na medida em que distorcem inclusive o princípio da livre concorrência e alimenta uma espécie de jogo dos espertos.

Contribuições sociais, deveres e obrigações tributárias não são adequadamente adimplidas por setores empresariais que não precisam de benefícios, na certeza de que, subseqüentemente, em algum momento, este Parlamento votará uma outra lei que garantirá novos benefícios.



De modo que, na verdade, tudo isso é um estímulo àqueles que não pagam adequadamente os seus impostos, as suas contribuições. E é isso que demonstra o editorial de O Estado de S. Paulo.

É muito importante essa lembrança acerca da situação do REFIS, neste momento em que se anuncia, para as próximas semanas, a votação das medidas provisórias que tratam do salário mínimo e do reajuste dos benefícios previdenciários. Alega-se que não há espaço fiscal para medidas que beneficiem mais claramente trabalhadores e aposentados. E essa lei que votamos ano passado, analisada pelo jornal O Estado de S. Paulo demonstra que, na verdade, há um desbalanceamento na distribuição da riqueza nacional.

Nós produzimos aqui medidas denominadas anticíclicas, naquele momento necessárias, de combate à crise mundial. Agora temos que ter a mesma generosidade para com os trabalhadores e aposentados. Se tivemos a capacidade de beneficiar aqueles que nem mesmo precisam, como o jornal O Estado de S. Paulo demonstra, é hora deste Parlamento fazer com que trabalhadores que ganham salário mínimo, aposentados e pensionistas tenham também um tratamento justo, adequado.

Ano passado, em renúncias de exonerações fiscais, foram mais de 25 bilhões de reais, votados por este Parlamento em favor de segmentos empresariais do nosso País. Portanto, é hora de também garantirmos que uma parcela da riqueza nacional seja adequadamente distribuída àqueles que mais precisam.

Por isso apresentei emendas contra reajuste real zero do salário mínimo, pois é um grande equívoco. Acredito que a Câmara dos Deputados não irá chancelar essa ideia de, em janeiro do próximo ano, aprovar reajuste zero para o salário mínimo. Não concordamos com a interrupção da política bem-sucedida de aumentos reais do salário mínimo. Esse será um tema votado até o final de março, assim como discutiremos os padrões de recomposição das aposentadorias e pensões.

Acredito também que precisamos ir além daquilo que a medida provisória veiculou - apenas 50% da variação do Produto Interno Bruto.



Quando comparamos as medidas provisórias relativas a essas remunerações - seja salário mínimo, sejam aposentadorias - com as medidas provisórias votadas em favor das empresas, verificamos que há exatamente uma falta de igualdade, uma falta de isonomia, e é por isso que precisamos ter essa sensibilidade social neste mês, quando da votação dessas medidas provisórias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 31/94

030.4.53.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2010-14:21

Publ.: DCD - 09/03/2010 - 6697 VITAL DO RÊGO FILHO-PMDB -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da mulher. Conquistas alcançadas pelas mulheres brasileiras. Combate às discriminações praticadas contra a mulher. Ampliação da participação feminina no mercado de trabalho.

O SR. VITAL DO RÊGO FILHO (Bloco/PMDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meu amigo Deputado Luiz Couto, neste dia de hoje, como não poderia deixar de ser, quero me referir ao transcurso do Dia Internacional da Mulher, data em que, além dos necessários resgates e comemorações, da solidariedade e do reconhecimento da ocupação de espaços pela mulher no País, uma série de reivindicações - muitas delas ressaltadas neste pronunciamento - é evidenciada, dando conta de que, cada vez mais, se faz necessário uma tomada de posição em defesa de políticas afirmativas que valorizem a mulher em todos os segmentos.

Hoje, as mulheres têm sua importância reconhecida. Vejam - e esse é um dado relevante - que, há 20 anos, a participação da mulher no Produto Interno Bruto era de apenas 18%; hoje, elas são responsáveis por 44% do PIB. A inserção da mulher no mercado de trabalho é uma realidade.



Por tudo isso, sinto-me honrado em poder fazer este singelo pronunciamento no Poder Legislativo federal neste dia comemorativo.

O 8 de março é uma data significativa na defesa dos direitos das mulheres em todo o mundo. É um dia, como disse, de afirmação das lutas históricas das mulheres, como também é um dia de comemoração, pois brindamos as conquistas e, especialmente, os avanços que possibilitam antever dias de mais igualdade e mais respeito à condição feminina.

Inegavelmente há, em nossos tempos, um esforço para tentar diminuir e - quem sabe um dia? - terminar o preconceito e a desvalorização da mulher. Mas é bom que fiquemos atentos, pois, apesar de todos os avanços, as mulheres ainda sofrem em muitos locais com baixos salários, violência doméstica, jornada excessiva de trabalho, desvantagens na carreira profissional, além de preconceitos de toda ordem. Se muito já foi conquistado, é também certo que muito ainda há para ser modificado nessa história.

O Dia Internacional da Mulher, nobres Deputadas e Deputados, é muito mais do que a comemoração de uma data que, como todos sabem, remete a um momento trágico da trajetória feminina no mundo do trabalho. A morte de operárias americanas numa fábrica de tecidos desencadeou mudanças, principalmente de ordem ideológica, que culminaram no aprofundamento das discussões sobre o papel da mulher como ser produtivo, ressaltadas as suas particularidades.

Este dia tem sua importância, porque as mulheres, por mais que tenham obtido avanços, por mais que ocupem um espaço maior, ainda vivem uma realidade muito distante da igualdade de gênero no País e no mundo.

Portanto, nossa solidariedade, carinho, dedicação e companheirismo a todas as mulheres, principalmente às que têm estado à frente na luta pelos direitos das mulheres, pela igualdade de gênero.

Se muito já se fez, outro tanto ainda resta por fazer, incumbência não apenas das mulheres, das organizações que lutam pelo que ainda lhes é negado, das lideranças que representam 90 milhões de brasileiras, mais da metade da nossa população, mas também de todos nós, homens e mulheres que cremos na dignidade humana e no direito que tem toda pessoa à justiça, ao respeito e à



felicidade. Restam muitos desafios a vencer, muita injustiça a combater, muita discriminação a eliminar, muito preconceito a extinguir, muita desigualdade a suprimir. Só assim, poderemos alcançar o futuro pelo qual todos trabalhamos: um futuro economicamente mais próspero, socialmente mais justo e eticamente mais digno.

Caros pares, infelizmente, as mulheres ainda encontram situações de intolerância e descrédito, como ocorre em países do Oriente Médio, da América Central, da África e da Ásia - é o caso da Índia, por exemplo. Nesses países, muitas mulheres ainda são tratadas como um problema social, são mutiladas, violentadas, desprezadas e ignoradas em seus direitos.

A sociedade tem de pensar no bem-estar das mulheres, acabar com a violência contra a mulher, a intolerância e todas as ameaças aos direitos femininos, respeitando a sua dignidade pessoal, social e profissional.

No mercado de trabalho, no Brasil e em países do Primeiro Mundo, já é excedente o número de mulheres disputando vagas em todos os setores. Consideradas grandes profissionais, elas já ocupam uma boa porcentagem da política e disputam, páreo a páreo, com os homens novas oportunidades profissionais e de desenvolvimento do seu potencial humano.

No meu dia a dia, tenho convivido com grandes mulheres, que são um exemplo de coragem e de persistência. Aproveito o ensejo da data, então, para homenagear minha mãe, Nilda Gondim, uma grande guerreira, uma mulher que consegue ser forte e frágil, delicada e decidida, companheira, amiga, um exemplo de mãe e de vida, e todas as demais mulheres que fazem parte da minha história, pois sem a ajuda delas, em sua organização, apoio, carinho, atenção, competência, não seria possível ser o homem que sou hoje.

Por fim, Sr. Presidente, quero deixar registrada a minha homenagem às ilustres colegas da bancada feminina da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que tão brilhantemente representam a determinação, a coragem e o valor da mulher brasileira.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Nobre Deputado Vital do Rêgo Filho, associa-me ao pronunciamento de V.Exa. sobre a importância que tem a mulher na história, na economia, na cultura e na formação do povo brasileiro.

Neste Dia Internacional da Mulher, todos devemos reconhecer sua atuação e conquistas, principalmente na luta contra a violência. Como dizia o velho Capiba "em mulher não se bate nem com uma flor. Loira, morena, qualquer que seja a cor. Não se bate nem com uma flor".

A luta das mulheres contra a violência é um sinal de que este mundo pode ser diferente.

A minha homenagem a todas as mulheres brasileiras, principalmente às mulheres do Parlamento, às servidoras da Taquigrafia e da Seção de Atas, às funcionárias desta Casa, que tanto fazem para que tenhamos o melhor da sua energia.



Documento 32/94

030.4.53.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2010-14:33

Publ.: DCD - 09/03/2010 - 6700 MARCONDES GADELHA-PSC -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Avanços e conquistas das mulheres no País e no mundo. Necessidade de combate às discriminações e à violência contra a mulher brasileira. Defesa de participação feminina na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Apoio ao projeto de lei sobre a ampliação do período da licença maternidade para 180 dias.

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, em um dia como este, em meados do século XIX, 128 mulheres morreram queimadas ou sufocadas em uma fábrica incendiada na cidade de Nova Iorque, onde lutavam por direitos sociais e políticos, incluindo-se aí redução da jornada de trabalho de 16 para 10 horas.

Foi uma primavera às avessas, Sr. Presidente, uma primavera de flores fenecidas. Mas nunca o espírito da mulher desabrochou com tal viço e se impôs com tal determinação no enfrentamento da submissão e do opróbrio, como se o sangue do martírio fosse o húmus que faltava.

Cerca de 60 anos depois, em 1910 mais precisamente, um congresso de mulheres na Dinamarca rendeu comovida homenagem e estabeleceu aquele dia



como o marco e símbolo definitivo da luta contra a discriminação de gênero. Mas só em 1975 a Organização das Nações Unidas proclamou o 8 de março como Dia Internacional da Mulher.

Celebramos hoje uma sequência de avanços e conquistas que asseguraram a emancipação plena e plena autonomia à mulher, enquanto sujeito de direitos, deveres e necessidades.

Essas conquistas, infelizmente, chegaram ao Brasil com certo atraso, Sr. Presidente. Somente nos anos 30, com Getúlio Vargas, o direito de voto e os direitos trabalhistas foram estendidos às mulheres, e com a urbanização que se seguiu tivemos também mudanças no comportamento social que franquearam às mulheres mais acesso e condições para o exercício das suas capacidades.

Na prática, porém, aqueles direitos políticos foram postergados para todos com a introdução do Estado Novo, e só ao final dos anos 40 tiveram vigência plena. Bem assim, as mudanças de comportamento a que nos referimos só se tornaram concretas e consensuais a partir dos anos 60, quando a ciência outorgou à mulher o domínio pleno da sua fisiologia e a cultura de massa explodiu, derrubando os derradeiros mitos.

Hoje, no Brasil, a mulher já ocupa espaço igualitário ou majoritário nas chamadas profissões liberais - medicina, enfermagem, advocacia, arquitetura - e no setor de serviços em geral, avançando agora, com determinação, rumo a certos nichos ou bunkers antes reservados ao público masculino.

No Brasil, como lá fora, porém, estamos muito longe do ideal, ou sequer do desejável. A observação mais corriqueira e a crítica mais amena que se pode fazer a este respeito refere-se à desigualdade na remuneração para o mesmo tipo de serviço, quando prestado pelo homem ou pela mulher. Entretanto, vale lembrar que há culturas em que a mulher ainda é tratada como objeto, propriedade ou mercadoria, sendo-lhe negados os mais mezinhos direitos, como o de ir e vir, o de reunir-se ou até mesmo o de ser vista em público.

Vale lembrar também a violência onímoda que todo dia se pratica em todos os quadrantes da Terra, em lugares públicos ou privados, próximos ou remotos, contra mulheres de todas as idades e de todas as condições.



Pesa-me dizer, Sr. Presidente, mas, neste momento, a cada 18 segundos uma mulher é espancada por este mundo de Deus.

Longe de nos tirar o ânimo ou calar a consciência, porém, Sr. Presidente, essas manifestações de atraso, iniquidade ou covardia só fazem acentuar o espírito de luta e expor ainda mais o caráter irreversível da marcha das mulheres rumo a sua afirmação.

Estamos vivendo os últimos estertores do machismo e do patriarcalismo.

Digo, Sr. Presidente, que é tudo uma questão de tempo. E não estarei exagerando se disser que este é o século da mulher, porque precisamente este é o século do conhecimento e da informação, e o conhecimento e a informação estão do seu lado.

A tecnologia, principalmente a informática, eliminou o diferencial competitivo que havia em favor do homem, que era a força física. Agora, com as técnicas de push button, touch screen e afins, entram em cena a intuição e a sensibilidade, que vão marcar os processos decisórios de agora em diante, e que, junto com a tenacidade, são virtudes que sobram na conformação psicológica da mulher.

É preciso porém, Sr. Presidente, que cada um faça a sua parte, que cada grupo social se organize e cumpra as suas responsabilidades para com este propósito.

Aqui no Congresso Nacional, compete a esta Câmara dos Deputados tomar as iniciativas que estão sendo propostas pelas mulheres neste momento. Iniciativas de natureza legislativa, que darão mais visibilidade, mais responsabilidade, mais poder decisório para a mulher. Refiro-me, por exemplo, à obrigação de se dispor de um lugar na Mesa Diretora para as mulheres, corrigindo uma injustiça secular. Há 184 anos existe esse Poder Legislativo e nunca uma mulher tomou assento à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

Outras medidas estão sendo pautadas, Sr. Presidente, como aquela que amplia a licença maternidade de 120 para 180 dias. Seja como for, este é o momento de a Câmara dos Deputados se posicionar nessa luta histórica, fazendo justiça a todas aquelas que um dia sofreram, padeceram e foram martirizadas para que os seus filhos e netos tivessem direito a essa conquista.



Muito obrigado.



Documento 33/94

030.4.53.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2010-17:00

Publ.: DCD - 09/03/2010 - 6719 LUIZ CARLOS HAULY-PSDB -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Defesa de aprovação da proposta de emenda à Constituição sobre a equidade de gênero no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais. Apoio ao projeto de lei, de iniciativa popular, sobre o impedimento da candidatura de políticos condenados pela Justiça, o chamado Projeto Ficha Limpa. Alerta ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a tradição beligerante da República Islâmica do Irã. Necessidade de levantamento, pelo Governo Federal, das necessidades do setor agropecuário brasileiro. Envolvimento de membros do PT em denúncias de corrupção.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Luiz Couto, Sras. e Srs. Parlamentares, as minhas primeiras palavras são também de homenagem, pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher, cuja instituição completa hoje 100 anos, a todas as mulheres do Brasil; à minha esposa, Maria Célia; à minha sogra, D. Rosa; à minha mãe, já falecida; às minhas 2 irmãs; às minhas cunhadas; às minhas sobrinhas; às mulheres do Parlamento - Parlamentares e servidoras desta Casa; àquelas que exercem outras



atividades profissionais, tanto nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário quanto na iniciativa privada.

Um gesto concreto em homenagem às mulheres seria a aprovação da PEC de minha autoria que trata da igualdade de gênero. A entidade americana que presido, o Fórum Interparlamentar das Américas, defende a equidade de gênero no Poder Legislativo. Assim, metade deste Parlamento seria composto por mulheres, como também as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores, e metade dos servidores públicos deste País, no mínimo, seria de mulheres.

Essa proposta de emenda constitucional contém as assinaturas necessárias e está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aguardando aprovação, para que possa ser criada a Comissão Especial que deverá analisá-la. O segundo tema que vou abordar diz respeito ao Projeto Ficha Limpa, que o Deputado Luiz Couto citou e que tem o meu irrestrito apoio - não só o projeto da CNBB, mas também outros em tramitação na Casa.

O meu projeto, por exemplo, trata do rito sumário. Todo cidadão que deseja ser político ou todo político que deseja se manter na vida pública tem de estar com os pés e as mãos limpos. Então, em primeiro lugar, ele tem de esclarecer se responde a algum tipo de processo. A proposição estabelece que a Justiça, para esse tipo de cidadão, tanto na esfera estadual quanto na esfera nacional, deve fazer um rito sumário - esse é o teor do nosso projeto -, ou julgar em rito sumário aqueles que desejarem. Assim, haveria oportunidade para a ampla defesa. E, é claro, os trâmites seriam terminativos. No Estado haveria recurso nacional.

A questão é ele não se credenciar, não se limpar, ou provar que não deve nada, mostrar que pode ser candidato. O que não pode acontecer é o conjunto de políticos do Parlamento e do Executivo pagar por uma minoria que deve à Justiça, ou aqueles que estão fora quererem entrar para a representação política nas 3 instâncias.

O primeiro passo, portanto, é o rito sumário, que não representa nenhuma novidade. Nos Estados Unidos, por exemplo, o rito sumário existe para todos.



Sr. Presidente, quero fazer uma afirmação direta ao Presidente Lula: Presidente Lula, com o Irã não se brinca. O Irã tem tradição em guerra de mais de 3 mil anos. Mais de 3 mil anos! Eu digo isso porque a minha família provém daquela parte do mundo. É mexer com fogo. Não dê amparo nem espaço ao Irã. Na verdade, não se trata do Irã, mas de quem está no comando do país. Não facilite as coisas.

Se a Europa inteira, se os Estados Unidos, o Canadá, a Rússia e a China não deram espaço ao Irã, por que o Presidente Lula e o Brasil têm de dar? Está errado! É hora de pensar. Esta Casa tem de se manifestar, com muita cautela, em relação à bomba atômica, que pode dizimar a humanidade. Os iranianos já prometeram que vão tirar Israel do mapa. Portanto, muito cuidado!

Imaginem V.Exas. o Presidente Lula dizer que vai eliminar algum país do mundo! O Presidente do Irã fez isso.

O terceiro assunto que quero abordar diz respeito à agricultura e à pecuária. O Brasil cresceu nos últimos anos, à exceção do ano passado, em que houve recessão mundial, e a agricultura foi a principal responsável pelo crescimento da economia e pelos saldos positivos da balança comercial brasileira. Produziu excessos, exportou mais do que importou, abasteceu e alimentou o País com comida farta e de boa qualidade. Alimentou a agroindústria, gerou divisas que chegam a quase 30% das riquezas do País e exportou quantidade imensa, o que permitiu ao Governo fazer uma reserva cambial que chegou, em dezembro de 2009, a 238,5 bilhões de dólares.

Essas reservas significam o sangue, o suor e as lágrimas de 5 milhões de produtores da economia agrícola familiar. Mini, pequenos, médios e grandes produtores, todos estão no mesmo barco, numa situação econômica muito difícil: quando o preço do produto está bom em dólar, o dólar não está bom - o dólar no Brasil é achatado; o real vale muito. Por isso, quando se transformam os produtos em reais, o agricultor e o pecuarista não conseguem pagar o custo da produção. A questão do dólar atinge tanto o exportador agroindustrial quanto o exportador em geral. Então, o prejuízo é muito grande, Sr. Presidente!



É hora de fazer novo levantamento dos problemas dos agricultores e produtores brasileiros. Se quisermos fazer alguma coisa, temos de beneficiar diretamente todos os produtores: mini, pequenos, médios e grandes produtores.

Não poderia deixar de falar, em nome da Liderança, sobre a matéria de capa da revista Veja desta semana, cuja manchete é Caiu a Casa do Tesoureiro do PT. Leio mais: "O petista que vai cuidar das finanças da campanha de Dilma Rousseff é apontado em inquérito como pivô de um esquema que desviou dezenas de milhões de reais e abasteceu o caixa dois da campanha de Lula em 2002".

Lerei trecho da matéria, para todo o Brasil ouvir:

"A casa caiu

O Ministério Público quebra sigilo da Bancoop e descobre que dirigentes da Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo lesaram milhares de associados, para montar um esquema de desvio de dinheiro que abasteceu a campanha de Lula em 2002 e encheu os bolsos de dirigentes do PT. Eles sacaram ao menos 31 milhões de reais na boca do caixa".

Está aqui! Não é Haully que está dizendo. É a Veja, a revista de maior circulação do País. Calculo que a circulação da revista Veja seja de mais de 3 milhões de exemplares. Está aqui na revista Veja desta semana a reportagem que coloca o Governo Lula e o seu partido em xeque. É hora de mostrar a realidade!

A matéria vai mais longe, porque fala que saiu daqui o dinheiro para a montagem de dossiês contra candidatos de partidos políticos na última eleição. Estão aqui pessoas que foram lesadas!

A matéria, que é extensa, revela também que o ex-segurança das campanhas do Presidente Lula, Freud Godoy, repassou mais de 1,5 milhão de reais da movimentação bancária da cooperativa para a sua empresa, Caso Sistemas de Segurança. Na reportagem são mencionadas empreiteiras, Hélio Malheiro, Luiz Malheiro, João Vaccari, PETROS, PREVI, FUNCEF, as empresas Caso Sistemas de Segurança, Germany e Mizu e a BANCOOP, uma cooperativa de bancários do Estado de São Paulo.

O Ministério Público, a Justiça e o Brasil estão estarecidos. Na semana retrasada foi revelado o caso da TELEBRÁS, que envolve José Dirceu, que acabou



confessando ter recebido, sim, da empresa que foi comprada por 1 real, a ELETRONET, 620 mil reais. Não à vista, mas em 31 parcelas.

Todos esses escândalos estão nas revistas e nos jornais O Estado de S.Paulo e Folha de S.Paulo, para o Brasil inteiro ver e discutir.

Queremos providências! Chega de denúncias! Queremos punição!

É o que o Brasil exige.



Documento 34/94

031.4.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2010-15:14

Publ.: DCD - 10/03/2010 - 7474 MANUELA D'ÁVILA-PCDOB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Conquistas alcançadas pelas mulheres brasileiras. Combate às discriminações contra as mulheres negras no mercado de trabalho.

A SRA. MANUELA D'ÁVILA (Bloco/PCdoB-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este 2010 marca o centenário do Dia Internacional da Mulher. Um dia de reflexão sobre as lutas emancipatórias de nosso povo, particularmente das mulheres.

O 8 de Março tem sua origem nas lutas e na militância das mulheres socialistas. A data começou a ser comemorada em 1910, quando a socióloga Clara Zetkin propôs, durante a 2ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, realizada em Copenhague, na Dinamarca, a criação de um marco para lembrar a luta das mulheres nas fábricas.

A escolha do 8 de Março, no entanto, só ocorreu na Conferência Internacional das Mulheres Comunistas, em 1921, como homenagem às mulheres de São Petersburgo que desencadearam a greve geral de 1917, que saíram às ruas de Petrogrado contra a fome, a guerra e o czarismo, desencadeando a Revolução



Russa. Então , em 1975, as Nações Unidas decidiram consagrar o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher.

Nós, mulheres brasileiras, conquistamos várias vitórias, como a ampliação da licença maternidade, a proibição da discriminação sexual no trabalho, o direito à posse da terra em nome da mulher rural, a Lei Maria da Penha, para fazer frente à violência doméstica, e a reforma no Código Civil.

A igualdade de gênero, no entanto, ainda é uma realidade distante para milhões de brasileiras. Continuamos na luta contra os baixos salários e a dupla, às vezes tripla, jornada de trabalho.

Esse quadro se agrava ainda mais quando falamos na questão de gênero aliada à de raça. As mulheres negras encontram muito mais dificuldade de inserção no mercado de trabalho que as brancas. Essa discriminação fica mais evidente quando se analisam dados salariais e o número de vagas ocupadas por elas. O salário médio da mulher negra com emprego formal, por exemplo, é menos da metade que o salário de um homem branco. De acordo com a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, do Ministério do Trabalho, a mulher negra ganha, em média, R\$ 790,00, e o salário do homem branco chega a R\$ 1.671,00.

Sr. Presidente, manifesto aqui a minha homenagem às mulheres de nosso País, que enfrentam esses desafios e incessantemente têm conquistado o seu espaço no trabalho, nas escolas, na cultura e, tenho certeza, ao final deste ano, na Presidência da República, com a eleição da Ministra Dilma Rouseff.

Muito obrigada.



Documento 35/94

031.4.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2010-16:16

Publ.: DCD - 10/03/2010 - 7495 FÁTIMA BEZERRA-PT -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Comemoração do bicentenário de nascimento da poetisa potiguar Nísia Floresta. Maior participação da mulher na política brasileira. Empenho da bancada feminina na Casa na votação de proposições de interesse das mulheres brasileiras.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este ano, o 8 de março foi acrescido de duas datas importantes: os 100 anos do Dia Internacional da Mulher e o bicentenário de Nísia Floresta Brasileira Augusta, potiguar, nossa conterrânea, grande feminista, motivo de orgulho e profunda admiração não apenas em nosso Estado, o Rio Grande de Norte, em nosso País, mas também em todo o mundo.

Cumprimento todas as mulheres, jovens, adultas, idosas, negras, brancas, pobres, gestoras, Parlamentares, donas de casa, pela capacidade de lutar pela construção de uma sociedade e um mundo mais iguais, mais justos e solidários. Um mundo mais humano.

Há 100 anos, uma grande causa, que não é apenas das mulheres, leva-nos a persistir na luta pela igualdade de gêneros: a causa da democracia! Já



percorremos muitos caminhos, mas há ainda muito a fazer para que tenhamos, de fato, a igualdade desejada.

É fato que avançamos no acesso ao mercado de trabalho, no acesso à escola, mas é fato também que a desigualdade ainda é uma marca muito presente na vida das mulheres. Por exemplo, no mercado de trabalho, a mulher muitas vezes tem até mais anos de escolarização do que os homens. Entretanto, mesmo desempenhando funções iguais, os salários das mulheres são inferiores.

Portanto, Sr. Presidente, muitos de nossos objetivos ainda permanecem fora de nosso alcance, mesmo que lutemos por eles há longos 100 anos, como acabei de mencionar: o fim da violência doméstica; a divisão do trabalho; o domínio sobre nosso corpo e, em especial, a concretização de nossa cidadania por meio da participação política, a mais importante de todas as conquistas.

As mulheres compõem mais da metade da população do planeta. Em nosso País, somos mais de 51%. Temos mais escolaridade, estamos em todas as áreas do mercado de trabalho, mas ainda convivemos com a desigualdade de salários pelas mesmas tarefas.

Com relação à violência, a sanção pelo Presidente Lula do Projeto de Lei nº 37, de 2006, a Lei Maria da Penha, é um marco na luta das mulheres brasileiras pelo direito a uma vida digna. Estimulou a inserção deste tema no cotidiano da vida política.

É fato que, no que diz respeito à participação das mulheres nas esferas do Poder, como, por exemplo, no Legislativo, a nossa participação ainda é muito tímida.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres tem o respaldo de ações de 14 Ministérios garantindo a transversalidade das políticas públicas formuladas.

As mulheres vêm discutindo a divisão sexual do trabalho, partindo da premissa de que a distribuição equitativa das tarefas domésticas entre homens e mulheres favorece a participação política.

Este ano em que teremos eleições para Presidente, Senadores, Deputados Federais e Estaduais, devemos refletir: por que a política permanece sendo um espaço majoritariamente masculino? Até agora nossos esforços com vistas a uma reforma política foram frustrados.



Sr. Presidente, acredito e defendo - e a bancada feminina está empenhada nisso - que esta Casa, num gesto concreto de homenagear as mulheres neste 8 de março de 2010, coloque em votação, na próxima semana, a PEC nº 590, de 2006, da Deputada Luiza Erundina que estabelece a representação proporcional dos sexos nas Mesas Diretoras do Senado, da Câmara e das Comissões, bem como outros projetos de interesse das mulheres, como a PEC que amplia a licença maternidade de 120 para 180 dias.

Queremos mais mulheres no poder e uma reforma política que assegure financiamento público de campanha, fidelidade partidária e listas preordenadas por gênero.

Temos, portanto, um grande desafio pela frente. Devemos permanecer mobilizadas para pressionar nossos representantes na Câmara Federal a romper com os preconceitos e as discriminações que impedem as mulheres de atuar plenamente na política.

Outra boa notícia é que pela primeira vez na história de nosso País temos duas mulheres pré-candidatas à Presidência da República. Uma delas, a Ministra Dilma Rousseff, uma mulher com perfil de esquerda, que enfrentou a ditadura, tem chances reais de chegar à Presidência para dar continuidade ao projeto em curso liderado pelo Presidente Lula e avançar inclusive no campo das conquistas para as mulheres.

Quem sabe essa iniciativa incentive as mulheres a buscarem o lugar que por direito é seu, assumindo suas candidaturas seja no plano Executivo, seja nos Legislativos Federal, Estadual e Municipal em todo o País. Esse é o caminho a ser trilhado para que possamos conquistar a igualdade de gênero e a cidadania política para todas as mulheres.

Por fim, quero saudar todas as mulheres que persistem e continuam com o sonho de construir um mundo mais humano, mais justo, mais livre e com igualdade de direitos.



Documento 36/94

031.4.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2010-14:04

Publ.: DCD - 10/03/2010 - 7441 DR. TALMIR-PV -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Presença, na Casa, do Diretor do Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior - DEINTER, Delegado Roberto Fernandes. Apoio às Propostas de Emendas à Constituição nºs 549, de 2006, sobre o regime constitucional peculiar das carreiras policiais; 300, de 2008, sobre a instituição do piso salarial nacional de policiais e bombeiros militares; e 308, de 2004, sobre a criação das polícias penitenciárias federal e estaduais. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. DR. TALMIR (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, registro a presença do Dr. Roberto Fernandes, Delegado de Polícia, Diretor do DEINTER 8, em Presidente Prudente, que abrange 54 Municípios, em 4 seccionais de polícia: Presidente Venceslau, Dracena, Presidente Prudente, Adamantina.

O Dr. Roberto Fernandes tem um grande currículo. É Presidente do CETRAN - Conselho Estadual de Trânsito, órgão normativo, consultivo e deliberativo, que participa do CONTRAN. É com grande satisfação que temos sua participação no oeste paulista, onde faz um trabalho muito importante em segurança pública.



Sras. e Srs. Deputados, vou votar "sim" à PEC nº 549, de 2006, que diz respeito aos delegados de polícia. Estamos lutando nesta Casa pela PEC nº 300, de 2008, e pela PEC 308, de 2004. É claro que somos favoráveis a todas elas.

Aproveito para parabenizar todas as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher.

Obrigado.



Documento 37/94

031.4.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2010-14:26

Publ.: DCD - 10/03/2010 - 7458 DR. UBIALI-PSB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. DR. UBIALI (Bloco/PSB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães Neto, Sras. e Srs. Deputados, é com prazer que ocupo a tribuna.

Ontem, Dia Internacional da Mulher, não pude estar presente à sessão para fazer um pronunciamento em homenagem a todas as mulheres pelo seu dia.

Eu poderia falar hoje das mulheres que se destacaram na história pelos seus feitos, como Helena de Troia e Josefina, de Napoleão.

Poderia citar aquelas mulheres que se destacam na política, como Hillary Clinton, que recentemente visitou nosso País, e Luiza Erundina, primeira Prefeita de São Paulo, que trava neste Parlamento uma luta árdua. Aliás, nessa longa vida pública, dedicada às comunidades pobres e ao povo, a Deputada Luiza Erundina ainda atravessa momentos de crise financeira, porque teve de repor aos cofres públicos, segundo decisão judicial, dinheiro utilizado pela Prefeitura nas propagandas. S.Exa., que tem apenas um apartamento onde mora e um carro que usa, teve de conseguir 300 mil reais para pagar uma conta que não é dela.



Poderia falar aqui das mulheres que se sobressaem no comércio, como Luiza Trajano, do Grupo Magazine Luiza, da minha cidade, que tem demonstrado enorme competência no mundo dos negócios. Além do seu desempenho no comércio, Luiza Trajano faz um trabalho social muito grande. Neste momento, por exemplo, está ajudando a APAE de Franca. Um leilão é realizado anualmente para ajudar a manter aquela instituição, que faz um grande trabalho.

Poderia citar aquelas mulheres que, pela sua fraternidade, pela sua dedicação ao próximo, ao longo das suas vidas, fazem jus a um merecido destaque. Cito os nomes de Madre Teresa de Calcutá e Zilda Arns, que teve seu passamento no mês de janeiro.

Poderia mencionar ainda aquelas mulheres que se destacam pela vontade de vencer na vida, de fazer com que seus filhos cresçam, como Terezinha Ubiali, minha mãe, que criou 9 filhos e a todos conseguiu dar estudo, trabalhando diuturnamente. Com mais de 80 anos de idade, ela ainda continua trabalhando na sua escola de cabeleireiros.

Poderia citar também as mães Janaína Ubiali e Arlete Ubiali, 2 irmãs que, sozinhas, criam seus filhos com muita luta, dando a eles oportunidade de vencer na vida.

Poderia mencionar especialmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aquelas mães anônimas, que nunca serão citadas desta tribuna, porque não têm um filho Deputado, porque não fizeram coisas que mereceram destaque na imprensa; aquelas mães que, frequentemente, têm 3 jornadas de trabalho; aquelas mães que, além de cuidar da casa, de trabalhar fora, de cuidar dos filhos, ainda estudam, na maioria das vezes.

Essas mães anônimas, que valorizam o nosso País, demonstram que o brasileiro é diferente em relação à fraternidade, ao empreendedorismo e à vida social. Sem fazer grandes revoluções, criam seus filhos, destacando-os na sociedade, fazendo com que estudem, trabalhem, sacrificando-se por eles, na maioria das vezes. Elas merecem todo o meu respeito.



Às mães brasileiras, e também às mulheres que não são mães, mas têm essa jornada tripla, o meu agradecimento. São elas que fazem a nossa Nação. A elas o meu respeito, o meu carinho e a minha admiração.

Mães e mulheres deste País, muito obrigado.



Documento 38/94

005.4.53.N Sessão Extraordinária - CN 09/03/2010-00:00

Publ.: DCN - 10/03/2010 - 844 ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ-PTB -AL
CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. ANTONIO CARLOS CHAMARIZ (PTB - AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui primeiramente agradecer a Deus por essa rica oportunidade e agradecer ao meu Partido, PTB, por ter-nos dado também esta oportunidade de estar aqui falando pelo Partido. Ao nosso Líder Jovair Arantes, também o meu agradecimento.

Quero aqui parabenizar as mulheres. Quero aqui saudar todas as mulheres: "A mulher sábia edifica sua casa". Apesar desta data específica, não tenho dúvida de que vocês, mulheres, devam ser aplaudidas todos os dias pela forma como desempenham o seu papel com tanta responsabilidade, cuidando do lar, esposo e filhos, e muitas vezes exercendo uma profissão fora com tanta dedicação.

Quero aqui também aproveitar esta data, Sr^a Presidente, para falar um pouco deste Deputado que aqui fala. Fui menino de rua. Hoje sou Deputado Federal. Não tive a oportunidade de estudar quando criança. Hoje presto uma faculdade de administração pública e louvo a Deus por isso.

Faço parte da CPI da criança e do adolescente desaparecido.



Gostaria, nesta oportunidade, de saudar todas as mulheres. E aproveito para contar uma historinha que tenho vivido todos os dias.

Há uns anos, fomos eu e minha esposa a São Paulo, com meu filho de três anos, Davi, que hoje se encontra com 16 anos. Minha esposa saiu com a prima dela e foi a um shopping com Davi. Depois, ela me contou que Davi desapareceu da sua frente e que ela ficou maluca, não sabia o que fazer. Achei interessante, Sr^a Presidente, aquilo que senti naquele momento em que ela estava contando-me o fato, e imagino o que ela sentiu, por vinte minutos, enquanto meu filho ficou desaparecido da vista dela.

Mas por que trago essa reflexão? Porque, hoje, vejo muitas mães que não sabem onde se encontram seus filhos, essas guerreiras que só Deus pode sustentar. Por isso, queria aqui trazer uma saudação para todas as mães, mas especificamente para essas mães que não sabem onde se encontram seus filhos e fazer um apelo, para que possa...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS CHAMARIZ - Obrigado, Sr^a Presidente. Repito o apelo: para que possa ajudá-las aquele que saiba onde se encontram essas crianças, que possa contribuir. Era esse apelo que gostaria de deixar aqui.

Parabenizo todas as mães. Quero agradecer a Deus esta oportunidade e dizer: Mãe, não se desespere; aguarde, porque o Senhor está tomando providência, e tenho certeza de que em breve vocês se alegrarão.

Era o que queria transmitir nesta tarde, aqui.

Agradeço a oportunidade em nome de Jesus.

A SR^a PRESIDENTE (Alice Portugal) - Nós é que agradecemos, Deputado Antonio Chamariz.



Documento 39/94

005.4.53.N Sessão Extraordinária - CN 09/03/2010-00:00

Publ.: DCN - 10/03/2010 - 834 LECI BRANDÃO DA SILVA - CANTORA E
COMPOSITORA--

CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SR^a LECI BRANDÃO DA SILVA - Excelentíssima Senhora Presidente da sessão; Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Deputados, Deputadas, demais autoridades presentes, companheiras, companheiros, minha família, amigos, Deus e os meus guias de luz são maravilhosos. Eu não poderia nunca imaginar, na minha história de vida, que eu, filha de uma pessoa tão humilde, que foi operária de fábrica e servente de escola pública e também moradora de escola pública, pudesse ter a honra, o privilégio de estar incluída entre senhoras, mulheres tão ilustres, de histórias tão ricas, da maior dignidade.

E eu queria dizer às Sr^{as} Andréa Maciel, Clara Steinberg, Cleuza Pereira, Maria Augusta Tibiriçá e também, in memoriam, Fani Lerner e Maria Lygia que, evidentemente, a minha vida, a partir deste dia, vai ficar muito mais enriquecida, porque o que nivela essa riqueza são as senhoras serem as laureadas e eu ter a oportunidade de estar entre as senhoras, que são pessoas que contribuíram muito para o crescimento da Nação brasileira, com absoluta certeza.



O dia em que eu recebi o telefonema do Exm^o Sr. Senador Inácio Arruda, eu estava fazendo compras no supermercado, porque eu sou arrimo de família, eu sou dona de casa, sou cantora e compositora, mas não deixo de ter as minhas atribuições domésticas. Quando eu recebi o telefonema, eu não sabia se eu segurava no carrinho ou se eu segurava o saco de feijão que eu estava escolhendo, porque eu não acreditava. Ele me deu a notícia. E eu fui procurar saber o porquê desse prêmio e soube que tudo partiu da Dr^a Jurema Werneck e de Lúcia Xavier. São meninas ligadas à ONG Crioula. Elas submeteram essa indicação para 27 associações de mulheres negras do Brasil, que também a apoiaram por unanimidade e, finalmente, houve a ratificação do Senado. Quer dizer, Senadores e Senadoras aprovaram o meu nome. É claro que há um antecedente que eu acho que também valeu muito, que é o fato de eu ser conselheira da Secretaria Especial da Igualdade Racial, à qual eu tenho muita honra de pertencer. Lá eu aprendi muita coisa com os conselheiros, porque eu não tenho curso universitário, não tenho curso superior completo. Eu cursei a universidade da vida, que me foi dada por essa senhora que está sentadinha ali, que é a dona Lecy de Assumpção Brandão. (Palmas.)

Então, eu disse: "Meu Deus, a minha responsabilidade está muito grande". (Palmas.)

Eu queria apenas dizer o seguinte: tive muitas professoras, muitos professores, estou sempre aprendendo, sou telespectadora assídua da TV Câmara e da TV Senado. As Sr^{as} Senadoras e as Sr^{as} Deputadas não sabem o quanto contribuíram para o meu ensinamento. Como a nossa Senadora Marina Silva disse há dez anos... Fiz uma música para ela, porque ouvi um discurso dela certa vez que me emocionou, que me comoveu e, na mesma hora, eu escrevi a música e procurei saber como poderia chegar às mãos dela.

E assim eu luto. Já fui prejudicada pela minha consciência política, mas eu queria apenas ratificar uma coisa. Aprendi uma filosofia com seis frases: bom-dia, boa-tarde, boa-noite, com licença, por favor, muito obrigada. É dessa forma que conduzo a minha vida.



Agora, este diploma que estou recebendo de Mulher-Cidadã Bertha Lutz me credencia, hoje, a dizer a todos os senhores e às senhoras, com o maior respeito e com a maior humildade, que a minha ancestralidade, que as minhas tataravós, que eu não conheci, chegaram ao Brasil por meio do regime da escravidão. Elas chegaram aqui, lavaram, passaram, cozinham, trabalharam nas lavouras, foram punidas com chicotes, amarradas no tronco com correntes, amamentaram, com muito prazer, as filhas e os filhos das sinhás, cuidaram da casa grande, mas posso afirmar, Senadora,...

(Interrupção do som.)

A SR^a LECI BRANDÃO DA SILVA - ... Meio minuto. Posso afirmar que, em nenhum momento, nunca, jamais, em tempo algum, a nossa ancestralidade consentiu com o estupro. Isso é mentira. Isso é uma infâmia. (Palmas.)

Então, eu não poderia, ocupando, pela primeira vez, com muita emoção, esta bancada aqui do Senado, deixar isso passar em branco. Não poderia. Eu acho que tem que haver respeito à nossa ancestralidade. Afinal de contas, eu sou uma pessoinha, eu sou uma cidadã, eu sou apenas a filha da D. Lecy.

Sua benção, minha mãe.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Alice Portugal) - Leci, nossos agradecimentos, nossas homenagens a você e, em seu nome, a todas as homenageadas com esse belo prêmio que o Senado confere em nome da Deputada Bertha Lutz.

Agora todos queriam ouvi-la. Ouvir...

A SR^a LECI BRANDÃO DA SILVA - Eu posso cantar uma música...

A SR^a PRESIDENTE (Alice Portugal) - Pode.

A SR^a LECI BRANDÃO DA SILVA - ...que eu acho que vai englobar todas essas senhoras laureadas? Porque elas ensinaram muita gente, elas construíram, elas passaram a sua sabedoria, a sua consciência para muita gente no Brasil. A música diz o seguinte... Também homenageia os homens. Afinal de contas, um homem e uma mulher é que geram um ser.



Professores, protetores
das crianças do meu país,
eu queria, gostaria
de um discurso bem mais feliz,
porque tudo é educação,
é matéria de todo um tempo.
Ensinem a quem sabe de tudo
a entregar o conhecimento.
Na sala de aula,
é que se forma um cidadão.
Na sala de aula
é que se muda uma nação.
Na sala de aula,
não há idade nem cor.
Por isso, aceite e respeite
o meu professor.

Um aplauso para as professoras e professores deste País. (Palmas.)

E quero finalizar este discurso, agradecendo a um homem branco, para que não pensem que eu sou uma pessoa racista. Não sou! Se eu estou aqui hoje como artista e se sobrevivo como artista, eu quero agradecer ao meu amigo e ao meu empresário Osmar Costa, e à minha família, à minha irmã que está aqui representando minhas sobrinhas.

Muito obrigada, Osmar Costa, pela minha sobrevivência artística! Que Deus te abençoe!

Obrigada! (Palmas.)

A SR^a PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA) - Obrigada, Leci, e obrigada a todas as homenageadas que ilustraram esta grande sessão.



Documento 40/94

031.4.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2010-14:22

Publ.: DCD - 10/03/2010 - 7456 CHICO ALENCAR-PSOL -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Pronunciamento elaborado por assessoras do orador sobre o transcurso do Dia Internacional da Mulher e em defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 590, de 2006, sobre a participação feminina nas Mesas Diretoras do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e das Comissões.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje ainda, sob os ecos do Dia Internacional da Mulher, na Semana da Mulher, cumpro o meu dever de me calar e de registrar nos Anais da Casa pronunciamento feito pelas mulheres que trabalham na minha equipe e que me ensinam, continuamente. Portanto, em vez de registrar o meu pronunciamento, registro a palavra de Graça, Cássia, Veraci, Vera e Maura, com muito prazer. Palavras de mulher!

"Neste ano comemora-se o centenário do Dia Internacional da Mulher, criado formalmente na reunião da Internacional Socialista em Copenhague, em 1910, da qual participaram mais de 100 mulheres de 17 países.

É mais um dia de celebração pelo crescimento da organização política das mulheres e por todas as nossas conquistas, como sujeitos históricos. É também



mais um dia de luta planetária por uma sociedade humanamente diversa e socialmente justa.

Sabemos que nesta trajetória secular conquistamos muitas vitórias políticas e cotidianas, mas amargamos também muitas dores e perdas. No espaço privado ou público sofremos a violência doméstica, a discriminação social, o assédio moral e sexual.

Apesar de sermos mais da metade da população, nossa representação política é absolutamente minoritária nas instâncias de direção política e, em especial, nos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. Por isso esperamos que a PEC 590/06, da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), que garante a presença de pelo menos uma mulher nas Mesas Diretoras da Câmara e do Senado e nas comissões, pautada para a sessão de hoje, seja aprovada.

Neste 8 de março, estamos diante do desafio de assegurar a defesa integral do Plano Nacional de Direitos Humanos - PNDH 3 e a legitimidade dos movimentos sociais e suas instâncias de discussão e deliberação.

Saudamos todas as mulheres que gestam no dia a dia novas formas de vivenciar a diversidade de identidades, com base na equidade de direitos e oportunidades".

Muito obrigado.



Documento 41/94

031.4.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2010-14:24

Publ.: DCD - 10/03/2010 - 7457 DR. PAULO CÉSAR-PR -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Realização, em Municípios do Estado do Rio de Janeiro, de atos pela rejeição da emenda apresentada pelos Deputados Ibsen Pinheiro e Humberto Souto ao projeto de lei sobre a distribuição dos royalties de petróleo da camada pré-sal. Conveniência de aprovação, pela Casa, do parecer oferecido à matéria pelo Deputado Henrique Eduardo Alves.

O SR. DR. PAULO CÉSAR (PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, parabenizo todas as mulheres do País, que ontem comemoraram o centenário do Dia Internacional da Mulher.

Em segundo lugar, registro que na semana passada foram realizados, em diversos Municípios do Estado do Rio de Janeiro - Búzios, Cabo Frio, Macaé, Campos, Rio das Ostras -, vários atos populares contra a Emenda Ibsen Pinheiro/Humberto Souto. Se essa emenda for aprovada, será decretada a falência de todos os municípios fluminenses.

O Estado do Rio de Janeiro não é contra os outros municípios, mas, sim, contra a Emenda Ibsen Pinheiro/Humberto Souto e a favor do parecer do Deputado Henrique Eduardo Alves, que beneficiou todos os Estados e Municípios do País.



Documento 42/94

031.4.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2010-15:14

Publ.: DCD - 10/03/2010 - 7481 EUGÊNIO RABELO-PP -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Importância do papel desenvolvido pelas mulheres na sociedade.

O SR. EUGÊNIO RABELO (PP-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a passagem do Dia Internacional da Mulher é uma boa oportunidade para lembrarmos as históricas conquistas femininas, desde quando, há precisamente 100 anos, em 8 de março de 1910, realizou-se na Dinamarca a primeira conferência internacional feminina para discutir assuntos de interesse das mulheres. No Brasil, a despeito de alguns resquícios de preconceito e discriminação, estão elas em destaque na sociedade e na política, à frente de altos postos, como executivas de grandes empresas e de órgãos do Governo.

A data de ontem deve levar-nos, portanto, a exaltar a importância do papel da mulher na sociedade, contribuindo para induzir ternura à convivência humana e uma vida mais justa em todo o mundo.

Deixo minha homenagem especial às heroínas anônimas que batalham dia a dia por direitos, por dignidade e pelos próprios filhos. Faço um destaque à mulher esposa, à mulher mãe, à mulher filha, à mulher trabalhadora. A elas dedico



algumas justas exaltações que recolho nos versos de famoso poema de Pablo Neruda, que nos lembra que elas sorriem quando querem gritar, cantam quando querem chorar, choram quando estão felizes, riem quando estão nervosas, brigam por aquilo em que acreditam e amam incondicionalmente.

Obrigado.



Documento 43/94

031.4.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2010-16:20

Publ.: DCD - 10/03/2010 - 7496 JANETE ROCHA PIETÁ-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Saudações às mulheres negras. Maior participação feminina na política. Repúdio às declarações do Senador Demóstenes Torres acerca da população negra. Necessidade da votação das Propostas de Emendas à Constituição de nº 590, de 2006, e 30, de 2007, respectivamente, sobre a participação da mulher nas Mesas Diretoras do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e das Comissões e a ampliação do período de licença maternidade para 180 dias.

A SRA. JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP. Pela ordem.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar gostaria de saudar todas as mulheres brasileiras pelo dia 8 de março - Dia Internacional da Mulher. Parabéns, mulher! Celebrando essa importante data, as Bancadas Femininas da Câmara e do Senado promoveram hoje uma Sessão Solene conjunta. Em nome do meu partido - Partido dos Trabalhadores - fiz um pronunciamento saudando todas as mulheres brasileiras: as mulheres negras, indígenas, orientais, brancas.



Repito essa saudação, Deputada Maria do Rosário, lembrando, de forma especial, Dandara - mulher negra que, com Zumbi dos Palmares, resistiu à escravidão -, e Margarida Maria Alves - símbolo da luta da mulher camponesa.

Este ano comemoramos o Centenário do Dia Internacional da Mulher. Conclamo todas as mulheres a participarem da vida política e sindical. Queremos fortalecer os fóruns suprapartidários das mulheres.

Esse dia tem um significado especial para todas nós, Deputada Íris de Araújo. Certamente não é unicamente em um dia do ano que queremos reconhecimento e respeito. Queremos ser donas do nosso destino; queremos o fim de toda a violência contra as mulheres, o fim da violência doméstica que vitima esposas, companheiras, noivas, namoradas; queremos que a mulher ocupe cada vez mais espaços na sociedade e nas estruturas de poder. Por isso, repito o lema escolhido pelas Bancadas Femininas na Câmara e no Senado para a referida sessão: A mulher na política muda o poder.

E para que o poder mude de fato é preciso que se complete a tarefa da inclusão de todas as mulheres, principalmente daquelas que mais têm sentido os efeitos da exclusão: as mulheres negras e indígenas.

A história do Brasil é marcada por um longo período de escravidão que explorou impiedosamente as mulheres negras. O fim da escravidão não se fez acompanhar de políticas públicas nas áreas de saúde, educação e tantas outras destinadas a reverter esse quadro. Nesse período a sociedade brasileira passou por diversas mudanças, é verdade, mas a marca da exclusão e exploração das mulheres negras, e também indígenas, continuou. Aliás, desta tribuna, quero expressar meu repúdio às considerações do Senador Demostenes Torres. Não é possível considerar que nós, negros, somos responsáveis pela escravidão. Seis milhões de mulheres são empregadas domésticas e 93% delas são negras.

Essa situação é comprovada por estudos como o relatório da Organização Internacional do Trabalho, divulgado no dia 5 de março pelo Correio Braziliense - OIT mostra que desemprego é maior entre as mulheres, ainda que elas tenham mais estudo -, que comprova ser o índice de desemprego entre mulheres superior ao dos homens. O rendimento médio das mulheres é inferior, quando comparado



ao dos homens. Em termos proporcionais, mais mulheres do que homens trabalham na informalidade.

Sabemos como esse quadro descreve a situação principalmente das mulheres negras. Exercendo com muita dignidade a tarefa de cuidar das residências de seus empregadores - ao mesmo tempo em que acumulam o cuidado com sua própria família -, há cerca de 6 milhões de mulheres no emprego doméstico, das quais, segundo o IPEA, 93% são negras. Infelizmente, apenas uma pequena proporção delas tem carteira assinada.

Os esforços para tirar esse contingente de trabalhadoras da informalidade são inúmeros, como a atuação da Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas, que resultaram na Lei nº 11.324, sancionada em 2006 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que alterou as regras sobre a dedução do Imposto de Renda da contribuição patronal paga à Previdência Social do empregador doméstico sobre o valor de remuneração do empregado. Entretanto, a pouca valorização social do trabalho doméstico é um poderoso fator cultural que dificulta o reconhecimento da atividade exercida por essas mulheres.

É fundamental compreendermos que qualquer discriminação de gênero é um atentado aos direitos humanos, e o mundo do trabalho não é de forma alguma uma exceção a esse princípio. A Convenção 156 da OIT integra a lista de instrumentos jurídicos internacionais que têm como objetivo eliminar a discriminação, na medida em que protege o membro da família que participa do mercado de trabalho. Esse documento proclama:

"1. Esta Convenção aplica-se a homens e mulheres com responsabilidades com relação a seus filhos dependentes, quando estas responsabilidades restringem a possibilidade de se prepararem para uma atividade econômica e nela ingressar, participar ou progredir.

2. As disposições desta Convenção aplicar-se-ão também a homens e mulheres com responsabilidades em relação a outros membros de sua família imediata que manifestamente precisam de seus cuidados ou apoio, quando essas responsabilidades restringirem a possibilidade de se prepararem para uma atividade econômica e de nela ingressar, participar ou progredir."



Todas as convenções internacionais necessitam ser ratificadas pelo Congresso Nacional para ter valor legal. Então, esta é nossa tarefa agora: ratificar a Convenção 156 da OIT. Temos que mostrar aos atores do mundo do trabalho - trabalhadores, empresários, Governo - o valor da Convenção 156, construindo, assim, uma mobilização pela ratificação desse importante documento. O Congresso Nacional não pode deixar de contribuir para a construção de uma sociedade dominada pelos valores de inclusão.

A Bancada Feminina da Câmara dos Deputados também está empenhada em avançar nas matérias de interesse das mulheres. Este ano estabelecemos as proposições com prioridade imediata, que são:

- PEC 590/2006, da Deputada Luiza Erundina (PSB/SP): garante representação proporcional de cada sexo na composição das Mesas Diretoras da Câmara, do Senado e das Comissões, garantindo pelo menos uma vaga para cada sexo. A matéria está pronta para votação pelo Plenário da Câmara.
- PEC 030/2007, da Deputada Angela Portela (PT/RR): amplia para 180 dias a licença à gestante. A matéria aguarda encaminhamento.
- PL 6.653/2009, encampada por toda a Bancada Feminina, liderada pela Deputada Alice Portugal (PCdoB/BA): cria mecanismos para garantir igualdade entre mulheres e homens, para coibir práticas discriminatórias nas relações de trabalho urbano e rural. O projeto está sendo analisado na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara.

Também é de interesse das mulheres questões mais gerais como a defesa da redução da jornada de trabalho para 40 horas, sem redução de salário. As trabalhadoras e os trabalhadores precisam de mais tempo para se dedicar ao seu próprio aprimoramento profissional e à família. Essas são as bases para o desenvolvimento que precisamos.

É fundamental para toda a sociedade brasileira a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que adota a igualdade de gênero como princípio transversal, nesse caso buscando corrigir a situação de desigualdade de um dos segmentos mais vulneráveis em nossa sociedade: as mulheres negras.



Uma sociedade justa se constrói com a adoção de mecanismos que combatam as desigualdades e na qual os direitos assegurados na legislação se traduzam em práticas eficazes para proporcionar a igualdade de oportunidade para todas as pessoas. É por essa razão que uma das melhores formas de comemorarmos o Dia Internacional da Mulher é nos instrumentalizarmos para educar nossas crianças, nossos esposos, companheiros, filhos, irmãos, colegas de trabalho sobre a importância da igualdade. Só assim construiremos um Brasil melhor para todas as mulheres e homens deste País.

Quero saudar, em especial, a mulher guarulhense e transmitir a mensagem de que somente sua organização consciente e a participação na vida política, econômica, ambiental e social da sociedade farão com que um novo mundo e um novo olhar mundial sejam implantados em nossa cidade e em todo o planeta.

Conclamo todas as mulheres, Deputadas Íris de Araújo, Fátima Pelaes, Maria do Rosário, Sueli Vidigal, a comemorar mais esse 8 de Março através de sua maior participação na política e na continuada luta pela igualdade. "A mulher na política muda o poder".



Documento 44/94

031.4.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2010-15:14

Publ.: DCD - 10/03/2010 - 7474 CIRO NOGUEIRA-PP -PI

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. CIRO NOGUEIRA (PP-PI. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, transcorrido ontem, dirijo-me a esta tribuna com o intuito de parabenizar todas as brasileiras, que desempenham um papel importante na sociedade. A todas, externo minha total admiração e respeito pela força e determinação com que enfrentam os obstáculos em busca do direito de igualdade.

Registro, aqui, minhas sinceras homenagens às Deputadas, Senadoras, Vereadoras, Governadoras, Prefeitas, em particular, à minha esposa, Iracema, minhas filhas e minha mãe, dona Eliane, em nome de quem cumprimento as mulheres piauienses.

Aproveito esta oportunidade para destacar a atuação de cada uma de nossas ilustres Deputadas, que tanto contribuem com o trabalho incessante pela inclusão das classes menos favorecidas deste País. Nossas Parlamentares travam uma luta diária ao defender com ardor o direito de igualdade na sociedade com grande sensibilidade. Elas engrandecem este Parlamento, expõem suas qualidades



intelectuais e tomam decisões que contribuem para o desenvolvimento desta Nação.

A luta é para que todos os cidadãos tenham acesso às mesmas oportunidades, principalmente no mercado de trabalho. Em nosso País, elas já são a maioria, com participação e representação significativas junto à população. São elas que dinamizam a economia brasileira, contribuindo em diversas áreas profissionais.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as mulheres piauienses estão estudando mais que os homens. De acordo com as pesquisas, em 2008, o Piauí possuía cerca de 63 mil mulheres no mercado de trabalho. Esse número cresceu, comparado ao ano de 2003. A participação da mão de obra feminina passou de 42,0% para 47,2% no conjunto do País.

Igualdade, solidariedade, justiça social. Esses compromissos devem ser de todos nós, homens e mulheres, para que tenhamos uma sociedade mais justa.

Ao encerrar, Sr. Presidente, desejo que o horizonte a ser construído coletivamente traduza um trabalho conjunto realizado não apenas com determinação, competência e ética, mas igualmente com criatividade, alegria e valorização pessoal. Que sejam as mulheres as protagonistas desse processo.

Parabenizo todas as mulheres que, com esforço, dedicação, dignidade e respeito estão conquistando cada vez mais espaço em nossa sociedade.

Era isso o que eu gostaria de dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



Documento 45/94

031.4.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2010-15:14

Publ.: DCD - 10/03/2010 - 7477 VALADARES FILHO-PSB -SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Combate às discriminações e à violência doméstica contra as mulheres brasileiras. Inserção da mulher no mercado de trabalho.

O SR. VALADARES FILHO (Bloco/PSB-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última segunda-feira, 8 de março, comemoramos o Dia Internacional da Mulher. Nessa data de tantas comemorações, não podemos deixar de lembrar os reais motivos pelos quais esse dia foi dedicado às mulheres.

A ideia teve origem no início do século XX, na Europa e nos Estados Unidos, quando houve manifestações femininas por melhores condições de trabalho e pelo direito ao voto. A data foi escolhida pela Organização das Nações Unidas, em 1975, para lembrar tanto as conquistas sociais, políticas e econômicas das mulheres como as discriminações e as violências a que muitas delas ainda estão sujeitas em todo o mundo.

O socialismo, Sras. Deputadas, foi fundamental para o fortalecimento do movimento feminista. O primeiro Dia Internacional da Mulher foi celebrado em 28



de fevereiro de 1909, nos Estados Unidos, por iniciativa do Partido Socialista da América. Em 1910 ocorreu a primeira Conferência Internacional de Mulheres em Copenhague, dirigida pela Internacional Socialista, quando ficou oficializado o 8 de março como o Dia Internacional da Mulher.

Ao criar essa data, não se pretendia apenas ter um dia de comemorações. Na maioria dos países, Srs. Deputados, realizam-se conferências, debates e reuniões com o objetivo principal de discutir o papel da mulher na sociedade. O esforço é para tentar diminuir o preconceito e a desvalorização da mulher ou, quem sabe, um dia, acabar com eles. Mesmo com todos os avanços, elas ainda sofrem, em muitos locais, com salários baixos, violência doméstica, jornada excessiva de trabalho e desvantagem salarial na carreira profissional. Muito foi conquistado, mas muito ainda há para ser modificado nessa história.

Não há dúvidas de que nos últimos anos a mulher está cada vez mais inserida no mercado de trabalho. Esse fenômeno mundial tem ocorrido tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento, e o Brasil não é exceção.

É importante, no entanto, ressaltarmos que a inserção da mulher no mundo do trabalho ainda vem sendo acompanhada por um alto grau de discriminação, principalmente no que se refere à desigualdade salarial entre homens e mulheres. Isso acaba ferido nossa Constituição Federal, que, em seu art. 113, inciso I, fala na igualdade de todos perante a lei.

O atual perfil das mulheres é muito diferente daquele do início do século passado. Além de trabalhar e ocupar cargos de responsabilidade como os homens, elas acumulam as tarefas de ser mãe, esposa e dona de casa.

Trabalhar fora de casa é uma conquista recente das mulheres. Ganhar seu próprio dinheiro, ser independente, exercer suas funções de casa e ainda ter sua competência reconhecida é motivo de orgulho para todas elas.

Sr. Presidente, na figura da Secretária das Mulheres Socialistas do meu Estado, Vera Lúcia Sobral, homenageio todas as mulheres brasileiras.



Documento 46/94

031.4.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2010-15:16

Publ.: DCD - 10/03/2010 - 7485 ANGELA PORTELA-PT -RR

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Urgente apreciação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2007, sobre a ampliação do período da licença-maternidade para 180 dias.

A SRA. ANGELA PORTELA (PT-RR. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, é natural que muitos Parlamentares subam a esta tribuna para falar sobre os direitos e as conquistas das mulheres nos últimos anos, que não são poucas - são muitas as conquistas. Mas é preciso também projetar o futuro e, quando fazemos isso, percebemos que o caminho que as mulheres têm pela frente não é feito apenas de flores.

Por isso, Sr. Presidente, quero falar de uma matéria que entrou na pauta deste Plenário na semana passada, exatamente a propósito do Dia da Mulher, e que, a despeito de sua relevância social, tenho certeza de que enfrentará grande resistência por parte de muitos colegas, como também de outros segmentos da sociedade, inclusive de mulheres.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 30 tem sido minha principal bandeira de atuação parlamentar. Apresentei essa PEC no início do mandato, ainda em 2007



e, após cumprir todo o processo legislativo, conseguimos aprová-la na Comissão Especial no último dia 11 de fevereiro, mais precisamente o substitutivo da Relatora, Deputada Rita Camata, que ampliou seu alcance com a previsão de 7 meses de estabilidade no emprego e a extensão do benefício também para as mães em caso de adoção.

Durante as discussões na Comissão Especial, foram inúmeros os argumentos favoráveis à medida, inclusive argumentos de caráter científico, como a necessidade de a criança ser exclusivamente alimentada com o leite materno nos 6 primeiros meses de vida, o melhor desenvolvimento cognitivo do bebê e emocional da mãe e os benefícios para a saúde até mesmo na fase adulta.

Também é consenso que a ampliação da licença-maternidade poderá reduzir o número de internações hospitalares por conta de doenças infectocontagiosas e/ou metabólicas, uma vez que o leite materno oferece todos os nutrientes necessários para o desenvolvimento saudável do recém-nascido. Este aspecto, aliás, aliviaria o orçamento do Sistema Único de Saúde e, conseqüentemente, o da Seguridade Social.

Concedo um aparte à Deputada Cida Diogo.

A Sra. Cida Diogo - Sra. Deputada Angela Portela, autora da PEC nº 30, teve a satisfação de presidir a Comissão Especial que discutiu essa proposta de emenda à Constituição. V.Exa. está corretíssima quando apresenta questões ligadas à saúde, os benefícios tanto para a mãe quanto para o bebê, inclusive benefícios para o próprio Sistema Único de Saúde, com a redução de custos que seriam necessários para bebês que teriam mais fragilidade e menos saúde e que precisariam ocupar UTIs neonatais ou leitos hospitalares. V.Exa. está corretíssima! Por ser médica, sei que uma proposta de emenda constitucional como essa é fundamental para as nossas mulheres. Como mulher, quero dizer que esta Casa deve esta obrigação às mulheres brasileiras: aprovar, de preferência ainda neste mês de março, mês em que comemoramos 100 anos de existência do Dia Internacional da Mulher, proposta de emenda constitucional de tamanho alcance para as mulheres trabalhadoras. Essa é uma dívida e um compromisso que esta Casa tem de ter com as mulheres trabalhadoras do nosso



País. O Presidente Michel Temer comprometeu-se, junto à coordenação da bancada feminina, a colocar em votação, além da PEC nº 30, também a PEC da Deputada Luiza Erundina. Inclusive, numa fala anterior, destaquei que, nestes 100 anos de existência do Congresso Nacional, nunca houve uma mulher como titular da Mesa Diretora no Senado e na Câmara. Aliás, no Senado há uma mulher titular, faço essa correção. Mas na Câmara dos Deputados nunca houve uma mulher titular da Mesa Diretora. Então, é importante esse avanço. E há também o projeto elaborado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que a bancada feminina está subscrevendo, que garante maior espaço e maior respeito à mulher no mercado de trabalho. Deputada, essa PEC que V.Exa. apresentou é de grande alcance social e de muito interesse para as mulheres. Tenho absoluta certeza de que todas as Lideranças de partido desta Casa vão apoiar essa proposta de emenda constitucional e de que nós ainda a votaremos neste mês de março. Poderemos, assim, dar esse presente, mais uma conquista, nos 100 anos de existência do Dia Internacional da Mulher. Parabéns a V.Exa. Estamos juntas para conseguir mais essa vitória, essa conquista para as mulheres brasileiras.

A SRA. ANGELA PORTELA - Muito obrigada, Deputada Cida Diogo. Sei do seu compromisso com as mulheres brasileiras. Sei do seu compromisso inclusive como Presidente da Comissão Especial que aprovou, por unanimidade, a ampliação da licença-maternidade para 6 meses.

Nós, todas as mulheres da bancada feminina da Câmara dos Deputados, queremos aqui reforçar o nosso interesse, a nossa vontade de que seja colocada na pauta de votação, ainda esta semana, a PEC nº 30, sobre a ampliação da licença-maternidade.

Na semana passada, na terça-feira, foi colocada em pauta. Depois, foi retirada. Nós, juntamente com a bancada feminina, gostaríamos de pedir a todos os Deputados, aos Líderes dos partidos - logo mais haverá uma reunião de Lideranças - que se sensibilizem e incluam na pauta de votação a PEC 30, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

O Sr. Jofran Frejat - Deputada Angela Portela, concede-me um aparte?

A SRA. ANGELA PORTELA - Pois não, Deputado.



O Sr. Jofran Frejat - Deputada, eu quero parabenizar V.Exa. por defender essa tese e apresentar essa proposta de emenda à Constituição. Eu digo isso porque é uma tese que vem sendo desenvolvida com muita intensidade desde a época da Constituinte. Eu fui Constituinte e sou o autor da proposta de emenda à Constituição que estabeleceu a licença-maternidade por 120 dias. Outros também apresentaram. Veja que essa parceria vem de longe, embora eu nem conhecesse V.Exa., que é muito nova. Provavelmente nem havia nascido a essa época. Mas veja V.Exa. que quando apresentei a proposta, estabeleci que a licença seria de 4 meses, 120 dias, e mais 2 meses de facilidade laboral, para que a mãe pudesse amamentar o seu filho, já que, sendo médico, já àquela época, quando Constituinte, sabia da necessidade desta relação mãe e filho, da necessidade desta relação intensa entre a mãe e o filho, o que é bom para o equilíbrio da mulher e do seu filho. Pois bem, havia muita resistência àquela época - muita resistência. Alegou-se que as mulheres provavelmente não seriam empregadas etc. Acabaram cortando estes 2 meses de facilidade laboral para que ela pudesse amamentar. De qualquer maneira, ganhamos. Ganhamos, porque conseguimos estabelecer os 120 dias de licença-maternidade. Agora vem V.Exa. e propõe o acréscimo, já numa posição muito mais consolidada, de que, ao invés dos 120 dias ou dos 4 meses, passe para os 6 meses, a fim de que a mãe possa, nesse período, amamentar o seu filho e manter a sua relação na evolução da criança, que é fundamental. Portanto, fico muito feliz. Parabenizo V.Exa., que tem um parceiro nesta luta aqui, para que possamos estabelecer os limites da necessidade mãe e filho, que V.Exa. agora apresenta.

A SRA. ANGELA PORTELA - Muito obrigada, nobre Deputado Jofran Frejat. Eu sei que V.Exa. é sensível a essa causa. Como médico, é conhecedor da importância do aleitamento materno.

O SR. MAURO BENEVIDES - V.Exa. me permite, Deputada Angela Portela?

A SRA. ANGELA PORTELA - Pois não, Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - Na manhã de hoje, quando V.Exa. concedia uma entrevista sobre esse tema à TV Câmara, tive oportunidade de ouvi-la na extensão do seu oportuno pronunciamento e não me dispensaria, na tarde de hoje, de voltar



a cumprimentá-la pela feliz iniciativa, que passou a ter repercussão nacional pelo extraordinário alcance que desperta esse assunto, focalizado tão acertadamente no seu projeto, porque o aleitamento materno, até esse período que V.Exa. estabeleceu, os 6 meses, significa exatamente algo que vai fortalecer aquela criança que, ao se criar, já crescerá certamente sadia, com perspectivas bem mais favoráveis de conviver com a existência muitas vezes desfavorável. Então, V.Exa., representando o seu Estado e ganhando no plenário essa notoriedade por uma iniciativa excepcional, merece os nossos aplausos. Tenha certeza de que V.Exa. cumpre o seu dever, representando aqui o povo do seu Estado e indo ao encontro de uma aspiração legítima das mulheres brasileiras. Cumprimento-a, portanto, por este pronunciamento.

A SRA. ANGELA PORTELA - Muito obrigada, Deputado Mauro Benevides.

Ouçó, com prazer, a Deputada Janete Rocha Pietá.

A Sra. Janete Rocha Pietá - Deputada Angela Portela, hoje, na cerimônia de comemoração do Dia Internacional da Mulher, deixei bem claro que a bancada feminina defende 3 projetos, a meu ver, muito importantes. Um deles é o de V.Exa., a PEC nº 30, que vai abarcar as mulheres do campo e da cidade. Na verdade, as mulheres das grandes empresas e do setor público já recebem esse benefício. Por que continuar com essa diferença de mulheres que têm licença-maternidade de 180 dias, como em Guarulhos, minha cidade, onde a Prefeitura já concede 180 dias, e as que não têm? Esse é o primeiro aspecto. O segundo, muito inovador, é que a mulher que adotar qualquer criança também terá esse benefício. A meu ver, é uma compreensão real e dignificadora do que é maternidade. Parabênizo V.Exa. A bancada feminina, junto com V.Exa., está na luta pela aprovação dessa PEC. Peço a todos os pares que também votem a favor da PEC nº 30.

A SRA. ANGELA PORTELA - Muito obrigada, Deputada Janete Rocha Pietá.

Ouçó, com prazer, o Deputado Nazareno Fonteles.

O Sr. Nazareno Fonteles - Deputada Angela Portela, é um prazer participar do Grande Expediente, ainda sob a aura do Dia Internacional da Mulher e da temática de ampliar os direitos da mulher com a PEC que V.Exa. tão bem defende e



apresenta a esta Casa. Com certeza, a Câmara dos Deputados irá aprová-la, beneficiando, como já disse a Deputada Janete Rocha Pietá, as mulheres do campo e da cidade. Trata-se de questão de justiça, de empoderamento da mulher, da igualdade de gênero, de um aspecto político. A mulher terá mais tempo para se dedicar às suas atividades da maternidade sem a dupla carga de trabalho. Ela deve cuidar da criança, que vai ser um futuro cidadão ou cidadã do País. Parabênzo V.Exa. pela ideia e pelo dia. Lembro da nossa ligação conterrânea. Migramos para outras plagas, mas nos encontramos aqui lutando por causas tão nobres. Meus parabéns! Que Deus abençoe essa causa! Espero que seu mandato continue servindo às mulheres de todo o País.

A SRA. ANGELA PORTELA - Muito obrigada, Deputado Nazareno Fonteles.

Ouçó o aparte do nobre Deputado Chico Lopes.

O Sr. Chico Lopes - Deputada, aproveito a ocasião em que a mulher brasileira e de todo o mundo comemora os 100 anos do Dia Internacional da Mulher para parabenizar a professora cearense que foi emprestada a Roraima e que está dando uma contribuição não apenas a Roraima mas a todo o Brasil. Mesmo nos avanços que tivemos, ainda há 2 fundamentais a serem discutidos: primeiro, a violência familiar, do homem contra a mulher; segundo, a participação da mulher na política. Por isso, parabenizo V.Exa., que está na política e em uma Casa com 513 Deputados. A estatística é diferente de zero. Isso não pode acontecer. V.Exa. abraça uma grande causa. Levo em consideração o rebento. Todos nós sabemos que a criança precisa mais dos pais exatamente de zero a 1 ano, em que está toda a sua formação e toda a sua necessidade de carinho. A mudança que V.Exa. propõe envolve questões positivas no sentido de resolver o problema da mãe e do filho e, conseqüentemente, da sociedade. Evidentemente, aparecerá alguém dizendo que isso vai sair caro. Acho que a felicidade e a saúde de uma mãe e de um filho não se medem por dinheiro, mas, sim, pelo bem-estar dessa dádiva da natureza e de Deus. Parabéns!

A SRA. ANGELA PORTELA - Sem dúvida nenhuma, Deputado Chico Lopes, os recursos que serão investidos pela Previdência Social nos 2 meses adicionais da



licença-maternidade não vão representar ônus; pelo contrário, vamos estar cuidando da saúde das nossas crianças.

Passo a palavra à Deputada Rita Camata, que foi Relatora na Comissão Especial e fez um belo relatório, inclusive ampliando os direitos das mulheres brasileiras.

A Sra. Rita Camata - Deputada Angela Portela, eu estava no Grupo de Trabalho do Projeto Ficha Limpa, mas saí correndo para chegar aqui a tempo de cumprimentá-la. V.Exa. é uma grande representante do seu Estado, comprometida com as lutas e com as conquistas que são essenciais para as mulheres, as crianças e os adolescentes. Para mim, que já estou aqui há mais de 2 décadas - cheguei na Constituinte -, é muito bom ver que este Congresso se renova não só nas caras que aqui chegam, mas também na força da luta da mulher, por menor que seja. V.Exa., que é Deputada nova na Casa, traz o compromisso da luta e da importância da igualdade de gênero. Quero cumprimentá-la pelo pronunciamento que faz neste Grande Expediente e pela iniciativa de ter essa PEC como uma bandeira do seu mandato e uma bandeira de todas as mulheres brasileiras. Eu não tenho dúvida nenhuma, Deputada Angela Portela, de que V.Exa. cumpre não um mandato, mas uma missão. V.Exa. tem hoje a felicidade de estar nesta Casa participando da agenda política do Parlamento brasileiro, onde a maioria é composta de homens, quando temos uma população em que mais de 50% são mulheres, que são mães dos outros 50%. Essa é a grande verdade que temos de fazer bater no coração dos nossos colegas Deputados e dos nossos Líderes. Quero me somar aqui no reconhecimento a esse esforço para a aprovação da PEC. Tive o privilégio de ser Relatora da matéria na Comissão Especial, presidida pela Deputada Cida Diogo, e a aprovação da emenda constitucional obteve unanimidade. O apelo que nós fazemos é ao Governo - e V.Exa. é da base do Governo -, para que possamos de fato celebrar o 8 de março trazendo essa conquista de tão grande cunho social. Nada é mais sublime para uma mãe do que ter a oportunidade de amamentar, de transmitir a imunidade que o leite materno provê ao bebê nos primeiros meses de vida, de assegurar ao seu filho a confiança e a segurança para a vida adulta. Sabemos que a amamentação é essencial; quem é mãe sabe a luta que é.



Queremos os pais parceiros e assumindo a sua responsabilidade também, mas como são importantes esses primeiros 6 meses de vida! É investir para ter um ganho muito maior nas futuras gerações, para as mulheres, crianças e adultos deste País. Deputada Angela, acredito que vamos votar essa PEC nesta semana. O argumento é o de 20 anos atrás: se for aprovada a ampliação dos 120 dias e os 7 meses de estabilidade, nós vamos impedir que a mulher entre no mercado de trabalho. Vinte anos atrás, nós não éramos nem 30% da economia ativa deste País; hoje, somos mais de 44%. Isso demonstra que nós contribuímos e somos imprescindíveis na construção e consolidação da democracia. Democracia também se mede pelo respeito à igualdade de gênero. Essa matéria relativa à licença-maternidade de 180 dias é extremamente importante para o Parlamento, para a mulher trabalhadora brasileira. Não há mulher de primeira ou de segunda classe, hoje há mães. As servidoras públicas e as trabalhadoras de empresas que aderiram ao Programa Empresa Cidadã têm direito aos 180 dias, mas 70% das trabalhadoras mais sofridas deste País não têm esse direito. É este o sentimento que nós trazemos, apoiando a PEC, com a convicção de que, com o apelo para o Governo e para os demais partidos que compõem o Congresso Nacional, vamos conseguir aprová-la ainda esta semana. Parabéns pela sua atuação, pelo seu trabalho. Perdoe-me pelo alongamento do aparte, mas é um reconhecimento à larga contribuição que V.Exa. traz nesta tarde, no Parlamento brasileiro, com essa emenda constitucional tão significativa para a mulher trabalhadora.

A SRA. ANGELA PORTELA - Muito obrigada, Deputada Rita Camata. Eu só tenho a agradecer-lhe a dedicação no momento da elaboração do relatório, que foi bem elaborado, técnico, científico e também com informações colhidas nos debates na Comissão Especial. Eu sei da sua luta de mais de 20 anos para buscar conquistas e direitos para as mulheres e para as crianças brasileiras. Eu só tenho a agradecer-lhe o trabalho realizado durante a Comissão Especial.

O Sr. Francisco Rodrigues - V.Exa. me concede um aparte, nobre Deputada?

A SRA. ANGELA PORTELA - Concedo um aparte ao companheiro Deputado Francisco Rodrigues.



O SR. FRANCISCO RODRIGUES - Querida colega Deputada Angela Portela, V.Exa., em primeiro mandato, já demonstra capacidade de produzir resultados expressivos para a sociedade brasileira. A PEC nº 30, de 2007, de autoria de V.Exa., demonstra exatamente essa sua preocupação e, acima de tudo, essa consciência, que foi desperta anteriormente, mas que, por uma questão de justiça, somente agora, com essa PEC, vai-se tornar realidade, com absoluta certeza. Nós sabemos do seu empenho, da defesa de suas teses em relação a essas questões sociais, e logicamente não poderia ser diferente. V.Exa. está concretizando com chave de ouro a sua luta pela área social, especificamente por esse segmento fundamental para a vida, que são os 6 primeiros meses de existência de um ser humano. Eu não teria outras palavras a não ser dizer, neste momento, neste plenário, nesta tarde fria e quente ao mesmo tempo pela emoção da conquista, que V.Exa. está de parabéns e serve de referência quando se diz respeito à luta por questões de tamanha importância para a mulher brasileira. Ontem, 8 de março, quando comemoramos o Dia Internacional da Mulher, talvez já fosse sentimento de todos que essa PEC de V.Exa. seria aprovada. É lógico que em todos os rincões do País, de Norte a Sul e de Leste a Oeste, as mulheres que assistem à sessão neste momento estão rendendo, silenciosamente, uma justa homenagem à sua preocupação e a essa grande conquista. Portanto, parabéns pela iniciativa.

A SRA. ANGELA PORTELA - Muito obrigada, amigo Deputado Chico Rodrigues, grande batalhador, lutador em defesa dos interesses do nosso Estado de Roraima. Fico muito feliz em saber da sua sensibilidade pela causa das mulheres brasileiras, das mães brasileiras.

Eu gostaria de lembrar que o ônus para a Previdência é um dos maiores argumentos daqueles que são contra a ampliação da licença maternidade, junto com a perspectiva de redução da empregabilidade das mulheres e de um possível incremento na taxa de natalidade.

Há quem pense, mulheres inclusive, que muitas terão filhos apenas para ficar afastadas do trabalho por 2 meses a mais, sem prejuízo do salário. Imagine! Esses argumentos, aliás, foram requeitados da Constituinte de 1988, quando a



licença passou para 120 dias. Ao longo destes 22 anos, Deputada Rita Camata, provaram-se sem qualquer sustentação, haja vista a ampliação sistemática da presença feminina no mercado de trabalho e, por outro lado, a redução da taxa de natalidade década após década.

E é neste aspecto da taxa de natalidade que quero aqui me concentrar, porque não é preciso ser cientista ou demógrafo para saber que o desequilíbrio entre nascimentos e óbitos representa um fenômeno de consequências nefastas para qualquer país, entre elas o envelhecimento contínuo da população, com pressões cada vez maiores sobre o sistema de Previdência Social. Exemplos não faltam.

Em países como o Japão, a Alemanha e a Rússia, a taxa de natalidade já é menor do que a de mortalidade. Esse mesmo caminho será percorrido pelo Brasil nas próximas décadas, como apontam todas as análises feitas em cima das pesquisas populacionais do IBGE.

Outro aspecto que precisa ser observado é que a expectativa de vida melhora a cada ano. Isso é muito bom, mas tem consequências. Uma delas é que haverá menos jovens para girar a roda da economia, e mais pessoas usufruindo de aposentadorias.

Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas com base em dados do IBGE revela que, em 2004, o Brasil tinha 35 milhões de jovens com idade entre 15 e 24 anos. Este contingente diminuiu para 33,9 milhões no ano passado. Enquanto alguns setores trabalham com a perspectiva de estabilização da população a partir de 2030 e seu encolhimento a partir de 2050, dados mais recentes apontam que a população brasileira pode iniciar este declínio já em 2020.

Muitos já ouviram falar, embora desconheçam os detalhes, sobre o que os cientistas chamam de janela demográfica ou janela de oportunidades, que é, grosso modo, o período, na história de um país, em que os jovens em idade de trabalhar superam em número as crianças e os idosos. A maioria dos países desenvolvidos deu um salto neste período.

O Brasil está diante desta janela, mas ela fica aberta por pouco tempo, algo como uma geração. Portanto, em menos de 20 anos nossa população, a exemplo de



outros países, começará a declinar em números absolutos, em capacidade produtiva e, o dado mais relevante, em número de crianças e de jovens.

Todos sabem que em 1960 a taxa de natalidade no Brasil era de 6 filhos por mulher e hoje não passa de 2. Em 50 anos, portanto, atingimos a natalidade de países desenvolvidos, embora nos falte o desenvolvimento.

O ingresso da mulher no mercado de trabalho contribuiu muito mais nesse sentido do que todos os programas de controle de natalidade, planejamento familiar e, especificamente, campanhas de esterilização incorporadas às políticas públicas nas últimas décadas.

É um equívoco, portanto, acreditar que a mulher brasileira engajada no mercado de trabalho vá renunciar a isso por conta de 2 meses a mais de licença-maternidade, ainda mais quando sabemos que o valor médio do benefício pago pela Previdência Social não vai muito além do salário mínimo.

A verdade é que a independência financeira, melhor instrução e o controle sobre o próprio corpo têm permitido às mulheres fazerem a opção ou não pela maternidade.

Ampliar o benefício da licença-maternidade, portanto, é um investimento muito pequeno para o Governo e para a sociedade, diante das consequências que pode ter a redução sistemática na taxa de nascimentos.

Um país sem crianças, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é um país sem futuro. Desde sempre fomos acostumados com a ideia de que o Brasil era o país do futuro. Que país do futuro é imprevidente ao ponto de não atentar para esse detalhe fundamental?

Confesso que, ao propor a PEC nº 30, estava mais preocupada em garantir uma melhor qualidade de vida para as mulheres e para seus filhos, baseada em dados de saúde pública e nas recomendações do Ministério da Saúde e da Sociedade Brasileira de Pediatria.

Ao longo do processo, no entanto, novas informações foram incorporadas, chamando atenção também para as questões demográficas e para o que está ocorrendo em outros países, principalmente porque no decorrer das discussões na



Comissão Especial esteve sempre muito presente o argumento de que tal benefício implicaria um custo a mais para a Previdência Social da ordem de 1 bilhão e meio de reais ao ano.

Ora, nobres colegas, o País acabou de lançar mão de algo em torno de 30 bilhões de reais para socorrer empresas diante dos efeitos da crise surgida por conta das imprevidências de banqueiros e especuladores.

Se o País pode arcar com um custo de 30 bilhões para minimizar os efeitos de uma crise conjuntural, por que não pode investir 1,5 bilhão para assegurar uma melhor condição de vida às mães e seus filhos, principalmente quando sabemos que a inversão na curva demográfica terá um efeito muito mais arrasador nas contas da Previdência Social e na economia do próprio País a médio e longo prazos?

Sabemos hoje que muitos países têm adotado políticas de estímulo à maternidade exatamente para evitar o declínio da população e suas notórias consequências. Esses estímulos vão desde o pagamento de bônus às famílias que têm um segundo filho, incentivos fiscais para a aquisição da casa própria, entre outros, sem entrar no mérito da licença-maternidade, que em alguns países é superior a um ano.

Antes que o Brasil seja obrigado a recorrer a esses expedientes, o que estamos propondo é muito simples: que as mulheres tenham na gravidez e no pós-parto o apoio da sociedade e do governo, na forma de um benefício que custará muito menos à Nação, em termos financeiros do que todos os pacotes para socorrer bancos e empresas falidas única e exclusivamente por problemas de gestão.

Quero, portanto, nesta oportunidade em que o País comemora o Dia Internacional da Mulher, conclamar todas as colegas Parlamentares nesta Casa e no Senado Federal a atuarem junto às suas bancadas, às lideranças, à Mesa Diretora; conclamar as ONGs que advogam os direitos das mulheres e aquelas que lutam em defesa da infância; as manifestações religiosas e os movimentos sociais para que amplifiquem essa discussão dentro da sociedade e para que este Parlamento, uma vez tendo colocado em pauta a discussão e a votação da PEC nº 30,



compreenda seus reais benefícios e aprove a ampliação da licença-maternidade para 6 meses, sem prejuízo do salário e do emprego das mulheres brasileiras.

Vamos votar. E vamos aprovar.

Concedo um aparte à minha querida Deputada Maria do Rosário.

A Sra. Maria do Rosário - Quero cumprimentá-la, Deputada Angela Portela, pelo grande trabalho que V.Exa. desenvolve neste Parlamento e pela brilhante proposta de que V.Exa. é autora e que é motivo de orgulho para as mulheres brasileiras - às quais estendo meus cumprimentos em razão do dia 8 de março. Com certeza, a bancada feminina destacou essa proposta como prioridade por sua importância para as crianças, para as mulheres e para o desenvolvimento nacional. Reitero que V.Exa. conta com todo o nosso apoio para que a licença maternidade de 6 meses seja assegurada como um direito das mulheres e das crianças, um requisito para o desenvolvimento e uma responsabilidade de toda a sociedade sobre a maternidade, que, portanto, que não deve recair unicamente sobre a mulher - embora ela exerça essa função, toda a sociedade tem a tarefa de assumi-la. Enfim, Deputada, orgulha-me seu mandato, orgulha-me ser sua colega do Partido dos Trabalhadores, orgulha-me ser sua colega nesta Casa. A meu ver, V.Exa. dá um exemplo dos mais importantes como autora dessa brilhante proposta de emenda constitucional. Sucesso para seu projeto, querida colega; sucesso para todas as mulheres brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Deputada Angela Portela, sei que V.Exa. recebeu muitos apartes, mas o segundo orador do Grande Expediente já se encontra em plenário. Assim, vou conceder mais 1 minuto a V.Exa., para que possa encerrar seu pronunciamento.

A SRA. ANGELA PORTELA - Obrigada, Sr. Presidente.

Quero agradecer o aparte à minha querida Deputada Maria do Rosário e destacar que S.Exa. foi Relatora desta PEC quando tramitando na Comissão de Constituição e Justiça. Agradeço muito o relatório, a defesa que fez S.Exa. em prol da ampliação da licença-maternidade para 6 meses.

Os benefícios da ampliação dessa licença são de fato inúmeros, como já destacamos aqui, e muitos foram os que fizeram apartes, homens e mulheres



sensibilizados com a necessidade de fazermos esse ajuste na legislação. A Sociedade Brasileira de Pediatria, o Ministério da Saúde, a Organização Mundial da Saúde, todos os especialistas em saúde pública do mundo defendem que a mulher amamente seu filho durante 6 meses. O que nós queremos? Ajustar a legislação a essa necessidade real de a mulher amamentar o seu filho durante 6 meses. Volto a repetir que os benefícios são inúmeros: fortalecimento da imunidade da criança e dos laços de afeto com a mãe, entre outros.

Concluindo, Sr. Presidente, quero pedir a todos os Srs. Deputados, a todos os Srs. Líderes - que devem estar reunidos neste momento - e também a V.Exa. que coloquem a proposta de emenda à Constituição relativa à ampliação da licença-maternidade em pauta ainda esta semana.

Viva a mulher brasileira! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Deputada Angela Portela, de fato V.Exa. é uma das Parlamentares mais empenhadas nesta causa aqui na Casa - tive, como membro da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a oportunidade de construir algumas votações na sua companhia. Acho que foi uma feliz coincidência V.Exa. se pronunciar no Grande Expediente no dia de hoje e com isso ter a oportunidade de homenagear todas as mulheres do Brasil, não só com a causa que vem defendendo, mas também com este belo pronunciamento que acaba de fazer.

A SRA. ANGELA PORTELA - Muito obrigada, Sr. Presidente. V.Exa. realmente ajudou muito na Comissão de Constituição e Justiça.



Documento 47/94

005.4.53.N Sessão Extraordinária - CN 09/03/2010-00:00

Publ.: DCN - 10/03/2010 - 802 MICHEL TEMER - PRESIDENTE DA CÂMARA
DOS DEPUTADOS.-PMDB -SP

CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. MICHEL TEMER (PMDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente José Sarney, em nome de quem saúdo todos os Srs. Senadores e Deputados. E tomo a liberdade, em nome da eminente Ministra Dilma Rousseff, de saudar as mulheres deste Plenário e do Brasil.

Eu quero dizer, senhoras e senhores, em brevíssimas palavras, que nós temos, ao longo do tempo, repetido anualmente a solenidade de homenagem à mulher. Não digo apenas a mulher brasileira, mas a mulher genericamente considerada.

Claro que, em toda ocasião em que fazemos esta homenagem, eu pelo menos costumo rememorar uma ou algumas das lutas das mulheres no mundo.

Ainda há poucos dias eu revia a história do 8 de março, que se deu em função de uma reivindicação das mulheres que trabalhavam dezesseis horas por dia e pleiteavam, lideradas por algumas, uma pequena redução na jornada de trabalho.

A consequência foi que os patrões as encerraram num barracão e o incendiaram.

Com isso quero significar que os primeiros momentos da luta da mulher pela busca da igualdade foi de muito sacrifício, de derramamento de sangue, coisa



extremamente agressiva, conforme estou relatando. Mas a mulher não desistiu, não se intimidou e, ao longo do tempo, foi procurando novos espaços.

Sempre recordo, aqui no Brasil, com certo pudor cívico, que a mulher só conseguiu participar do processo eleitoral a partir de 1932, embora a independência tenha se dado muitíssimos anos antes. Mas o fato é que as postulações da mulher, às quais se somaram os homens - quantos e quantos homens se somaram a esse trabalho! - vêm dando os melhores frutos e os melhores resultados.

Aqui no Congresso Nacional, tanto o Presidente José Sarney quanto eu, na Câmara dos Deputados, procuramos sempre dar uma participação à mulher, não porque ela postule, mas porque é seu direito. Nós temos lá o Colégio de Líderes - e está aqui a Deputada Alice Portugal, que representa a bancada feminina no Colégio de Líderes, que é o corpo funcional da Câmara dos Deputados e que estabelece a pauta dos trabalhos legislativos. Criamos uma Procuradoria Parlamentar da Mulher, que está sob o comando da Deputada Solange, Procuradora da Mulher.

E, entre hoje e amanhã, em homenagem à Semana Internacional da Mulher, nós estamos todos, Deputadas e Deputados, desejosos de dar um passo muito significativo na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional e para a mulher brasileira, que é precisamente aprovarmos ou tentarmos aprovar a proposta de emenda à Constituição de autoria da Deputada Luiza Erundina, que está aqui presente (palmas.), que visa a colocar, pelo menos, uma mulher - mas o objetivo é colocar os dois gêneros - na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Vamos ter a obrigatoriedade de ter, pelo menos, uma mulher porque podem as coisas evoluírem de tal maneira que talvez, um dia, seja necessário colocar um homem na Câmara, na Presidência ou na Mesa Diretora.

Eu digo isso apenas a título exemplificativo porque, neste primeiro momento, o grande desejo é que a mulher tenha presença na Mesa Diretora da Câmara, sem embargo de outros projetos que lá tramitam e que tentaremos votar ainda nesta semana.



Então, mais uma vez, quero registrar meus cumprimentos à mulher brasileira, à mulher de todos espaços do mundo e cumprimentar também os homens pelo trabalho que desenvolvem de integração, de igualdade entre os homens e as mulheres. Este trabalho de integração foi tão significativo sob o foco jurídico que, em 1988, precisamente em 5 de outubro, quando promulgamos a Constituição brasileira, não se disse mais, como era tradição no Direito constitucional brasileiro, que todos são iguais perante a lei, o princípio da igualdade. Mas passou-se a dizer: homens e mulheres são iguais em direitos e deveres. Parece pouco, mas a afirmação, na estrutura do Estado - afinal a Constituição cria o Estado brasileiro - da igualdade definida entre homens e mulheres é um passo de reconhecimento da figura da mulher no cenário público, da mulher brasileiro no cenário internacional. E agora ainda temos aqui a Ministra Dilma Rousseff. Eu perguntava ao Presidente José Sarney se nós tivemos na história brasileira alguma mulher candidata à Presidência.

Sua Excelência, a Ministra Dilma Rousseff, encarna tudo isso que eu estou a dizer, a significar. Se eu nada dissesse, bastaria olhar para a Ministra Dilma Rousseff e todos diríamos: a mulher ganhou seu espaço definitivo - não é Ministra Nilcéa? - na vida pública administrativa do nosso País. Essa é a figura da Ministra Dilma Rousseff.

Meus cumprimentos a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB - AP) - Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, que preside comigo esta sessão; Sr^a Ministra Dilma Rousseff, Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que é símbolo da mulher lutadora, vencedora, competente e que realiza, neste instante, um grande trabalho pelo Brasil; Senadora Serys Slhessarenko, Coordenadora da Bancada Feminina no Senado; Deputada Alice Portugal, Coordenadora da Bancada Feminina na Câmara; Senador Marco Maciel, Presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz; Sr^a Nilcéa Freire, Ministra da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, onde vem desenvolvendo um excelente trabalho (palmas.), Dr. Jaime Lerner, ex-Governador do Paraná, minhas senhoras, meus senhores, minha homenagem a todas as mulheres.



Quero aproveitar a homenagem que o Senado Federal e a Câmara Federal prestam hoje à mulher para repetir minha saudação à mulher política, à mulher que participa, em sua dupla jornada, da tarefa de criar famílias e construir o Estado. A política é o universo da incerteza, onde todas as questões estão perpassadas do contingente, onde o único guia é a intuição. Por isso mesmo as mulheres foram as primeiras a ter noção da instabilidade das instituições sociais e da necessidade de mantê-las. Direta ou indiretamente, sempre tivemos no comando de nossa sociedade as mulheres, com sua extraordinária inteligência intuitiva.

A Câmara dos Deputados deu a esse Ano da Mulher naquela Casa o tema "Mulher na Política Muda o Poder". O Senado Federal, por sua vez, pela Resolução nº 25, de 1998, criou um prêmio que tem a intenção de agradecer mulheres que, no País, tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e questões de gênero.

Demos ao prêmio o nome da Deputada Bertha Lutz, a pioneira que criou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), e assim a principal responsável pela conquista do direito da mulher ao voto, em 1932.

O Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz é um reconhecimento à trajetória de luta e combate em defesa dos direitos da mulher por uma Casa onde seu número tem crescido com grande rapidez, e onde sua combatividade multiplica a presença da mulher, tornando os debates mais humanos e mais francos.

Quero dirigir-me a brevemente às agraciadas.

A Dr^a Andréa Maciel Pachá, Juíza de Direito no Rio de Janeiro, coordenou, no Conselho Nacional de Justiça, às I e II Jornadas sobre a Lei Maria da Penha, tornando mais efetiva a luta contra a violência doméstica, sem dúvida um dos grandes problemas que a nossa sociedade ainda enfrenta.

A engenheira Clara Perelberg Steinberg conseguiu a façanha de realizar uma intensa atividade em sua profissão, ao mesmo tempo que criava o Instituto Rogerio Steinberg - IRS, em 1997, no Rio de Janeiro, voltado para a redução das desigualdades sociais e o exercício da cidadania.



A Professora Cleuza Pereira do Nascimento, prefeita por três mandatos de Salgueiro, em Pernambuco, onde conseguiu reduzir em 50% a taxa da mortalidade infantil, é coordenadora do programa Mãe Coruja, que atua na Região da Chapada do Araripe.

A cantora Leci Brandão dispensa apresentações pelo seu intenso trabalho político em defesa das minorias, com sua longa carreira que a levaram a integrar o Conselho Nacional de Promoção da igualdade.

A Dr^a Maria Augusta Tibiriçá Miranda é uma pioneira das lutas políticas. Há mais de 60 anos participa das causas nacionalistas e feministas, sendo uma das fundadoras da Federação das Mulheres do Brasil. É uma satisfação poder ainda recebê-la entre nós, enfrentando o desafio de se deslocar até o nosso plenário.

Temos ainda duas homenagens especiais, uma in memoriam, à Dona Fani Lerner, que foi Primeira-Dama de Curitiba, (palmas.) onde fez um grande trabalho social, e a outra à Dona Maria Lygia de Borges Garcia, que foi a Primeira-Dama do Estado de Mato Grosso, onde criou e presidiu a Fundação da Promoção Social do Estado.

Sempre considerei que o destaque dado aos assuntos que dizem respeito às mulheres não é uma deferência, uma questão de cortesia, mas nada mais é que um pouco de justiça. Ao longo da história, a mulher sofreu - e ainda sofre - todo tipo de discriminação. Impõe-se, portanto, corrigi-la.

Sou dos que considera que a igualdade de direitos estabelecida pela Constituição, o veto a todo tipo de discriminação, é no sentido de criar um equilíbrio, é ativa, não passiva. Sustento que esse é o princípio da ação afirmativa, que consiste justamente em corrigir as desigualdades, em criar na sociedade condições que estabeleçam uma verdadeira igualdade de oportunidades. Para usar a palavra de Rui Barbosa, "Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real." Daí o direito que as mulheres têm a um tratamento de destaque.

Na nossa Constituição prepondera a solidariedade. Há, subjacente aos mais diversos capítulos, a ideia de que se deve ajudar os que menos têm, equilibrando as diferenças materiais, sociais e econômicas. Esta a lição mais importante para



nós. As mulheres, infelizmente, estão no Brasil entre os que menos têm, e, maioria da população, são nossa maior minoria, a que acumula maior carga de sacrifícios, a começar pelo desafio de ser, a um só tempo, mulher e trabalhadora.

Não é preciso registrar mais uma vez a longa lista de violências e agravos sofridos pela mulher para demonstrar o que é do conhecimento de todos. Há, no entanto, muito o que fazer em termos objetivos para contrapor aos fatos concretos da realidade. É o que as agraciadas com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz fazem nos seus diversos campos de atuação, engrandecendo o espaço da mulher na sociedade brasileira.

A mudança de atitude, a transformação de nossos próprios preconceitos culturais, passa por seu reconhecimento e pela vontade individual e coletiva.

Quando Presidente da República, faz 25 anos, criei a comissão que, sob o comando de Ruth Escobar, formulou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que instalei (palmas.) em setembro de 1985. Atendia, assim, à reivindicação de criar junto ao Governo Federal um organismo voltado especialmente para a problemática da mulher, não como um gesto paternalista, formal, conciliador, ou de expressão de uma dádiva, mas atendendo a realidades existentes que, se ignoradas, nos deixariam à margem do concerto das nações. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher tinha, como tem, o objetivo essencial de captar os anseios das mulheres brasileiras. Hoje ele passou a integrar a estrutura da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República.

As mulheres são a metade do céu.

O desconhecimento desta verdade, além de clamorosa injustiça, constitui também um ato de privar qualquer país de uma poderosa fonte de energia e criação: as mulheres.

Trata-se do reconhecimento não somente da verdade de que elas são a metade do céu.

Mas não são somente isso.

Ao atender à reivindicação de criar junto ao Governo Federal um organismo voltado para a problemática da mulher, não estávamos de modo algum realizando um gesto paternalista, formal, conciliador ou de expressão de uma dádiva.



Estávamos, sim, atendendo a realidades existentes que, se ignoradas, não deixariam à margem do concerto das nações e das repúblicas modernas, que já haviam incluído no texto de suas Constituições e em sua política diária a igualdade plena entre homens e mulheres:

- a Carta das Nações Unidas, que reafirma a fé nos direitos fundamentais do homem;
- a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que reafirma o princípio da não-discriminação.

Cumpríamos as determinações expressas na Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as discriminações contra a mulher, da qual somos signatários. Considero de grande importância que tenha sido criada uma Secretaria Especial de Políticas para Mulheres na Presidência da República, e os vários progressos que aconteceram nesses longos anos. Mas, só pela formação da consciência coletiva da igualdade entre mulheres e homens, da participação crescente na vida política e social das mulheres, teremos um progresso efetivo.

Quero fazer aqui uma menção especial à Ministra Dilma Rousseff, que encontrou tempo em sua agenda para prestigiar esta solenidade com sua presença. Ela é um símbolo da capacidade da mulher de assumir as maiores responsabilidades políticas e administrativas, com extraordinário brilho e dedicação à sua tarefa. (Palmas.)

Saúdo a todas as mulheres por seu dia, que comemoramos hoje - não só hoje, mas todos os dias - e especialmente, as agraciadas e, em nome das coordenadoras das bancadas femininas, Senadora Serys Slhessarenko e Deputada Alice Portugal, todas as Senadoras e Deputadas que contribuem decisivamente para o brilho desta festa.

Quero explicar aqui por que, quando Presidente da República, sempre saudava brasileiros e brasileiras: porque eu tinha lido, na Academia Brasileira de Letras, que a mulher do jurista Clóvis Beviláqua tinha tentado entrar na Academia e tinha sido recusada, porque o estatuto dizia que ali só podiam entrar brasileiros. Então, coloquei "brasileiros e brasileiras".

E termino esta mensagem com essa saudação.



Muito obrigado. (Palmas.)



Documento 48/94

005.4.53.N Sessão Extraordinária - CN 09/03/2010-00:00

Publ.: DCN - 10/03/2010 - 813 ELCIONE BARBALHO-PMDB -PA

CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SR^a ELCIONE BARBALHO (PMDB - PA) - Sr^a Senadora Serys; Senadora Lúcia Vânia; Deputada Alice Portugal, companheira; Senador Inácio Arruda; companheiras aqui presentes; Senadoras; Senadores; mulheres homenageadas; senhores presentes, houve um tempo em que as mulheres não tinham direito à cidadania, eram proibidas de estudar, de opinar, de votar, de escolher seus parceiros, de exercer uma profissão. Houve um tempo em que, para nós, não havia alternativa a não ser sofrer em silêncio. Hoje, a discriminação, o abuso e os maus-tratos não deixaram de existir, mas as coisas certamente mudaram, e a mulher passou a ser dona do seu destino, a possuir alternativas e a não precisar nunca mais sofrer calada.

Avançamos muito. Uma a uma, fomos quebrando e derrubando as imposições de uma sociedade machista, que, ao longo do tempo, também procurou se adequar, reconhecendo a mulher como igual e como companheira.

Quando conseguimos nos fazer ouvir, fizemos ver que precisávamos de políticas públicas que reconhecessem nossos direitos como cidadãos, esposas, donas de casa ou mesmo mães. Aos poucos, deixamos de ser "cidadãs de segunda classe"



e mostramos ao mundo que, quando nas mesmas condições, podíamos não apenas ser iguais, mas até ser melhores.

Somente lembrando o passado é que nos damos conta de todo o nosso avanço. Mas não se enganem: nada nos foi dado de graça!

O direito ao voto, a luta pelo divórcio, pelo respeito e igualdade salarial no mercado de trabalho, pelo acesso aos espaços de decisão, tudo veio mediante árduas conquistas.

Como consequência, a mulher protagoniza um movimento vigoroso de acesso ao mercado de trabalho; em busca de conhecimento e aperfeiçoamento técnico, nas universidades e cursos de capacitação; nas chefias das famílias; de autonomia e liberdade sexual; entre outras conquistas.

Não é à toa que hoje existem leis e órgãos que dão amparo e assistência às mulheres vítimas de violência doméstica. Não se estranha mais que a mulher tenha garantias ao direito reprodutivo, sem medo de perder o emprego; que tenha assegurada, na letra de nossa Lei Maior, a Constituição brasileira, a igualdade entre os gêneros como direito fundamental; que o Brasil tenha ratificado tantos tratados internacionais de direitos humanos e elaborado leis que ampliaram e consolidaram os direitos das mulheres; que, enfim, tenhamos conquistado tantos direitos civis que outrora nos eram negados.

Tudo isso se deve ao fato de nós, mulheres, representarmos mais da metade do eleitorado brasileiro e, hoje, estarmos em condições de exigir nossos direitos, de exigir políticas públicas que nos permitam dar conta do nosso trabalho, da nossa família e - por que não dizer? - dos nossos sonhos também.

A SR^a PRESIDENTE (Serys Shessarenko) - Por favor, eu pediria a compreensão do Plenário para com a oradora que está fazendo o seu pronunciamento.

Obrigada.

A SR^a ELCIONE BARBALHO - Dos avanços recentes, vários temas merecem destaque, mas gostaria de citar apenas dois: a importância da Lei Maria da Penha, que significou um marco pela garantia dos direitos das mulheres que sofrem abusos, e a aprovação, ainda no mês passado, da PEC nº 30, de 2007, no âmbito de uma Comissão Especial, que determina o aumento do período obrigatório de



licença-maternidade de quatro para seis meses. Um trabalho excepcional das Deputadas...

(Interrupção do som.)

A SR^a ELCIONE BARBALHO - ... Ângela Portela e Rita Camata, respectivamente, autora e relatora da proposta. A aprovação da PEC nº 30/07 é cheia de significado, e precisamos trabalhar para sua aprovação nos plenários da Câmara e do Senado. Eu tomei conhecimento de que vai ser colocada em pauta, por acordo dos Líderes, para sermos homenageadas e, mais uma vez, avançarmos em nossas perspectivas e em nossos direitos.

Mesmo assim, ainda não conseguimos corresponder à representatividade devida quando o assunto é política. Câmara e Senado ainda ficam muito abaixo no número de mulheres que ocupam assento no Parlamento brasileiro. Não é possível que, mesmo representando 52% do eleitorado do País, ocupemos menos de 9% das 513 cadeiras da Câmara dos Deputados e das 81 do Senado Federal.

Como consequência direta dessa baixa representatividade, está a nossa pequena presença à frente das lideranças partidárias e a ausência histórica de uma mulher na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Vale ressaltar que somente nesta Legislatura uma representante da Bancada feminina conseguiu assento na reunião de Líderes da Câmara, conquistando, finalmente, o direito de participar do principal colegiado decisório da Casa.

Novamente, sabemos que estes espaços não nos serão ofertados se não lutarmos por eles.

A verdade é que ainda é pequeno o número de mulheres que se interessam pela política. Penso se não seria o modo atual de gestão da política no País que precisaria ser revisto...

(Interrupção do som.)



A SR^a ELCIONE BARBALHO - De toda a forma, não há meios de mudar se não pela própria participação.

É importante que se diga que é justamente quando as mulheres ocupam os espaços de decisão que as políticas de gênero conseguem avançar. Nesta oportunidade, ressalto o importante trabalho que realizamos na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. Em 2009, tive a honra de ser uma das três mulheres presidentes de comissões permanentes da Câmara e, juntamente com a companheira Fátima Pelaes, nossa Vice-Presidente, tivemos a preocupação de pautar projetos como: o que garante a distribuição gratuita de preservativos pelo SUS; o que configura o namoro como relação íntima de afeto para efeitos da Lei Maria da Penha; e o que garante condições para que mulheres detentas, grávidas ou com filhos pequenos tenham direito a creches e possam cuidar de seus filhos nos primeiros anos de vida, projeto que foi sancionado pelo Presidente Lula.

(Interrupção do som)

A SR^a PRESIDENTE - Sr^a Deputada, temos um número muito grande de Senadores e Deputados... Pediria que a senhora procurasse... Vou lhe dar mais um minuto.

A SR^a ELCIONE BARBALHO - Eu lhe agradeço.

É lamentável que isso ocorra diante de tanta dificuldade que a gente tem de colocar os nossos problemas, de divulgar aquilo pelo que nós mulheres estamos lutando e aquilo que nós estamos fazendo aqui nesta Casa.

Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossa caminhada continua. Mulheres, viemos juntas em busca de uma sociedade mais igualitária, mais solidária, pois, ainda hoje, apesar de tantos avanços, persiste em nossa sociedade uma ótica sexista e discriminatória.

Muitos temas gostaria de colocar aqui. Inclusive gostaria de ressaltar que, ontem, assistindo à Bandnews, soube que o IBGE fez uma pesquisa mostrando que 72% do que o homem recebe é quanto recebe uma mulher.



Então, lamento não podermos colocar a nossa palavra aqui, mas quero deixar uma homenagem especial a essa mulher, Zilda Arns - (Palmas) -, muito valorosa, uma mulher que tanto nos ensinou como é possível ajudar e fazer um mundo melhor.

Muito obrigada.



Documento 49/94

005.4.53.N Sessão Extraordinária - CN 09/03/2010-00:00

Publ.: DCN - 10/03/2010 - 824 JANETE ROCHA PIETÁ-PT -SP

CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SR^a JANETE ROCHA PIETÁ (PT - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão da oradora.) - Sr^a Presidenta Alice Portugal, por quem tenho grande estima, respeito e admiração; Senadora Lúcia Vânia; Senador Inácio Arruda; Deputado Marcelo Ortiz, quero, como representante do PT, nominar as companheiras que compõem a Bancada do Partido dos Trabalhadores: Deputada Cida Diogo; Deputada Ângela Portela, que defende na Casa a ampliação da licença-maternidade, a PEC nº 30, a qual defendemos e queremos que seja prioridade da pauta; Deputada Dalva Figueiredo; Deputada Fátima Bezerra, essa nossa companheira do Rio Grande do Norte; as nossas companheiras Deputada Maria do Rosário, Deputada Emília Fernandes e Deputada Iriny Lopes.

Deputadas, Deputados, Senadoras e Senadores, quero, neste momento, saudar os meus ancestrais na figura de Dandara, mulher negra, que com Zumbi dos Palmares resistiu à escravidão; saudar Margarida Alves, mulher trabalhadora rural, que morreu assassinada na porta de sua casa.

Quero, em nome do Partido dos Trabalhadores, saudar todas as mulheres negras, indígenas, orientais e também todas as mulheres brancas.



Este ano comemoramos o Centenário do Dia Internacional da Mulher. Neste dia 8 de março, conclamo todas as mulheres a participar da vida política e sindical. Queremos fortalecer mais e mais a presença da mulher em fóruns suprapartidários de mulheres.

Este dia tem um significado especial para todas nós. Certamente não é o único, porque todo dia deve ser dia da mulher, todo dia deve ser dia de indígenas. Queremos saudar as donas de casa e queremos ser donas dos nossos destinos. Queremos o fim de toda violência contra as mulheres e o fim da violência doméstica. Queremos o fim da violência contra esposas, companheiras, noivas, namoradas.

Queremos que a mulher ocupe cada vez mais espaço na sociedade e na estrutura de poder. Por isso, repito o lema escolhido pelas bancadas femininas na Câmara e no Senado: "A mulher na política muda o poder". Mais mulheres no poder, mais poder para as mulheres. Nós podemos.

E para que de fato se mude é preciso que se complete a tarefa da inclusão de todas as mulheres, principalmente as mais excluídas: as mulheres negras e indígenas.

A história do Brasil é marcada por um longo período de escravidão, que explorou impiedosamente as mulheres negras. E por isso quero registrar aqui meu total repúdio e peço que todas as Senadoras repudiem a frase do Senador Demóstenes Torres, que disse: "é só ler Gilberto Freire que dá a impressão de que no Brasil as negras foram estupradas e a miscigenação se deu de forma violenta. Não, não foi isso. Foi de forma consensual". Nenhum estupro é de forma consensual. E violência e estupro, segundo o Código Penal, é crime! Houve, sim, escravidão no Brasil. Houve, sim, e por isso o Estatuto da Igualdade Racial, que foi aprovado na Câmara, precisa ser aprovado no Senado. Não se pode mudar, não se pode tirar a palavra escravidão. Não é tirando a palavra escravidão que se vai mudar esse fato ocorrido na nossa História, mas com políticas públicas para que os negros e as negras tenham espaço, voz e poder.

A história do Brasil é marcada por um longo período de escravidão onde se explorou impiedosamente as mulheres negras. O fim da escravidão não se fez



acompanhar de políticas públicas nas áreas de saúde, educação e tantas outras destinadas a reverter esse quadro. Nesse período a sociedade brasileira passou por diversas mudanças, é verdade, mas a marca da exclusão e exploração das mulheres negras continuou.

Essa situação é comprovada por estudos como o relatório da Organização Internacional do Trabalho, divulgado recentemente pelo Correio Braziliense ("OIT mostra que desemprego é maior entre as mulheres, ainda que elas tenham mais estudo" - Correio Braziliense, 5 de março de 2010) que comprova que o índice de desemprego entre mulheres é superior ao índice dos homens. O rendimento médio das mulheres é inferior, quando comparado ao dos homens. Em termos proporcionais, mais mulheres do que homens trabalham na informalidade.

Sabemos como esse quadro descreve principalmente a situação das mulheres negras. Exercendo com muita dignidade a tarefa de cuidar das residências de seus empregadores - ao mesmo tempo em que acumula o cuidado com sua própria família - há cerca de 6 milhões de mulheres no emprego doméstico, das quais, segundo o IPEA, 93% são mulheres negras. Infelizmente, apenas uma pequena proporção delas tem carteira assinada.

Os esforços para tirar esse contingente de trabalhadoras da informalidade são inúmeros como a atuação da Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas, que resultaram na Lei 11.324, sancionada em 2006 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que alterou as regras sobre a dedução do Imposto de Renda da contribuição patronal paga à Previdência Social do empregador doméstico sobre o valor de remuneração do empregado. Entretanto, a pouca valorização social do trabalho doméstico é um poderoso fator cultural que dificulta o reconhecimento da atividade exercida por essas mulheres.

É fundamental compreendermos que qualquer discriminação de gênero é um atentado aos direitos humanos, e o mundo do trabalho não é de forma alguma uma exceção a esse princípio. A Convenção 156 da OIT integra a lista de instrumentos jurídicos internacionais que tem como objetivo eliminar a discriminação, na medida em que protege o membro da família que participa do mercado de trabalho. Esse documento proclama:



1. Esta Convenção aplica-se a homens e mulheres com responsabilidades com relação a seus filhos dependentes, quando estas responsabilidades restringem a possibilidade de se prepararem para uma atividade econômica e nela ingressar, participar ou progredir.

2. As disposições desta Convenção aplicar-se-ão também a homens e mulheres com responsabilidades com relação a outros membros de sua família imediata que manifestamente precisam de seus cuidados ou apoio, quando essas responsabilidades restringem a possibilidade de se prepararem para uma atividade econômica e de nela ingressar, participar ou progredir.

Todas as convenções internacionais necessitam ser ratificadas pelo Congresso Nacional para terem valor legal. Então, essa é nossa tarefa agora: ratificar a Convenção 156 da OIT. Temos que mostrar aos atores do mundo do trabalho - trabalhadores, empresários, governo - o valor da Convenção 156, construindo, assim, uma mobilização pela ratificação desse importante documento. O Congresso Nacional não pode deixar de contribuir para a construção de uma sociedade dominada pelos valores de inclusão.

A Bancada Feminina da Câmara dos Deputados também está empenhada em avançar as matérias de interesse das mulheres. Este ano estabelecemos as proposições com prioridade imediata que são:

- PEC 590/2006, da Dep. Luiza Erundina (PSB/SP): garante representação proporcional de cada sexo na composição das mesas diretoras da Câmara, do Senado e das Comissões, garantindo pelo menos uma vaga para cada sexo. A matéria está pronta para votação pelo Plenário da Câmara.

- PEC 030/2007, da Dep. Ângela Portela (PT/RR): amplia para 180 dias a licença à gestante. A matéria aguarda encaminhamento.

- PL 6653/2009, da Dep. Alice Portugal (PCdoB/BA): cria mecanismos para garantir igualdade entre mulheres e homens, para coibir práticas discriminatórias nas relações de trabalho urbano e rural. O projeto está sendo analisado na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara.



Também é de interesse das mulheres questões mais gerais como a defesa da redução da jornada de trabalho para 40 horas, sem redução de salário; a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial que adota a igualdade de gênero como um princípio transversal, nesse caso buscando corrigir a situação de desigualdade de um dos segmentos mais vulneráveis em nossa sociedade: as mulheres negras. Uma sociedade justa se constrói com a adoção de mecanismos que combatam as desigualdades e na qual os direitos assegurados na legislação se traduzam em práticas eficazes para proporcionar a igualdade de oportunidade para todas as pessoas. É por essa razão que uma das melhores formas de comemorarmos o Dia Internacional da Mulher é nos instrumentalizarmos para educar nossas crianças, nossos esposos, companheiros, filhos, irmãos, colegas de trabalho sobre a importância da igualdade. Só assim construiremos um Brasil melhor para todas as mulheres e homens deste país.

Quero saudar, em especial, a mulher guarulhense e transmitir a mensagem de que somente sua organização consciente e participação na vida política, econômica, ambiental e social da sociedade farão com que um novo mundo e um novo olhar mundial sejam implantados em nossa cidade e em todo o planeta.

Conclamo todas as mulheres a comemorar mais esse 8 de março através de sua maior participação na política e na continuada luta pela igualdade. "A mulher na política muda o poder".

Muito obrigada, Sr^a Presidenta.

**

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SR^a DEPUTADA JANETE PIETÁ.

**

A SR^a JANETE PIETÁ (PT - SP. Sem apanhamento taquigráfico.) -

A SR^a PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA) - Obrigada, Deputada Janete Pietá, que representou o Partido dos Trabalhadores.



Pelo adiantado da hora, é fundamental que deixemos os ânimos tranquilos, porque todos e todas terão o espaço previsto, no entanto, com o bom senso de sabermos usá-lo. Por isso mesmo, o acordo entre as bancadas é que fale um Senador ou Senadora por partido e uma Deputada ou Deputado por partido, correspondendo às suas representações no Senado e na Câmara. E a ordem de inscrição se deu exatamente pela ordem de chegada dos ofícios e seguindo com o máximo rigor o tamanho dos partidos, conforme os Regimentos das duas Casas orientam.

Então, neste momento, eu gostaria de chamar - pois, em acordo com o Senador Renan Calheiros, houve a permuta - para falar o Senador Inácio Arruda, seguido imediatamente pela Deputada Solange Amaral, que, se não estiver presente, será substituída pelo representante da Minoria na Câmara Eduardo Sciarra.



Documento 50/94

031.4.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2010-14:10

Publ.: DCD - 10/03/2010 - 7445 CAPITÃO ASSUMÇÃO-PSB -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Homenagem às profissionais da área de segurança, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Ingerência governamental nas votações da Proposta de Emenda à Constituição nº 300, de 2008, sobre a criação do piso salarial nacional de policiais e bombeiros militares.

O SR. CAPITÃO ASSUMÇÃO (Bloco/PSB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero deixar registrada minha homenagem às trabalhadores da segurança pública do Brasil, às mães, irmãs e filhas de todos os trabalhadores da segurança pública pela passagem, ontem, do Dia Internacional da Mulher.

Quero também deixar bem claro que este Parlamento não pode ficar de joelhos diante das artimanhas do Governo Federal. A grande maioria dos Parlamentares votou favoravelmente à PEC nº 300. Agora estão querendo, por artimanhas do Líder do Governo, já manifestada anteriormente pelo Deputado Paes de Lira, arquivar a PEC nº 300. Até hoje estamos nos encaminhando para Brasília de maneira ordeira, mas não sabemos até quando nossos companheiros aguentarão ser espoliados por essas artimanhas do Governo Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 51/94

005.4.53.N Sessão Extraordinária - CN 09/03/2010-00:00

Publ.: DCN - 10/03/2010 - 809 DILMA ROUSSEFF - MINISTRA-CHEFE DA CASA CIVIL--

CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SRª DILMA ROUSSEFF - Eu queria dirigir meu cumprimento ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Sarney; queria cumprimentar o nosso Deputado Federal Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados; a minha querida Ministra da Secretaria Especial de Políticas para a Mulher, Nilcéa Freire; queria saudar a coordenadora da bancada feminina no Senado Federal, a nossa querida Senadora Serys Slhessarenko; a coordenadora da bancada feminina da Câmara dos Deputados, Exmª Srª Deputada Alice Portugal. Em nome das duas, eu queria saudar as Senadoras e as Deputadas aqui presentes e dizer que, mais uma vez, se não me engano pela terceira vez, eu me sinto honrada pelo convite que eu recebo aqui desta Casa para comparecer.

Eu queria cumprimentar o Senador Marco Maciel, Presidente do Conselho do Prêmio Mulher-Cidadã Bertha Lutz, e, ao cumprimentá-lo, cumprimento todos os Senadores e Deputados aqui presentes.

Eu queria cumprimentar a Procuradora Especial da Mulher na Câmara, a Deputada Solange Amaral, e dirigir um cumprimento especial a cada uma das



agraciadas, porque elas muito nos honram e, ao mesmo tempo, são exemplo de um caminho que as mulheres, sem sombra de dúvida, trilham e que, ao trilhar, é delas, ou de cada uma de nós exigido, como disse a Presidente do Flamengo, mais que o dobro, muitas vezes o triplo ou o quádruplo. Então, nenhuma delas está aqui sem ter tido um enorme esforço pessoal e do ponto de vista público também em cada uma das vidas.

Assim, Andréa Maciel Pachá, Clara Perelberg Steinberg, Cleuza Pereira do Nascimento, Leci Brandão da Silva, Maria Augusta Tibiriçá Miranda, in memoriam Fani Lerner, Maria Lygia de Borges Garcia, meus cumprimentos.

Eu queria cumprimentar também o ex-Governador do Paraná Jaime Lerner, aqui presente juntamente com a sua filha Ilana Lerner, que recebem esse prêmio in memoriam.

Eu queria cumprimentar o Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça, Desembargador Marcus Faver; os representantes de organismos internacionais; os embaixadores; eu queria cumprimentar também a Sr^a Ana Maria Ferreira Maciel; eu queria cumprimentar os membros do Clube Internacional de Brasília do Grupo Soroptimistas Norte-Sul, as associações de mulheres aqui presentes, as convidadas das nossas homenageadas.

Quero dizer, então, que, mais uma vez, eu me sinto muito honrada de estar aqui, neste dia em que participamos desta homenagem do Congresso que é o prêmio Bertha Lutz. Isso porque a luta das mulheres brasileiras por mais igualdade, tanto na família como na sociedade, como no mundo do trabalho, tem sido uma luta secular. E nós temos plena consciência, hoje, de que não nascemos para ser discriminadas. Nós nascemos para ter os mesmos direitos, as mesmas oportunidades para receber tratamento igual na vida, na família, na sociedade e no mundo do trabalho.

Nós nascemos para viver plenamente, até porque nós temos uma situação que é muito especial: nós trazemos a vida no nosso ventre. E, se isso nos faz diferentes, não pode nos fazer desiguais. Diferentes, porém não desiguais, sempre foi a grande palavra de ordem dos movimentos de mulheres por este País afora. E eu, mais uma vez, neste Dia Internacional da Mulher, ou nesta comemoração do Dia



Internacional da Mulher, acho oportuno repetir: diferentes, porém não desiguais. E acho que, nesse processo, o que sempre foi visto como drama individual vai-se transformando, pela nossa luta, em questão da sociedade e do Estado brasileiro.

Nós tivemos muitas conquistas e conseguimos muitos passos. Mas o maior avanço que - acredito - tivemos, é nosso e ninguém nos tira é o aumento da nossa consciência, a clareza que temos, e que vai mover sempre as nossas lutas, de que é necessário modificar o mundo e lutar contra a discriminação. Essa, talvez, seja a conquista mais preciosa que nós obtivemos nesse processo; e vamos cuidar muito dela, porque ela é que nos move. (Palmas.)

Para milhões de brasileiras, o Dia da Mulher é um dia e uma jornada que começa mais cedo e termina muito mais tarde. É uma jornada pontuada por preocupações, sobressaltos com os filhos que ficaram em casa sem cuidado muitas vezes, marcada pela violência sofrida na véspera e pelo temor da ameaça que se perpetua. É a imposição do silêncio, que se prolonga e martiriza a alma. É também a jornada extra sem remuneração e sem reconhecimento, imposta como se fosse natural a mulher ser a primeira a despertar e a última a repousar. Nós e a nossa consciência nos deram clareza de que isso não é natural, e, portanto, tivemos a consciência de que isso pode, deve e podemos mudar.

Então, eu queria dizer para as Deputadas e Senadoras do Brasil aqui presentes e para as nossas homenageadas que nós, pelo menos neste momento da história do Brasil, temos o privilégio de assistir a uma grande transformação em nosso País. Mudança que, para ser completa, deve atingir as mulheres, garantindo-lhes mais autonomia, mais cidadania e mais oportunidades. E é uma mudança que tem de ser traçada pela situação de combate, sem quartel, à violência. Nós queremos viver num País livre de violência.

O Governo do Presidente Lula está mudando a vida de milhões de brasileiros. E aí, Senador Sarney, é de brasileiros, incluindo brasileiras. Essa mudança na vida das mulheres brasileiras começa com a criação e o reconhecimento da necessidade de se ter, institucionalmente, uma Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres. Esse reconhecimento é muito importante, e acho que



a Ministra Nilcéa representa um grande marco nesse processo, junto com as Ministras que a antecederam.

Mas eu acho que o que marca a política da Secretaria Especial é o fato de que a Secretaria Especial considerou que a mulheres não podem ser objetos: elas têm de ser protagonistas da suas políticas. E essa é uma grande característica da política que a Ministra Nilcéa vem desenvolvendo neste últimos anos no Governo do Presidente Lula e que teve repercussão em todos os outros Ministérios.

Eu queria destacar algumas conquistas.

Acho que é muito importante o fato de ser a mulher quem recebe o Bolsa Família. Com isso, ela ganha mais poder para decidir o que comprar com o dinheiro, mais autonomia e mais condições de proteger seus filhos e filhas. Igualmente, as mulheres hoje têm preferência para serem titulares no Programa Minha Casa, Minha Vida, porque a mulher também protege o seu patrimônio para sua família e para si mesma. Além disso, as mulheres, em nosso Governo, passaram a ser donas da terra em que trabalham, porque nós adotamos a titulação compartilhada de propriedade nos assentamentos e nas propriedades de agricultura familiar, que estão sendo legalizadas pelo Brasil afora.

O Programa de Eletrificação Rural, que levou para mais de doze milhões de brasileiros a luz elétrica, o Luz para Todos, também beneficia a mulher de forma direta, uma vez que a desigualdade tem cara. A desigualdade é muito feminina e, como a Leci Brandão sempre diz, também é negra e é expressa nas caras de nossas crianças, nos seus rostos, nas suas faces. E, no caso das mulheres, a luz elétrica significou acabar com a busca da água na cabeça, porque a bomba d'água permite que esse trabalho árduo seja tirado dos ombros da mulher. A luz elétrica possibilitou às mulheres, muitas vezes, o conforto e uma renda, quando permitiu que elas tivessem acesso às geladeiras, à máquina de costura e a várias outras máquinas que são fonte de renda e também espaço de vida - maior espaço de vida e menos agruras. Com mais créditos que demos por este País afora, com menos juros e impostos menores, cada vez mais mulheres puderam comprar lavaroupa, micro-ondas, aspirador de pó e conquistar tempo livre, tempo para terem suas atividades como cidadãos e como seres humanos plenos.



A grande maioria das ações do Programa Saúde da Família está direcionada para a mulher. Temos hoje exames pré-natais e também algo que eu, pessoalmente, acredito que seja uma conquista importantíssima para a saúde da mulher: o exame preventivo de câncer de mama e de colo do útero.

Multiplicamos por três o número de hospitais que atendem casos de violência sexual e doméstica. E acredito que nós, nesse processo, mostramos sistematicamente o repúdio contra a violência que atinge a mulher pelo simples fato de ser mulher.

E acho que essa é uma luta implacável, porque é uma ferida vergonhosa que nós temos de curar. O homem que bate na mulher, que espanca a mulher, ele espanca, fere e machuca também sua própria família. E, aí, acredito que a Secretaria Especial de Políticas para a Mulher e a Ministra Nilcéa deram um grande passo, que foi romper o silêncio e criar as condições por meio de todo o sistema de atendimento à denúncia de violência - o 180 -, que é um incentivo para romper esse silêncio tão humilhante.

Nós aprovamos e estamos fazendo valer cada dia mais - e para isso dependemos da sociedade - a Lei Maria da Penha. Temos muito orgulho disso, porque a agressão covarde não pode ficar impune, porque o agressor não pode impor à mulher, além da agressão, essa mácula que é o silêncio. Eu acho importante deixar bem claro que o Governo Lula não vai retroceder na defesa da Lei Maria da Penha. (Palmas.)

Mas, Sr^{as} Senadoras e Sr^{as} Deputadas, premiadas e demais convidados aqui presentes, nós ainda temos muitos problemas. Nós somos a maioria em quase todos os níveis de ensino e, no entanto, recebemos dois terços do salário dos homens. E a mulher negra tem uma renda que é um terço da renda de um homem branco. Isso é algo que nós não podemos permitir que continue. E nós não podemos permitir que formas muito perversas de discriminação apareçam.

Eu sou mulher, sou mãe de uma filha e espero, se Deus quiser, ter um neto ou uma neta até o final de setembro deste ano. Sei bem o que a maternidade é para cada uma das mulheres abençoadas por ela, o quanto a maternidade nos dá de



compreensão e de humanidade. Acho lastimável que essa mesma maternidade possa ser usada para desqualificar profissionalmente as mulheres. (Palmas.)

Nós devemos proteger as mulheres grávidas e seus filhos. Nenhuma nação será forte, grande e respeitada se não respeitar suas mães e suas crianças.

Acredito que várias iniciativas, não só do Executivo, vêm sendo tomadas. Eu quero citar uma, da Senadora Patrícia Saboya, que trata da licença-maternidade. Nós acatamos essa lei da Senadora Patrícia Saboya que tornou obrigatória para o serviço público a licença-maternidade de seis meses. Esperamos que se modifiquem as condições para que também as empresas acatem essa medida.

O Governo apoia a luta para uma nova situação em que mulheres e homens sejam em comum igualmente responsáveis pelo tratamento das crianças e pela atenção ao recém-nascido.

Nós sabemos que a contribuição da mulher para a renda familiar aumenta continuamente, e mais e mais famílias têm nas mulheres a principal provedora de renda.

Nós estamos empenhados e somos extremamente favoráveis ao reforço à situação familiar. Achamos que isso é estratégico para a sociedade e para a Nação brasileira. E isso significa também que o novo momento por que o Brasil passa vai gerar cada vez mais e mais empregos e oportunidades para as mulheres. Vamos lutar para que essas oportunidades não signifiquem redução salarial. Acredito que essa caminhada vai avançar mais.

O nosso Governo fez em torno de 1,78 mil creches, o que é pouco, porque a cobertura de creches entre 0 e 3 a 4 anos é de 18% apenas, ela é maior nas outras faixas. Por isso o Governo do Presidente Lula está deixando para os próximos Governos uma proposta que estará dentro do PAC II, o Programa de Aceleração do Crescimento II, que é a construção de no mínimo 6 mil creches no Brasil, 1,5 mil por ano, para que a mãe trabalhadora possa sair de casa com o coração mais leve, sabendo que seu filho, que sua criança tem cuidado e atenção. Mas não é só por isso. É também porque, se nós quisermos de fato enfrentar a desigualdade na raiz, nós temos de tratar da questão da creche no primeiro ano de vida das nossas crianças.



E aí eu queria destacar o papel importante que a Dona Fani Lerner desempenhou ao tratar a creche não apenas como um local em que as crianças fiquem para as mães trabalharem, mas como um local de educação, um local de socialização, um local de proteção à saúde e de condições fundamentais para que possamos, de fato, falar que o Brasil está reduzindo a desigualdade, com olhos fortes no futuro.

Eu gostaria também de falar aqui no desafio que a participação feminina na política ainda representa. Nossa presença nas instituições tem que corresponder ao papel que nós temos na vida e na sociedade. Nós precisamos atingir um novo patamar de representação política institucional. No Poder Legislativo, nos cargos do Executivo e nas altas posições do Judiciário, em nosso País, a posição da mulher, apesar de ter crescido, está longe de refletir o nosso papel social.

Eu, no Executivo, tenho sido, em várias atividades, a primeira mulher. Acredito que fui a primeira mulher Secretária de Fazenda Municipal, em 1985. Fui, sem dúvida alguma, a primeira mulher Secretária de Minas, Energia e Comunicações, no Rio Grande do Sul, por duas vezes; a primeira Ministra de Minas e Energia e a primeira Ministra-Chefe da Casa Civil.

Acho que nós temos de mudar essa situação. Hoje, neste momento em que temos esta oportunidade de nos referirmos a Bertha Lutz, é importante lembrar que já houve um momento mais obscurantista no Brasil, quando as mulheres sequer direito a votar tinham. E este é o momento de nos congratularmos com isso, mas também o momento de lembrar que os nossos números ainda são pequenos. Não é possível que nós, sendo há dez anos a maioria do eleitorado do Brasil, tenhamos só 9% de mulheres no Congresso Nacional e nas assembleias legislativas. Nós vamos ter de aumentar a participação da mulher, até porque as mulheres estiveram presentes em todas as grandes lutas políticas do nosso País, desde a abolição, passando pelas lutas contra o nazifascismo, a campanha do petróleo é nosso, e, recentemente, pela resistência à ditadura. Não vamos esquecer do papel das mulheres durante a resistência à ditadura. Fico muito feliz por ter participado, na véspera do Dia Internacional da Mulher, da homenagem a Heloneida Studart, cujo nome o Governador Sérgio Cabral deu ao Hospital da Mulher, na Baixada Fluminense, em São João de Meriti. É um hospital de alta



complexidade no que se refere ao tratamento de saúde da mulher e da criança. Portanto, eu me senti bastante emocionada lá.

Mas eu estava dizendo que nós honramos o nosso País porque participamos de todas as grandes lutas. Participamos da anistia, participamos da luta pela redemocratização, pelas Diretas Já. Nós tivemos, portanto, vários avanços. Recentemente, um dos mais importantes foi a minirreforma que o Congresso aprovou.

Agora eu queria fazer uma reflexão com vocês. Muitas vezes, dizem que o fato de sermos mulheres nos prejudica a participar da política. A meu ver, o fato de sermos mulheres, em vez de nos prejudicar, nos ajuda; e ajuda muito. As mulheres são sensíveis, e isso é qualidade. As mulheres são práticas, sensatas e objetivas, e isso é indispensável na política. E as mulheres, por sua vida, elas são fortes, elas não se curvam à dor e agüentam sacrifícios, não os temem; elas são corajosas, sem dúvida, e isso é imprescindível se quisermos transformar o Brasil. Sempre me perguntam se a mulher está preparada para ser Presidente do Brasil. Eu digo a vocês: o Brasil está preparado para ter uma mulher Presidente. (Palmas.)

E as mulheres, em geral, também estão preparadas para isso. O Brasil está preparado não só pelas mulheres que participaram, as mulheres heroínas, as mulheres lutadoras, mas está preparado por todas as mulheres que tiveram suas vidas esquecidas e suas palavras abafadas. Esse é um processo que nos torna capazes de avançar mais e mais tanto na esfera pública, como no mundo do trabalho, nas nossas famílias, na sociedade. Vamos ter um Brasil formado por homens e mulheres livres, homens e mulheres cidadãos igualmente responsáveis para construir não apenas um País, mas uma civilização brasileira. Para isso, as mulheres são imprescindíveis.

Nossa história política também nos preparou para que as mulheres sejam protagonistas; que as mulheres cidadãos plenas de direito e igualdade digam sempre "somos muitas, queremos mais e podemos mais". A luta das mulheres brasileiras em todas as frentes está hoje muito bem representada pelas



companheiras que recebem o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Vou nominar mais uma vez cada uma.

Queria cumprimentar a Andréa Maciel Pachá, Juíza de Direito e uma das responsáveis pela Lei Maria da Penha; a Clara Steinberg, uma das primeiras engenheiras do nosso País e que mostrou que a mulher é capaz e tem condições de atuar em todas as áreas de atividade.

Queria fazer uma homenagem também à Cleuza Nascimento, que conheci em Pernambuco, como uma das mulheres mais capazes na gestão dos Municípios, e mais reconhecida por isso, mais comprometida com a transformação das condições de vida do seu Município. (Palmas.)

Queria cumprimentar aqui os parentes da Sr^a Fani Lerner e dizer da importância de uma mulher que olhou a creche e viu nela um verdadeiro centro de educação.

Queria cumprimentar também a Maria Augusta Tibiriçá Miranda, médica, psiquiatra que exerceu plenamente todas as suas atividades e participou - o que nos dá muito orgulho - da campanha "O petróleo é nosso" nesses momentos de pré-sal. (Palmas.)

Queria cumprimentar também a Maria Lygia Borges Garcia, pela Fundação de Promoção Social do Estado, mãe de cinco filhos e que criou o primeiro centro de reabilitação físico mental, a Fundação D. Aquino Correia.

Finalmente, tenho a honra de me emocionar como me emocionei no passado, quando entreguei para a querida Leci Brandão essa homenagem. A Leci é especial, ela tem o samba nas veias, ela tem a arte, o dom da criação e o dom de encantar a todos nós com esta manifestação cultural fantástica que é a nossa música popular brasileira. (Palmas.)

A Leci faz mais do que isso: ela é uma mulher negra que participa ativamente da luta das mulheres negras e tem seu compromisso inquestionável com a luta das comunidades negras, com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e com o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

Querida Leci, os meus cumprimentos do fundo do coração. Não só você merece, mas também todos os movimentos ligados às mulheres negras, que têm, aqui, uma homenagem justa de todas nós. (Palmas.)



Concluo dizendo que essa característica comum às homenageadas de hoje é característica das mulheres deste País, porque elas alcançaram, com muito esforço, o sucesso pessoal e profissional; elas fizeram muito e ainda farão muito pela construção do nosso País. E precisamos disso, porque, se quisermos construir um País mais justo, mais igual para homens e mulheres, para nossas filhas e nossos filhos, nós precisamos das mulheres brasileiras.

Viva o Dia Internacional da Mulher! (Palmas.)

Obrigada.



Documento 52/94

031.4.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2010-16:48

Publ.: DCD - 10/03/2010 - 7502 SUELI VIDIGAL-PDT -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Associação ao pronunciamento da Deputada Maria do Rosário sobre o transcurso do Dia Internacional da Mulher. Apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 590, de 2006, sobre garantia da representação proporcional de cada sexo na composição das Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A SRA. SUELI VIDIGAL (PDT-ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Colegas Deputadas e Deputados, associo-me às palavras da Deputada Maria do Rosário que aqui falou com muita propriedade. Ouvimos vários discursos de colegas Parlamentares sobre o Dia Internacional da Mulher.

Gostaria que viesse a plenário a PEC nº 590, de 2006, de autoria da Deputada Luiza Erundina - que nos traz luz e oportunidades -, a fim de que as mulheres possam ter assento na Mesa Diretora desta Casa. Esse é um sonho não só nosso, Deputada Luiza Erundina, mas de todas as mulheres deste País, que querem ter representatividade nesta Casa, especificamente na Mesa Diretora.

Nós queremos, podemos ser e seremos protagonistas numa sociedade cada vez mais plural, justa e igualitária.



Faço alusão ao que dizia o nosso saudoso líder Leonel Brizola: "Enquanto uma criança estiver desassistida nas ruas, nossa tarefa não estará concluída".

Conclamo, portanto, todas as colegas Deputadas, Vereadoras e Prefeitas deste País, enfim, mulheres detentoras de mandato. É nosso compromisso de mãe, de mulher e, sobretudo, de Parlamentar as políticas sociais, pois sabemos que a sensibilidade nos une.

Estou firme, Deputada Luiza Erundina, juntamente com outras 44 Deputadas desta Casa, para que possamos conclamar os nossos pares que nos presenteiem, pela proximidade do Dia Internacional da Mulher. Que venham a este plenário, a fim de que tenhamos a oportunidade de votar a PEC que vai fazer justiça às Parlamentares e a todas as mulheres deste País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



Documento 53/94

005.4.53.N Sessão Extraordinária - CN 09/03/2010-00:00
Publ.: DCN - 10/03/2010 - 831 SUELI VIDIGAL-PDT -ES
CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SR^a SUELI VIDIGAL (PDT - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Que as minhas primeiras palavras sejam, nesta oportunidade, para homenagear uma mulher e seus 86 anos de anonimato, uma mulher que eu gostaria que ficasse registrada nos Anais desta Casa, uma mulher chamada Rosa Rangel da Silva, minha mãe, que eu quero que conste junto com Zilda Arns, com Heloneida Studart, com as homenageadas nesta sessão solene, em nome de Leci Brandão, que já foi muito reverenciada neste manhã, neste início de tarde. Mas quero, em seu nome, saudar todas as homenageadas que estão aqui, e agradecer a nossa coordenadora, nossa Presidente desta sessão, Deputada Alice Portugal. Agradeço a todas as homenageadas que estão aqui, no avançado da hora, compartilhando com a gente, como diria Roberto Carlos, deste momento lindo. Quero, nesta oportunidade, sem ser repetitiva, minha coordenadora da bancada feminina e, hoje, presidindo esta sessão, Alice Portugal, dizer da minha alegria de estar sob a sua coordenação. Uma coordenação que começou na Câmara Federal, com a Deputada Erundina, depois da Sandra Rosada. E, agora, tenho certeza de que todas nós, Deputadas, estamos muito felizes e alegres pela



coordenação que a senhora tem dado, o destino que a senhora tem dado, o cuidado que a senhora tem com todas nós mulheres Deputadas ali naquela Casa. Eu não poderia deixar de falar de todas as Deputadas. Na verdade, eu gostaria de dizer da maturidade do Espírito Santo, que trouxe a esta Casa, dos dez Deputados, quatro Deputadas Federais. Quero saudar as minhas companheiras, a Deputada que não está aqui presente, Iriny Lopes, do PT; Rose de Freitas, do PMDB; Rita Camata, do PSDB. E aqui, Rita Camata, eu quero dizer da minha alegria como mulher, mãe e parlamentar, ao ver a sua atuação - lógico que já conhece esta Casa bem antes de mim -, e eu queria parabenizá-la por todo o seu trabalho, toda a sua trajetória, e dizer o seguinte: quando uma mulher sobe, eu acho que todas nós, por tabela, deveríamos parabenizá-la, porque realmente é dessa forma que a gente fortalece umas às outras. Acho que a discriminação tem que acabar inicialmente no nosso meio, entre as mulheres. As mulheres têm de ter a obrigação de aplaudir umas às outras, porque a gente se sente, por tabela, reverenciada.

Senadora Lúcia Vânia, Marcelo Ortiz, que está aqui nos prestigiando, Cida Diogo, quero, em poucas palavras, parafrasear Vinícius de Moraes, que diz o seguinte: "Por longa que seja a caminhada, o mais importante é dar o primeiro passo." Já dizia Madre Teresa de Calcutá: "Por vezes, sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota."

Eu quero, nesta oportunidade, dizer que caminhamos passo a passo, porém firmes. As conquistas vão-se sucedendo, uma a uma; um dia de afirmação das lutas históricas das mulheres. E aqui não vou repetir a questão da conquista do voto feminino, porque já foi falado sobre toda essa questão da sucessão do voto feminino, o porquê de estarmos aqui nesta Casa, neste dia.

Peço à minha coordenadora, Presidente Alice Portugal, que fique registrado o pequeno discurso que fiz, mas ative o meu tempo simplesmente e tão somente para fazer uma referência a todas as mulheres combativas. Primeiro, às Senadoras desta Casa e, depois, às 45 mulheres da Câmara Federal, corajosas.



Diria eu que, apesar de não representar nem 9% do universo de 513 Deputados, apesar de poucas, há qualidade naquelas mulheres que ali exercem a sua coragem, a sua determinação, aquilo que todas nós mulheres sabemos. E não quero ser repetitiva falando quem somos nós, mulheres, quem foi Bertha Lutz, quem foi Heloneida Studart, quem é Rita Camata, quem é a Deputada Alice Portugal, Cida Diogo, Sueli Vidigal e tantas outras mulheres combativas que estão aqui para representar, com dignidade e respeito, o que a mulher merece.

Muito obrigada por essa oportunidade. Gostaria que o meu discurso fosse registrado nos Anais desta Casa.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA DEPUTADA SUELI VIDIGAL

A SR^ª SUELI VIDIGAL (PDT - ES. Sem apanhamento taquigrafico.) - Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, parafraseando Vinícius de Moraes: "por longa que seja a caminhada o mais importante é dar o primeiro passo"

Já dizia madre Tereza de Calcuta: "por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota".

Caminhamos passo a passo (porém firmes) as conquistas vão se sucedendo, uma a uma. E um dia de afirmação das lutas históricas das mulheres.

Temos conquistado recentemente. O voto feminino, a partir de 1932. Já em 1988 a nossa primeira constituição consagrou que homens e mulheres são iguais perante a lei, e em 2006 a lei Maria da Penha.

O presidente Lula, em 2003 criou a secretaria especial de políticas para as mulheres.

Apesar de quase um centenário de lutas, estamos chegando na juventude das conquistas e garantias dos direitos das mulheres, o que nos remete a refletir que temos a necessidade de seguir lutando.



Hoje, nós mulheres somos a maioria dos eleitores no Brasil e a nossa participação vem crescendo de forma consistente.

Somos minoria ainda no congresso nacional, situação que se repete nos poderes executivo e judiciário. Vamos continuar lutando para maximizar a representatividade feminina na política.

Os municípios e os estados estão carentes de uma maior participação feminina, tanto na formulação, como na condução das políticas e na administração pública.

Remetemos os olhos para a história, e observamos como tem sido grande a nossa luta e tão recente as conquistas dos direitos e garantias das mulheres.

Somos a célula-tronco na formação do tecido social (mães, esposas, companheiras), dos valores morais, e das bases para a plena convivência social harmônica.

Embalar o berço, e o destino dos nossos filhos são experiências únicas, um privilégio concedido pelo criador.

Queremos mais que isso

Queremos e podemos mais!

Sim nos podemos!

Queremos ser protagonistas da representação política e social deste país.

Nesse ano vamos ter a oportunidade e precisamos consolidar a nossa liderança feminina no cenário nacional.

Tive o privilégio de ser indicada pelo meu partido PDT para compor a mesa da comissão de seguridade social e família, na condição de 1ª vice-presidente.

A comissão de seguridade social tem um tripé:

A assistência social, a previdência social e a saúde.

Na comissão estaremos criando ferramentas para que a gestão pública seja um instrumento de paz e de progresso. E não da discórdia e da injustiça social

Através do debate levaremos a nossa visão de que a administração pública seja focada e tenha compromisso com a cidadania, e melhoria de qualidade de vida de todos os brasileiros.

Como dizia nosso saudoso líder Leonel Brizola: enquanto uma só criança estiver desassistida nas ruas, nossa tarefa não estará concluída.



Será um ano de muito trabalho, se deus quiser chegaremos lá.

E nos não podemos esquecer deus na história do homem. Se fizermos, estaremos cometendo um crime contra a humanidade.

Encerrando minha fala, quero com vocês mulheres do meu país, abrir novos espaços na vida nacional.

Com a ministra Dilma e a sua destacada participação política e executiva no governo Lula, demonstrar que a mulher brasileira, a exemplo do que já se verificou em muitos países, inclusive na América do Sul, a estatura e competência para galgar os cargos máximos de chefe de estado e de governo e dos demais poderes republicanos.

Queremos, podemos e seremos protagonistas numa sociedade cada vez mais plural, justa e igualitária.

Garantindo uma participação de forma cada vez mais expressiva da mulher, em bases iguais aos homens, o que permitira ao Brasil mostrar ao mundo que o nosso povo está maduro e a nossa sociedade pronta para virar definitivamente a página da desigualdade entre os sexos.

Consolidando a participação das mulheres na construção de uma sociedade moderna.

É ano de mudança, ano da virada, da boa nova do protagonismo da mulher no cenário político nacional.

Muito obrigado!

A SR^a PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA) - Obrigada, Deputada Sueli Vidigal.



Documento 54/94

005.4.53.N Sessão Extraordinária - CN 09/03/2010-00:00
Publ.: DCN - 10/03/2010 - 822 CIDA DIOGO-PT -RJ
CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SRª CIDA DIOGO (PT - RJ) - Srª Presidente, boa-tarde. Boa-tarde a todos e a todas.

Queria aqui dizer que nós, mulheres brancas e negras, estamos juntas nesta luta por igualdade de gênero em nosso País. (Palmas.)

Gostaria de passar a palavra para a nossa representante do Partido dos Trabalhadores, uma mulher negra, liderança do movimento negro, que tem muito bem representado todas as mulheres do nosso País na Câmara dos Deputados: Janete Pietá. (Palmas.)



Documento 55/94

005.4.53.N Sessão Extraordinária - CN 09/03/2010-00:00
Publ.: DCN - 10/03/2010 - 839 SIMÃO SESSIM-PP -RJ
CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. SIMÃO SESSIM (PP - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Srª Presidente Deputada Alice Portugal, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, designado pela Liderança do meu Partido Progressista, na Câmara dos Deputados, e representando as nossas Deputadas Angela Amin, Aline Corrêa e Rebecca, participo com muita emoção desta sessão solene do Congresso Nacional em que, juntos, comemoramos o Dia Internacional da Mulher. Nossos cumprimentos às ilustres personalidades, eu diria que, com muito orgulho, receberam o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, instituído pela Mesa do Senado para enaltecer mulheres que, incansavelmente, lutam pelos direitos femininos, pela justiça social e pela cidadania plena que se devem a todas as brasileiras.

E aí abraço a minha querida conterrânea, amiga, Leci Brandão, que simboliza a beleza, a criatividade, a força da comunidade do samba, da arte, da dança. Parabéns, Leci!

Merecidamente, deu-se ao importante prêmio o nome de Bertha Lutz, essa paulista admirável que desafiou preconceitos, enfrentou discriminações para se afirmar como uma das pioneiras do Movimento Feminista nas Américas.



Sr^a Presidente, solicito que seja considerado como lido na íntegra o nosso pronunciamento, em que exaltamos as conquistas, as ações de Bertha Lutz ao longo de sua vida.

Esse, o sentimento com que a Liderança do Partido Progressista, na Câmara dos Deputados, comemora o Dia Internacional da Mulher. Às insignes brasileiras agraciadas com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, nossa saudação e nosso aplauso, com a certeza de que construiremos um Brasil em que, mais do que homens e mulheres, sejamos todos, sem dúvida alguma, cidadãos com acesso à dignidade e à justiça a que todo ser humano tem direito.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM:

O SR. SIMÃO SESSIM (PP - RJ. Sem apanhamento taquigráfico.) -

A SR^a PRESIDENTE (Alice Portugal) - V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Obrigada, Deputado Simão Sessim.



Documento 56/94

005.4.53.N Sessão Extraordinária - CN 09/03/2010-00:00
Publ.: DCN - 10/03/2010 - 862 EDUARDO SCIARRA-DEM -PR
CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. EDUARDO SCIARRA (DEM - PR. Sem apanhamento taquigráfico.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, "Uma mulher que tinha pressa.

E que, apesar da pressa, carregava de empenho o que fazia.

Empenho, entusiasmo, amor.

Fani Lerner começou cedo sua obra.

Primeiro, precisou conciliar os estudos com o trabalho nos balcões de "A Moderna", a loja de roupas femininas, que a mãe, viúva com apenas 34 anos, abriu com apoio dos irmãos para poder sustentar as duas filhas.

Fani tinha só quatro anos quando o pai morreu.

Judeus poloneses que chegaram ao Brasil fugindo das perseguições nazistas, os pais viam no comércio uma das poucas possibilidades de sobrevivência, como já faziam outras famílias vindas nas mesmas condições.

Mas o comércio logo cedeu lugar à verdadeira vocação: o trabalho com crianças.

É assim que, aos 18 anos, já era professora concursada, todos os dias à bordo de um ônibus para alcançar uma escola de periferia.

Aos 26, já mãe de duas meninas, torna-se a Primeira Dama de Curitiba.



O marido, o arquiteto Jaime Lerner, então com apenas 33 anos, iniciava ali uma profunda transformação da cidade, que o projetaria como um dos maiores urbanistas do mundo e um dos brasileiros mais respeitados no exterior.

Fani logo avisou que Primeira Dama não era profissão e que, aos ritos solenes do poder, preferia voltar-se às crianças, sobretudo às mais carentes, como as da vila onde lecionara anos antes.

Era o ano de 1971 e Curitiba, a exemplo da maioria das capitais e das grandes cidades, sofria o impacto do êxodo rural que marcou o Brasil daqueles anos e que até hoje se projeta nas carências das grandes periferias.

A jovem mãe e educadora então se envolveu com a assistência social e começou a semear um trabalho modelar que, anos mais tarde, se estenderia por todo o Estado do Paraná.

Creches e programas voltados à criança, ao adolescente e à família marcaram a partir dali a sua vida.

Nos 38 anos seguintes, tendo o marido assumido por mais duas vezes a Prefeitura da capital e, por duas vezes o Governo do Paraná, Fani Lerner comandou a implantação quase 700 creches: 170 delas em Curitiba, as demais no interior do Estado.

O levantamento é de amigas que trabalharam com ela, pois Fani nunca parava para contar os feitos de ontem, sempre mais interessada no próximo projeto.

Foi com este entusiasmo que, em 1989, criou o Vale Creche, pelo qual as empresas compram vagas para os filhos de seus funcionários nas creches próximas de suas moradias.

"Da Rua para a Escola", "Programa para a Infância e Adolescência" o projeto Piá, que no Sul é sinônimo de garoto também fazem parte do glossário do trabalho de Fani Lerner.

Milhares de crianças de Curitiba e de cada uma das 399 cidades do Paraná se beneficiaram destes programas, garantindo um futuro mais promissor.

Fani tinha pressa.



ela logo à essência, não permitindo que a teorização - tão comum nas questões sociais e freqüentemente tão paralisante - inviabilizasse o que ela enxergava com a clareza de mãe e educadora.

Com essência e simplicidade chegou tão longe.

Mas havia também a simpatia, que cativava e arregimentava sempre mais voluntárias para o trabalho.

Pela seriedade do trabalho, pela discrição, pela elegância da simplicidade, Fani se impôs como a pessoa boa, devotada à causa humana, que angariou o respeito de todos, pairando acima das disputadas políticas.

Uma liderança suave, que se impunha pelo exemplo e contagiava pelo entusiasmo.

Quando a doença a surpreendeu, ela tinha apenas 50 anos.

Em vez de abater-se, redobrou o trabalho.

E lutou por mais 14 anos, intercalando internações, cirurgias e o sempre pesado tratamento com o renovado exemplo da fé na renovação.

Em 2003 foi a ganhadora do prêmio Kellogg's, entregue em Columbus, Ohio, uma espécie de prêmio Nobel em reconhecimento aos que fazem muito pela infância ao redor do mundo.

O dinheiro do prêmio ela logo converteu em novo projeto, um centro de estimulação infantil voltado à crianças de três a 14 anos, que terão acesso gratuito.

Essa era a Fani Lerner que nos deixou em maio passado.

Um fabulosa empreendedora social, que nos lega um valioso exemplo e também um alerta acerca do quanto ainda devemos, em todo o País, à infância.

Respeitar a infância, investir nela.

É o que nos ensina o trabalho de Fani.

Como ela gostava de lembrar, nada mais define o futuro de uma Nação que o cuidados dispensado às crianças.

Certamente por isso ela tinha tanta pressa.

Obrigado.



Documento 57/94

031.4.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2010-14:14

Publ.: DCD - 10/03/2010 - 7448 NELSON BORNIER-PMDB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. NELSON BORNIER (Bloco/PMDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem comemoramos o Dia Internacional da Mulher. Os dados do Brasil e do mundo mostram grandes progressos nos campos da educação, do trabalho e até da política. Nos idos dos anos 50, no Brasil, o marido e os filhos mais velhos comiam em primeiro lugar e recebiam a melhor parte da comida; as mulheres, mães e filhas, aguardavam que eles terminassem para depois começar a comer; em público, esperava-se que as mulheres ficassem quietas e em segundo plano.

São constatações simplesmente escandalosas para os dias atuais, mas essa foi a realidade por muito tempo. Hoje, em muitas áreas, as mulheres brilham mais do que os homens. O desempenho das meninas na escola é superior ao dos meninos. Em várias profissões, as mulheres dominam, como é o caso de médicas, dentistas, advogadas, arquitetas, juízas do trabalho.

Ao contrário dos países da Europa e do Japão, nos quais as moças não querem ter filhos, as mulheres brasileiras continuam ativas nesse campo. O Brasil tem



mais de 46 milhões de mães. A média de filhos por mulher caiu bastante nas últimas décadas, mas, ainda assim, elas estão repondo as gerações que se vão. Em certas faixas etárias, a taxa de fecundidade é tão alta que constitui problema social. Para cada 100 adolescentes, em 1980, havia 8 filhos; hoje, saltou para mais de 9 filhos. Entre as meninas pobres, a média é ainda mais alta. Nas favelas do Rio de Janeiro chega a 26 filhos. O número de mães solteiras aumentou de 2,7% para 16,4% no período considerado.

Isso tem grandes repercussões, embora seja preciso reconhecer que muitas mulheres vêm optando deliberadamente pela "produção independente". Nesse campo houve verdadeira revolução de valores. Até o final dos anos 50, o relacionamento sexual entre homens e mulheres se baseava no engajamento amoroso de longa duração.

Na década de 60, o mundo assistiu, atônito, à separação entre sexo e casamento. O sexo foi atrelado à sinceridade dos parceiros e não necessariamente ao matrimônio. Hoje em dia, o casamento vem se separando da família. Muitas crianças são criadas por parceiros não casados e que não pretendem se casar. No período de 1970 a 1975, a proporção de mães isoladas saltou de 7,5% para 17,5%.

Resta saber qual será o impacto dessa revolução no produto dos novos relacionamentos - os filhos. Para a mulher já se sabe: sobrecarga de trabalho. Cerca de 30% das mulheres que trabalham são chefes de domicílios e vivem sós, com os filhos, sem cônjuge. Muitas são aposentadas e continuam trabalhando para sustentar a família.

A mulher vive mais do que os homens. Para cada 100 mulheres idosas (60 anos de idade e mais), há apenas 82 homens. Em 1991, as idosas eram 7,8% da população. Hoje são mais de 10%.

Mas o que elas fazem com mais anos de vida? Muitas desfrutam o amor em família; outras amargam a solidão. Isso porque a mulher, quando enviúva, raramente casa novamente. O homem sistematicamente recasa.

As viúvas que moram com filhos e noras (ou genros) têm uma vida apertada. Na ausência das filhas e noras que trabalham fora, muitas delas assumem a



administração da casa e os cuidados das crianças. Em inúmeros casos, elas contribuem financeiramente com sua aposentadoria e pensão. Ou seja, os anos extras das mulheres não são fáceis.

Então, o que comemorar no Dia Internacional da Mulher? Não se pode ignorar o avanço que as mulheres alcançaram em matéria de educação e profissão, assim como no campo dos direitos individuais. Mas, mesmo nessas áreas, a caminhada é longa para se chegar a uma situação de maior igualdade.

As mulheres têm demonstrado garra e competência. O que resta ser feito depende muito de os maridos e companheiros aceitarem a nova divisão do trabalho, na qual os homens passem a dividir com as mulheres, de maneira mais equânime, as tarefas do lar e os cuidados com as crianças. Os que prometeram isso deram belo presente a suas mulheres neste dia festivo.

O Dia Internacional da Mulher, 8 de março, está intimamente ligado aos movimentos feministas que buscavam mais dignidade para as mulheres e sociedades mais justas e igualitárias. Foi a partir da Revolução Industrial que essas reivindicações tomaram maior vulto, com a exigência de melhores condições de trabalho, de acesso à cultura e de igualdade entre os sexos. As operárias da época eram submetidas a um sistema desumano de trabalho, com jornadas de 12 horas diárias, espancamentos e ameaças sexuais.

Dentro desse contexto, 129 tecelãs da fábrica de tecidos Cotton, de Nova Iorque, decidiram paralisar os trabalhos, reivindicando o direito à jornada de 10 horas. Era 8 de março de 1857, data da primeira greve norte-americana conduzida somente por mulheres. A Polícia reprimiu violentamente a manifestação, fazendo com que as operárias refugiassem-se dentro da fábrica. Os donos da empresa, junto com os policiais, trancaram-nas no local e atearam fogo, matando carbonizadas todas as tecelãs.

Em 1910, durante a 2ª Conferência Internacional de Mulheres, realizada na Dinamarca, foi proposto que o dia 8 de março fosse declarado Dia Internacional da Mulher, em homenagem à memória das operárias de Nova Iorque.

Para você que busca no dia a dia a sua independência, a sua liberdade, a sua identidade própria; para você que luta profissional e emocionalmente para ser



valorizada e compreendida; para você que a cada momento tenta ser a companheira, a amiga, a "rainha do lar"; para você que batalha incansavelmente por seus próprios direitos e também por um mundo mais justo e por uma sociedade sem violências; para você que resiste aos sarcasmos daqueles que a chamam, pejorativamente, de feminista liberal, e que já ocupa um espaço na fábrica, na escola, na empresa e na política; para vocês que têm a capacidade de gerar outro ser, temos o dever de gerar alternativas para que a ação criadora realmente ajude outras mulheres a conquistarem a liberdade de ser.

Era o que tinha a dizer.



Documento 58/94

031.4.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2010-14:22

Publ.: DCD - 10/03/2010 - 7454 FÁTIMA BEZERRA-PT -RN

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Saudações às mulheres brasileiras pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher. Defesa de aprovação das Propostas de Emendas à Constituição de nºs 30, de 2007, e 590, de 2006, respectivamente sobre a ampliação do período da licença-maternidade para 180 dias e a participação da mulher na composição das Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e das Comissões.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste pronunciamento destaco o dia 8 de Março, em que comemoramos 100 anos de luta por igualdade, direitos, independência e liberdade. Saúdo as mulheres que não desistem e que não abrem mão do sonho de continuar lutando por um mundo livre, justo e sem qualquer tipo de preconceito ou discriminação.

Quero cumprimentar todas e todos que me ouvem, especialmente as mulheres, sejam elas jovens, sejam elas adultas, sejam elas idosas, sejam elas negras, sejam elas brancas, sejam elas pobres, sejam elas ricas, sejam elas gestoras, sejam elas parlamentares, sejam elas donas de casa. Saúdo-as pela passagem do Dia Internacional da Mulher e pela capacidade de luta para que tenhamos uma sociedade e um mundo mais justos e mais humanos.



Em nosso Estado, mais uma vez nos reunimos em prol de uma causa que não é apenas das mulheres, mas também da democracia. Expresso a minha alegria e o meu total apoio ao fato de a comemoração reverenciar e homenagear, na passagem do Dia Internacional da Mulher, a figura ímpar de mulher que orgulha não apenas nós mulheres norte-riograndenses, mas também as mulheres do nosso País e - por que não dizer? - de todo o mundo. Falo do bicentenário da nossa querida e brava Nísia Floresta Brasileira Augusta.

Sim, já percorremos muitos caminhos em busca da igualdade de gêneros, mas saibam que embora tenhamos obtido avanços importantes, ainda temos muito a percorrer. Queremos mais políticas afirmativas e mais Coordenadorias de Mulheres para garantir essas políticas e nossos direitos de cidadania.

Aproveito a ocasião para citar alguns eixos que permanecem como objetivos a serem alcançados, para que possamos avançar na conquista da igualdade de gêneros: a violência doméstica, a divisão do trabalho, o domínio sobre nosso corpo e a participação política. Esses eixos de luta fazem parte do cotidiano de todas as mulheres que compreendem a importância de construir uma sociedade ancorada na paz, com oportunidades iguais para todos.

Há 100 anos, uma grande causa, que não é apenas das mulheres, leva-nos a persistir na luta pela igualdade de gêneros: a causa da democracia! Já percorremos muitos caminhos, mas há ainda muito a fazer para que tenhamos de fato a igualdade desejada.

As mulheres compõem mais da metade da população do planeta. Em nosso País somos mais de 51% da população. Temos mais escolaridade, estamos em todas as áreas do mercado de trabalho, mas ainda convivemos com a desigualdade de salários pelas mesmas tarefas. Às mulheres são reservados os setores menos valorizados e as atividades em regressão.

Muitos dos nossos objetivos permanecem fora de nosso alcance, mesmo que venhamos lutando por eles há longos 100 anos: o fim da violência doméstica; a divisão do trabalho; o domínio sobre nosso corpo; e, em especial, a concretização de nossa cidadania através da participação política, a mais importante de todas as conquistas.



Em relação à violência, a sanção, pelo Presidente Lula, do Projeto de Lei nº 37, de 2006, a Lei Maria da Penha, é um marco da luta das mulheres brasileiras pelo direito a uma vida digna. Estimulou a inserção da violência doméstica como tema do cotidiano da vida política. A violência contra as mulheres é uma afronta aos direitos humanos.

As mulheres vêm discutindo a divisão sexual do trabalho, partindo da premissa de que a distribuição equitativa das tarefas domésticas entre homens e mulheres favorece a participação política de ambos.

A criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres trouxe o respaldo das ações de 14 Ministérios, o que evidencia a transversalidade das políticas públicas voltadas para a defesa e a proteção das mulheres ameaçadas.

É incorreta a suposição de que a violência contra as mulheres se concentra nos estratos mais desprivilegiados da população. Ao contrário. Ela atravessa as classes sociais, o grau de escolarização, a faixa etária e a localização geográfica. Tal barbárie não se limita ao Nordeste, como resquícios do patriarcado rural. Ela se espalha pelos espaços mais desenvolvidos e sofisticados do País.

O combate à violência começa pela sua não ocultação no âmbito privado. Quanto mais for exposta e discutida, quanto mais a trouxermos para a esfera pública, mais estaremos construindo as condições para que as mulheres vivam em paz, sendo respeitadas nos lares, no campo profissional e na política.

Medo, vergonha e, principalmente, falta de confiança na Justiça são alguns dos motivos que levam as mulheres a optar por não denunciar seus agressores. A sociedade deve assumir o repúdio às diversas formas de violência que vitimam as mulheres: violência física, psicológica, moral, sexual, institucional e patrimonial.

No campo do trabalho obtivemos grandes avanços. Nas últimas décadas, as mulheres entraram massivamente na escola e no mercado de trabalho, impulsionadas pela busca de realização profissional ou pela necessidade de fazer frente às despesas familiares. Mas o campo do trabalho permanece muito marcado pela desigualdade: elas recebem salários menores no desempenho de tarefas iguais e têm dificuldade de chegar a postos de comando.



O que fazer para alterar esse quadro? O movimento de mulheres já vem há algum tempo discutindo a divisão sexual do trabalho. Parte da premissa de que a distribuição equitativa das tarefas domésticas entre homens e mulheres é o caminho para que ambos possam vivenciar a prática democrática da participação política. À medida que a divisão do trabalho for menos desigual, estaremos no caminho da igualdade social sonhada e fortalecendo a democracia, com a participação política.

No que tange ao domínio sobre o próprio corpo, cabe a cada uma de nós o direito de gerir o seu corpo de acordo com seus princípios e a sua consciência.

E no campo da política? Neste ano de 2010 teremos eleições para Presidente da República, Senador e Deputado Federal e Estadual. Este é um momento propício para fazer estas indagações: por que a política continua sendo um espaço majoritariamente masculino? Por que são tão poucas as mulheres governadoras, prefeitas e deputadas?

O País vive um período de avanços sociais importantes em muitas áreas. É um momento adequado para pensar a presença e a atuação da mulher brasileira na esfera pública, na política. Até agora foram frustrados os nossos esforços de mobilização em prol de uma reforma política que possibilite atuação política mais efetiva das mulheres na esfera pública.

Queremos mais mulheres nos espaços de poder e uma reforma política que assegure o financiamento público das campanhas, a fidelidade partidária e as listas preordenadas por gênero. O financiamento público tornaria menos desiguais as condições de disputa. A reforma política vai alterar as regras que dificultam a atuação das mulheres. Não teremos uma verdadeira democracia em nosso País enquanto persistir a interdição das mulheres na política por razões culturais.

As mulheres querem participar da reforma do sistema político, do processo eleitoral e dos partidos políticos. Queremos ações afirmativas, sistema de alternância nas listas partidárias, financiamento de programas de formação política e das campanhas eleitorais. Está na hora de ampliar a presença e a atuação das mulheres na vida pública. A superação desse déficit de representação será uma vitória não apenas para as mulheres, mas também para a democracia brasileira.



Em pleno século XXI, há muito a se dizer sobre as mulheres. Muitos passos foram dados, e os avanços são incontestáveis. As mulheres estão mais conscientes de seus direitos graças ao esforço educacional. Atuam em áreas importantes do mercado de trabalho e são maioria no ensino superior.

Há algumas boas notícias a serem comemoradas. Na próxima semana entrará em pauta a PEC nº 590/06, da Deputada Luiza Erundina, que estabelece a representação proporcional de cada sexo nas Mesas Diretoras do Senado, da Câmara e das Comissões. Assegura ao menos 1 vaga para mulheres nas Mesas Diretoras, quando a proporção não for alcançada.

Temos um grande desafio pela frente. Devemos permanecer mobilizadas para pressionar os nossos representantes na Câmara Federal a romper com os preconceitos e as discriminações que impedem as mulheres de atuar plenamente na política.

Outra boa notícia é a de que, pela primeira vez na história do nosso País, temos 2 mulheres pré-candidatas à Presidência da República. Quem sabe esta iniciativa incentive as mulheres a buscarem o lugar que por direito é seu, assumindo sua candidatura, seja no plano executivo, seja nos planos legislativos federal, estadual e municipal?

Apesar dos avanços citados, muitas lutas ainda nos esperam até alcançarmos a igualdade de gêneros em nosso país. Apelo para os Parlamentares no sentido de que, em homenagem às mulheres brasileiras, votemos ainda nesta semana projetos de interesse das mulheres, dentre eles o que aumenta a licença-maternidade de 120 dias para 180 dias e o que garante a participação de no mínimo 1 mulher na Mesa Diretora desta Casa.



Documento 59/94

031.4.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2010-15:14

Publ.: DCD - 10/03/2010 - 7477 JOVAIR ARANTES-PTB -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Combate à violência contra as mulheres no País. Saudações às Prefeitas, Vice-Prefeitas, Vereadoras e Primeiras-Damas do Estado de Goiás.

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo referir-me ao Dia Internacional da Mulher, comemorado anualmente no mês de março.

É importante destacar o valoroso papel da mulher brasileira nos diversos meios sociais dos quais faz parte - na responsabilidade e no cuidado com a família, na atuação política em defesa de seus direitos, no combate à violência e às desigualdades salariais e sociais, na defesa de políticas públicas para toda a população brasileira, nas lutas pela defesa do meio ambiente e pela paz deste planeta. Enfim, como pessoas que vêm contribuindo, por meio de suas reivindicações e organizações, para a formação de uma sociedade mais justa.

Muitas cravaram seu nome na história do País na defesa de direitos essenciais ao exercício da cidadania e com certeza novos nomes vão surgir, trilhando esse caminho de lutas e conquistas por reconhecimento e espaço. Existe ainda uma



luta por uma causa que é de todos nós. Falo dos esforços empreendidos contra a violência feminina, lamentável realidade que contraria os princípios da vida, liberdade e dignidade humana, que um dia esperamos ter superado para então vivermos em um mundo mais justo, livre das desigualdades e violências.

Parabenizo todas as Deputadas e Senadoras brasileiras que, no Congresso Nacional, trabalham na defesa dos interesses de seus Municípios e Estados.

Felicito-me ainda com as nobres Prefeitas, Vice-Prefeitas, Primeiras-Damas e Vereadoras de meu Estado de Goiás e de todo o Brasil, que com o coração e a razão desenvolvem um grande trabalho em seus municípios, bem como todas as mulheres brasileiras que na luta diária empreendem esforços na educação de seus filhos com esperança de dias melhores para todos nós.

Muito obrigado.



Documento 60/94

031.4.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2010-15:14

Publ.: DCD - 10/03/2010 - 7479 ANA ARRAES-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Conquistas da mulher brasileira. Participação das mulheres na política. Importância da Lei Maria da Penha, destinada à coibição da violência doméstica contra a mulher. Ações do Governador do Estado de Pernambuco, Eduardo Campos, em benefício das mulheres.

A SRA. ANA ARRAES (Bloco/PSB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao comemarmos o centenário do Dia Internacional da Mulher, olhamos para trás e constatamos que houve muitas conquistas, embora ainda tenhamos um grande caminho a percorrer até alcançarmos a igualdade total de gêneros. Tais avanços, contudo, não aconteceram por acaso. Foram resultado das lutas das mulheres de todo o mundo, o que demonstra a importância da nossa mobilização para a construção de relações mais justas e menos discriminatórias no seio da sociedade.

Desejo relembrar o terrível episódio ocorrido no dia 8 de março de 1857, em Nova Iorque. Operárias de uma tecelagem entraram em greve, ocupando o prédio onde funcionava a fábrica. Em represália, os patrões incendiaram o local. Cerca de 130



trabalhadoras morreram carbonizadas. Elas apenas queriam a redução da carga horária de 16 para 10 horas diárias, a equiparação salarial, pois recebiam um terço do que era pago aos homens para a execução do mesmo tipo de tarefa, além de melhores condições de trabalho, denunciando a insalubridade e os riscos aos quais estavam expostas.

Esse ato de crueldade serviu de alerta para as mulheres dos diferentes países, que passaram a agir de forma organizada. Assim, em 1893, pela primeira vez na história, foi admitido, na Nova Zelândia, voto feminino. Em 1920 esse direito foi conquistado nos Estados Unidos, depois que 15 mil mulheres marcharam em Nova Iorque exigindo mudanças nas relações de trabalho e o direito de escolher seus governantes.

O Dia Internacional da Mulher foi criado em 1910, durante a Primeira Conferência Internacional de Mulheres, realizada em Copenhague, na Dinamarca, por iniciativa da Internacional Socialista. A sugestão de instituir uma data para marcar as lutas e conquistas femininas partiu da alemã Clara Zetkin. A relevância da criação dessa data pode ser avaliada, se lembrarmos os acontecimentos verificados na Rússia, em 1917, onde as manifestações do Dia Internacional da Mulher funcionaram como estopim para a deflagração da Revolução. Os protestos femininos incluíram greve de fome contra as ações do czar Nicolau II e contra o ingresso do país na Primeira Guerra Mundial.

Em 1945 a igualdade de direitos entre homens e mulheres foi reconhecida por meio da Carta das Nações Unidas. Entretanto, apenas em 1975 o Dia Internacional da Mulher foi oficializado pela ONU. Em 1951 a Organização Internacional do Trabalho determinou a igualdade de salários para ambos os sexos. Em 1985 a ONU criou o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).

Ao observarmos a evolução dos direitos femininos no Brasil, verificamos que nossa primeira grande conquista ocorreu em 1879, quando as mulheres obtiveram autorização para estudar em universidades. Em 1927 registramos os primeiros votos femininos. O fato se deu no Rio Grande do Norte, onde o então Governador Juvenal Lamartine alterou a legislação propiciando às mulheres o direito de



votarem e serem votadas. Na época foi eleita a primeira Prefeita da história do Brasil: Alzira Soriano de Souza, do Município de Lages. Mas a instituição do voto feminino em todo o território nacional só aconteceu em 1932, por iniciativa de Getúlio Vargas. Um ano depois, foi eleita a paulista Carlota Pereira de Queiroz para compor a Assembleia Constituinte.

Em 1983, graças à forte pressão dos movimentos feministas, foram criados em Minas Gerais e no Rio de Janeiro os primeiros conselhos estaduais voltados para a questão de gênero, objetivando definir políticas públicas destinadas especialmente às mulheres. No mesmo ano, o Ministério da Saúde lançou o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher. A primeira Delegacia da Mulher surgiu em 1985, em São Paulo. Paralelamente, foi aprovada pela Câmara dos Deputados a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Na Constituinte de 1988, as 26 Deputadas Federais que integravam a Assembleia concentraram suas forças e, com o apoio de entidades da sociedade civil, conseguiram garantir na Constituição grandes vitórias, destacando-se a igualdade de direitos e obrigações entre homens e mulheres.

Preocupado em abrir espaços para as mulheres nas diversas esferas de poder, o núcleo feminino do Congresso Nacional conseguiu, em 1996, incluir na Legislação Eleitoral o sistema de cotas, obrigando os partidos políticos a inscreverem em suas listas de candidatos a cargos proporcionais, no mínimo, 20% de mulheres. Na minirreforma eleitoral, aprovada pelo Congresso no ano passado, ficou estabelecida a obrigatoriedade de cada partido ou coligação ter em suas chapas 30% de vagas ocupadas por mulheres.

Paralelamente, para propiciar a formação de quadros políticos femininos, um percentual dos recursos do Fundo Partidário, fixado pela direção nacional dos partidos, terá de ser destinado à criação de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. Esse percentual, contudo, não poderá ser inferior a 5% do total. De acordo com as novas regras, o partido que descumprir essa determinação terá de, no ano seguinte, acrescentar 2,5% a mais do dinheiro do Fundo Partidário para serem investidos nos programas de incentivo à presença feminina no processo eleitoral. Além disso, as candidatas adquiriram o direito de



participar de 10% do tempo da propaganda eleitoral gratuita do partido ou coligação a que estiverem vinculadas.

Outra questão que merece todo destaque diz respeito à violência doméstica. Diante da expressividade dos números de ocorrências, em 2006 o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei Maria da Penha, tornando mais rigorosa a punição para quem comete crimes dessa natureza. A lei alterou o Código Penal, estabelecendo a prisão em flagrante ou a prisão preventiva para os agressores das mulheres. Estes não mais poderão ter direito a penas alternativas. Também estendeu o período máximo de prisão para os responsáveis por tais crimes, de 1 para 3 anos.

Desejo ressaltar que Pernambuco foi o primeiro Estado brasileiro a se preocupar com as questões de gênero. O Governador Eduardo Campos foi pioneiro ao criar a Secretaria da Mulher, ocupada pela militante feminista Cristina Buarque, que tem desenvolvido importantes ações no sentido de abrir espaço para as mulheres na sociedade e também protegê-las da discriminação e da violência. Por outro lado, no que se refere às oportunidades de trabalho, o Governador pernambucano estendeu às mulheres o Programa Chapéu de Palha, que garante o emprego aos agricultores em períodos de entressafra. Hoje, as mulheres, além de poderem se alistar, participam de cursos profissionalizantes que lhes abrem novas perspectivas de emprego.

Vejo tudo isso como conquistas obtidas por meio de lutas que atravessaram um século e cujo resultado foi o surgimento de uma nova mulher. Atuante, ocupando um papel respeitado pela sociedade, capaz de mostrar seu valor em qualquer função que exerça, consciente dos seus direitos e disposta a continuar as mudanças que estabeleçam padrões firmes de igualdade entre os gêneros, a mulher hoje pode olhar para seu parceiro e companheiro de trabalho em pé de igualdade, sem precisar se curvar a preconceitos e injustiças.

Boa tarde e muito obrigada.



Documento 61/94

031.4.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2010-15:14

Publ.: DCD - 10/03/2010 - 7482 ANTONIO BULHÕES-PRB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Combate à violência doméstica e à discriminação contra as mulheres no mercado de trabalho. Conquistas alcançadas pela mulher brasileira.

O SR. ANTONIO BULHÕES (Bloco/PRB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 8 de março comemora-se o Dia Internacional da Mulher. Não poderia deixar de vir a esta tribuna manifestar minha gratidão a todas as mulheres brasileiras. Companheiras incansáveis de jornada, amigas, esposas, mães, filhas, irmãs, as mulheres sempre contribuíram com coragem e generosidade para a construção de um Brasil mais justo e solidário. Lamentavelmente, no entanto, a igualdade de gênero ainda não é uma realidade no nosso País. A discriminação da mulher no mercado de trabalho e a violência doméstica são 2 dos efeitos mais visíveis de uma cultura que trata as mulheres como cidadãs de segunda classe, a despeito de toda a mobilização liderada pelas próprias mulheres nas últimas décadas com o intuito de conquistar na sociedade uma posição isonômica em relação aos homens.



Ainda é comum as mulheres serem preteridas para cargos de comando somente em função do gênero, e as pesquisas demonstram que em cargos equivalentes a média salarial das mulheres é inferior à dos homens. Isso não acontece apenas no nosso País. Estudo realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a População revela que, se a defasagem salarial entre homens e mulheres na América Latina fosse eliminada, os salários femininos subiriam 50%, resultando num acréscimo de 5% na produção nacional, em decorrência do aumento do poder aquisitivo das mulheres.

A violência física praticada contra as mulheres, no âmbito de seu próprio meio familiar e social, é outro fenômeno que muito nos envergonha e que deve ser combatido sem tréguas.

Segundo dados apurados por uma CPI realizada nesta Casa sobre o assunto, mais de 50% dos casos de estupro ocorrem na própria família. Os laços familiares desestimulam as denúncias, e a convicção sobre a própria impunidade incentiva a ação dos agressores, levando à perpetuação da situação.

No Brasil, esse tipo de violência atinge mulheres de todas as classes sociais. A maior parte das queixas registradas nas delegacias especializadas é feita por mulheres de boa condição econômica, normalmente mais bem informadas sobre seus direitos. Mesmo entre elas, no entanto, o volume de queixas é pequeno, sobretudo no caso de violência de natureza sexual, como estupro ou atentado ao pudor.

Um passo importante no sentido de mudar esta triste realidade foi a sanção, em agosto de 2006, da Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, batizada de Lei Maria da Penha, numa justa homenagem àquela que a inspirou. Uma das grandes virtudes dessa disposição legal, além de aumentar a pena de detenção aos agressores, é oferecer às mulheres uma rede de proteção à sua integridade física, encorajando as denúncias e combatendo a impunidade.

A despeito de todas as enormes dificuldades enfrentadas pelas mulheres na luta pela igualdade de direitos e de tratamento em relação aos homens, porém, são inegáveis as conquistas alcançadas. Há apenas 78 anos, o voto feminino nem sequer existia; hoje, as mulheres são maioria do eleitorado e ocupam alguns dos



mais importantes cargos do Governo no nosso País. Em outros setores tradicionalmente dominados pelos homens, como a pesquisa científica de ponta e a administração de negócios, as mulheres têm progressivamente conquistado lugar de destaque.

Esses são fatos que nos dão alento e esperança. Sabemos que ainda há um longo caminho a percorrer, mas temos a convicção de que, com a crescente mobilização da sociedade em prol da igualdade de gênero, chegará o dia em que teremos desenvolvido os mecanismos necessários para proteger todas as mulheres brasileiras contra a discriminação, a violência e o preconceito.

Neste Dia Internacional da Mulher quero conclamar os nobres colegas Parlamentares para realizarmos uma reflexão sobre a situação da mulher no Brasil e no mundo, com o intuito de buscar caminhos para tornar a igualdade de gênero uma realidade entre nós. Só quando brasileiros e brasileiras caminharem lado a lado, de mãos dadas, teremos uma Nação verdadeiramente justa e democrática. Obrigado.



Documento 62/94

031.4.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2010-16:12

Publ.: DCD - 10/03/2010 - 7495 OSMAR JÚNIOR-PCDOB -PI

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Atuação da Fundação Maria Carvalho Santos no combate e prevenção ao câncer.

O SR. OSMAR JÚNIOR (Bloco/PCdoB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nesta oportunidade, quero registrar minha alegria em participar deste momento das comemorações do Dia Internacional da Mulher. Este é um momento especial na vida da humanidade, principalmente porque hoje podemos celebrar conquistas acumuladas ao longo dos anos, especialmente nos últimos 100 anos, quando se fixou o 8 de março como Dia Internacional da Mulher.

Nesta oportunidade em que faço esta homenagem às mulheres, quero destacar a atuação da Fundação Maria Carvalho Santos.

A Fundação Maria Carvalho Santos é constituída por pessoas, liderada pelo Dr. Luiz Ayrton Santos, que querem apoiar e desenvolver ações que ajudem as mulheres a enfrentar, principalmente a prevenir, uma doença muito grave, que infelizmente ainda acomete milhares de mulheres no mundo, sobretudo no Brasil: o câncer.



Ontem, tive oportunidade de participar da celebração na sede daquela Fundação, de poder constatar o carinho e a dedicação com que todos ali trabalham, especialmente poder também acompanhar os resultados que vão conquistando.

Por isso, nesta data em que celebramos a luta das mulheres, que festejamos as conquistas que acumularam ao longo dos anos, faço este registro dando como exemplo o trabalho da Fundação Maria Carvalho Santos, exemplo a ser seguido como uma forma organizada de atuação da população, como um espaço que permite àqueles que querem exercer espírito solidário, que querem trabalhar pela construção de uma sociedade mais justa e, principalmente, de criar condições para uma vida melhor para milhões de mulheres.

Deixo o meu registro, a minha alegria por esta data e principalmente por aquilo que a humanidade e as mulheres conseguiram conquistar até hoje.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Agradeço a V.Exa.



Documento 63/94

031.4.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2010-14:56

Publ.: DCD - 10/03/2010 - 7466 CIDA DIOGO-PT -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Inauguração do Hospital da Mulher Heloneida Studart no Município de São João de Meriti, Estado do Rio de Janeiro. Necessidade de fortalecimento de políticas de apoio às mulheres nos Municípios brasileira. Defesa de aprovação da proposta de emenda à Constituição sobre a garantia da participação feminina na composição da Mesa Diretora da Casa; do projeto de lei a respeito da concessão de igualdade salarial à mulher, e da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2007, sobre a ampliação do benefício da licença-maternidade para 180 dias.

A SRA. CIDA DIOGO (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar hoje a satisfação de ver que, aos 100 anos do Dia Internacional da Mulher, podemos ver no retrovisor uma série de avanços que nós, mulheres do mundo inteiro, conseguimos conquistar. Sabemos que ainda há um caminho longo pela frente. Com certeza, vai demorar alguns anos, ainda, para conseguirmos efetivamente construir uma sociedade na qual homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades e possam se respeitar, na qual consigamos efetivamente banir deste planeta a situação de violência doméstica que milhões e



milhões de mulheres enfrentam e que uma mulher ocupante do mesmo posto de um homem num ambiente de trabalho possa também receber o mesmo salário. No nosso País, essa desigualdade infelizmente ainda existe.

A última pesquisa do PNAD comprovou que nossas mulheres trabalhadoras continuam ainda recebendo cerca de 30% menos que o homem. Isso é uma realidade brasileira contra a qual ainda temos de lutar muito para conseguir avançar. Mas, para isso acontecer, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário têm de fazer sua parte. Nós não podemos concordar com a decisão, por exemplo, do Judiciário de tirar da Lei Maria da Penha o direito de a mulher, muitas vezes submetida a uma pressão e a graves ameaças, retirar a queixa que fez contra o seu agressor e, ao fazê-lo, arquivar o processo.

Nós temos de defender a manutenção do processo mesmo que a queixa seja retirada, porque sabemos que essas mulheres acabam tomando essa decisão por medo, pela pressão que sofrem por parte do agressor, da própria família ou da própria sociedade. É preciso garantir que a Lei Maria da Penha mantenha esse artigo, permitindo que o processo continue sendo investigado e que o agressor seja punido.

Temos de fazer com que políticas importantíssimas avancem no Poder Executivo. No domingo 7, participamos, no Rio de Janeiro, com as Ministras Dilma Rousseff e Nilcéa Freire, da inauguração do Hospital da Mulher Heloneida Studart, companheira feminista que merecidamente foi homenageada ao nomear este hospital em São João de Meriti que atenderá toda a Baixada Fluminense.

Ontem, estivemos com o Presidente Lula e, novamente, com as Ministras Nilcéa e Dilma em um evento maravilhoso na Estação Leopoldina, no Rio de Janeiro, onde milhares e milhares de mulheres manifestaram a necessidade de as coordenadorias de mulheres serem fortalecidas nos Municípios, bem como que as políticas municipais, estaduais e federais para defender os direitos da mulher sejam cada vez mais ampliadas, a fim de garantir mais recursos e investimentos às nossas mulheres.

Esta Casa tem algumas dívidas com as mulheres brasileiras; uma delas é a falta da presença de uma mulher como titular da Mesa Diretora. Desde a existência



deste Congresso Nacional, nem Senado Federal nem na Câmara dos Deputados foi uma mulher titular da Mesa Diretora.

A PEC, de autoria da companheira Luiza Erundina, tem de ir a votos ainda neste mês de março. O Presidente da Casa se comprometeu com a bancada feminina. Esperamos que todos os Líderes e os 513 Deputados votem a favor dessa matéria, para garantir a presença de mulher e de homem na Mesa Diretora. Assim, conseguiremos avançar nessa perspectiva.

Além desse, há um projeto elaborado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que tem como objetivo principal assegurar que as mulheres que estão no mercado de trabalho possam ter garantido o seu direito de cidadania e igualdade salarial, bem como respeito à sua capacidade profissional, sem possibilidade de sofrerem assédio sexual. Esse projeto já está em condição de entrar em pauta. A nossa companheira Alice Portugal, coordenadora da bancada, está liderando o processo para que possamos trazer o projeto a votos.

Finalmente, refiro-me a um projeto de importância para a mulher trabalhadora: a PEC nº 30, de autoria da Deputado Angela Portela, que garante a ampliação da licença-maternidade.

Temos condição, neste mês de março, de aprovar esses 3 projetos, para que possamos pagar alguma parte da dívida que esta Casa tem para com as mulheres brasileiras.

Vamos à luta!

Obrigada, Sr. Presidente.



Documento 64/94

031.4.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2010-15:02

Publ.: DCD - 10/03/2010 - 7467 RÔMULO GOUVEIA-PSDB -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Solicitação à Presidência de imediata votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 300, de 2008, sobre a criação do piso salarial nacional de policiais e bombeiros militares. Presença, no plenário, do Defensor Público Alberto Sales, do Estado da Paraíba. Realização, pelo Congresso Nacional, de sessão solene ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher. Congratulações às contempladas com o Prêmio SEBRAE Mulher de Negócios 2009, no Estado da Paraíba.

O SR. RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicialmente, peço a V.Exa. que priorizasse, como membro da Mesa, a votação da PEC nº 300, de 2008. Estive com policiais na Paraíba neste final de semana. Deputado Chico Lopes, eles me cobraram a aprovação dessa matéria. Esta Casa já deu demonstração, há 8 dias, de sua posição unânime em relação à segurança pública.

Queria também que ficasse registrado, para nossa alegria, a presença em nosso plenário, visitando a nossa Casa, do Dr. Alberto Sales, Defensor Público na Paraíba, acompanhado da sua esposa. Ele também é apresentador de televisão no Estado.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, associando-me às comemorações pelo Dia Internacional da Mulher, em cuja homenagem o Congresso Nacional merecidamente realizou sessão solene neste dia 9 de março, quero registrar um exemplo paraibano que também representa as lutas e conquistas de todas as mulheres.

Inegável em nossa sociedade a posição de destaque ocupada pelas mulheres em todas as atividades: família, economia, política, conquistando espaços e direitos, em posições antes ocupadas pelos homens. E foi justamente pensando na valorização e estímulo ao empreendedorismo feminino, área em que a mulher desponta cada vez mais, que o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), juntamente com as entidades parceiras BPW-Brasil (Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil) e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) instituiu o Prêmio SEBRAE Mulher de Negócios, lançado em outubro de 2004.

A edição paraibana do Prêmio SEBRAE Mulher de Negócios, edição 2009, fez a entrega dos prêmios às vencedoras no último dia 4 de março, durante cerimônia realizada no Maison Blunelle, em João Pessoa. A premiação tem como principal intuito a divulgação de histórias de empreendedorismo feminino para que sirvam de incentivo a outras pessoas.

Concorrendo em 2 categorias, Pequenos Negócios (empresárias donas de micro e pequenos negócios) e Negócios Coletivos (líderes de associações e cooperativas), foram premiadas as 3 mulheres que obtiveram as melhores pontuações junto à banca avaliadora do concurso.

Foram vencedoras da categoria Pequenos Negócios: Juliana Borges, da Higieniza Soluções, que ficou em primeiro lugar; Tânia Alverga, da Dona Empadita, e Maria Tereza Onofre, dona da Academia Star, que ficaram, respectivamente, em segundo e terceiro lugares.

Já em Negócios Coletivos a grande vencedora foi Avani de Araújo, líder da Cooperativa de Suplementos Naturais de Campina Grande (COOPERNUT). O segundo lugar da categoria ficou com Márcia Maria de Souza, da Associação para o Desenvolvimento Sustentável de Macacos e Furnas (ADESMAF). E o terceiro foi



para Julieta de Lourdes Estevão, Presidente da Associação dos Artesãos e Artesãs de Araruna (ARAMÊ).

Durante a cerimônia também foram anunciadas que as 2 paraibanas vencedoras estaduais, Juliana e Avani, estão na final nacional do prêmio. As paraibanas concorrem com mais 20 histórias de empresárias e líderes de cooperativas do Amapá, Roraima, Alagoas, Sergipe, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Espírito Santo, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Acre, Tocantins, Pernambuco, Rio de Janeiro e Paraná. O grande resultado será revelado em cerimônia oficial reunindo todas as concorrentes, em Brasília.

Das 6 edições do Prêmio Mulher de Negócios, a Paraíba esteve 5 vezes no pódio nacional. No último ano, a grande vencedora nacional da categoria Negócios Coletivos foi a empresária Maysa Gadelha, Presidente da COOPNATURAL, de Campina Grande, que atua no plantio e beneficiamento do algodão colorido para roupas e acessórios.

A força da mulher se fez presente no sonho da empresária Juliana Borges em montar seu próprio negócio. Proprietária da Higieniza Soluções e vencedora da categoria Pequenos Negócios, percorreu uma longa jornada, que incluiu algumas renúncias e muito trabalho. Convidada para ser distribuidora exclusiva de uma marca de produtos químicos para higienização profissional, ela mudou-se da Bahia para João Pessoa sem família, sem conhecer ninguém, com pouco dinheiro e quase nenhum tempo para estruturar a empresa.

A empresa cresceu e se consolidou. A Higieniza Soluções tem 6 anos de atuação no mercado e já é líder em seu segmento na Paraíba. A empresa conta com a colaboração de 12 funcionários, que atuam de forma participativa e dinâmica. Atua oferecendo produtos biodegradáveis com assistência técnica qualificada e treinamento especializado aos usuários dos produtos. A Higieniza Soluções possui convênios com instituições de ensino, proporcionando o primeiro emprego e experiência profissional a estudantes, cumprindo seu papel social.

Já a Vencedora da categoria Negócios Coletivos, Avani de Araújo, líder da Cooperativa de Produção de Suplementos Naturais de Campina Grande (COOPERNUT), participava de um grupo da Pastoral da Criança que prestava



atendimentos a 17 comunidades carentes do Município de Campina Grande. A palavra de ordem era solidariedade, mas muitos do grupo estavam desempregados e sem renda alguma para continuar as atividades beneficentes. Foi daí que surgiu a ideia de elaborar um projeto que, ao mesmo tempo, gerasse renda para o grupo e atendesse as necessidades das famílias.

Ela lembra das dificuldades e de como hoje pode ver o fruto da força do trabalho solidário. A Cooperativa é hoje um negócio em expansão, tendo o grupo conseguido um galpão junto aos setores públicos. Já possui 28 cooperados, dentre eles 25 mulheres, que trabalham na produção de 11 produtos, além da multimistura.

Sempre em busca de novos horizontes, a cooperativa também iniciou atividades no ramo de eventos, chegando a realizar 350 por ano, até 3 por dia. Além dessas atividades, a COOPERNUT investiu no funcionamento de um restaurante de comida natural e outros produtos, que atende principalmente a Clubes de Mães das comunidades do entorno.

Com os produtos da cooperativa todas as 28 famílias atendidas pela Pastoral são auxiliadas e, indiretamente, são beneficiadas mais 420 famílias, já que os ingredientes para os produtos são comprados em várias comunidades que trabalham com agricultura familiar.

Com esse registro, quero prestar uma homenagem às mulheres por sua força e sua disposição de luta, o que faço representado nas ganhadoras do Prêmio SEBRAE Mulher de Negócios da Paraíba, empresárias Juliana Borges e Avani de Araújo.

Muito obrigado.



Documento 65/94

005.4.53.N Sessão Extraordinária - CN 09/03/2010-00:00

Publ.: DCN - 10/03/2010 - 827 JANETE CAPIBERIBE-PSB -AP

CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SR^a JANETE CAPIBERIBE (PSB - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Deputada Alice Portugal, Coordenadora da Bancada feminina da Câmara Federal, senhoras convidadas agraciadas com o prêmio Bertha Lutz - uma saudação especial a todas essas grandes mulheres -, Senadora Marina Silva, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, em nome do PSB, especialmente das Deputadas Sandra Rosado, Luiza Erundina, Maria Helena, Ana Arraes e Lídice da Mata, minha saudação a todos e a todas.

Este Dia Internacional da Mulheres é especial porque celebramos os 100 anos da sua instituição, em 1910, durante a Conferência Internacional de Mulheres em Copenhague, na Dinamarca, coordenada pela Internacional Socialista.

Sua origem está na reação das mulheres às violências impostas pelos patrões desde a Revolução Industrial, quando as jornadas de trabalho eram superiores a 16 horas diárias, os locais de trabalho eram insalubres, as crianças estavam nas fábricas e os salários eram menores que os dos homens.



É bom perceber que o Dia Internacional da Mulher é uma das muitas datas de mobilização política, de engajamento e de cidadania ativa para superar as injustiças e opressões sociais, culturais e econômicas.

Todos os dias somos desafiadas a resgatar a coragem, a força e a organização daquelas mulheres que, no século 18, ousaram enfrentar as agressões para buscar um lugar de dignidade com justiça social e igualdade de gênero.

Temos que estar engajadas politicamente para ocuparmos nossos espaços nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Federal, no Senado, no Poder Executivo, no Judiciário, nos postos de mando, como meio para transformar o nosso cotidiano e o de milhares de pessoas a nossa volta.

Temos que estar engajadas politicamente para que nossos filhos tenham creche, escola, aula e merenda, para que nossas crianças tenham atendimento médico-hospitalar público, gratuito e de qualidade.

Temos que estar engajadas politicamente para denunciar e erradicar a violência doméstica, a dupla jornada de trabalho e a omissão do poder público, que não implanta as políticas de atenção à saúde da mulher.

Nossa ousadia já nos deu conquistas importantes, como o direito ao voto em 1932, a Lei Maria da Penha e mais espaço na vida político-partidária do País, com a minirreforma eleitoral aprovada ano passado, que obriga ao mínimo de 30% de mulheres nas candidaturas agora, nas eleições de 2010.

Às vezes, esquecemo-nos de algumas minorias, por desconhecimento ou porque são setores específicos, como as mulheres amazônidas. É uma realidade distante, desconhecida da grande maioria das pessoas, dos grandes centros e, por isso, de menor presença nas políticas públicas.

Pessoalmente, quero registrar algumas ações pontuais que considero importantes para a igualdade de gênero.

A Lei nº 11.970, de 2009, para prevenir os acidentes com escalpelamentos, é uma conquista importante das mulheres amazônidas e ribeirinhas.

O Funaei (Fundo Nacional da Educação Infantil), de minha autoria, por meio do qual incluímos as creches no Fundeb.



Quero dar ênfase especial a cerca de 60 mil parteiras, que, na arte de partejar, trazem milhares de pessoas à luz, a cada ano.

Deputada Alice Portugal, quero dizer do nosso empenho e compromisso para aprovarmos os três projetos na Mesa da Câmara e do Senado, de fundamental importância para a nossa cidadania.

Finalizando, rapidamente, trazendo à voz, através de Cora Coralina, umas palavrinhas:

Olha para estas mãos
de mulher roceira,
esforçadas mãos cavouqueiras.

Pesadas, de falanges curtas,
sem trato e sem carinho,
Ossudas e grosseiras.

Mãos que jamais calçaram luvas.
Nunca para elas o brilho dos anéis.
Minha pequenina aliança.
[...]

Mãos que varreram e cozinham.
Lavaram e estenderam
roupas nos varais.
Pouparam e remendaram.
Mãos domésticas e remendonas.

Íntimas da economia,
do arroz e do feijão
da sua casa.
Do tacho de cobre.
Da panela de barro.



Da acha de lenha.

Da cinza da fomalha.

Que encestavam o velho barreleiro
e faziam sabão.

[...]

Semeando sempre.

Jamais para elas

os júbilos da colheita.

Muito obrigada. (Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR^a DEPUTADA
JANETE CAPIBERIBE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno)

Matéria referida:

- Poema Estas Mãos, de Cora Coralina.

homenagear, mas vamos privilegiar as mulheres nesta manhã. Deputado Simão Sessim também falará logo a seguir.

Senadora Marina Silva com a palavra.

A SR^a MARINA SILVA (PV - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Bom-dia a todos e a todas. Quero agradecer à Sr^a Presidente, aos demais membros da Mesa, à nossa Senadora Lúcia Vânia, por essa permuta de forma tão elegante e gentil para comigo.

Devo dizer que é motivo de orgulho e satisfação poder estar nesta solenidade que homenageia várias mulheres de uma biografia tão rica e importante para a nossa trajetória de luta em defesa das mulheres.

Quero cumprimentar de modo especial Maria Augusta Tibiriçá, Cleuza Pereira do Nascimento, também Andréa Maciel, Clara Steinberg, Fani Lerner, Maria Lygia



Borges, enfim espero que tenha aqui o nome de todas as homenageadas, e dizer que a Leci Brandão, que foi homenageada, eu a tomo como símbolo para fazer uma homenagem a todas as mulheres.

A Leci, há dez anos, fez uma coisa que tocou muito profundamente o meu coração, que foi uma música para mim. E agora tenho a oportunidade de pedir para que ela seja inserida nos Anais da Casa. Este é o meu último ano como Senadora da República e gostaria que ficasse nos Anais da Casa a poesia-música que você fez para mim, Leci. Muito obrigada pelo seu gesto.

A luta das mulheres é uma luta em defesa, no meu entendimento, daquilo que chamo de uma nova visão civilizatória.

Até bem pouco tempo, as mulheres e a humanidade viram a sociedade, a civilização, caminhar manquejando, porque firmava-se apenas na perna do masculino.

A visão masculina do mundo não é melhor nem pior do que a nossa, mas é a visão do masculino. E o que faz a sua transformação é integrarmos também ao processo civilizatório a visão do feminino, os direitos das mulheres, o olhar das mulheres, a escuta diferenciada que as mulheres têm. Sem essa escuta, sem esse olhar, sem esse querer e esse fazer, a sociedade, a civilização fica manca.

É por isso que esta homenagem aqui é para todas vocês, e entendo que é também para todas nós. É um momento de celebração e, ao mesmo tempo, uma convocação para que continuemos como militantes da civilização.

Não é a toa que, só após 500 anos de história de Brasil, tenhamos, pela primeira vez na história deste País - como diz nosso Presidente Lula - a possibilidade de termos mulheres na Presidência da República. E isso é uma conquista das mulheres por sua luta nos últimos cem anos, mas é também uma conquista particular da sociedade brasileira.

Agora há um manejo que precisamos fazer com muita sabedoria disso tudo, Senadora Lúcia Vânia e demais colegas aqui. Qual é o cuidado que temos que ter? Primeiro é de não diluir, não fazer desaparecerem as conquistas. Mas, ao registrar as conquistas, também não fazermos desaparecerem os desafios e as falhas que ainda precisamos corrigir.



O manejo dessas duas coisas nos levará a integrar tudo de bom que já conquistamos e nos levará a reforçar a luta, o compromisso para conquistar e alcançar tudo que ainda precisamos. E, quando falamos dos direitos das mulheres, às vezes parece ser o direito de uma parte da sociedade. Não! O direito das mulheres é o direito do todo. Eu sempre digo que, às vezes, fazemos uma discussão falando do direito indígena... Eu digo: Não. O direito indígena é um direito meu, também. Eu quero ter uma sociedade em que os índios tenham uma terra para viver, desenvolver sua cultura e espiritualidade. O direito das mulheres é também o direito dos homens; o direito dos homens é, também, o direito das mulheres, porque nós não somos uma civilização que tem de se perceber cindida. Ela não precisa se perceber cindida, basta se perceber diversa. É na diferença que nós estabelecemos a troca. Não há nenhuma possibilidade de crescermos sem a troca. E a troca se dá entre diferentes culturas, entre diferentes formas de fazer política, entre diferentes formas de olhar e ver o mundo, inclusive com a perspectiva masculina.

Eu me sinto muito orgulhosa e honrada de estar nesta sessão, Sr^a Presidente, Srs. Senadores e Deputados. Quando cheguei aqui neste Senado em 1995, nunca me esqueço que, no início, houve uma tentativa de folclorizar o mandato da primeira seringueira que chegava ao Senado da República. E eu pensei em como lidar com essa situação sem ter que subtrair minha identidade, querendo me fazer passar por outra pessoa e, ao mesmo tempo, sem deixar de me colocar em uma perspectiva de que vim aqui para contribuir, não apenas com minha aldeia, mas contribuir com o Brasil. E, cantando minha aldeia, ser capaz de alcançar os corações e mentes de todos os brasileiros em função da causa que defendo.

Tive de passar por desafios muito fortes, Senadora Lúcia Vânia, um deles bem recentemente: a decisão de sair do Partido dos Trabalhadores. Não foi algo fácil; foi algo sofrido, foi algo sentido. E a razão pela qual saí foi a mesma razão pela qual fiquei durante 30 anos: a defesa da minha causa. E qual é essa causa? É a causa que deve ser de todos nós, homens, mulheres, jovens, crianças, direita, esquerda, centro, todos os homens e mulheres, a perspectiva de termos uma sociedade culturalmente diversa, politicamente democrática, economicamente



próspera e socialmente justa. Essa é uma causa que deve ser de todas as pessoas.

O olhar feminino aqui, para mim, é um olhar integrador. Não é aquele que separa, não é aquele que divide; é aquele que integra. Os homens têm a sua forma de ver e pensar, apostam mais no conflito, apostam mais na disputa, olham mais para as coisas do que para as pessoas. As mulheres têm mais facilidade de dividir a autoria, as mulheres têm mais facilidade de reconhecer no outro a possibilidade da troca. Isso não é exclusivo. Nós aprendemos com o modelo racional masculino a fazer aquilo que eles fazem. Espero que aprendam conosco a nossa forma intuitiva de ver e pensar o mundo.

É por isto que este Brasil que se transforma está pronto para poder fazer o grande debate: não pelo fato de sermos mulheres simplesmente, mas pelas propostas que temos, por aquilo em que acreditamos, por aquilo que defendemos e principalmente pela nossa capacidade de compatibilizar aquilo que dizemos e aquilo que fazemos.

Eu acho que chegou a hora de liderar pelo exemplo, e liderar pelo exemplo pressupõe traduzir na vida prática aquilo que se diz. A defesa às vezes é um consenso oculto. Todos dizem que são favoráveis, todos dizem que estão do nosso lado para combater a discriminação, mas ainda temos exemplos disso. Durante tantos séculos, passa governo e sai governo e, há 16 anos aqui, estou dizendo que ganhamos salários 25% menor, para a mesma ocupação que os homens. Os dados da Pnad dizem que o processo de inclusão social elevou a vida de milhões de brasileiros - e isso é um mérito dos últimos 16 anos, principalmente do Governo do Presidente Lula -; para as mulheres que são chefes de família, foi um ínfima parcela que conseguiu sair da linha de pobreza.

Então vamos celebrar as conquistas, mas vamos colocar o foco no nosso desafio de não fazer o País parar na história. O Brasil não está aqui para dizer que nós chegamos ao fim da história. Não. Nós estamos no começo dela, com os pés bem fincados em tudo que conquistamos; estamos voltados para o presente..

Alguns anos atrás, enquanto acontecia a sessão, os discursos iam se sucedendo e eu ia reformulando o meu discurso, ainda uma Senadora inexperiente. Eu



pensava: tudo o que eu ia dizer a Marta Suplicy já disse melhor do eu, a Rita Camata já disse melhor do que eu, todo mundo já disse melhor do que eu. O que eu vou dizer? Aí resolvi fazer uma poesia. E eu quero terminar com essa poesia - generosamente chamo de poesia porque cada um de nós tem uma tendência de ser generoso consigo mesmo. Esta é para todos nós, mulheres e homens brasileiros, para transformarmos a cultura:

De Marias, Amélias e Madalenas

No sofrimento somos Maria,
Mãe de um Deus crucificado.
Marias, sem alegria.
Dor sem futuro ou passado.

Na renúncia somos Amélia,
de uma triste verdade.
Amélias sem sonho,
desejo ou vontade.

No preconceito, Madalena,
nas praças apedrejada.
Madalenas: ao pecado
e à culpa predestinadas.

Só no amor temos os nomes
e as formas de nossa estima;
Velha mãe, jovem formosa
e, eternamente, menina.

Muito obrigada. (Palmas.)



A SRª PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA) - Agradecemos à Senadora Marina Silva.

Mais uma vez, preocupados com o desenrolar da sessão, uma bela e histórica sessão, sessão conjunta da Câmara e Senado - e obviamente queremos que todos falem -, fizemos aqui uma inversão da origem das inscrições para facilitar que as mulheres tivessem o acesso garantido à palavra. Pedimos, portanto, a compreensão aos nossos companheiros Deputados e Senadores.

Vamos ouvir, neste momento, a Deputada Sueli Vidigal e, logo após, a Senadora Lúcia Vânia, que aqui divide a Mesa conosco, para que, imediatamente depois, a nossa querida homenageada Leci Brandão fale em nome de todas as homenageadas e, de preferência, cante em nome de todas.

Com a palavra a Deputada Sueli Vidigal, por cinco minutos, por gentileza.



Documento 66/94

005.4.53.N Sessão Extraordinária - CN 09/03/2010-00:00
Publ.: DCN - 10/03/2010 - 836 RITA CAMATA-PSDB -ES
CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SRª RITA CAMATA (PSDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Srª Presidente desta sessão solene, Deputada Alice, Coordenadora da Bancada na Câmara dos Deputados, Srªs Homenageadas aqui presentes, que, por favor, podem ir, pelo já entardecer da hora. Sintam-se à vontade. Eu acho que se alongou muito esta sessão. Deputadas, Deputados, Senadoras e Senadores, eu fiquei aqui pensando, depois desta longa sessão, mas importante reflexão, se deveria fazer uso da tribuna ou não. Mas, como a inscrição era da Deputada Raquel Teixeira, eu não só quero aqui agradecer a S. Exª por ter permitido que eu falasse em nome da Bancada do PSDB nesta sessão solene, mas também pensar um pouquinho, como já foi dito, nos avanços que foram conquistados e no grande acúmulo dos movimentos feministas, das parlamentares no Congresso Nacional. Eu acho que, hoje, aqui, eu sou a mais antiga. Ah, não, tem a Senadora Lúcia Vânia também! Como Deputada Constituinte que fui, eu acho que não podemos, de forma alguma, desconhecer os grandes e largos importantes avanços que a Carta Maior do nosso País reconheceu à mulher brasileira. Foram avanços importantes no mercado de trabalho, garantindo a igualdade entre homens e



mulheres; foram avanços importantes que fizeram com que o cabeça do casal, como sempre numa sociedade patriarcal, deixasse de existir e fosse compartilhada entre homens e mulheres, foi a questão da ampliação da licença-maternidade, a paternidade responsável. Esta reflexão nós temos que fazer, esta complementação entre homens e mulheres não só nas conquistas para o mercado de trabalho, mas no compartilhar dos afazeres domésticos também.

Eu me identifico muito com a fala da Senadora Marina Silva. Eu acho que a forma com que ela colocou, Senadora, o papel importante entre homens e mulheres que querem fazer de uma sociedade uma construção justa e de inclusão. V. Ex^a colocou com toda a propriedade, não vou repetir nem tenho essa capacidade de fazê-lo com a competência, com a forma tão delicada, tão segura e tão capaz como V. Ex^a fez; mas identifico-me e quero, neste momento, dizer que conquistas tivemos, importantes.

E eu não poderia deixar de dizer da importância da Bancada Feminina na celebração deste 8 de março. A ampliação da licença maternidade: eu queria pegar aqui a fala da Ministra Dilma, que ressaltou o reconhecimento dela, a função social da maternidade e fez referência ao Projeto da Empresa Cidadã. Foi uma conquista importante que a Senadora Patrícia Saboya nos permitiu, aprovando o projeto que ampliava para 180 dias a licença-maternidade. Mas, com o veto que houve no projeto, não temos a garantia, para toda trabalhadora brasileira, do direito da licença de 180 dias. Hoje, temos mãe de primeira e mãe de segunda. Acho isso um absurdo! Eu quero, nesta manhã, dizer aqui à Deputada Cida Diogo, à Alice, dizer aos meus pares e fazer um apelo ao Governo, para que tenhamos os 180 dias previstos na PEC da Deputada Ângela Portela, garantindo a toda trabalhadora, a toda mulher brasileira a função social da maternidade. Hoje só servidoras públicas têm esse benefício que é essencial para a vida do bebê, mas é fundamental para a mulher trabalhadora. Temos um universo aí, todas as trabalhadoras do Simples não estão contempladas. E não é como foi colocado. As empresas privadas, se - é facultativo! - elas tiverem sensibilidade e aderirem ao programa, as suas empregadas terão direito.



(Interrupção do som.)

A SRª RITA CAMATA - Para concluir, Srª Presidente.

Senão, elas não terão direito aos 180 dias.

A PEC nº 30 prevê 180 dias de licença-maternidade para todas as mulheres: as que adotam, as trabalhadoras deste País. Ela prevê a mudança de licença-gestante para licença-maternidade, para assegurar à mulher que adota também o direito a 180 dias e o INSS como o órgão que vai pagar o benefício desses dois meses a mais de licença.

É com este sentimento, Srª Presidente, que quero aqui dizer que temos ainda muito a avançar. Em âmbito legal, compartilhamos da igualdade, mas na vida real temos as várias jornadas, além da responsabilidade na formação e na educação dos filhos. Queremos não só feminilizar o mercado de trabalho, mas também masculinizar as obrigações do lar, que devem ser compartilhadas entre homens e mulheres na educação, na formação e nas atribuições da casa.

Era esta a ponderação que eu queria fazer, deixando um abraço muito forte e carinhoso às homenageadas e a toda mulher brasileira: da mais simples e humilde operária trabalhadora àquela que hoje almeja uma posição de destaque no País. Que elas possam ter em nós uma pequena representação política que espero ser ampliada também, e uma voz firme com a sensibilidade dos homens, que têm também compromisso em avançar na busca dessa igualdade.

Este é o grande desejo: termos mais homens parceiros que tenham compromisso com as causas da mulher em nosso País na busca da justiça, da igualdade e do fortalecimento da democracia.

Obrigada. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA) - Obrigada, Deputada Rita Camata.



Documento 67/94

005.4.53.N Sessão Extraordinária - CN 09/03/2010-00:00

Publ.: DCN - 10/03/2010 - 805 ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SR^a ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Exm^o Sr. Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, Senador José Sarney; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer; Exm^a Ministra Dilma Rousseff, Exm^a Ministra Nilcéa Freire, Senador Marco Maciel, Senadora Serys Slhessarenko, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados Federais, senhoras homenageadas com esta honraria que leva o nome de Bertha Lutz e todos aqueles que acorreram ao plenário do Senado para esta Sessão Conjunta do Congresso Nacional, a quem agradecemos penhoradamente, para homenagear o Dia Internacional da Mulher.

E as pétalas vermelhas já nos brindam neste momento. (Palmas.)

Prezados convidados e convidadas, realizamos hoje esta sessão solene para comemorarmos o centenário do Dia Internacional da Mulher, data oficializada em 1910, durante a II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, realizada em Copenhague, na Dinamarca, quando Clara Zetkin, uma feminista alemã, propôs uma resolução de instaurar oficialmente um dia internacional das mulheres.



O Dia Internacional da Mulher seguiu sendo celebrado em datas diferentes, de acordo com o calendário de lutas de cada país. Em 1914, ele foi comemorado pela primeira vez em 8 de março, na Alemanha. A partir de 1922, a celebração internacional foi oficializada nesse dia.

Historicamente, tem-se vinculado a data do dia 8 de março como uma homenagem ao episódio dramático já citado aqui pelo Presidente da Câmara dos Deputados, em que 129 operárias em Nova York morreram queimadas durante uma manifestação por melhores condições de trabalho e redução da carga horária de sua jornada, de 16 horas para 12 horas de trabalho diário.

Naquele 8 de março de 1857, patrões e policiais colocaram fogo na fábrica têxtil onde as mulheres estavam trancadas, após protestarem contra a jornada extenuante de trabalho. Quinze daquelas mulheres estavam grávidas.

Muita coisa mudou desde então, mas ainda há muito por fazer.

Desde a Revolução Industrial, mulheres vinham ocupando postos em fábricas, além de exercer as profissões tipicamente femininas, como enfermagem e serviços domésticos, entre outros, especialmente o magistério. Os salários, entretanto, tinham diferenças brutais. As primeiras articulações de um movimento feminista pela igualdade de direitos começaram logo após a Revolução Francesa. Os principais objetivos eram o direito ao voto e à educação.

No Brasil, até 1879, as mulheres eram proibidas de frequentar cursos de nível superior e, durante boa parte do século XIX, só poderiam ter educação fundamental. Mesmo com a legislação que permitia a instrução feminina, as mulheres tinham o acesso dificultado. Somente no Código Eleitoral Provisório, de 24 de fevereiro de 1932, as mulheres brasileiras passaram a ter direito ao voto. Mesmo assim, sua participação na política continuou sendo tolhida, como, de resto, em todos os setores da vida política e econômica do País. Ressalto que, em 1932, o que se aprovou foi um voto facultativo, que facultava, sem dúvida, aos senhores esposos e pais definirem, muitas vezes, a orientação do voto da mulher. Em 3 de maio de 1933, a médica paulista Carlota Pereira de Queiroz foi a primeira mulher a votar e ser eleita Deputada Federal. Ela participou dos trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte, entre 1934 e 1935. No Senado Federal, a



primeira mulher a ocupar um lugar foi Eunice Michiles (PDS - AM), em 1979. Suplente, ela assumiu o posto com a morte do titular do cargo, o Senador João Bosco de Lima. As primeiras mulheres eleitas Senadoras, em 1990, foram Júnia Marise (PRN - MG), e Marluce Pinto (PTB - RR).

Em 1994, Roseana Sarney (pelo então PFL) foi a primeira mulher a ser eleita Governadora, no Maranhão. Em 1996, o Congresso Nacional instituiu o sistema de cotas na legislação eleitoral, que obrigava e obriga os Partidos a inscreverem, no mínimo, 20% de mulheres nas chapas proporcionais. No ano seguinte, o sistema foi revisado, e o mínimo passou a ser de 30%.

De lá para cá, muita coisa mudou, mas muito ainda precisa ser mudado no Brasil e no mundo.

Em nosso País, as mulheres ocupam, Senador José Sarney, Presidente Michel Temer, apenas 8,9% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 12,3% das cadeiras neste Senado. Nas Assembleias Legislativas, as mulheres ocupam apenas 11,9% das cadeiras, e, nas Câmaras Municipais, esse percentual sobe para 12,5%. Por essa razão, ostentamos, vergonhosamente, a 142ª posição num ranking de 187 países - organizado pela União Interparlamentar das Nações Unidas - que mede a participação feminina no Poder Legislativo.

A despeito desses números, pesquisa realizada pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, grande feito democrático em nosso País e magistralmente dirigida pela Ministra Nilcéa Freire, aqui presente nesta solenidade, revela que 94% dos brasileiros afirmam que votariam em mulheres, 83% afirmam que a presença de mulheres melhora a política, e 75% são favoráveis a uma política de cotas para as mulheres.

Para o processo eleitoral que se avizinha, a principal tarefa das mulheres brasileiras é eleger mais mulheres, aproveitando inclusive os avanços que conquistamos na minirreforma eleitoral aprovada ao final do ano de 2009. Na nova legislação, cada partido ou coligação deverá preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% de candidaturas de cada sexo. Antes a lei dizia que o partido deveria reservar, e hoje a lei diz: "os partidos preencherão...". E, por isso, o



Ministério Público e o Poder Judiciário poderão ser instados à defesa e ao cumprimento da lei.

Na Lei dos Partidos Políticos, também conseguimos estabelecer avanços para assegurar a ampliação da participação feminina na vida partidária: 5% do Fundo Partidário para formar politicamente as mulheres e não sucumbirmos ao argumento de que não há mulheres interessadas em ser candidatas; e 10% do valioso tempo de propaganda, não apenas para falar de mulheres, mas para aparecerem as bandeiras e os rostos femininos.

Objetivamente, uma grande conquista foi também o assento no Colégio de Líderes da Câmara dos Deputados, situação que tem nos permitido batalhar para incluir nas pautas de votação proposições de interesse da mulher. Ainda agora, conseguimos incluir na pauta a PEC nº 590, que dá direito, pela primeira vez, a uma mulher ter assento, como titular, pelo menos uma, nas Mesas Diretoras da Câmara e do Senado, de autoria da Deputada Luíza Erundina (Palmas.), e também a PEC nº 030/2007, da Deputada Ângela Portela, aqui presente, que estende a licença-maternidade de 180 dias para todas as mulheres brasileiras, já que a Organização Mundial de Saúde diz que o seio materno por seis meses garante a denteção completa, como também o cognitivo e o emocional da criança desenvolvendo-se paralelamente, com o apego e o apoio da mãe à sua prole. Portanto, buscaremos aprová-las nestes dias.

Por último, estamos com um grande projeto da lavra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e subscrito pela Bancada feminina, que é o PL nº 6.653, que garante proteger a mulher no mercado de trabalho e determina que o Estado e as empresas criem ações de incentivo à igualdade de oportunidades entre mulheres e homens no trabalho e de prevenção a abusos como assédio sexual e assédio moral, o primeiro já tipificado como crime neste País.

Porém, enquanto lutamos para conquistar avanços na legislação brasileira, na esfera do Judiciário, temos enfrentado percalços, como a recente decisão do Superior Tribunal de Justiça segundo a qual "a ação penal pública a respeito da violência doméstica tem natureza condicionada, ou seja, em caso de agressão leve, a ação penal contra o agressor proposta pelo Ministério Público não pode ter



continuidade independentemente da vontade da vítima". Isso é um retrocesso em relação à Lei Maria da Penha, uma das mais avançadas legislações do mundo de combate à violência doméstica e à violência psíquica e física contra a mulher. Fazemos o apelo aos Tribunais Superiores: que revisem essa decisão para que, mesmo se retirada a queixa, continue o processo, porque, efetivamente, diminuir a chaga da violência é algo fundamental no Brasil.

Portanto, finalizo dizendo que nosso desafio é atuar neste Congresso Nacional de forma incisiva, com a nossa voz aguda, estrogênica, mas a nossa voz firme, que representa 52% da Nação brasileira, mais de 50% do eleitorado brasileiro, para garantir mudanças legislativas que contribuam para a redução das desigualdades entre mulheres e homens e, no plano político mais geral, desencadear um vigoroso movimento nacional para incentivar as mulheres, nossa querida Ministra Dilma Rousseff, na participação política nas eleições deste ano e ampliar a presença feminina neste Congresso e no poder Executivo, pois só assim conseguiremos implementar as mudanças de que a legislação necessita.

Por isso mesmo, já pedindo apoio dos nossos Presidentes, do Senado e da Câmara, em maio, a Bancada feminina realizará a primeira chamada nacional da mulher na política, quando estaremos incentivando as mulheres a se candidatarem ao pleito de outubro de 2010.

Sem dúvida, temos hoje estofo, sob a luz de Bertha Lutz, de Maria da Penha, de Maria Quitéria, de Luiza Mahin, das nossas heroínas que ainda não estão nos livros - e eu e a Senadora Serys estamos tratando de pô-las no livro dos heróis nacionais -, para que objetivamente possamos ter uma Presidenta da República e possamos ter mulheres não atrás do grande homem, mas ao lado dos homens, construindo uma sociedade mais igual, mais fraterna para todos os brasileiros e brasileiras.

Muito obrigada.

Viva o oito de março!

Viva a mulher brasileira! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB - AP) - Muito obrigado.



Documento 68/94

005.4.53.N Sessão Extraordinária - CN 09/03/2010-00:00

Publ.: DCN - 10/03/2010 - 817 VANESSA GRAZZIOTIN-PCDOB -AM

CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Deputada Alice Portugal, Senadora Lúcia Vânia, em nome de quem cumprimento as companheiras e companheiros da Mesa, quero, antes de mais nada, dizer que farei uma brevíssima saudação a este Dia Internacional da Mulher, comemorado de forma especial, porque este é o centésimo ano em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher. Cumprimento, em primeiro lugar, as homenageadas pelo Senado e que receberam o prêmio Bertha Lutz.

Quero cumprimentar a Srª Maria Lygia de Borges Garcia, a Drª Andréa Pachá, a Drª Clara Steinberg, a Drª Cleuza do Nascimento, a companheira Drª Augusta Tibiriçá - uma velha lutadora dos movimentos feministas -, Leci Brandão. Depois das homenagens que foram prestadas a você pela Ministra Dilma, Leci, não precisamos dizer mais nada, porque você é um orgulho para as mulheres brasileiras e para o movimento em favor da democracia e da construção de uma sociedade mais justa em nosso País. (Palmas.)



Cumprimento, in memoriam, a Sr^a Fani Lerner, e a quem recebeu o prêmio por ela: familiares e esposo, ex-Governador Jaime Lerner.

Este é um momento histórico e especial para o Congresso Nacional.

A cada 8 de março, aqui estamos, seja no plenário da Câmara ou no plenário do Senado, falando das condições de desigualdade que ainda pairam sobre as mulheres nos dias atuais. De nossa parte, o 8 de março não é apenas para receber flores. Nós as recebemos com muita alegria e, muitas vezes, com muita emoção. Mas o 8 de março foi o dia determinado para que houvesse uma reflexão sobre a nossa situação e sobre as posições que nós ocupamos.

Todas nós temos a certeza de que, se a mulher não ocupa ainda um espaço maior na sociedade, na política, no trabalho, não é porque não tem capacidade. Pelo contrário. A mulher tem inteligência e muita capacidade e uma dedicação infinitamente superior à dos homens. Entretanto, enfrentamos e encontramos inúmeras barreiras - entre elas a sobrecarga de trabalho que é algo que, na minha concepção, precisamos resolver para que a mulher esteja mais livre para trabalhar e para ocupar postos de direção em nosso País.

Deputada Alice Portugal, quero dizer, como Líder da Bancada do PCdoB, que é, senhoras e senhores, o único Partido da Câmara dos Deputados que tem uma mulher ocupando a liderança. Aliás, pela segunda vez, ocupamos a liderança de um Partido. E, mais do que isso, é o Partido Comunista do Brasil aquele que proporcionalmente tem um número maior de mulheres. Fico feliz porque pertenço a um partido que ajuda a fazer com que a política seja de respeito e voltada para a mulher também, para garantir os espaços às mulheres.

Então, falo aqui em nome da Liderança do meu Partido, o PCdoB.

E quero, Deputada Alice Portugal, deixar um pedido à Mesa, para que conste dos Anais da Casa nota aprovada, no último dia 5, pela Comissão Política Nacional do PCdoB, cujo título é "Um novo tempo para as mulheres".

Um grande abraço a todas.

E viva o 8 de março! Viva o Dia da Mulher!

Obrigada. (Palmas.)



DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR^a DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN
EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

"Um novo tempo para as mulheres".

A SR^a PRESIDENTE (Alice Portugal. Bloco/PCdoB - BA) - Muito obrigada, Deputada Vanessa Grazziotin, inclusive pela disciplina no uso do tempo.

Gostaria também de citar a presença das sindicalistas do Sindifisco Nacional, que estão em caravana lutando pela aprovação da PEC nº 555.

Fala imediatamente a Senadora Marisa Serrano; com muita honra, nós a convidamos à tribuna da Casa, da sua Casa.

A seguir peço que se preparem as Deputadas Janete Pietá e Cida Diogo.

Presentes, também, a Deputada Fátima Bezerra; a Deputada Sandra Rosado; a Deputada Sueli Vidigal, que falará a seguir; o Deputado Simão Sessim. No seguimento, iremos citando os demais presentes.



Documento 69/94

031.4.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2010-14:08

Publ.: DCD - 10/03/2010 - 7442 CHICO LOPES-PCDOB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Conquistas das mulheres no País e no mundo. Maior participação da mulher na política. Combate às discriminações e à violência contra a mulher brasileira. Saudações às Deputadas Jô Moraes, Alice Portugal, Vanessa Grazziotin, Manuela d'Ávila e Perpétua Almeida e a mulheres de destaque na sociedade cearense. Notas intituladas Mulheres, seu voto não tem preço. Por mais política e mais poder!, subscrita por entidades do Estado do Ceará, e Cem anos de 8 de Março - Mais poder político para as mulheres, de autoria da União Brasileira de Mulheres.

O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB-CE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna saudar as mulheres de todo o mundo, que na data de ontem comemoraram, pelo centésimo ano, o Dia Internacional da Mulher. Digo que as mulheres comemoraram porque de fato há mesmo muitas razões para comemoração. Digo também que não se trata de uma data só de festa, mas também de luta, muita luta. Apesar de reconhecermos os avanços, devemos ter também consciência de que as mulheres, bem como toda a sociedade, ainda têm muito a conquistar para que se alcance a verdadeira justiça social, política e econômica.



A partir da conquista do voto feminino, há 78 anos, muitos outros avanços se seguiram, especialmente no que diz respeito à participação da mulher no mercado de trabalho e na consolidação de alguns direitos. Apesar de ainda termos uma bancada pequena de mulheres no Legislativo, inclusive nesta Casa, é inegável que há maior participação política das mulheres. E poderemos, nas eleições deste ano, pela primeira vez na nossa história, eleger uma mulher para a Presidência da República.

No entanto, observamos que a presença feminina nos espaços de poder ainda é extremamente desproporcional, comparada com a presença da mulher na sociedade brasileira. Desde o início deste século as mulheres são maioria no eleitorado brasileiro. Porém, apenas 3 mulheres governam Estados brasileiros; o Senado tem apenas 10 senadoras; nesta Casa temos apenas 45 mulheres representando o povo brasileiro, enquanto nas Assembleias Legislativas Estaduais há pouco mais de 1 centena de Deputadas Estaduais. Nos municípios a desproporcionalidade é a mesma. Entre as mais de 5.500 cidades do Brasil, apenas 505 são governadas por Prefeitas, enquanto cerca de 6.500 mulheres são Vereadoras, de um total de mais de 50 mil Vereadores em todo o País.

A sociedade brasileira ainda revela muitas distorções em relação às mulheres. Uma delas é a desigualdade salarial, que faz com que o salário das mulheres, em geral, seja inferior ao dos homens, mesmo que exerçam funções iguais e realizem trabalhos semelhantes. A violência contra as mulheres, apesar da vigência da Lei Maria da Penha, que, aliás, está correndo o risco de ser violentada por alterações que tiram parte da sua eficácia, ainda é um dos graves e cruéis problemas sociais brasileiros. Ainda registramos problemas como assédio moral e sexual contra as mulheres, seja no trabalho, seja nos locais de estudo e moradia, seja até mesmo entre as famílias.

Ainda há muito o que conquistar para assegurar os direitos das mulheres com relação ao trabalho, à saúde, à educação, à assistência social. E, nesse sentido, anima-nos saber que este ano as mulheres, além se apresentarem com maior vigor para a disputa do voto, estão muito mais dispostas a pautar no debate eleitoral suas reivindicações históricas.



Ao reconhecer as conquistas femininas, a presidenta da União Brasileira de Mulheres, Eline Jonas, afirmou que a grande marca da conquista das mulheres nesses 100 anos é "a compreensão de que as questões das relações de gênero e dos direitos da mulher são uma responsabilidade do Estado. As questões de saúde da mulher e violência contra a mulher são questões sociais, saem do âmbito do privado. Esta é a grande conquista".

A dirigente do movimento de mulheres reconhece que ainda há muito por fazer. Para ela, "faltam muitas conquistas legais para institucionalizar a igualdade de direitos, e é preciso também fazer com que as leis que existem se cumpram na vida, na realidade". Como exemplo, ela cita o direito à licença-maternidade. Segundo a presidenta da UBM, em geral as mulheres são pressionadas pelas empresas a ficar de licença no máximo 3 meses, em vez dos 4 meses garantidos pela legislação.

O mesmo se pode dizer com relação à violência, pois apesar da vigência da Lei Maria da Penha, a violência contra a mulher ainda faz muitas vítimas, inclusive com elevado número de mortes. Infelizmente, no meu Ceará, terra da própria Maria da Penha, mulher símbolo do combate à violência, ainda há muitos registros de violência contra a mulher, e infelizmente ainda é a causa da morte de muitas cearenses.

Tudo isso deve ser objeto de reflexão nesta Casa, mas também devemos levar este debate para a disputa eleitoral deste ano. O meu partido se orgulha de debater a temática feminina há muitos anos, e não é à toa que, proporcionalmente, temos a maior bancada de mulheres entre todos os partidos aqui representados.

Aproveito para saudar as Deputadas Jô Moraes, Alice Portugal, Vanessa Grazziotin, Manuela d'Ávila e Perpétua Almeida.

Quero por fim homenagear a memória de algumas mulheres cearenses pela determinação e pela coragem com que enfrentaram os desafios que a vida lhes apresentou.

Homenageio a memória de Bárbara de Alencar, nascida há 250 anos. Bárbara de Alencar foi a primeira mulher a ter atuação política e a primeira presa política do



País. Enfrentou dura perseguição por defender a Independência do Brasil e a República. O seu exemplo frutificou nos filhos, que também se tornaram heróis e mártires do nosso povo.

Homenageio a memória de Rachel de Queiroz, que este ano faria 100 anos e ainda muita jovem escreveu O Quinze, um romance que narra as agruras do povo nordestino diante das intempéries da seca que castiga a região.

Saúdo Maria da Penha, como já disse antes, símbolo do combate à violência contra a mulher. O seu martírio tem ajudado a atenuar o sofrimento de muitas brasileiras.

E por fim homenageio a memória de D. Luiza Gurjão Farias, falecida há menos de 1 mês, aos 95 anos de idade. D. Luiza não sossegou enquanto não reencontrou seu filho querido, Bergson Gurjão Farias, morto em combate na Guerrilha do Araguaia, cujos restos mortais foram identificadas no ano passado, quando voltaram para sua terra natal e foram sepultados junto com seus familiares. D. Luiza nos inspirará sempre com a sua infundável esperança.

Sr. Presidente, lerei, para registro nos Anais da presente sessão, os seguintes textos: nota de entidades cearenses alusiva ao Dia Internacional da Mulher, intitulada Mulheres, seu voto não tem preço. Por mais política e mais poder!, e nota da União Brasileira de Mulheres, intitulada Cem anos do 8 de Março - Mais poder político para as mulheres:

"Mulheres, seu voto não tem preço. Por mais política e mais poder!"

Em 2010, o Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, completa 100 anos em meio a grandes desafios para as mulheres de todo o mundo, especialmente para as brasileiras. Sempre estivemos presentes nas grandes lutas populares em todos os tempos e lugares, ousando sonhar e construir um mundo diferente, verdadeiramente justo e igualitário. Já demos provas no passado de nosso compromisso político e ideológico quando lutamos pela liberdade de nossa gente e de nosso país; no presente, nos consolidamos como símbolo de quem continuará liderando um projeto de nação que fará com que nosso país prossiga rumo ao futuro cada vez melhor e mais promissor para todos e todas.



Somos donas de nossa própria vida, de nosso corpo, de nossas escolhas. Queremos, mais do que nunca, a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais; queremos mais saúde, mais educação, mais cultura. Queremos uma vida livre de todas as formas de violência e opressão. Estamos mais vivas, vigilantes e combativas, ainda lutando pelo respeito que merecemos e nos opondo ao velho machismo que insiste em ganhar novas formas. Estamos em alerta e sendo protagonistas de um novo projeto de desenvolvimento para nosso país e para nosso povo, onde haja lugar para a participação feminina nos espaços de poder e decisão.

Comemoramos o centenário do Dia Internacional da Mulher em ano de eleições presidenciais, período em que as entidades, movimentos feministas, sindicais e do movimento popular urbano lançam a campanha 'Mulher, seu voto não tem preço', entendendo que as mulheres responderão ao chamado de estarem à frente de mais este desafio. O voto feminino fará diferença para que as mulheres estejam ainda mais na política, com mais poder; ocupando espaço e fazendo a diferença! Por tudo isso e por tudo que virá é que continuaremos firmes, fazendo de 2010 um ano de muitas vitórias para nosso povo e para nossas mulheres. Ontem, hoje e sempre: nossa consciência e nosso voto não têm preço.

Vivam as mulheres! Viva 8 de março! Viva o povo brasileiro!

União Brasileira de Mulheres (UBM)

Centro Socorro Abreu

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)

Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF)

Federação de Mulheres Cearenses

Rede Comunitária de Enfrentamento à Violência contra a Mulher

União da Juventude Socialista (UJS)

Movimento pela Livre Orientação Sexual (Movê-los)

Secretaria de Mulheres do PCdoB

Secretaria de Mulheres do PSB

Secretaria de Mulheres do PMDB

Associação de Defensores e Defensoras Públicas do Estado do Ceará (ADPEC)



Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (CEBRAPAZ)

União de Negros(as) pela Igualdade (UNEGRO)

Conselho Municipal da Mulher de Maranguape.

Cem Anos de 8 de Março - Mais Poder Político Para as Mulheres

Neste 8 de Março, que assinala os 100 anos do Dia Internacional da Mulher, a União Brasileira de Mulheres (UBM) considera que a luta por um mundo de igualdade e contra toda a opressão permanece atual, exigindo a união de todas as que acreditam na construção de alternativas ao neoliberalismo. E que o desenvolvimento com soberania é o caminho para enfrentar os ditames do capitalismo em crise e descortinar o rumo do socialismo.

O avanço rumo ao desenvolvimento social e econômico não pode deixar de considerar a situação da mulher. No Brasil, embora registremos conquistas, ainda temos um longo caminho a percorrer. Foi promulgada a Lei Maria da Penha, mas ainda vigora a impunidade de assassinos e espancadores, porque a lei ainda não foi implementada integralmente de fato. Estamos unidas no combate a todo tipo de violência contra a mulher.

A legalização do aborto enfrenta a oposição de setores retrógrados e da Igreja. No Brasil, a criminalização do aborto condena as mulheres a um caminho de clandestinidade, ao qual se associam graves perigos para as suas vidas, saúde física e psíquica, e não contribui para reduzir este grave problema de saúde pública.

Ainda precisamos resolver o impasse da dupla jornada da mulher, que conquistou considerável espaço no mercado de trabalho, mas ainda recebe a carga de responsabilidade do trabalho doméstico. Isso contribui para manter a mulher afastada da vida pública e reflete no pequeno número ainda de representantes mulheres nos parlamentos e cargos executivos. Entre 1987 e 2002, 76 deputadas chegaram à Câmara Federal, que conta com mais de 500 parlamentares. Em 2006, esse número aumentou na Câmara, mas ainda não chega a 9% do total de deputados, colocando o Brasil entre os 60 países com pior participação das mulheres no Congresso Nacional.



É fundamental superar a sub-representação feminina na política e em todos os espaços de poder para impulsionar o avanço da democracia no Brasil. As conquistas das mulheres só se dão no ventre da liberdade e da democracia, mas sob a pressão das lutas das próprias mulheres com o apoio da sociedade. As eleições deste ano, em nosso país, constituem um importante momento nessa luta.

Sabemos que um outro mundo é possível, de igualdade entre homens e mulheres. Para avançarmos na formulação das políticas de Estado é necessário radicalizar na democracia para reordenarmos os espaços. A inclusão das mulheres na política é parte essencial da construção democrática, portanto não é só uma questão de direito da mulher, mas sim dever do Estado e da sociedade.

Mais poder político para as mulheres!

Março de 2010".



Documento 70/94

031.4.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2010-14:10

Publ.: DCD - 10/03/2010 - 7445 GERALDO RESENDE-PMDB -MS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem à memória da médica pediatra e sanitarista Zilda Arns Neumann.

O SR. GERALDO RESENDE (Bloco/PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o dia 8 de março tem-nos imposto, há 100 anos, uma reflexão sobre o papel da mulher na sociedade. A sua luta cotidiana marca decisões que estabelecem os novos rumos da história da humanidade.

O panorama mundial é repleto de contradições abissais no universo feminino. De um lado, mulheres em posições de comando, dominando espaços que eram reservados só para os homens; determinando novas posturas, novos comportamentos; estabelecendo, não a inversão da ordem mundial, mas uma trilha inovadora para a convivência humana. Essas mulheres são a prova de que um longo caminho de lutas e vitórias já foi percorrido.

De outro lado, mulheres que ainda são vítimas de mutilações genitais, da banalização da violência contra seu corpo e sua alma, vítimas da "menos-valia". O grito abafado dessas mulheres ecoa em nossos ouvidos para dizer ao mundo que muito ainda há por fazer.



Entre um universo e outro há um corredor pelo qual passa a grande massa de mulheres que não se destaca pela crueldade das enormes repressões nem pelos expoentes das transformações do nosso tempo. Mulheres que não estão nas manchetes dos jornais. Mulheres que lutam todos os dias, construindo lenta e corajosamente os novos parâmetros dos relacionamentos humanos. Mulheres que não abrem mão de sua missão primeira de gerar, de preparar novos seres a partir do seu ser. Mulheres que não fazem concessões quando o assunto é dar à luz, dar o peito, dar o colo, mas que não abdicam de suas carreiras; que escalam os "himalaias" de suas atividades; que não descuidam das unhas e da pele; que selecionam seus parceiros; que contribuem para a Previdência e que, acima de tudo, mantêm o olhar atento a tudo e a todos em seu pequeno círculo.

São essas mulheres que mudam o mundo. E como mudam! Todos os dias, em todos os lugares, elas nos convidam, elas nos intimam, elas nos conclamam para a construção de uma nova era.

Há 100 anos o dia 8 de março nos remete à reflexão e ao debate. E, em paralelo, nos permite a homenagem. E minha primeira homenagem é dirigida às mulheres da minha vida, em ordem cronológica: minha mãe, minhas irmãs, minha filha e minha companheira.

No rol das homenagens, incluo um cumprimento especial às mulheres Parlamentares, nossas companheiras, parceiras de trabalho. Um cumprimento que vai mais além e se estende a todas as mulheres que trabalham nesta Casa.

Por fim, para que todas as mulheres se vejam refletidas e se sintam contempladas nesta modesta homenagem, dirijo o meu mais profundo reconhecimento à memória de uma mulher que foi e será sempre a síntese do ser humano que fez a hora e não esperou acontecer: Dra. Zilda Arns. Mãe, avó, médica, mulher.

Morreu em cena, desempenhando um de seus principais papéis: o de multiplicadora de conhecimento, durante o terremoto que arrasou o Haiti.

Para homenagear a memória de Zilda Arns e, em nome dela, reverenciar todas as mulheres, recorro a uma frase de Sêneca: "Uma mulher bonita não é aquela de quem se elogiam as pernas ou os braços, mas aquela cuja inteira aparência é de tal beleza que não deixa possibilidades para admirar as partes isoladas".



Sr. Presidente, ontem não pude estar presente à sessão de homenagem às mulheres. Se aqui estivesse, homenagearia a memória da mulher que se tornou emblema da luta das mulheres no País, Dra. Zilda Arns. Ela contribuiu efetivamente para melhorar as condições de vida do nosso povo, principalmente no tocante ao combate à desnutrição infantil. Ela esteve conosco em Dourados, Mato Grosso do Sul, junto com os integrantes da CPI da Desnutrição Indígena, e deu prova cabal do seu comprometimento com a causa.

Mais uma vez quero afirmar o nosso compromisso com a luta das mulheres e cobrar da administração pública de Dourados as ações com as quais se comprometeu.

Muito obrigado pela atenção.



Documento 71/94

031.4.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2010-14:30

Publ.: DCD - 10/03/2010 - 7459 VANESSA GRAZZIOTIN-PCDOB -AM
CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Participação da oradora em eventos realizados ao ensejo da efeméride, em Manaus, Estado do Amazonas.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB-AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer a oportunidade e de fazer um breve registro sobre as atividades relativas aos 100 anos do Dia Internacional da Mulher ocorridas ontem no Brasil inteiro e principalmente na cidade de Manaus.

Manaus amanheceu saudada por fogos de artifício. Nunca antes se viu tal unidade entre as centrais sindicais, entidades feministas e Poder Público, que compreenderam a importância do 8 de Março - Dia Internacional da Mulher.

Inúmeras atividades aconteceram. Eu estive em várias palestras e participei de diversos atos públicos na Câmara de Vereadores de Manaus, da qual fiz parte por 10 anos e onde ocorreu uma belíssima sessão em homenagem às mulheres por sua luta.

Nós esperamos que essa luta seja reconhecida, sobretudo no avanço do processo legislativo.

Deixo aqui minha saudação às mulheres.

Muito obrigada.



Documento 72/94

031.4.53.O Sessão Ordinária - CD 09/03/2010-16:44

Publ.: DCD - 10/03/2010 - 7501 MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Maior participação da mulher na política. Defesa de votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 590, de 2006, sobre a participação feminina nas Mesas Diretoras do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e das Comissões.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste pronunciamento que faço em comemoração ao 8 de março, Dia Internacional da Mulher, quero abordar uma das tarefas que considero essenciais para o aperfeiçoamento da democracia brasileira.

Não é mais possível, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os que participam e acompanham esta sessão, senhoras servidoras públicas deste Parlamento, que a cada ano tenhamos a marca negativa de uma sub-representação. E que, comparado aos países vizinhos, como Argentina, tenhamos circunstâncias completamente adversas que fazem com que este plenário tenha somente 9% de suas cadeiras preenchidas por mulheres brasileiras.

Portanto, Sr. Presidente, nesta tarde e nesta noite, quando a liderança da bancada feminina, Deputada Alice Portugal, indica-nos que poderemos ter na pauta de



votações a PEC nº 590, da querida Deputada Luiza Erundina, que garante às mulheres neste Parlamento a marca histórica de chegarem à Mesa Diretora e à condução dos trabalhos, devemos dizer: "presente". Não em nome das 40 mulheres que estão aqui, mas no de 52% da população brasileira, das mães, das trabalhadoras rurais, das mulheres negras, das operárias, das advogadas, das médicas, das que pilotam boeings ou trens, das que estão em cada canto do Brasil dizendo presente ao desenvolvimento do País.

Sr. Presidente, se votarmos essa matéria, estaremos contribuindo para uma nação mais democrática. As causas das mulheres não dizem respeito apenas a nós, mas a todos nós, homens e mulheres que sabem que a democracia brasileira, a jovem democracia, no pós-88, ainda é incompleta e tão importante. Para valorizá-la, para que mais passos demos no seu sentido, o nosso desafio é ampliar a participação feminina, é reconhecer a luta das mulheres e ter um plenário onde todas as cores, todos os modos de sentir a vida e de pensar o mundo estejam aqui, contemplando e integrando as mulheres à vida político-eleitoral do País e ao plenário desta Casa.

Certamente, boa votação a da PEC nº 590.

Muito obrigada.



Documento 73/94

005.4.53.N Sessão Extraordinária - CN 09/03/2010-00:00
Publ.: DCN - 10/03/2010 - 846 MARCELO ORTIZ-PV -SP
CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM HOMENAGEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. MARCELO ORTIZ (PV - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr^a Deputada Alice Portugal, todas as pessoas já referenciadas neste ato, para que eu não repita, eu as copio e as cumprimento.

É muito importante este dia, que não é de tristeza nem de lamentação das mazelas que podem ter ocorrido durante todo esse tempo até que chegássemos ao agora. Hoje é dia de vitória, vitória das mulheres que lutaram e conseguiram obter aquilo que já era direito delas. Hoje é um dia de justiça do reconhecimento de que cada uma delas conseguiu galgar novas posições e romper preconceitos, barreiras e enormes obstáculos. Então, temos de ter alegria ao dizer isso.

Neste ano, teremos eleições. O número maior não é de possíveis candidatos, mas de candidatas, o que demonstra que as mulheres se ombreiam, as mulheres - se é que podemos colocar essa posição, porque não vejo essa diferença - se igualam e por muito suplantam os homens.

Ouvi aqui nossa Ministra Marina Silva. Falo em nome do Partido Verde e não poderia deixar de citá-la de forma alguma. Ela expôs muito bem este posicionamento: as diferenças têm de desaparecer? Não. São as diferenças que



nos unem! As diferenças fazem com que cada um de nós cumpra o seu papel. E, dessa união das diferenças, só podemos encontrar e tirar um resultado positivo.

Assim, dedico a minha fala de forma especial a todas as homenageadas, a todas as mulheres indistintamente. Lembro-me da minha mãezinha, falecida aos 88 anos, que me puxou pela mão nos primeiros momentos e me ensinou a vida. Homenageio-as e a todas as minhas mulheres - tenho várias: minhas filhas, minha esposa. Enfim, digo que, de forma especial, tenho de dedicar um forte abraço à nossa colega do Partido Verde, Senadora Marina Silva, em respeito ao sentimento de orgulho que ela nos desperta em razão de sua engrandecedora história de vida, começando pelo seringal Bagaço até o Ministério do Meio Ambiente, passando pelo Parlamento brasileiro e culminando com a luta da defesa intransigente do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida dos menos favorecidos.

Ouvi hoje uma frase que muito mexeu comigo, de Zilda Arns, a quem tive a felicidade de entregar a maior comenda que a Câmara concede a pessoas escolhidas pelo trabalho que fazem pela sociedade. Lembro a frase que ela disse - talvez não com a perfeição da sua exposição: não adianta, não é importante que o País seja mais rico; o importante é que tenhamos mais um espírito de solidariedade, de reconhecimento, um atendimento exatamente àqueles que mais necessitam.

Mas esse não é o caso das mulheres. Elas souberam - e com muito mérito - se colocar e recebem hoje o respeito de todos nós, homens, pela possibilidade que temos de viver com elas, o que é ótimo, é maravilhoso, porque entendemos que elas são tão importante para nós como nós somos importantes para elas.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Alice Portugal. PCdoB - BA) - Obrigada, Deputado Marcelo Ortiz, que, com brevidade, deu esse recado e manteve a solidariedade ao Dia Internacional da Mulher nos seus cem anos.

Muito obrigada.



Documento 74/94

033.4.53.O Sessão Extraordinária - CD 10/03/2010-17:48

Publ.: DCD - 11/03/2010 - 7775 RATINHO JUNIOR-PSC -PR

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem a mulheres de destaque na sociedade brasileira. Combate à violência contra a mulher e à desigualdade de gêneros no País. Relevância da Lei Maria da Penha, destinada à coibição da violência doméstica contra as mulheres.

O SR. RATINHO JUNIOR (PSC-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia Internacional da Mulher deste ano apresenta-se de modo especialmente marcante para todos os brasileiros. Perdemos uma das maiores figuras humanas de nossa história com o trágico falecimento da Dra. Zilda Arns. Entretanto, o seu incomparável legado e a sua obra grandiosa são eternos e merecem ser o símbolo da capacidade feminina de transformar o mundo. Que o seu exemplo seja fonte permanente de inspiração para todos nós.

A cada dia vemos mais e mais demonstrações do brilhantismo da mulher, que alia delicadeza e amor à competência. O Brasil tem sido pródigo em exhibir figuras femininas de incontestável valor: da Princesa Isabel, conhecida como a "Redentora", que mudou o curso de nossa história ao colocar fim à escravidão no



Brasil, a Alzira Soriano, a primeira mulher eleita no Brasil e a primeira Prefeita eleita da América do Sul; de Carlota Joaquina de Queiroz, a primeira brasileira a ser eleita para o Parlamento, como Deputada Federal de São Paulo, à Dra. Zilda Arns, intransigente defensora da vida e nossa homenageada especial neste Dia da Mulher.

Sras. Deputadas e demais colegas, valem as homenagens e a exaltação dos feitos alcançados pelas bravas guerreiras presentes em todos os lares brasileiros, mas não se pode esquecer que é necessário percorrer ainda um longo caminho em busca da justiça e da igualdade entre homens e mulheres. Precisamos continuar firmes na implementação das políticas públicas que reduzam a violência contra o gênero feminino e ampliem a participação da mulher na vida brasileira. A nossa sociedade não pode abrir mão de relações conjugais equilibradas e da oferta de serviços públicos que facilitem a vida das mães que dependem de creches, escolas e serviços médicos de qualidade. Sem esses suportes a cidadania plena da mulher jamais será alcançada.

Mais uma vez, é importante destacar que muitos degraus já foram vencidos. É inquestionável o mérito da Lei Maria da Penha, por exemplo. Os dispositivos criados para coibir a violência doméstica contra a mulher alteraram completamente a relação familiar. Hoje, a denúncia de maus-tratos já não é tabu insuperável. A participação de vizinhos, o apoio governamental e o suporte familiar têm-se mostrado importantes para as mulheres ameaçadas. Se o problema ainda persiste, os resultados já alcançados são promissores e apontam para um novo tempo.

É fundamental persistir em políticas como essa para garantir as melhores condições para as mulheres, sem dúvida o alicerce da família. A redução da desigualdade de oportunidades entre gêneros, inclusive a diferença salarial para as mesmas funções, é assunto que não pode ser protelado. Não se pode construir um país em que apenas a parcela masculina se sinta valorizada e reconhecida. Quando a mulher se sente amparada pelas instituições, pelo Poder Público, os demais membros da família passam a uma condição mais harmoniosa, e toda a sociedade ganha.



É nesse contexto que finalizo a minha homenagem a todas as mulheres brasileiras. Lembro uma frase da Dra. Zilda Arns, proferida nesta Casa em 2004, na Comissão de Seguridade Social e Família: "O maior recurso de um país são as pessoas. E, se elas estiverem bem, o País estará bem". Sábias palavras, pois, de fato, não dá para sonhar com um Brasil feliz e próspero sem que a mulher esteja bem, livre das injustiças e preparada para exercer plenamente as suas potencialidades.

Obrigado.



Documento 75/94

032.4.53.O Sessão Extraordinária - CD 10/03/2010-13:24

Publ.: DCD - 11/03/2010 - 7689 ARNALDO VIANNA-PDT -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Conveniência de rejeição da emenda apresentada pelos Deputados Ibsen Pinheiro e Humberto Souto ao projeto de lei sobre a partilha de royalties de petróleo da camada pré-sal. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem póstuma à genitora do orador. Repúdio às acusações do ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, contra a genitora do orador.

O SR. ARNALDO VIANNA (PDT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, manifesto minha indignação contra a Emenda Ibsen, que vai causar um grande mal ao Estado do Rio de Janeiro e não irá ajudar em nada os demais. Aproveito esta oportunidade, Sr, Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para parabenizar todas as mulheres pelo transcurso de seu dia internacional, especialmente a minha mãe, que faleceu no final do ano passado, no auge dos seus 94 anos, uma mulher realmente especial. Meu pai faleceu quando eu tinha apenas 15 anos, e a minha mãe criou e educou os seus 5 filhos com muita dificuldade, mas acima de tudo com muito amor e dignidade, sempre mostrando o caminho correto da vida, ensinando-nos a praticar o bem e sermos honestos.



Amélia Vianna foi professora de várias gerações do Município de Campos dos Goytacazes, de pessoas que hoje são médicos, engenheiros, advogados, professores. Enfim, foi uma mulher que deixou a sua marca no coração de cada um que teve a oportunidade de conhecê-la.

Um tempo atrás eu fui acusado de ter contas milionárias nos Estados Unidos. Esta Casa me investigou e constatou que eu nunca tive conta e muito menos dinheiro algum fora do País. Não satisfeito, o meu algoz disse que esse dinheiro não era meu, e sim do meu filho Caio Vianna e que estaria na Alemanha. Meu filho nunca esteve na Alemanha, como eu também nunca estive nos Estados Unidos. Ainda não satisfeito, em mais um surto psicótico, o Sr. Anthony Garotinho teve a audácia de acusar, depois de 1 mês de falecida, a minha mãe, Amélia Vianna, uma mulher amada e respeitada por todos, dona de uma reputação inabalável, como detentora desse dinheiro que no início ele dizia que era meu.

Agora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, a imprensa nacional está mostrando quem é realmente o dono não só desse dinheiro, como de muito mais. Ainda não dá para se ter uma noção do tamanho do rombo que os ex-Governadores Anthony Garotinho e sua esposa Rosinha causaram no Estado do Rio de Janeiro. Para se ter uma ideia, a Justiça mandou bloquear os bens dessa dupla, num valor da ordem de R\$176 milhões. Isso é só a ponta do iceberg.

As denúncias por desvio de dinheiro - e é bom ressaltar que são milhões de reais - através de ONGs fantasmas, que foram apresentadas contra o casal não são anônimas, baseadas em matérias publicadas em um jornaleco do qual eles são donos. Só para lembrar, as denúncias feitas contra mim eram anônimas, baseadas em fatos publicados no jornalzinho deles. Agora, contra eles estão sendo feitas denúncias pelo Ministério Público do Rio de Janeiro.

De acordo com o Ministério Público Estadual, a partir da análise dos dados bancários das ONGs que participavam do esquema, fica claro qual era o objetivo do esquema.

"A movimentação das contas bancárias dessas empresas e ONGs fantasmas mostram que a campanha da pré-candidatura do ex-Governador Anthony Garotinho foi financiada com recursos públicos desviados através de ONGs de



fachada intermediadas por outra empresa de fachada, a TELDATA", afirmou o promotor Eduardo Santos Carvalho, da 8ª Promotoria de Justiça.

No mérito, o MPRJ requer a condenação dos réus ao ressarcimento integral do dano ao patrimônio público e a condenação à perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, pagamento de multa civil, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou créditos, condenação a ressarcirem os danos morais.

Neste caso, eles não deveriam ter suspensos seus direitos políticos, e sim ser banidos da vida pública, como um atleta é banido do esporte quando é pego no exame antidoping.

O ex-Governador é tão atrevido e acredita tanto na impunidade que ataca o Ministério Público, afirmando que os procuradores "querem fabricar manchetes, com o intuito de prejudicá-lo e bajular o Governador Sérgio Cabral".

A matéria é muito extensa e recheada de detalhes podres, e eu precisaria de horas e mais horas para mostrar ao Brasil a face desse casal. Mas é só acompanhar o que a imprensa está mostrando, à medida que está sendo descoberta toda essa sujeira.

No sábado, em um programa exibido na rádio do casal, foi até comovente, para quem não os conhece, ouvir a Prefeita de Campos, Rosinha Garotinho, completamente envolvida nas denúncias de desvio de milhões, chorar e dizer que não saiu de casa no dia seguinte às denúncias, pois estava com vergonha de olhar para as pessoas. Ressalto que só temos vergonha quando somos culpados do que estamos sendo acusados. Vergonha, D. Rosinha, é o que a população de Campos está sentindo, ao ver o nome da cidade em rede nacional, envolvida em mais escândalos políticos protagonizados pela senhora e seu marido. Esse casal é a vergonha do Estado do Rio de Janeiro.

Para encerrar Sr. Presidente, gostaria que a Justiça do Rio de Janeiro tivesse a mesma linha de trabalho que a Justiça de Brasília, que prendeu o Governador Arruda por estar atrapalhando as investigações. No caso do casal Garotinho, a situação é mesma. Se deixá-los soltos, eles irão atrapalhar as investigações e continuarão aprontando.



O dinheiro compra a cama, mas não compra o sono.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Dutra) - Obrigado, Deputado Arnaldo Vianna.

Receba nossa solidariedade.



Documento 76/94

032.4.53.O Sessão Extraordinária - CD 10/03/2010-13:56

Publ.: DCD - 07/07/2010 - 31886 LUIZ BASSUMA-PV -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Encaminhamento do Projeto de Lei nº 6.928, de 2010, oriundo do Parlamento Jovem de 2009, sobre a inserção da cultura da paz entre as diretrizes curriculares da educação básica. Saudação à autora do projeto, Parlamentar Jovem Nadian Santos dos Anjos, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. LUIZ BASSUMA (PV-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só para registrar que eu tenho muito honra de ter dado entrada ao Projeto de Lei nº 6.928, de 2010, oriundo do Parlamento Jovem de 2009. A jovem baiana, Nadian Santos dos Anjos, nos deu a honra de apresentar este projeto - que tem a ver com a nossa visão de mundo -, que visa introduzir nas diretrizes curriculares da educação básica a promoção da cultura da paz.

É um projeto que tem ressonância naquilo que ainda é uma grande falta de informação na sociedade sobre a força que tem a paz, em relação a tudo que é resultado da violência.

Portanto, fazer essa introdução na Lei de Diretrizes e Bases, que a cultura da paz, com seus valores, seja manifestada desde o início da educação dos jovens e adolescentes do nosso País, é um grande avanço.



Nesse momento, em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, parabênizo a jovem baiana Nadian dos Anjos, que nos sugeriu esse projeto.

Obrigado, Sr. Presidente.



Documento 77/94

032.4.53.O Sessão Extraordinária - CD 10/03/2010-17:00

Publ.: DCD - 11/03/2010 - 7734 JEFFERSON CAMPOS-PSB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem às mulheres brasileiras.

O SR. JEFFERSON CAMPOS (Bloco/PSB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) -
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo registrar nos Anais desta Casa
minha homenagem ao Dia Internacional da Mulher, transcorrido no dia 8 do mês
em curso.

Com grande carinho, expresso meu profundo apreço por todas as mulheres que
fizeram e fazem parte da minha vida, sem as quais, confesso, não teria chegado
até aqui.

Começando por minha saudosa mãe, D. Berenice, que com muito amor trouxe-me
à vida e com muito zelo educou-me; que esteve ao meu lado quando fui
acometido por enfermidades normais às crianças, alimentou-me, incentivou-me
em meus estudos, trabalhou arduamente na formação de um bom caráter em
mim, aconselhou-me e ensinou-me a ser homem. E, mesmo quando doente,
acometida por um câncer, nunca deixou que faltasse carinho a mim, ao meu pai,
Pr. Zarias, e às minhas duas irmãs. Muito embora tenha nos deixado no auge de
sua vida, com 40 anos, sua presença marcou-me profundamente, deixando-me



um legado e uma dívida de gratidão a qual nunca poderei sanar ou recompensar. À minha mãe, um grande exemplo de mulher, devo bem mais do que a vida: devo todas as conquistas que alcancei.

Menciono também minhas duas irmãs, Sueli e Miriam, mulheres de Deus, valorosas, que são bem mais do que família, são amigas presentes nas horas de alegrias e de infortúnios. Conselheiras e sábias, têm ajudado a manter vivos os princípios cristãos da família em nossa casa, por serem guardiãs da harmonia em nosso lar. Agradeço a elas por minhas 3 sobrinhas, Suélei, Sarah e Isabelle, que tanto nos têm alegrado e ensinado através de suas vidas.

Homenageio a D. Ana, nossa assistente do lar, que tem cuidado muito bem de mim e do meu pai, nunca deixando faltar nada em nossa casa e mantendo sempre tudo na mais perfeita ordem.

Homenageio as mulheres que trabalham comigo, assessorando-me em minhas atividades parlamentares e também as mulheres que me ajudam em minha igreja local, a IEQ do Parque São Bento, minha auxiliar Pra. Clenilde, entre outras, sem as quais minha vida se tornaria muito mais difícil.

Sobre essas mulheres, posso dizer que são filhas, esposas, irmãs, mães, namoradas, profissionais que, através de sua dedicação e de seu serviço, têm deixado um rastro de cor e luz por onde passam.

E quero estender esta homenagem às mulheres do Brasil, às pastoras da Igreja do Evangelho Quadrangular, esta também fundada por uma mulher, Aime Semple Macpherson, que tem feito excepcional trabalho em todo o Brasil, em especial no meu Estado de São Paulo. A elas rendo minha homenagem pelo transcurso desse dia e pelas conquistas que ainda virão. Como as mulheres que me cercam, elas têm dedicado a vida, em jornadas duplas e até triplas, para construir uma Nação melhor, mais consistente, muitas vezes sem o reconhecimento que lhes é devido.

Oro e luto por um mundo melhor para aquelas que têm transformado a vida de todos nós - homens - numa vida mais confortável e regalada.

Para finalizar, deixo aqui o versículo mais famoso da Bíblia no que se refere ao caráter feminino: "Mulher virtuosa quem a achará? O seu valor excede ao de rubis". (Provérbios 31:10.)



Por último, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa A Voz do Brasil.

Muito obrigado.



Documento 78/94

033.4.53.O Sessão Extraordinária - CD 10/03/2010-17:48

Publ.: DCD - 11/03/2010 - 7769 EUNÍCIO OLIVEIRA-PMDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Desigualdade salarial entre homens e mulheres. Necrológio da médica pediatra e sanitarista Zilda Arns Neumann.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Dia Internacional da Mulher, 8 de março, teve em 2010 sua magnitude ampliada por registrar também o centenário da sua instituição em 8 de março de 1810, durante a II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em Copenhagen, na Dinamarca.

A proposição, de iniciativa da Internacional Socialista, foi apresentada pela líder socialista alemã Clara Zetkin, sendo aprovada por unanimidade, por mais de 100 delegadas de 17 países. O seu objetivo foi de unificar os movimentos feministas pela conquista de direitos; a concessão do sufrágio universal; o fim de todas as formas de discriminação; a redução das jornadas de trabalho de aproximadamente 16 horas diárias; e o fim do trabalho infantil, comum nas fábricas, desde a Revolução Industrial, no Reino Unido.

Não apenas na Europa, os protestos contra essa situação inaceitável se sucederam e ganharam maior amplitude. Nos Estados Unidos, no dia 8 de março



de 1857, operárias de uma fábrica de tecidos, situada na cidade norte americana de Nova York, declararam-se em greve, por tempo intermediário, e passaram a reivindicar melhores condições de trabalho; redução da jornada diária para 10 horas; equiparação de salários com os homens (as mulheres chagavam a receber até um terço do salário de um homem, para executar o mesmo tipo de trabalho).

A greve, reprimida com extrema violência, terminou com as mulheres recolhidas a um cubículo, e a fábrica incendiada criminosamente, com 130 tecelãs mortas carbonizadas. O deplorável acontecimento ganhou repercussão mundial, e quase meio século depois era lembrado pela Internacional Socialista para aprovação da instituição do Dia Internacional da Mulher, na II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, na Dinamarca. Consagrado à mulher, tornou-se, o marco da unificação dos movimentos feministas em todos os países, que passaram, a partir de então, a ter coordenação uniforme. Um ano depois, em 8 de março de 1811, mais de um milhão de pessoas foram às ruas, na Alemanha, na Áustria, na Dinamarca e na Suíça, saudar o 8 de março de 1810.

Mas somente 35 anos depois, em 1945, a Organização das Nações Unidas - ONU reconhecia o 8 de março de 1910 como o Dia Internacional da Mulher, com assinatura do primeiro acordo internacional consagrando princípios de igualdade entre homens e mulheres. O reconhecimento oficial demorou algum tempo, só ocorrendo em 1977.

No Brasil, o movimento feminista começou a ganhar expressão e consistência a partir de 1932, com a consolidação da Revolução Liberal de 30; a promulgação do Código Eleitoral, consagrando o voto secreto; a representação proporcional; o sufrágio universal feminino; o regime de partidos; e a criação da Justiça Eleitoral com um sistema democrático de apuração dos resultados das urnas. Obtido o direito de votar e ser votada, as mulheres brasileiras decidiram-se por uma maior participação no Poder Legislativo.

A Dra. Carlota Pereira de Queiroz, paulista e primeira mulher brasileira a ingressar como membro titular na centenária Academia de Medicina do Brasil e na Academia de Medicina de Buenos Aires, foi eleita por São Paulo primeira Deputada Federal no Brasil, com atuação marcante nos trabalhos da Assembleia



Nacional Constituinte de 1933. Sua eleição estimulou outras líderes do movimento feminista a postularem mandato na Câmara Federal, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais. Entre as vitoriosas, em 1936, na Câmara dos Deputados, destacaram-se a Dra. Bertha Luz, Delegada do Brasil na Comissão Internacional de Mulheres dos Estados Americanos, e por 15 anos representante do Brasil em uma das comissões mais importantes da ONU, ao lado da Sra. Eleanor Roosevelt, esposa do Presidente Roosevelt.

Não apenas no plano político eleitoral as mulheres marcaram presença, como também na área cultural. A Profa. Esther de Figueiredo Ferraz tornou-se a primeira mulher Ministra de Estado da Educação e Reitora no Brasil.

Com o passar dos anos, o movimento feminista se consolidou e logrou novas e importantes vitórias. Atualmente, a mulher brasileira vem se afirmando em diferentes áreas de atuação pela competência, pelo tirocínio e bom desempenho profissional, nos três Poderes da República: Executivo, Judiciário e Legislativo, ocupando os mais altos postos na hierarquia administrativa do País. Tornaram-se Ministras de Estado, Governadoras, Prefeitas de capitais e cidades importantes. As mulheres atuaram ainda nos tribunais superiores do País. Hoje, comandam poderosos grupos empresariais. Exercem o magistério superior e destacam-se como pesquisadoras e cientistas. Integram as Forças Armadas, com reconhecido desempenho operacional, e participam da Academia Brasileira de Letras como imortais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apesar do vasto elenco de conquistas na vida institucional do País, a mulher brasileira tem plena consciência de que ainda convive com discriminações e diferenças inaceitáveis.

Recente pesquisa da Fundação Sistema Estadual de Análise e Dados, SEADA, divulgada no dia 4 de março corrente, em São Paulo, revelou que na questão salarial, embora o rendimento médio tenha crescido 3%, em 2009, para 6,17, esse valor equivale apenas a 79,8% do que ganham os homens. Mulheres com nível superior ainda ganham 30% menos do que os homens. Questões como o desemprego e o desnível salarial entre homens e mulheres foram também



enfoques nas assembleias de mulheres, durante a celebração do Dia Internacional da Mulher, em vários Estados brasileiros.

Sr. Presidente, ao saudar a mulher brasileira pelo 8 de março, não posso deixar de lamentar que as comemorações do Dia Internacional da Mulher neste ano de 2010 tenham transcorrido sem a participação valiosa de uma das mais fulgurantes expressões do movimento feminista do País: a Dra. Zilda Arns Neumann, tragicamente morta no terremoto que abalou o Haiti, quando proferia palestra em uma igreja de Porto Príncipe, dia 12 de janeiro do corrente ano, visando introduzir a Pastoral da Criança naquele tão sacrificado país.

Formada em medicina pela UFPR, Dra. Zilda Arns era referência nacional em saúde pública, pediatria e sanitarista, desenvolvendo um louvável trabalho para salvar crianças pobres da mortalidade infantil, da desnutrição e da violência em seu contexto familiar e comunitário. Em 1983, a pedido da CNBB, criou a Pastoral da Criança, tendo, após 25 anos, acompanhado 1.816.261 crianças menores de 6 anos e 1.407.743 de famílias pobres, em 4.060 Municípios brasileiros. Em 2004, recebeu da CNBB outra missão semelhante: fundar e coordenar a Pastoral da Pessoa Idosa, com mais de 100 mil pessoas, proporcionando-lhes assistência e acompanhamento por grupos de voluntários da Pastoral.

Sua morte foi, assim, uma grande perda para milhares e milhares de famílias pobres do nosso País. Estou certo, porém, que seu exemplo de vida jamais será esquecido pelas mulheres brasileiras, e a cada ano, no Dia Internacional da Mulher, sua memória será sempre cultuada e reverenciada.



Documento 79/94

033.4.53.O Sessão Extraordinária - CD 10/03/2010-17:48

Publ.: DCD - 11/03/2010 - 7773 MÁRIO DE OLIVEIRA-PSC -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Conquistas femininas no País. Defesa de maior participação da mulher na política brasileira.

O SR. MÁRIO DE OLIVEIRA (PSC-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, fazemos questão de aproveitar o transcurso do Dia Internacional da Mulher para homenagear a mulher brasileira e refletir sobre os paradoxos de sua atual condição. Historicamente guerreira, a brasileira contemporânea deve orgulhar-se de suas conquistas como cidadã e trabalhadora, ao mesmo tempo em que permanece, por laços culturais profundos, vinculada à família e aos cuidados com os filhos. Mais do que uma dupla jornada de trabalho, o que aí se verifica é uma superposição de horizontes de realização, cuja complexidade só engrandece a figura feminina, sua competência inata, sua capacidade de desprendimento e doação.

Não obstante as mencionadas conquistas, dentre as quais poderíamos destacar a cota para mandatos eletivos ou a presença crescente de mulheres nos mais altos postos governamentais, ainda temos de considerar a grave desproporção da participação feminina nos destinos nacionais, sobretudo em se tratando de um



contingente numericamente superior. Em um país com predominância de mulheres, como o Brasil, é verdadeiramente inadmissível que elas ainda sejam tratadas como minoria, sob tantos aspectos, na vida política, econômica e cotidiana da nossa gente.

Sem querer desmerecer os avanços, que, como todos sabemos, foram conquistados a duras penas, em séculos de discriminação, não podemos deixar de cerrar fileiras contra o preconceito renitente, ostensivo e insidioso que ainda segrega milhões de mulheres brasileiras, nos mais diversos ambientes: político, doméstico, profissional.

É assim que temos a honra e o privilégio de conviver com nossas colegas, nesta Casa, todas absolutamente dedicadas e competentes. São apenas 45 Deputadas, apesar de perfazermos nesta Casa o total de 513 Parlamentares. Não bastasse a discrepância em si, a demonstrar a histórica dificuldade de acesso das mulheres aos cargos eletivos federais, há que se considerar a grave falha que o fato representa em termos da representatividade, valor fundamental e intrínseco do Poder Legislativo. Os números demonstram que o contingente de mulheres brasileiras está quantitativamente sub-representado, com evidente prejuízo do aperfeiçoamento e do amadurecimento de nossas instituições. Em última instância, pois, somos todos prejudicados, mulheres e homens, uma vez que todos nos ressentimos da exiguidade da contribuição feminina na atividade legislativa, que tanto poderia agregar em termos de realização de anseios populares, em todas as possibilidades e direções.

Por outro lado, Sr. Presidente, continua flagrante a diferença salarial de caráter sexista, que ainda coloca em patamares bem distintos homens e mulheres que exercem a mesma função; isso, quando já se verifica uma superioridade feminina nos índices de escolaridade, nos níveis médio, superior e de pós-graduação, em que obtêm maior número de bolsas para mestrado e doutorado; isso, quando já se verifica o aumento progressivo do número de mulheres chefes de família em todas as classes sociais, em todas as regiões do Brasil.

E não poderíamos deixar de mencionar, ainda, a resistência de práticas abomináveis de violência contra a mulher, seja sob a forma de agressão física,



sexual e psicológica - que, infelizmente, ainda ocorre de modo relevante, especialmente no próprio ambiente doméstico -, seja sob a forma de reificação da figura feminina, que desmerece e humilha a mulher, reduzida a mero objeto de apelo publicitário.

Ora, Sr. Presidente, em todos esses casos manifesta-se a expressão de um preconceito atávico, a redundar em inaceitável desigualdade de direitos e oportunidades, a comprometer de modo definitivo a experiência da democracia no Brasil. Não podemos, de fato, considerar que vivemos em um país democrático, enquanto somos testemunhas da segregação, tal como a que se abate de forma cruel sobre qualquer grupo minoritário, muito embora, repetimos, o número de mulheres seja superior ao de homens no Brasil.

Aproveitamos assim o Dia Internacional da Mulher não apenas para cumprimentar calorosamente as mulheres brasileiras, na pessoa de suas condignas representantes na Câmara dos Deputados; ratificamos também nosso compromisso com a luta das mulheres no Brasil, encarecendo a massificação de campanhas educativas, tendo em vista a eliminação de toda e qualquer manifestação de preconceito ou desrespeito à figura da mulher. Que o Poder Legislativo não hesite em sustentar essa bandeira, que tanto significará em termos do aperfeiçoamento e do verdadeiro progresso da sociedade brasileira!

Muito obrigado.



Documento 80/94

033.4.53.O Sessão Extraordinária - CD 10/03/2010-17:48

Publ.: DCD - 11/03/2010 - 7776 SANDRO MABEL-PR -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Ampliação do número de vagas do curso de Medicina ofertado pelo Centro Universitário de Anápolis - UniEvangélica, no Estado de Goiás. Visita do orador a Municípios para promoção do Movimento Cresce Goiás. Transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. SANDRO MABEL (PR-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna primeiramente para destacar a importância de expansão do Curso de Medicina do Centro Universitário de Anápolis, Goiás, mais conhecido como UniEvangélica.

A UniEvangélica, dirigida pelo Reitor e amigo Carlos Mendes, é referência no cenário do nosso Estado. Tanto pela qualidade do ensino quanto pela posição geográfica estratégica atrai alunos de cidades vizinhas, destacando-se entre as principais Goiânia, Goianésia, Jaraguá, Pirenópolis, Alexânia, Nerópolis, Vianópolis, Silvânia, Ceres e Abadiânia.

O curso de Medicina foi autorizado pelo Ministério da Educação no ano de 2008. Anualmente são oferecidas 40 vagas para ingresso de novos alunos. Essa quantidade é pequena, diante da demanda, e acabamos por não permitir a



formação de outros alunos. Neste ponto, estamos trabalhando para ampliar a quantidade de 40 para 100 vagas. A faculdade possui competência e estrutura para atender esses alunos.

Dias atrás estive em contato com o Ministro da Educação Fernando Haddad, que me garantiu que não vai recorrer da sentença que deu ganho de causa para a expansão do Curso de Medicina da UniEvangélica. Os municípios sofrem com a falta de médicos e de especialistas. Precisamos de mais médicos bem formados no interior, trabalhando nos postos de saúde, nos hospitais públicos. Se o Ministro não recorrer da sentença, vai ser uma vitória para a sociedade.

Outro tema que quero trazer a todos diz respeito ao Movimento Cresce Goiás. Estamos na luta. Percorremos 12 municípios toda semana buscando conhecer os problemas que a população nos apresenta. É o nosso jeito de fazer política, ouvir mais do povo do que enchê-los de palavras vibrantes, não condizentes com a sua realidade. E assim vamos caminhando.

Na próxima quinta-feira estaremos em Catalão, Cristalina e Pires do Rio. Vamos fortalecer nosso Goiás com idéias, propostas e projetos que possam alavancar nosso desenvolvimento. Esse é o meu desejo.

No dia 19 de março, Inhumas e Niquelândia vão comemorar mais 1 ano de emancipação política. Desejo paz, saúde e alegrias a todos os munícipes.

Quero ainda parabenizar todas as mulheres deste País, que com garra, força e coragem estão adquirindo papéis antes exercidos apenas por homens.

São essas as minhas palavras, e gostaria que este meu pronunciamento fosse transcrito aos Anais da Casa.



Documento 81/94

032.4.53.O Sessão Extraordinária - CD 10/03/2010-14:42

Publ.: DCD - 11/03/2010 - 7707 VANESSA GRAZZIOTIN-PCDOB -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Participação da oradora na comitiva do Governador do Estado do Amazonas, Eduardo Braga, em visita aos Municípios de Manacapuru e Iranduba. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Conquistas da mulher brasileira. Maior participação feminina na política. Combate à discriminação contra as mulheres no mercado de trabalho. Importância da promulgação da Lei Maria da Penha, destinada à coibição da violência doméstica contra a mulher.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB-AM. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, faço o registro da visita que fiz, no último sábado, aos Municípios de Manacapuru e Iranduba, acompanhando a comitiva do Governador Eduardo Braga, que realizou importantes ações nesses Municípios. S.Exa. inaugurou um Centro de Convivência do Idoso e entregou implementos agrícolas a pessoas que vivem da produção primária, dando continuidade a um projeto que já vem sendo implantado há alguns anos no Estado do Amazonas. Desta tribuna, então, quero cumprimentar os Vereadores desses Municípios e, principalmente, o Prefeito de Manacapuru, Edson Bessa, o Bessinha, como todos



nós o conhecemos e que, aliás, aniversariou no dia de ontem, e o Prefeito de Iranduba, Raymundo Nonato.

Feito o registro, Sr. Presidente, quero me reportar ao transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

Sras. e Srs. Deputados, há 100 anos, durante um congresso de mulheres socialistas realizado na Dinamarca, a revolucionária Clara Zetkin propôs a data de 8 de Março como Dia Internacional da Mulher. Essa data marca o dia em que 129 trabalhadoras foram assassinadas dentro de uma fabrica de tecidos na cidade de Nova Iorque. Desde então, a luta das mulheres tem produzido avanços consideráveis.

No campo político, a comissão tripartite criada pelo Governo Federal retomou os debates sobre a reforma eleitoral, encaminhando propostas como a que garante maior presença de mulheres no Parlamento. Antes, havia a reserva de vagas para as mulheres; a proposta atual fixa, para os partidos e coligações, percentual mínimo de 30% e máximo de 70% de candidatos de cada sexo, garantindo um sentido de obrigatoriedade, apesar de não definir punição para quem descumprir esse percentual.

Apesar desses avanços, Sr. Presidente, ainda temos muito a conquistar. Exemplo disso é que as mulheres continuam sub-representadas tanto no Executivo como no Legislativo, mesmo compondo mais da metade da população e do eleitorado brasileiro. Dos 513 Deputados Federais, apenas 45 são mulheres, ou seja, menos de 10%.

No mercado de trabalho, as mulheres são as mais afetadas pelo desemprego, e seus salários, em média, são inferiores 30% aos dos homens. E isso numa situação em que as mulheres representam mais de 45% da produção do País e o sustento de um terço das famílias brasileiras. Se não bastasse, a cada 15 segundos uma mulher é espancada no Brasil.

Para enfrentar essa situação alarmante, o Congresso aprovou - e o Presidente Lula sancionou em 2006 - a Lei Maria da Penha, um marco histórico para as mulheres brasileiras que sofrem agressão. Porém, a lei sofreu um duro golpe no último dia 24 de fevereiro, quando os Ministros do Superior Tribunal de Justiça,



por 6 votos a 3, decidiram que as ações penais decorrentes de lesões corporais leves ocasionadas por violência doméstica só podem ter prosseguimento caso haja representação por parte da mulher agredida, ao contrário do que determina a Lei Maria da Penha, que prevê o andamento do processo contra o agressor, independentemente da vontade da vítima.

Enfim, Sr. Presidente, ainda há muito para fazer até os nossos direitos e espaços serem plenamente alcançados. Mas, se depender da mobilização e da coragem das mulheres do nosso País, essas conquistas logo se tornarão realidade.

Parabéns a todas as mulheres que, de uma forma ou de outra, tornam o Brasil um país melhor de se viver.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



Documento 82/94

032.4.53.O Sessão Extraordinária - CD 10/03/2010-14:48

Publ.: DCD - 11/03/2010 - 7709 LUCIANA COSTA-PR -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Proibição do acesso da oradora a local reservado a autoridades, por ocasião de evento realizado no Rio de Janeiro ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher.

A SRA. LUCIANA COSTA (PR-SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de registrar o que me ocorreu no último 8 de março, Dia Internacional das Mulheres.

Saí do meu Estado, São Paulo, e fui para o Rio de Janeiro participar de evento ao qual não tive acesso, pois fui impedida de ficar no local reservado às autoridades.

Na ocasião, pedi ajuda à Ministra Nilcéa Freire, uma das idealizadoras do evento, e S.Exa. me disse que o Cerimonial era o responsável pela entrada dos convidados.

Registro, portanto, o que aconteceu comigo: saí do meu Estado, no dia 8 de março, para comemorar o Dia Internacional da Mulher em evento na cidade do Rio de Janeiro para o qual fui convidada e não tive acesso ao local reservado às autoridades.

Muito obrigada.



Documento 83/94

033.4.53.O Sessão Extraordinária - CD 10/03/2010-17:48

Publ.: DCD - 11/03/2010 - 7774 POMPEO DE MATTOS-PDT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Participação da mulher na história do Estado do Rio Grande do Sul. Poesia dedicada à mulher, de autoria do orador.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem foi o Dia Internacional da Mulher, e portanto ocupo esta tribuna hoje para prestar minhas homenagens à mulher por seu papel importante na história, na cultura e no cotidiano da sociedade brasileira e mundial.

Como gaúcho, peço licença para destacar e homenagear a figura da mulher na história do Rio Grande do Sul, Estado tido por muitos como machista.

Na história do Rio Grande do Sul, a figura feminina é um elemento singularíssimo. Independentemente de etnia ou classe social, manifesta-se com uma presença forte e batalhadora, que não costuma baixar a cabeça nem submeter-se a situações de rebaixamento ou inferiorização. A gaúcha acostumou-se com o sofrimento, mas sem jamais se deixar vencer por ele. Muito pelo contrário, encontra nas dificuldades motivo de força e resistência.



Mesmo considerada prescindível nos períodos de revolta, a mulher participou ativamente dos episódios históricos do Rio Grande do Sul. Obrigada a sofrer calada durante mais de 200 anos de combates e revoltas, viu partirem para a guerra seu pai, seus irmãos, seu marido e seus filhos, ficando com a obrigação de cuidar da casa, dos filhos pequenos e filhas moças, da criação e plantação.

Não precisamos pensar muito para chegarmos a esta reflexão: se os homens válidos estavam envolvidos diretamente nos entreveros, a quem ficaria delegada a missão de manter de pé as estruturas familiares e inclusive econômicas do Estado? Foi a mulher gaúcha que levou em suas costas, por uma infinidade de vezes, toda a responsabilidade de manter o Rio Grande ativo, enquanto os homens emprestavam suas forças a causas políticas.

Muitas vezes elas assumiam também o papel de soldado, pois, ficando desprotegida a casa, a elas cabia a responsabilidade de proteger os bens e a integridade da família.

A participação da mulher foi de fundamental importância no contexto da formação histórica, social e cultural do Rio Grande. A Revolução Farroupilha colocou a mulher num encontro ingrato e arriscado com a vida; porém, por mais ameaçadoras que se tenham apresentadas as circunstâncias, ela sempre soube manter-se firme: quanto mais adversa a situação, mais a mulher soube se transformar na forja sagrada das convicções do herói farroupilha.

A mulher farroupilha, com seu sentimento de compreensão e solidariedade, muito auxiliou o desenvolvimento da semente da República Rio-grandense, fazendo frutificar o heroísmo na alma da gente farroupilha. Ela soube avaliar e enfrentar o perigo, não para receá-lo, e sim para combatê-lo. Essa foi a mais sublime e valorosa lição feminina, raramente descrita com a merecida e justa homenagem dos pósteros.

A mulher sempre promoveu a mais iluminada unidade de fé, auxiliou a compor as mais importantes páginas da história gaúcha, em meio a grande destruição, acreditou e fez acreditar que sempre se salva algo dignificante da vida.

Inúmeras foram as heroínas anônimas que, cuidando dos filhos, dos interesses familiares e da economia do Rio Grande, deram ânimo, apoio e acreditaram nos



anseios farroupilhas. Voltando o olhar sobre nosso heróico passado, constatamos que mesmo durante o dramático e sangrento decênio farroupilha o homem nunca esteve só: a providência divina colocou ao seu lado uma grande parceira de lutas e fiel companheira.

Deixo aqui minha humilde homenagem a todas as mulheres, que vêm a cada dia dando demonstração de garra e atitude, e que fazem ao nosso lado a História deste País. Esta homenagem presto-a na forma de uma poesia que compus:

Homenagem à Mulher

Das obras do Criador,
moldadas lá nas alturas,
diz a Sagrada Escritura
que o Senhor, de próprio punho,
depois de muitos rascunhos,
desenhou com a mão divina
a mais perfeita obra-prima,
de uma rara formosura.

E esta bela criatura
Ele mandou lá de cima

II

O seu nome todos sabem:
é Maria, é Marlene, é Madalena,
é Joana, é Judite, é Jurema.
São Márcias, Marianas, Margaretes.
São Patrícias, Lucianas, Elisabetes.
É Ana, é Margarida, é Ester.
Ela é quem você quiser.
É a Rosa, a mais linda flor.
É a mãe do mais puro amor,
ou simplesmente mulher.



III

E nesta saga divina,
O Senhor, em sua graça,
generoso, lhes deu de graça
muito mais do que aparência:
deu beleza e inteligência,
deu carinho e bondade,
deu-lhe um pouco de vaidade
e, junto, um sexto sentido
para não depender de marido
e ter direito a igualdade.

IV

E em mais um ato supremo
a mulher foi escolhida
com o poder de dar vida
e o dom da procriação,
a mais sublime missão
que lhes confiou o Senhor.
Gravidez, gestação, parto, dor
que ao ver o filho nascer
vira alegria e prazer,
num ato de puro amor

V

E hoje elas são mães,
Esposas, tias, irmãs, avós,
que têm opinião e voz
na família, no trabalho, no lar.
Não importa o lugar,



elas, com jeito e carinho,
tomaram conta do ninho
e das mais nobres profissões.
Quebrando tabus, restrições,
no mundo abrem caminho.

VI

E assim é que a mulher
que um dia era só parteira
hoje é padrão de enfermeira,
médica, doutora, ginecologista,
cirurgiã, oftalmo, oncologista,
cuida do rim, do pulmão.
E por serem hábeis com as mãos
são destacadas dentistas
e as melhores cardiologistas,
pois entendem de coração

VII

Elas estão em toda a parte,
derrubando preconceitos.
São operadoras do direito,
Procuradoras, advogadas, promotoras,
delegadas, juízas, desembargadoras.
investigando, defendendo, acusando,
dando sentença, julgando,
vão distribuindo justiça,
pois sabem de cor a missa.
E os espaços vão conquistando;

VIII



E assim elas tomaram conta.

Largaram o tanque, a vassoura,
para serem professoras.

E pelo povo já estão eleitas
vereadoras, deputadas, prefeitas,
conselheiras, ministras, senadoras,
empresárias, executivas, diretoras.

É a mulher puxando a frente.

Só falta ser presidente,
pois já são governadoras.

IX

Por isso eu canto meu canto
p'ra mulher que é agricultora,
mulher que é mãe, trabalhadora,
que, vocacionada, é freira.

Mulher que é companheira.

Que são mães e que são pais
que não abandonam jamais
o seu filho ou sua filha.

Que são chefes de família
sem manchetes nos jornais.

X

As mulheres, com sua audácia,
estão em todas as profissões,
na boleia dos caminhões,
são cuidadosas motoristas,
nas cidades são taxistas.

Estão em todos os lugares,
dominando terra, mar e ares,



pois, sem deixar de lado o fogão,
já pilotam até avião,
e conhecem os sete mares.

XI

Eis minha homenagem à mulher,
não tão só por ser mulher,
mas por meter a colher
e fazer a diferença.

E eu acredito, é minha crença
que hoje a mulher está pronta
e do mundo vai tomar conta.

É o que todos tão achando.

Por isso, eu já estou me entregando,
pois eu também penso assim,
e juro que estou a fim
de me entregar p'ra uma delas
que seja bonita e bela
e que cuide bem de mim.



Documento 84/94

033.4.53.O Sessão Extraordinária - CD 10/03/2010-17:48

Publ.: DCD - 11/03/2010 - 7777 LÍDICE DA MATA-PSB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Participação da oradora em homenagens prestadas à mulher, em Salvador, Estado da Bahia. Preocupação com o aumento do número de denúncias de violência doméstica no País. Saudação à bancada feminina da Casa. Expectativa de plena consolidação dos direitos da mulher brasileira.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registramos, na última segunda-feira próxima passada, mais uma comemoração do Dia Internacional da Mulher, 8 de março. Desta feita, senhoras e senhores, faz 100 anos desde que as mulheres socialistas em seu congresso internacional, por sugestão da líder socialista e feminista Clara Zetkim, propôs a unificação do registro da luta da mulher em um só dia. Desde então, a cada ano, em quase todos os pontos do planeta, as mulheres manifestam-se, reafirmando os seus compromissos de luta pela igualdade de oportunidades e de direito à cidadania.

Na Bahia, também fazemos o nosso esforço de contribuir nesta luta maior. Neste 8 de março, em Salvador, pude participar do Seminário da Força Sindical,



organizado por sua brava presidente, a companheira Nair Goulart; testemunhamos a bela caminhada das mulheres do MST, participamos da tradicional e combativa manifestação feminista unitária, que sempre ocorre saindo do Campo Grande à Praça Castro Alves. Estivemos juntas, eu, a Deputada Alice Portugal, as Vereadoras Aladilce, Olívia Santana, Vânia Galvão, Marta Rodrigues, entre outras destacadas lideranças do Movimento de Mulheres como Lena Souza, Nereida Mazza e Dra. Fabíola Mansur.

Nossa manifestação se encerrou com um show da cantora Sandra Sá, mudando-se assim do tom reivindicatório para o tom comemorativo que o ato também nos provoca.

Reivindicávamos o quê, Sr. Presidente? Certamente, o direito à saúde, à educação, à cidadania. Uma luta que nestes 100 anos se modificou muito, pois conquistamos também muito. Porém, a realidade nos impõe continuar a denúncia da situação por que passam as mulheres brasileiras que representamos.

Cabe-nos denunciar a violência sexista, e dizer que, apesar da existência da Lei Maria da Penha, que criminaliza a violência doméstica, os números da Secretaria Especial de Política para Mulheres revelam um crescimento da ordem de 49% no número de denúncias em 2009, em relação ao mesmo período de 2008. Portanto, permanece necessário ampliarmos a luta contra a violência no Brasil.

Quero saudar, neste pronunciamento, todas as mulheres brasileiras, saudando cada uma das Deputadas que as representam nesta Casa. Destaco que os avanços conquistados na Constituição de 1988 se devem à participação destacada da bancada feminina. E a nossa presença aqui hoje na tribuna se dá para que as conquistas se ampliem, como já conseguimos no ano passado, quando aprovamos a lei eleitoral, que passou a assegurar 5% do Fundo Partidário para a capacitação política das mulheres, bem como a reserva de 10% do total de propaganda a que os partidos têm direito.

Por isso, Sr. Presidente, hoje, como antes, se faz importante manter a chama acesa pela luta das nossas precursoras há 100 anos. Ontem pelo direito ao voto, ao divórcio, ao trabalho, contra a violência. Hoje repaginados: na luta pela ampliação da participação política das mulheres, contra a violência, por salário



igual para funções iguais, por 180 dias de licença maternidade, pela extensão de todos os direitos dos trabalhadores à trabalhadora doméstica, e tantos outros.

Ontem como hoje não haverá democracia sem a garantia de direitos iguais.

Viva a luta das mulheres! Viva os 100 anos do 8 de março!

Solicito a divulgação deste pronunciamento pelos canais de comunicação desta Casa. Muito obrigada.



Documento 85/94

032.4.53.O Sessão Extraordinária - CD 10/03/2010-17:00

Publ.: DCD - 11/03/2010 - 7737 MARCELO GUIMARÃES FILHO-PMDB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Situação da mulher no mercado de trabalho. Tratamento discriminatório dispensado às mulheres em países subdesenvolvidos. Defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 485, de 2005, sobre a criação de varas especializadas nos Juizados Especiais para as questões relativas às mulheres.

O SR. MARCELO GUIMARÃES FILHO (Bloco/PMDB-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comemorou-se, no último dia 8, o Dia Internacional da Mulher. Apesar do progresso ocorrido no Brasil nos últimos anos, mormente quando se compara com o odioso tratamento dispensado às mulheres nos países subdesenvolvidos, há no País ainda muito a avançar.

É indiscutível que, a cada ano, a evolução feminina no mercado tem ocorrido a passos mais largos e firmes. Conforme estatísticas oficiais, nas últimas décadas a participação da mulher no mercado de trabalho teve evolução bastante significativa. Somente de 2000 para cá, por exemplo, a mulher conseguiu melhorar em 16% sua presença no setor produtivo, compartilhando os espaços em absoluta condição de igualdade com os homens. Saltaram, assim, de 29% de participação



no início do século para 46% em 2008. Hoje representam mais de 52% da População Economicamente Ativa do País. Não obstante, Sr. Presidente, ainda há muito espaço para se conquistar.

Diversamente do que ocorria num passado relativamente recente, quando as mulheres iniciavam um negócio sem o menor preparo técnico, hoje elas estão procurando sua profissionalização e qualificação para se firmarem no disputadíssimo ramo do empreendedorismo.

Esse avanço, porém, não se deu ao mero acaso. Decorreu de muito esforço e dedicação na realização de cursos de formação, pós-graduação e MBA.

Para o mercado, pouco importa se o profissional usa saia ou calça, pois o que conta é o preparo para o exercício do cargo.

Nesse ponto, há unanimidade quanto à dificuldade que as mulheres ainda sentem em controlar o próprio tempo. Diferentemente do homem, ainda são responsáveis, via de regra, pela administração da casa, o que costuma ser o grande empecilho para o desenvolvimento profissional, porquanto a ampliação do conhecimento é uma atividade que costuma consumir muitas horas de dedicação.

Pesquisas indicam que 61,2% das mulheres têm o mínimo de 11 anos de estudo, bem acima dos 53,2% registrados para os homens. No entanto, a participação da mulher em cargos executivos e na política é ainda bastante singela.

Tanto é verdade que a representação feminina nesta Casa e no Senado Federal é muito pequena, ocorrência que se repete em todas as Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

Noutro diapasão, os dados mostram que as mulheres estão mais inseridas na administração pública, por causa dos serviços de saúde e educação, onde têm presença dominante, e nos serviços domésticos, chegando a representar 94,5% do total empregado.

Nas demais atividades econômicas, tais como indústria, comércio, prestação de serviços e construção civil, ainda representam uma pequena minoria, já que 94,9% dos trabalhadores são homens.



Ainda no campo das mazelas, não podemos desconsiderar que lamentavelmente, apesar de todos os esforços envidados no efetivo combate dessa questão, ainda há forte presença da prostituição infantil no Brasil.

A violência doméstica, por seu turno, não foi definitivamente banida, atingindo mais de 50% das mulheres brasileiras.

A discriminação profissional também é uma realidade inadmissível, pois as mulheres, mesmo trabalhando tanto quanto os homens, acabam sendo remuneradas em patamar infinitamente inferior.

Conquanto as mulheres se façam cada vez mais presentes no mercado de trabalho, cumprindo jornada semanal idêntica à dos homens, seus rendimentos corresponderam a apenas 72,3% dos rendimentos masculinos, percebendo em média R\$1.097,93, contra R\$1.518,31 auferidos pelos homens.

Não obstante toda essa lamentável realidade, injustificável sob todos os aspectos, e que há de ser duramente combatida em nosso País, o Brasil, se comparado com outros países, ainda pode se orgulhar do tratamento dispensado ao universo feminino.

De acordo com a Anistia Internacional, na China, por exemplo, é praticado o aborto seletivo, quando as meninas são simplesmente descartadas pelos pais que preferem filhos homens.

Na Índia, quase 5 mil mulheres são assassinadas por ano pela disputa de famílias por dotes das noivas. Nos casos de estupro, podem as indianas ser apedrejadas se não comprovada a violência sexual pelo depoimento de pelo menos 4 homens.

No Paquistão, apenas por discordarem da vontade masculina, as mulheres sofrem queimaduras com ácido, chegando muitas vezes ao óbito, sem qualquer punição para o agressor, ante a proteção religiosa para seus atos.

Em quase todos os países da África ainda vigora a lei que confere ao marido o direito de agredir sua mulher diante do mero descontentamento com qualquer fato.

No Oriente Médio, no Sudeste Asiático e em vários países da África há incidência de mutilação feminina como forma de privação do prazer sexual.

Evidentemente, a triste realidade vivenciada por essas mulheres não pode nem deve servir de consolo para as agruras sofridas por nossas mulheres, que,



conforme acentuei, ainda têm longo caminho a percorrer para que finalmente possam comemorar o dia 8 de março.

Muito tem sido feito, mas há muito ainda o que se fazer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a criação, nos Juizados Especiais, de varas específicas para assuntos relativos às mulheres, objeto da PEC nº 485/05, por exemplo, pode se constituir numa ferramenta fundamental na defesa dos direitos da mulher. Tem a ilustre Deputada Alice Portugal, na qualidade de Relatora, um importante papel a desempenhar na aprovação desse fundamental instrumento jurídico, que já conta com o apoio de abalizadas expressões femininas, como a Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, a Ministra Eliana Calmon Alves, do Superior Tribunal de Justiça, e representantes do Consórcio de ONGs Feministas sobre Violência Doméstica.

Quero concluir, Sr. Presidente, destacando que as mulheres têm dado grande contribuição para o desenvolvimento econômico nacional, ampliando seu conhecimento de mercado, desenvolvendo parcerias, buscando novas oportunidades, enfrentando mais riscos, persistindo na superação de desafios e eliminando o preconceito, permitindo ao Brasil avançar para que, num breve futuro, o Dia Internacional da Mulher seja afinal comemorado na sua plenitude.

Muito obrigado.



Documento 86/94

032.4.53.O Sessão Extraordinária - CD 10/03/2010-13:26

Publ.: DCD - 11/03/2010 - 7690 PEDRO WILSON-PT -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Realização do Seminário de Políticas Públicas para o Território Kalunga, no Município de Cavalcante, Estado de Goiás. Apoio à eleição da Ministra Dilma Rousseff para a Presidência da República.

O SR. PEDRO WILSON (PT-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste ano comemoramos o centenário de criação do Dia Internacional da Mulher. Neste ano especial em que preparamos o Brasil para a eleição da primeira mulher Presidente. Podemos afirmar que temos muito a comemorar nesse 8 de março, nesta Semana da Mulher, em que a Câmara dos Deputados realiza sessão solene, exposições, apresentações, cultos e outros eventos. Neste ano de 2010, ano de Dilma Rousseff. Em especial no final de semana passado, em que estivemos em Cavalcante, nordeste goiano, no Seminário de Políticas Públicas para o Território Kalunga, onde a maioria esmagadora dos participantes era composto por mulheres. Ali, naquele encontro, aprendemos com a sabedoria de Mãe Procópio, a matriarca de seu povo, com a experiência de Ester de Castro, uma lutadora das causas quilombolas, com os sonhos de Maria Helena, a jovem kalunga que desafia as estruturas do Estado



para manter a cultura de sua gente: a dança da suíça, a dança do bolé, a folia. Todo dia é dia de mulher.

Este ano de 2010 é o ano das mulheres e homens que lutam por um Brasil digno e independente. Irmanados, eles percorrerão os caminhos que Lula nos ensinou para eleger Dilma a Presidenta do Brasil. Queremos assinalar que este ano terá um sabor diferente, porque, 121 anos, 4 meses e 10 dias depois da Princesa Isabel, Dilma será a primeira mulher a governar o Brasil. Será, sem dúvida, uma data histórica. O Brasil de Lula, o Brasil de Dilma está mudando. Criativas, guerreiras, cidadãs ou simplesmente mulheres, elas vão ousando, ocupando espaços, avançando a linha, determinando o sentido da caminhada. Não acreditam em coisas difíceis, assumem seu destino com determinação. Recente pesquisa mostra que as mulheres de 2010 são mais escolarizadas, trabalham menos e são a grande maioria entre os trabalhadores de curso superior.

Muito se tem avançado, muito se precisa avançar. Neste País de Lula, de Dilma, do PT, de políticas públicas para as mulheres, de inclusão social, as mulheres ainda ganham menos que os homens. Ainda não conseguimos a equiparação de paga pelo mesmo trabalho e jornada. Mas avançam na luta da Via Campesina, do movimento popular, a luta daquelas que acreditam na construção - e sonhando vão construindo - de uma sociedade mais justa e mais igualitária, mas fraterna. Aprendemos com Mãe Procópio, a Matriarca Kalunga, que nada é impossível para um povo que há 200 anos cruzou rios e montes nos sertões do cerrado goiano. E, como diria Sêneca: "Não é porque certas coisas são difíceis que não ousamos: é justamente porque não ousamos que tais coisas são difíceis". A jovem Kalunga que ousa desafiar o sistema para levar cultura a seu povo sabe disso.

Vivemos momentos muito especiais na luta pela dignidade da mulher. Depois de tantos avanços, e muito ainda resta a fazer, temos muitas Ministras no Governo Federal (uma Ministra só para tratar da temática da mulher), Senadoras, Deputadas, Prefeitas, Vices, Governadoras, Vereadoras. E, mais que isso, temos, pela primeira vez na história do Brasil, uma candidata à Presidência da República, pelo maior partido de esquerda do Brasil e da América Latina, uma mulher: Dilma. E não é uma mulher qualquer, mas uma guerreira, criativa, lutadora, que enfrentou



a ditadura, fez florescer a democracia, se qualificou na luta política, se preparou na formação pessoal, se tornou uma das melhores administradoras do Brasil, e hoje, humildemente, e sem brigar com ninguém, coloca seu nome para suceder o Presidente mais popular da terra, o Presidente Lula, respeitado e admirado pelas maiores lideranças mundiais.

Dilma é a mulher no poder para todos os homens e mulheres, pelos avanços sociais, pela presença do Estado na melhoria da qualidade de vida das pessoas, na inclusão social, distribuição de renda, investimento em infraestrutura. Uma candidata de todos nós. Como diz o poeta, cabe a vocês e a nós: vamos lá fazer o que será. Nós podemos mais e mais. Vamos lá fazer o que será, repito.

E porque você existe mulher, mãe, esposa, filha, avó, tia, sobrinha, prima, amiga, companheira, camarada, mulher negra, índia, branca, mestiça, mulher operária, camponesa, políticas, secretárias, assessoras, artistas, agricultoras, religiosas, comunicadoras, diretora e professora - poetiza e sonhadora -, de todas as profissões, ocupações, espaços e tempos. Em qualquer época da história a mulher esteve lá. Hoje, cada dia mais a mulher é força motriz dentro da sociedade e ocupa brilhante e belamente papéis dignos, ativos, sujeitos e protagonistas do que será o mundo novo que está por vir. É porque você, mulher, existe que a história avança, alcança, para além de sua origem, a conquista.

Todo dia é dia das mulheres. Em todo alvorecer, amanhece junto a fibra e a coragem de todas as trabalhadoras, criativas e criadoras, das cidades e dos campos. É com muito alegria que, neste ano de 2010, no Centenário do Dia Internacional da Mulher, 8 de março, final de verão, mês das águas, saudamos todas as mulheres, de todas as raças, cores e etnias, geografias, sociologias e utopias por um mundo melhor. Este ano do Centenário de 2010 tem um sabor especial. Temos que comemorar, lutar e vencer.

Vivam as mulheres do mundo do século XXI e do terceiro milênio de ecologia, direitos humanos, amor e fé, solidariedade, dignidade, igualdade, liberdade, cidadania, democracia, utopia. Parabéns, mulher, pelo seu dia, seu ano, seu centenário. Parabéns por alargar horizontes e tecer sua teia com beleza, paz, pão, mel, poesia, calor, acolhimento, sabedoria, dignidade mil para todos nós.



Saudamos todas as mulheres de Goiânia, de Goiás, do Brasil e do mundo, do Oiapoque ao Chuí, do oriente ao ocidente.

Parabéns a todas vocês!

Muito obrigado.



Documento 87/94

035.4.53.O Sessão Extraordinária - CD 11/03/2010-09:10

Publ.: DCD - 12/03/2010 - 8283 ELIENE LIMA-PP -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Efeitos positivos da implementação Lei nº 11.340, de 2006, a Lei Maria da Penha, destinada à coibição da violência doméstica contra a mulher.

O SR. ELIENE LIMA (PP-MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta semana, dia 8 de março, comemoramos o Dia Internacional da Mulher.

A Lei Maria da Penha, que tornou mais rigorosas as penas contra crimes de violência doméstica, foi considerada pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - UNIFEM uma das 3 leis mais avançadas do mundo, entre 90 países que têm legislação sobre o tema.

Em vigor desde 2006, a lei trouxe várias conquistas, entre elas, facilitou a tramitação das ocorrências de violência doméstica e familiar contra mulheres, com a criação de juizados e varas especializadas.

A primeira foi criada em Cuiabá, no meu Estado, Mato Grosso, onde atualmente existem 2 varas especializadas, cada uma com cerca de 5 mil processos em tramitação.



Sr. Presidente, de acordo com a juíza Ana Cristina Silva Mendes, da 1ª Vara de Cuiabá, a implantação da lei aumentou o registro de ocorrências. As pessoas estão convencidas de que dá resultado. Hoje se prende por ameaça antes que vire homicídio. Bater em mulher era cultural e essa cultura está mudando no Brasil.

É preciso destacar ainda que a Lei Maria da Penha esbarra no aspecto punitivo. A sociedade ainda não consegue ver a violência doméstica como um ato de violação aos direitos humanos. Temos uma legislação avançada. Garante-se a proteção, mas há dificuldades no aspecto punitivo. Existe resistência em se punir o homem como autor da violência.

A mulher vítima de agressão deve se dirigir a uma Delegacia Especial para Mulheres. Após o registro, a delegacia tem 48 horas para encaminhar a ocorrência ao juizado ou à vara especial, que terá prazo igual para analisar e julgar o caso. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



Documento 88/94

036.4.53.O Sessão Ordinária - CD 11/03/2010-16:06

Publ.: DCD - 12/03/2010 - 8379 CARLOS ABICALIL-PT -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Tentativa de setores da imprensa de transformação do Partido dos Trabalhadores - PT em organização criminosa. Exigência, pela Comissão Executiva Nacional do partido, de reparação de danos morais causados ao PT por Promotor Público do Estado de São Paulo. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Artigo Os 100 anos do Dia Internacional da Mulher, de autoria da Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, publicado pelo jornal O Globo. Expectativa de aprovação do projeto de lei sobre a criação de cotas para acesso às universidades públicas.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, população brasileira que nos houve, o plenário da Casa hoje já sofre os calores da campanha eleitoral e os balanços que cada parte interessada na disputa eleitoral procura apresentar dos resultados alcançados pelo País nesses últimos anos.

Em que pese alguns não desejarem fazer comparações, no próprio discurso daqueles que combatem comparações elas são feitas. Esse é um elemento essencial básico de qualquer decisão que venha a ser tomada quando se tem de fazer escolhas, que é a comparação de um período com outro, de conquistas com



outras, de avanços com outros, de formas de gestionar as coisas públicas com outras.

Na minha convicção pessoal, tenho a mais absoluta certeza de que o pronunciamento em nota oficial do Diretório Nacional do PT sobre as matérias divulgadas pela Revista Veja - requeitadas, sim, porque não são novas - cumprem aquilo que é tarefa da Direção Nacional do Partido.

A um procurador cabe pronunciar-se nos autos, não antecipar juízos que não estejam transcritos nos autos e, mais do que isso, tomar as providências que a lei impõe na responsabilidade daquilo que eventualmente tenha sido apurado. É nesta conduta que o nosso partido aposta, do ponto de vista de requerer aos citados como fontes da matéria da Revista Veja que - aliás, as mesmas personalidades já haviam se pronunciado em entrevistas da TV Rural no ano de 2006 - respondam, por que a ocasião é que faz o seu pronunciamento vir a público, uma vez que, segundo consta na matéria, esses processos, inquéritos e investigações estão em curso há tanto tempo.

Mas essa é uma pergunta que não me cabe responder. Caberá seguramente ao Ministério Público, ao Promotor que está encarregado do caso e ao juízo que for escolhido, oportuno e de acordo com a lei, para se pronunciar.

Eu sou de ascendência árabe - meu sobrenome Abicalil é de ascendência libanesa - e lia durante a ocasião de toda denúncia grave daqueles fatos de 11 de setembro uma consequência que não podemos admitir.

E uma das histórias que se conta em torno da formação do preconceito mencionava um fato hipotético ocorrido na cidade de Nova York num parque, em que, numa determinada situação, uma avó acompanhada de sua neta de 6 anos foram atacadas por um cão pit bull. A senhora, já bastante idosa, não tinha condição de reverter aquele quadro de agressão de um animal solto irresponsavelmente pelo seu proprietário.

Acercou-se da senhora e da criança de 6 anos um cidadão que prontamente deu conta de agarrar o cão e evidentemente colocá-lo fora de combate na ameaça que fazia à senhora avó e à criança.



Minutos depois chegou a esse cidadão o vigia encarregado de cuidar do parque, que é equivalente aqui à guarda municipal. Ele dirigiu-se ao rapaz, de 25 ou 26 anos, cumprimentando-o pelo ato heróico de socorrer a senhora e sua neta diante da ameaça do violento cão, e fez 3 perguntas ao cidadão: a primeira, se ele era cidadão americano, e ele respondeu "não"; a segunda, qual era seu nome, e ele respondeu "Mohammed"; e a terceira, ele, não sendo americano, de onde vinha, e ele respondeu "sou imigrante palestino".

As manchetes do dia seguinte, Sr. Presidente, diziam: "Árabe assusta velhinha e sua neta. Ameaça!" Esqueceu-se a manchete do dia seguinte das testemunhas, do fato ocorrido. A partir de uma versão interessada em apregoar determinado tipo de preconceito, em disseminar e alimentar um fato determinado com outra corrente que formava opinião em torno de defesa, por um lado, de setores americanos legítimos, mas, por outro lado, de afirmar que qualquer um que seja muçulmano ou oriental, do Oriente Médio, em particular, ameaça a sociedade americana, foi o que ganhou as manchetes dos jornais.

Creio que nós, Parlamentares, temos de ter muito cuidado - estamos nos avizinhandos do pleito eleitoral - com o trato que estamos dando às verdadeiras pautas que a sociedade brasileira quer conhecer, sem prescindir da apuração correta, na via de um Judiciário livre e de um Ministério Público autônomo, que devem se pronunciar nos autos, não antecipando juízos ou fornecendo fortuitamente matérias de páginas e páginas de veículos de imprensa nitidamente alinhados a determinado projeto social e político do País.

Os seus editoriais revelam esse alinhamento. A seleção de suas manchetes revelam esse alinhamento. Não há razão de ocultá-lo. O que não se pode é confundir isso com liberdade de opinião ou imparcialidade.

Determinados veículos de comunicação no Brasil têm seus alinhamentos, e eu não digo que sejam ilegítimos. Ilegítimo é ocultar esse alinhamento afirmando imparcialidade ou, em casos mais extremos, citando fontes desconhecidas e lutando pela preservação delas.

Nesse sentido, creio que o debate eleitoral se pautará, em muitas ocasiões, em informações distorcidas, por uma disputa ideológica, por condições de



ocultamento daquilo que interessa verdadeiramente ao povo brasileiro, desviando, muitas vezes, o foco de atenção daquilo que é principal.

Reitero que é rigorosamente legítimo que nós que tenhamos posições políticas distintas e que concorramos em eleições e tenhamos opiniões diferenciadas sobre os fatos que interessam ao povo brasileiro, mas não é legítimo que disseminemos o ódio de classe ou confundamos partido político com organização criminosa. Até porque, salvo engano meu, a generalização em torno do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, de que se trata de organização criminosa, é extremadamente grave. Nossa contribuição partidária ao avanço democrático do País não é reconhecida apenas no Brasil, pelo povo brasileiro - talvez, inclusive por essa razão, em qualquer pesquisa de opinião recente, é o partido mais admirado do País.

A tentativa de criminalizar um partido, como o Partido dos Trabalhadores, cumpre outras finalidades, seguramente. Isso não significa desconhecer erros, procedimentos equivocados, práticas ilegais, que precisam ser apuradas e julgadas no Tribunal correto - o que não é, como digo aqui, antecipação de juízos que não se manifestam nos autos.

Faço essa intervenção inicial, Sr. Presidente, não porque eu estivesse movido na minha inscrição para fazê-la, mas em função do que pude ouvir de alguns dos pares que se pronunciaram na tarde de hoje. Tenho a mais absoluta convicção de que o povo brasileiro, como demonstrou em 2006, sabe separar água de óleo. Isso seguramente será um referencial indispensável, uma ferramenta de leitura da realidade, para a tomada de decisões que se avizinha.

A pré-candidata do PT já foi acusada de muitas coisas. Até ficha falsa se disseminou na Internet, do ponto de vista de seu passado progressista. Mas ela efetivamente é uma mulher determinada, desde muito jovem muito convicta das opiniões que tem, inclusive defendendo-as à custa das ameaças à sua própria integridade física. Essa é uma condição de valor importante. Essa é uma condição de opinião importante. Essa é uma condição de determinação e de firmeza indispensáveis a quem quer exercer o cargo de liderança na Presidência da República - talvez seja uma das principais referências, para além da sua



competência técnica, da sua habilidade gerencial, da responsabilidade com que exerceu os mais diversos cargos públicos, desde as gestões administrativas de Porto Alegre, no Governo do Rio Grande do Sul, por 2 vezes, até chegar ao Ministério de Minas e Energia, organizando o maior programa de expansão de atendimento de energia elétrica existente no mundo hoje, o Luz para Todos, oferecendo a milhares de famílias brasileiras, centenas de milhares de famílias brasileiras, a oportunidade de sair da escuridão.

Portanto, as ferozes expressões que pude ouvir aqui hoje nada mais são do que a reverberação de uma disputa que precisa ser mesmo baseada em fatos objetivos e em condutas que se referem à reestruturação do novo Brasil que se construiu sob a base do Presidente Lula.

Creio eu que parte da Oposição vive um grande dilema: por um lado, não quer a comparação e, por outro, diz que tudo o que é bem feito no nosso Governo é feito porque eles prepararam o caminho. Se eles prepararam o caminho e nós é que estamos fazendo o correto em ser produtivo para o País, a resposta já está sendo dada para o povo brasileiro. É melhor que continuemos, portanto. Eles vivem a contradição porque ao mesmo tempo têm de marcar a diferença. E é a diferença que queremos acentuar, porque as identidades falsas, falsificadas nos discursos, também podem levar a um juízo equivocado no futuro próximo.

Desejo, portanto, que o Ministério Público de São Paulo, que o promotor mencionado na matéria cumpra sua tarefa institucional, que não é a de provocar manchetes, antecipando juízos que não estejam transcritos nos autos. Tenho a mais absoluta convicção de que o meu partido, o Partido dos Trabalhadores, que exigirá em juízo a reparação dos prejuízos que estão sendo ocasionados por tais iniciativas, também alcançará dos Tribunais e fóruns competentes a avaliação da correção ou não da sua iniciativa de processá-los.

Mas creio, com muita firmeza, que é no cenário do desenvolvimento brasileiro, da expansão do emprego, da renda, da participação da renda dos trabalhadores, crescente na economia nacional, do fortalecimento do mercado interno, da redução das enormes desigualdades regionais... Nós que somos da Amazônia sabemos o que foi para nós, nos últimos 7 anos, termos índices de



desenvolvimento econômico e humano superiores aos do Sul e do Sudeste, por políticas articuladas a partir de uma nova pactuação federativa; o que significa para nós a regularização fundiária, tão bem relatada pelo colega que está diante de nós e vai falar daqui a pouco no Grande Expediente, e o significado que isso tem para dar oportunidade e segurança jurídica a milhares de brasileiros que vivem na região amazônica e durante tanto tempo foram esquecidos na sua pauta principal de respeitar o seu direito de viver, produzir dignamente e, ao mesmo tempo, ter a chave do tesouro de preservar essa riqueza que é global, a riqueza da biodiversidade amazônica.

Mas, Sr. Presidente, vim a esta tribuna hoje para falar em primeiro lugar desta semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher.

Aproveito, Sr. Presidente, para pedir que seja transcrito integralmente nos Anais da Casa o artigo da Ministra Nilcéa Freire intitulado Os 100 anos do Dia Internacional da Mulher, publicado no jornal O Globo, há 2 dias.

A comemoração do Dia Internacional da Mulher, na sessão extraordinária de ontem, levou a Câmara dos Deputados a iniciar a apreciação de um projeto complexo de defesa do direito da mulher, que na nossa avaliação deve prosseguir na próxima terça-feira, conforme acordamos aqui no final da noite de ontem.

Os 100 anos do Dia Internacional da Mulher é uma data que merece ser marcada, celebrada, ter um tempo dedicado para nossa reflexão, já que nem tudo são flores nesse centenário de luta pela igualdade entre mulheres e homens, em particular no dia 8 de março.

A história do Dia Internacional da Mulher começa a ser construída com o descontentamento devido à existência de desigualdades em razão de sexo ainda no século XIX. No século XX, surgem as conferências internacionais para debater o problema e apontar soluções. Ao longo de décadas, greves são lideradas por mulheres, o movimento feminista é criado e algumas vitórias conquistadas aceleram a chamada emancipação feminina.

Entretanto, em pleno século XXI, a mulher ainda se depara com amarras de discriminação, subjugação e condições desiguais tanto na esfera pública quanto na esfera privada.



Essa verdade é tão evidente que a pauta deste ano se compõe na defesa da igualdade de remuneração, de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres trabalhadores com encargos de família; efetividade do direito a creche; e equiparação de direitos do trabalho doméstico, só para citar alguns exemplos, alguns desses no debate do projeto de lei em pauta.

As dificuldades do mundo do trabalho se somam aos afazeres domésticos, cuidados com filhos, idosos e doentes da família, sobrecarregando as mulheres em jornadas múltiplas e muitas vezes não reconhecidas, quando não vitimadas pela persistente violência doméstica.

E, mesmo nesse universo controverso, a mulher se mantém solidária e empunha bandeiras que se associam a uma visão de que o desenvolvimento econômico deve ser conjugado com desenvolvimento humano e social do País: a defesa comum da redução de jornada de trabalho sem redução de salário; a luta pela erradicação do trabalho escravo e infantil, entre outras.

Nem mesmo a lentidão da mudança é capaz de desanimar a mobilização de homens e mulheres que buscam um mundo que respeita a diferença, sem qualquer tipo de discriminação. Avaliar os efeitos e progressos tão sutis que são alcançados ano a ano é um bom exercício de compreensão sobre todo o processo.

Os avanços, as resistências e os riscos de retrocesso são permanentes e concomitantes na vida das mulheres, tendo sempre presente que a organização da sociedade nem sempre foi como é e não será sempre assim; tenho convicção de que toda a luta não é em vão.

Sigamos, homens e mulheres, buscando uma sociedade fraterna, sem preconceitos e sem amarras discriminatórias. Dia 8 de março, dia da mulher, dia de reflexão. Parabéns!

Por outro lado, Sr. Presidente, a semana que passou também foi marcada por intenso debate no Supremo Tribunal Federal em torno do tema Cotas raciais e cotas sociais.

O Congresso Nacional poderá corrigir uma dívida histórica do Brasil. Trata-se da política de cotas raciais e sociais nas universidades brasileiras, que poderá se



transformar em lei após apreciação do Senado da República. Conhecido popularmente como cotas, a matéria prevê a reserva de 50% das vagas das instituições federais de educação técnica superior para alunos egressos da escola pública. A matéria foi aprovada neste plenário, depois de 2 anos de paralisação devido a recurso que suspendeu sua tramitação conclusiva nas Comissões.

Polêmica para alguns e essencial para outros, a reserva de vagas alimenta discussões em diversos setores. Para os apoiadores, o sistema erigiu o muro das forças desigualitárias que infestam o País. Se a igualdade jamais foi cultivada como um valor digno de apreço pelos senhores da terra, o mérito, no Brasil, não escapa ileso das lacerações profundas infligidas pelo guante da disparidade de oportunidades. Aqueles que são contra alegam que o sistema de reservas, em especial aos negros, só alimenta o racismo no País.

Independentemente dos resultados dessas discussões, todos concordam hoje que grande parcela da população brasileira não usufruiu do direito constitucional à educação superior segundo sua capacidade.

Não se trata de uma equação qualquer. É a reparação de uma dívida histórica com grande parcela da sociedade desassistida. Estudos recentes demonstram que as experiências já implantadas em diversas universidades públicas apontam os alunos ingressos pelo sistema de reservas como os melhores desempenhos iniciais nos cursos, contribuindo fortemente para melhorar os resultados finais dos cursos em que se engajaram.

O projeto de reserva de vagas apresenta em seu teor a implementação progressiva da política de cotas completada em um período de 4 anos, com base em um índice crescente de 25% de vagas reservadas a cada ano. Entre os beneficiários encontram-se estudantes de baixa renda, indígenas e afrodescendentes, na proporção da participação dessas populações em cada Unidade da Federação.

Ademais, o projeto prevê uma avaliação de sua implementação em 5 anos e duração de 10 anos. Os argumentos de inconstitucionalidade, de relaxamento das condições acadêmicas e de estímulo ao racismo foram sucessivamente rejeitados



pelos fatos, pelos debates exaustivos nas Comissões e pela unanimidade de votação nas duas Casas.

Não há incertezas de que o momento é de expansão da rede federal em todos os cantos do País. Nenhum cidadão terá restrição de suas oportunidades. A promoção da igualdade é dever do Poder Público e o acesso aos níveis superiores de educação é uma de suas ferramentas mais eficazes.

O tema, antes ocupado pelas academias, movimentos organizados da sociedade e pelos Poderes Legislativo e Executivo, agora também ocupa importante espaço de debate no Judiciário. Os Ministros da Corte maior da República Federativa do Brasil analisam a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 186, ingressada pelo Partido dos Democratas, que contesta a política de cotas da Universidade de Brasília.

Segundo o autor da ADPF, trata-se de buscar uma definição sobre a reserva de vagas. Para o DEM, a discussão gira em torno de qual política seria melhor e mais acertada para o Brasil: se a implantação de cotas raciais ou de cotas sociais. Para debater o tema, o relator da matéria no Supremo, Ministro Ricardo Lewandowski, promoveu três rodadas de audiências pública envolvendo diversos segmentos da sociedade para debater o tema.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) tem posição favorável às políticas de reservas de vagas e afirmou posição ao participar do debate no STF. Para a UNE, o fim do vestibular, a ampliação de oferta de matrículas na rede pública brasileira e as políticas afirmativas são formas eficientes de universalidade e acesso à educação brasileira. Segundo dados apresentados pela União Nacional dos Estudantes, o Brasil chegou em 2010 com o número de 13,9% de jovens de 18 aos 24 anos que conseguem ter acesso a uma matrícula na universidade brasileira. Se comparado aos países latino-americanos, trata-se de um número muito baixo, inclusive com países vizinhos como Bolívia (24%), Chile (31%) e Argentina (42%). A Europa supera com 60% dos jovens conseguindo ingressar na sua universidade.

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 186 - Recurso Extraordinário (RE) nº 597.285/RS - poderá ser votada pelo Plenário do Supremo



Tribunal Federal ainda neste ano, conforme noticia o relator. Para Ricardo Lewandowski, a decisão do Supremo sobre a constitucionalidade do sistema de cotas da UnB deverá influenciar todas as universidades federais e estaduais do País.

Tenho plena convicção de que a política de cotas nas instituições públicas de ensino superior é uma ação positiva e reparadora. Não há nenhum tipo de privilégio instituído ou de desigualdade sendo promovida. Pelo contrário, a partir desta iniciativa, o Governo Federal incentiva nas suas instituições aquilo que é o seu dever: promover as condições equivalentes de acesso e de permanência nas universidades e escolas técnicas federais e, paralelamente, assegurar a superação de desigualdade.

Sr. Presidente, parte do tempo que ocupamos hoje foi para dialogar com os adversários do Governo, que, de maneira bastante veemente, quase violenta, utilizaram a tribuna para fazer suas assertivas a partir de matérias da Revista Veja, nem toda ela fundamentada em fatos reais, concretos ou comprovados, e que levam efetivamente a desdobramentos em futuro muito próximo.

Creio que essas iniciativas, essas investidas nas últimas 3 semanas, desde o exitoso congresso nacional do Partido dos Trabalhadores, que proclamou a Ministra Dilma Rousseff como nossa pré-candidata, e na iminência de a Ministra, no próximo dia 31 de março, afastar-se de suas funções institucionais na Casa Civil da Presidência da República para então ter a condição de pré-candidata e liberdade e mobilidade no território nacional, tenderão a crescer.

O calor da disputa é um calor natural na prática democrática. Agora, o tom da disputa, a pauta que se coloca em torno dela deve ser qualificada em torno do projeto de desenvolvimento humano e sustentável para o Brasil.

Há pouco se fez menção aqui às declarações do Presidente Lula, no episódio do falecimento de um prisioneiro comum, guardado dentro de serviço hospitalar de qualidade, garantido e assegurado pelo Estado cubano. Houve a intenção de imputar ao Presidente Lula qualquer tipo de responsabilidade sobre um assunto interno, primeiro, quanto ao direito de manifestação daquele prisioneiro comum, que decidiu por sua liberdade individual inviolável a atitude de fazer uma greve de



fome; segundo, de fazer uma relação entre a visita do Presidente, a política internacional brasileira e o falecimento daquele cidadão, o que é um fato lamentável.

Atribuir ao Presidente Lula alguma contradição em relação ao seu compromisso com a causa de trabalhadores, à emancipação da sociedade cubana, ao seu direito de autodeterminação e ao conselho humanitário que ele daria a qualquer grevista? A pergunta feita a Lula é que conselho daria a um grevista de fome. Ele disse que, se tivesse tempo, jamais aconselharia que aquele cidadão ou qualquer outro, em qualquer situação de protesto, ingressasse em greve de fome.

O paradoxo maior é por que não se condenou o Governo Thatcher pelo fato citado pelo mesmo colega de Parlamento hoje aqui, quando um militante do IRA foi levado à morte por sua igual decisão de greve de fome, com uma distinção: ele não estava sendo atendido em hospital público.

Essa diferença é fundamental do ponto de vista de projeto humanitário. É essencial do ponto de vista da proteção do Estado aos cidadãos e cidadãs. Essa diferença é a mais marcante da distinção entre um Governo liderado pelo neoliberalismo e um Governo com uma pauta socialista, em que pesem nossas críticas à ausência de determinadas liberdades.

Creio, portanto, que se nós de fato recuperarmos a memória e fizermos as comparações legítimas, essa será a melhor via de esclarecimento do povo brasileiro, que já reiteradamente nas pesquisas de opinião vem manifestando, Sr. Presidente, meus caros pares, a sua mais integral capacidade crítica de avaliar políticas públicas, de reconhecer na pele, na vida dos seus familiares e na própria vida a multiplicação de oportunidades, o desejo e a esperança de permanecer brasileiros e brasileiras e a vontade de fazer com que haja esse projeto de aumento das oportunidades; de progressão dos direitos; de investimentos públicos solidificados na base produtiva brasileira, com atenção ao desenvolvimento social; de repartição de renda; de dissuasão daquilo que possa ser ameaça à nossa soberania; de solidariedade continental com os países americanos; de ampliação da nossa pauta de relações com o Oriente Médio e com a África; de implantação de universidades públicas com a dimensão regional e transcontinental, como é a



UNILAB, sediada no Estado do Ceará pelos nossos companheiros africanos e brasileiros, ou a Universidade da Fronteira, na fronteira sul do Brasil.

Esses são os gestos que efetivamente calam fundo no sentimento e na razão do povo brasileiro.

E por isso, nós, do Partido dos Trabalhadores, não tememos comparação. E temos a convicção de que nossa trajetória nos legitima a fazer a melhor disputa.

O Sr. Nilson Mourão - V.Exa. me concede um aparte, Deputado Abicalil?

O SR. CARLOS ABICALIL - Pois não, meu caro Nilson Mourão.

O Sr. Nilson Mourão - Deputado Abical, ao final do seu pronunciamento - vejo que o Presidente está acionando as campainhas - peço um aparte a V.Exa. para cumprimentá-lo. Mais uma vez, como ilustre representante do seu Estado, trouxe a esta Casa um balanço do Governo do Presidente Lula, refletindo, ao final do seu discurso, sobre essa polêmica em torno da questão cubana. V.Exa. incide com argumentos muito interessantes e muito convincentes. Parabéns pelo pronunciamento de V.Exa.

O SR. CARLOS ABICALIL - Muito obrigado pela sua atenção, Deputado Nilson Mourão. Acolho muito honradamente os cumprimentos que faz.

Sr. Presidente, segue artigo da Ministra Nilcéa Freire em que diz que lutas e conquistas que permeiam o centenário da data merecem reflexão.

"Os 100 anos do Dia Internacional da Mulher

O Globo Online - Março de 2010

A igualdade entre homens e mulheres é um processo em permanente construção. No centenário do Dia Internacional da Mulher, comemorado este ano, devemos celebrar as conquistas e vitórias já alcançadas pela luta feminista. A data oferece uma oportunidade para refletirmos sobre o lugar ocupado pelas mulheres na sociedade ocidental e, principalmente, no Brasil. O movimento feminista conseguiu, no último século, dar visibilidade à luta contra o sexismo, questionando a inferiorização e a subordinação das mulheres, personagens tradicionalmente esquecidas em nossa história.



Especialmente a partir das lutas travadas na década de 70, os direitos das mulheres - de existir com dignidade, de ter uma propriedade, de acesso à educação e ao trabalho, de votar e ser eleita, de participar de espaços de poder e decisão, de ser dona do seu próprio corpo, de viver livre de violência e em igualdade de condições com os homens - foram, em maior ou menor medidas, reconhecidos. Agora, o desafio é garantir que esses direitos fundamentais sejam integralmente vividos e partilhados por todas.

No Brasil, as mulheres já são 51,3% da população. Isso se deve à sobremortalidade masculina adulta, especialmente negra, e à queda nas taxas de mortalidade feminina relacionadas à gravidez, parto e pós-parto. A queda na taxa de fecundidade, por sua vez, vem alterando a taxa de reposição populacional e traz uma profunda transformação na vida das mulheres. Outra mudança, significativa, foi o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. No entanto, de acordo com a PNAD/IBGE de 2008, a inserção econômica de 43% das mulheres ocupadas estava em postos de trabalho com menor nível de proteção social e mais vulneráveis.

O trabalho doméstico ainda é a principal ocupação das mulheres, principalmente das mulheres negras. A baixa formalização e a falta de reconhecimento dos direitos dessas trabalhadoras ainda são desafios a serem superados. Elas são responsáveis por uma atividade de importância crucial para toda a sociedade, o trabalho do cuidado e de reprodução das famílias. Aliás, este mesmo trabalho quando executado de forma não-remunerada não é considerado atividade econômica, reforçando a invisibilidade e a desqualificação do trabalho doméstico em nossa sociedade.

De acordo com estudo da Organização Internacional do Trabalho, as mulheres trabalham cinco horas semanais a mais do que os homens. Elas têm uma jornada total semanal de 57,1 horas, contando com 34,8 horas semanais de trabalho e mais 20,9 horas de atividades domésticas. Já os homens têm uma jornada total de 52,3 horas semanais, sendo 42,7 horas de jornada de trabalho e 9,2 horas semanais de atividades domésticas.



Arrumar a casa, cuidar dos filhos e dos idosos devem ser responsabilidades compartilhadas entre homens e mulheres, sob pena de sobrecarregar algum dos lados. E estes devem ser apoiados por políticas de Estado que assegurem, também, as condições para a reprodução da vida. Por isso, as discussões sobre o aumento da licença-maternidade (e da licença paternidade ou parental) e a adoção de ações afirmativas de gênero devem ser consideradas em conjunto pelos governantes e pela sociedade civil.

Apesar dos desafios, registram-se avanços. As mulheres elevaram a taxa de escolaridade e, nos últimos anos, observa-se uma tendência contínua, ainda que lenta, de redução do hiato salarial existente entre trabalhadores e trabalhadoras. Esta conquista deve-se à política de valorização do salário mínimo e às políticas sociais de transferência de renda. Outra vitória são os importantes passos que vêm sendo dados, com ampla participação da sociedade, no sentido da erradicação de todas as formas de violência contra as mulheres. Ainda temos elevados percentuais de violência doméstica no país, mas observa-se que uma importante mudança cultural vem sendo operada desde a sanção da Lei Maria da Penha. O Relatório Global do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) classificou esta legislação como uma das três mais avançadas para enfrentamento à violência contra as mulheres no mundo.

Paulatinamente se constituiu uma poderosa narrativa de desconstrução das desigualdades históricas entre homens e mulheres, a partir da denúncia da invisibilidade do trabalho das mulheres no espaço doméstico e do questionamento da sua posição secundária na sociedade. A equidade de gênero tornou-se uma questão de Estado e a formulação das políticas para sua conquista conta com uma forte e ampla participação social. Mas é preciso ter em mente que o princípio de igualdade entre homens e mulheres deve ser compartilhado por toda a sociedade e isso exige a participação de todos e todas em um permanente exercício de respeito a alteridade e de construção da cidadania.

Nilcéa Freire

Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Presidência da República



Documento 89/94

036.4.53.O Sessão Ordinária - CD 11/03/2010-16:33

Publ.: DCD - 12/03/2010 - 8384 ASDRUBAL BENTES-PMDB -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Elogio ao Deputado Carlos Abicalil pelo discurso proferido. Saudações aos Vereadores Valdo Santos Cunha, Zulene dos Santos Araújo, Edivaldo Borges e Natalino Rosário, do Município de Ourilândia do Norte, Estado do Pará, presentes no plenário. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Realização de plebiscito sobre a criação dos Estados do Tapajós e Carajás.

O SR. ASDRUBAL BENTES (Bloco/PMDB-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, preliminarmente, não apenas o povo de Marabá, que V.Exa. conhece muito bem, como também o povo do Pará, com certeza, ouvirão este meu pronunciamento, embora para determinada parte do Estado eu não seja assim tão bem-vindo, pois que vou tratar de tema da maior relevância para a região sul e sudeste do Pará, qual seja o plebiscito para a criação de uma nova Unidade da Federação: o Estado de Carajás.

Antes, quero cumprimentar o Deputado Carlos Abicalil pelo seu pronunciamento, em que, com muita segurança e firmeza, defendeu não apenas seus pontos de vista pessoais, como também sua ideologia política e o Governo, a cuja base de apoio pertence.



Cumprimento os Vereadores do Município de Ourilândia do Norte presentes neste plenário: Walto Santos Cunha; Zulene dos Santos Araújo; Edivaldo Borges Gomes e Natalino Rosário Alves. V.Exas., nossos companheiros Parlamentares, sejam bem-vindos a esta Casa e levem para Ourilândia do Norte e para toda aquela região a certeza de que aqui na Câmara dos Deputados trabalhamos sempre em defesa da nossa região.

Aproveito esta oportunidade, ainda antes de abordar o tema a que me propus, para associar-me às homenagens à mulher brasileira, na semana que lhe é dedicada. À mulher-mãe, à mulher-dona de casa, à mulher trabalhadora, rural ou urbana, à mulher que sofre, que vibra, que faz o milagre da multiplicação dos pães, à mulher que é indispensável, imprescindível e fundamental para que nós, homens, possamos ter, ao lado do seu carinho, do seu afago, do seu conforto, da sua compreensão, da sua solidariedade, força para trabalharmos e produzirmos em prol de nosso sustento, do de nossa família e do de nossa comunidade.

À mulher brasileira, deixo a minha solidariedade, o meu apreço, o meu carinho, dizendo-lhe que nós, nesta Casa, tudo faremos para que a mulher seja cada vez mais participativa na vida deste País, para que seja cada vez mais respeitada e que tenha seus direitos preservados e até aumentados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Amazônia é uma extensão territorial de proporções continentais. Sessenta por cento do território brasileiro constituem a Amazônia - composta por apenas 9 Estados da Federação. A imensidão desses Estados impõe uma nova divisão territorial.

Não é mais possível que Unidades da Federação como o Amazonas, do meu amigo e companheiro Praciano, um nordestino amazonense, continuem com aquela imensidão territorial, e que o Estado permaneça de lá ausente. Não podemos admitir que riquezas como as do Pará, tão opulento por seu solo fértil, por seu subsolo de minérios abundantes, por seu potencial hídrico, por sua flora, não sejam divididas como deveriam ser. Afinal de contas, hoje, o grande reclamo do sul, sudeste e oeste do Pará é exatamente pelo fato de para lá só irem as migalhas. Aliás, isso também não é de hoje; há muito tempo que acontece.



Lá, Deputado Antonio Feijão, o Estado está ausente, e a saúde, literalmente na UTI. Não adianta construir hospitais regionais, como fez o Governador Simão Jatene: hoje lamentavelmente não funcionam. Em alguns hospitais regionais, para evitar que os leitos sejam ocupados, colocam a placa "em manutenção" diante de determinada ala - que, na realidade, não está em manutenção; trata-se, isso sim, de uma grande negociata que precisa ser apurada, porque a empresa ou a OSCIP que dirige o hospital regional percebe o mesmo que perceberia se aquela ala estivesse ocupada por doentes.

Portanto, a saúde do meu Estado está na UTI.

A malha viária é uma tábua de pirulitos: buracos por todos os lados.

Na semana passada, percorri o sul do Pará. O que vi em toda a região foi o abandono a que a população está submetida - exatamente a situação que me levou a apresentar, em 1989, projeto de decreto legislativo para a realização de plebiscito visando a criação de uma nova unidade federativa, o Estado de Carajás. Hoje, como àquela época, a região está abandonada, completamente abandonada; o Estado está ausente; e a segurança pública é a grande dor de cabeça: o cidadão de bem vive hoje refém dos bandidos dentro do próprio lar.

Em Marabá, se não me falha a memória, no fim da semana passada, caro Deputado Mauro Benevides, aconteceram 10 homicídios violentos. Como se sabe, aquela região explodiu, em função de suas riquezas, já que ninguém corre em busca de terra pobre. O povo que saiu do Sul, do Sudeste, do Centro-Oeste e do Nordeste em direção à Amazônia o fez porque esta é uma terra rica, com condições de ser explorada. As pessoas que partem para a Amazônia buscam melhores condições de vida. Lá chegando, o que encontram? O abandono. Não há empregos.

A notícia de que a Vale vai implantar lá uma grande siderúrgica faz com que milhares de brasileiros corram para a Amazônia e, ao chegarem lá, não se veem capacitados para exercer as funções técnicas exigidas e acabam relegados ao abandono, permanecem nas periferias das cidades, aumentando a marginalidade e a criminalidade. E o Estado continua ausente, sem prover uma política que



garanta àquelas pessoas condições dignas de trabalho, para que possam se manter e às suas famílias.

Não podemos impedir o direito de ir e vir. Para se ter uma ideia, na Amazônia - eu fiz um estudo visando a criação do Estado de Carajás -, existem mais de 400 mil maranhenses, inseridos em aproximadamente 1,1 milhão de habitantes. Os maranhenses, que já foram tangidos de suas terras em busca de dias melhores, muitas vezes pela seca e pela falta de condições de trabalho, são bem-vindos.

O Sr. Mauro Benevides - V.Exa. me permite um aparte, Deputado Asdrubal Bentes?

O SR. ASDRUBAL BENTES - Deputado Mauro Benevides, V.Exa. sempre abrilhantou os meus pronunciamentos. Fico muito feliz de, mais uma vez, tê-lo a me apartear e enriquecer meu pronunciamento.

O Sr. Mauro Benevides - V.Exa. sabe que eu, estando neste plenário, jamais me dispensei de deslustrar o discurso de V.Exa. com a minha intervenção. Obrigome, neste instante, a aparteá-lo, para destacar que a discussão da temática da Amazônia é feita por V.Exa. sempre com brilho e perfeito conhecimento de causa. V.Exa. retrata a fisionomia do Estado apresentando essa alternativa de divisão territorial, o que esperamos se concretize, com a acuidade do Governo e do Congresso Nacional. Espero que restabeleçamos aquilo que V.Exa. aponta como solução ideal. V.Exa. se reporta àqueles brasileiros egressos de outras Unidades Federadas que chegavam à Amazônia em sagas migratórias que, no passado, se ampliavam constantemente. Eu me permito dizer a V.Exa. que, salvo engano, 46 mil cearenses se encontram naquela faixa territorial. Tudo isso faz com que nós nos compenetremos da importância da solução que V.Exa. aponta, neste momento, em discurso abalizado e circunstanciado. V.Exa. revela, portanto, mais uma vez, sua preocupação com essa causa, de cuja defesa V.Exa. se tornou o arauto mais competente e autorizado desta tribuna da Câmara dos Deputados. Portanto, eu não me dispensaria, como disse no início, de cumprimentá-lo pelo pronunciamento e de fazer votos de que suas palavras neste Grande Expediente repercutam nos setores que decidem no âmbito do Governo e deste Parlamento, para que possamos concretizar a alternativa que V.Exa. preconiza com seu



descortino, com sua clarividência e com suas convicções de homem público. Cumprimento V.Exa. e o parabenizo pelo magnífico discurso na tarde de hoje.

O SR. ASDRUBAL BENTES - Obrigado, Deputado Mauro Benevides. Devo dizer que me sinto muito honrado todas as vezes que sou aparteado por V.Exa. Como disse, seus apartes sempre enriquecem minha modesta fala.

V.Exa. é um cearense da gema, mas, à semelhança de meu amigo Francisco Praciano, que é um cearense amazonense, V.Exa. é também um cearense paraense, porque a família de V.Exa. tem na cidade de Benevides uma homenagem por ter prestado relevantes serviços ao meu Estado, o Pará. V.Exa., Deputado Mauro Benevides, é um Parlamentar cearense paraense! (Risos.)

Concedo, com muita honra, um aparte ao nobre Deputado do Amapá Antonio Feijão.

O Sr. Antonio Feijão - Deputado Asdrubal Bentes, não é uma corrida da borracha, é mais um cearense que vai apartear V.Exa. em seu brilhante discurso. Sendo bem breve, quero parabenizá-lo por trazer esse tema com tamanho saber e serenidade. A reformatação do mosaico federativo da Amazônia é uma questão nacional. Não adianta nossos colegas do Sul e Sudeste pensarem em barganhas de voto, aumento de cadeiras. A divisão do Pará não significa enfraquecimento do Sul e Sudeste no Congresso Nacional, mas o engrandecimento das economias, que vão ser geradas mais de perto, dos bons serviços públicos, que vão ser praticados mais a contento das populações locais. Portanto, com relação à redivisão do mosaico federativo, tão lutada pelos filhos do Pará pelos 2 territórios que os amazonenses desejam, Alto Rio Negro e Solimões, pelo sucesso que foi na Constituição a transformação de Roraima e Amapá em Estados e a criação do Tocantins, V.Exa. leva meus sinceros parabéns. Continue com a luta de que a estrela do Pará não vai se dividir para enfraquecer o Congresso, vai se dividir para dar mais luz e força à nossa Nação.

O SR. ASDRUBAL BENTES - Deputado Antonio Feijão, V.Exa., que também é um cearense amazônida e tão bem representa o Amapá nesta Casa, tem profundo conhecimento da Amazônia não apenas na área de sua profissão, como em todos os aspectos.



Agradeço a V.Exa. o aparte, que também enriqueceu meu pronunciamento e trouxe a esta Casa e aos telespectadores da TV Câmara a noção exata do que queremos para a Amazônia: sua redivisão territorial, para participarmos melhor do desenvolvimento e propiciarmos melhores condições de vida ao nosso povo.

Meu amigo Deputado Francisco Praciano, é muita honra ouvi-lo. Mais um cearense amazônida.

O Sr. Francisco Praciano - Muito obrigado, companheiro Asdrubal Bentes. Nos últimos 3 anos, V.Exa. e eu temos tido bastante convivência. Somos da Comissão da Amazônia. Portanto, falo sem nenhum temor da sua paixão pela região. Aliás, V.Exa. também é um amazonense, de Humaitá (risos), que está colaborando com o Pará. A divisão territorial da Amazônia é uma questão oportuna, inteligente, em função das dimensões da região. Dizem que um fotógrafo, para fotografar a Amazônia - usamos o avião toda semana para o Norte, a 10 mil metros de altura -, precisaria estar a 2 mil metros de altura, tamanha é a grandeza da região. Se fosse independente, seria a quarta ou quinta nação do mundo. O que quero dizer com isso, até exagerando nessa comparação? Que a Amazônia tem de ser tratada de maneira diferenciada. Temos muitos discursos sobre a Amazônia, nas Comissões, na imprensa, no mundo. Entretanto, ele é mais forte que as realizações. O orçamento para a Amazônia, na minha opinião, tem de ser do tamanho da Amazônia ou do Rio Amazonas, que é pequeno em função dos investimentos que devem ser feitos ali. Seu discurso sintetiza e grita para o Governo, para o País, que a Amazônia precisa de mais investimento e mais cuidado e não só de discurso. Quero dar só uma triste informação, contra a qual temos de lutar: o Amazonas, o maior Estado da Federação, com 62 Municípios, só tem 3 tomógrafos no interior. Esse é um fato que aponta que o discurso está grande e o investimento, pequeno. Temos de tratar a Amazônia de forma diferenciada, a partir da divisão territorial, da presença do Estado, com INCRA e FUNAI fortes, as instituições do Estado brasileiro fortes. A FUNAI, por exemplo, não pode operar como instituição na Amazônia, com tamanha grandeza territorial, sem barco, sem helicóptero. As queimadas na região não têm suporte - nem em Belém, no Pará; nem em Manaus, no Amazonas, nem no Amapá e no Acre - de



uma brigada de incêndio especializada. Portanto, saímos do discurso. Esta foi a tradução que obtive do seu discurso: saímos do discurso e começemos a ter, de forma concreta e objetiva, a Amazônia com política diferenciada e um bom orçamento. Parabéns pelo seu discurso, que engrandece, chama atenção, grita para o mundo e para o Brasil que temos de cobiçar a Amazônia, vendo-a de forma diferenciada e investindo mais.

O SR. ASDRUBAL BENTES - Agradeço a V.Exa. o aparte, nobre Deputado Francisco Praciano, meu amigo de todos os momentos, na Comissão da Amazônia, no fumódromo, no plenário, enfim... Seu aparte realmente engrandeceu meu pronunciamento. Com muita alegria e com muita honra o incorporo ao meu pronunciamento.

Partindo do que falaram V.Exa. e o nobre Deputado Antonio Feijão, digo que não há outro caminho a não ser a redivisão territorial não apenas com os Estados de Carajás e Tapajós. Os territórios do Amazonas, do Mato Grosso e de outros Estados, enfim, precisam ser divididos para serem governados.

As restrições territoriais são tamanhas, que certos Governadores, ao término do mandato, não conseguiram percorrer todos os Municípios e muitos sequer conhecem os problemas principalmente daqueles que, como o sul e o resto do Pará, estão nas pontas, onde as vias de acesso são mais difíceis.

Por isso precisamos acabar com esse sentimentalismo piegas. Não vamos dividir o Pará só porque os Deputados Asdrubal Bentes, Giovanni Queiroz ou a bancada do sul paraense querem aumentar sua bancada. Não é isso! Não!

Nós queremos a presença do Estado, que fica encastelado em palácios com ar-condicionado, acarpetados, em Belém, e só olha para a Grande Belém. Enquanto isso, o trabalhador rural não tem assistência no campo. As vicinais - que o INCRA constrói, mas não mantém - não são recuperadas. Há também problemas na área de saúde, que, como V.Exas. bem sabem, infelizmente, não é apenas no Pará. O Amazonas, com sessenta e poucos Municípios, conta com apenas 3 tomógrafos para atender todo o interior.

Vejam a situação a que chegamos. Não podemos continuar nesse estado de coisas. Precisamos ter coragem. Paguei um preço bem caro por ter tido a



coragem de, em 1989, apresentar o primeiro projeto de redivisão territorial para o Estado do Pará. Custou-me caro: não me reelegi em 1990. Mas outro companheiro da região se elegeu e reapresentou o projeto, que continuamos discutindo.

Meu caro Deputado Nilson Mourão, na Comissão da Amazônia, sou Relator dos projetos de decreto legislativo para a realização, no Pará, de plebiscito sobre a criação dos Estados de Carajás e Tapajós.

Terei, mais uma vez, a coragem de enfrentar determinada mídia do Estado que é contra essa divisão porque não quer perder a mamata das gordas contas dos órgãos públicos. Tenho a coragem, sim, de oferecer meu parecer e voto favorável à criação desses novos Estados porque é isso que o povo de cada região almeja, e nós não podemos ser contra o povo.

Temos de ser a favor daquilo que é melhor para o povo! O que é melhor para o povo do oeste do Pará é caminhar com seus próprios passos; o que é melhor para o povo do sul e sudeste do Pará é caminhar com seus próprios passos, dirigir com suas próprias cabeças seus destinos e não ficar à mercê das elites que dominam o Estado.

Precisamos ter a coragem de enfrentar essa luta que vai ser árdua e difícil. Espero contar com meus companheiros desta Casa, que certamente vão entender a revolta daquela região - o Senado Federal já entendeu - de que é preciso criar essa nova Unidade Federativa, para que possamos ter mais saúde e educação e melhores vias de acesso, enfim, para que possamos ter a presença efetiva do Estado, que hoje não temos. Nós não a temos naquela região!

Volto a repetir: a segurança, não obstante a boa vontade das tropas policiais, a seriedade dos policiais militares, a boa vontade da Polícia Civil, não temos segurança pública na região, saúde, também não temos. Estradas? Tábuas de pirulito, um buraco só, uma buraqueira só! Por exemplo, viajei agora. Quem vai de Xinguara até Eldorado dos Carajás faz o trecho de 155 quilômetros em 2 horas e meia a 3 horas, a não ser queira acabar com seu carro.

É hora de mudança, é hora de acabar com sentimentalismo, é hora de raciocinar com a cabeça e não com o coração. É isso que queremos: esta Casa entenda que



não se trata imediatamente da criação de um novo Estado, mas apenas de dar ao povo daquela região, daquele Estado, o direito de ser ouvido para decidir se quer ou não a criação do novo Estado. E isso é altamente democrático. Fora disso, aí, sim, estaremos cometendo um ato arbitrário, porque estaremos tolhendo o povo de se manifestar para dizer se quer ou não a nova unidade de Carajás e a nova unidade do Tapajós.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agradeço a honra e a paciência de me ouvirem. Quero deixar bem claro que vamos continuar a luta, certamente com o apoio dos companheiros da Amazônia, que, com certeza, vão aproveitar o ensejo para também fazerem a redivisão territorial dos seus Estados, já que o Estado brasileiro se faz ausente.



Documento 90/94

035.4.53.O Sessão Extraordinária - CD 11/03/2010-10:58

Publ.: DCD - 12/03/2010 - 8325 ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Maior participação das mulheres na política brasileira.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último dia 8, comemoramos o centenário do Dia Internacional da Mulher, data oficializada em 1910, durante a II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, realizada Copenhague, na Dinamarca, quando Clara Zetkin propôs uma resolução no sentido de instaurar oficialmente um dia internacional das mulheres.

O Dia Internacional da Mulher seguiu sendo celebrado em datas diferentes, de acordo com o calendário de lutas de cada país. Em 1914, ele foi comemorado pela primeira vez em 8 de março, na Alemanha. A partir de 1922, a celebração internacional foi oficializada nesse dia.

Historicamente, tem-se vinculado o dia 8 de março como uma homenagem às 129 operárias que morreram queimadas durante manifestação por melhores condições de trabalho. Naquele 8 de março de 1857, patrões e policiais colocaram fogo na



fábrica têxtil onde as mulheres estavam trancadas, após protestarem contra a jornada de trabalho de 16 horas e por melhores salários.

Muita coisa mudou desde então, mas ainda há muito por fazer.

Desde a Revolução Industrial, mulheres vinham ocupando postos em fábricas, além de exercer as profissões tipicamente femininas, como enfermagem e serviços domésticos. Os salários, entretanto, tinham diferenças brutais. As primeiras articulações de um movimento feminista pela igualdade de direitos começaram logo após a Revolução Francesa. Os principais objetivos eram o direito ao voto e à educação.

No Brasil, até 1879, as mulheres eram proibidas de frequentar cursos de nível superior e, durante boa parte do século XIX, só podiam ter educação fundamental. Mesmo com a legislação que permitia a instrução feminina, as mulheres tinham o acesso dificultado. Somente com o Código Eleitoral Provisório, de 24 de fevereiro de 1932, as mulheres brasileiras passaram a ter direito de voto. Mesmo assim, sua participação na política continuou sendo tolhida, como, de resto, em todos os setores da vida política e econômica do País.

Em 3 de maio de 1933, a médica paulista Carlota Pereira de Queiroz foi a primeira mulher a votar e a ser eleita Deputada Federal. Ela participou dos trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte, entre 1934 e 1935. No Senado Federal, a primeira mulher a ocupar um lugar foi Eunice Michiles (PDS-AM), em 1979. Suplente, ela assumiu o posto com a morte do titular do cargo, o Senador João Bosco de Lima. As primeiras mulheres eleitas Senadoras, em 1990, foram Júnia Marise (PRN-MG) e Marluce Pinto (PTB-RR).

Em 1994, Roseana Sarney (pelo então PFL) foi a primeira mulher a ser eleita Governadora, no Maranhão. Em 1996, o Congresso Nacional instituiu o sistema de cotas na legislação eleitoral - que obrigava os partidos a inscreverem, no mínimo, 20% de mulheres nas chapas proporcionais. No ano seguinte, o sistema foi revisado, e o mínimo passou a ser de 30%.

De lá para cá, muita coisa mudou, mas muito ainda precisa ser mudado no Brasil e no mundo.



Em nosso País, as mulheres ocupam 8,9% das cadeiras da Câmara dos Deputados e 12,3% das cadeiras do Senado Federal. Nas Assembleias Legislativas, as mulheres ocupam 11,9% das cadeiras e nas Câmaras Municipais esse percentual sobe para 12,5%. Por essa razão, ostentamos vergonhosamente a 142ª posição no ranking que mede a participação feminina no Poder Legislativo de 187 países.

A despeito desses números, pesquisa realizada pela Secretaria Especial de Política Para Mulheres revela que 94% dos brasileiros afirmam que votariam em mulheres, 83% afirmam que a presença de mulheres melhora a política e 75% são favoráveis a uma política de cotas para as mulheres.

Para o processo eleitoral que se avizinha, a principal tarefa das mulheres é eleger mais mulheres, aproveitando inclusive os avanços que conquistamos na minirreforma eleitoral aprovada em 2009. Na nova legislação, cada partido ou coligação deverá registrar o mínimo de 30% e o máximo de 70% de candidatos de cada sexo.

Na Lei Orgânica dos Partidos Políticos também conseguimos estabelecer avanços para assegurar a ampliação da participação feminina na vida partidária.

Outra conquista obtida pela bancada feminina da Câmara dos Deputados foi a participação de representação da bancada em todas as reuniões do Colégio de Líderes, situação que nos tem permitido batalhar para incluir nas pautas de votações proposições de interesse da mulher. Ainda agora, conseguimos incluir na pauta da Câmara dos Deputados a PEC nº. 030/2007, da Deputada Ângela Portela, que amplia para 180 dias a licença gestante.

Nesta semana, está na pauta a PEC nº. 590/2006, da Deputada Luíza Erundina, que garante a representação proporcional de cada sexo na composição das Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e de cada Comissão, assegurando, ao menos, uma vaga para cada sexo.

Ainda temos o compromisso de diversos Líderes partidários de assegurar que o PL nº. 6.653/2009, elaborado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e encampado pela bancada feminina, tenha sua tramitação modificada para o regime de urgência. Trata-se de projeto que visa proteger a mulher no



mercado de trabalho e determina que o Estado e as empresas criem ações de incentivo à igualdade de oportunidades entre mulheres e homens no trabalho e de prevenção a abusos como assédio sexual e moral.

Porém, enquanto lutamos para conquistar avanços na legislação brasileira, na esfera do Judiciário temos enfrentado percalços, como a recente decisão do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual "a ação penal pública a respeito da violência doméstica tem natureza condicionada, ou seja, em caso de agressão leve, a ação penal contra o agressor proposta pelo Ministério Público não pode ter continuidade independentemente da vontade da vítima".

Nosso desafio em 2010 é, no âmbito do Congresso Nacional, atuar de forma incisiva para conquistar mudanças legislativas que contribuam para a redução das desigualdades entre mulheres e homens e, no plano político mais geral, desencadear um vigoroso movimento nacional para incentivar a participação das mulheres nas eleições deste ano e ampliar a presença feminina no Congresso Nacional. Só assim conseguiremos implementar as mudanças de que a legislação brasileira necessita e que, na maioria das vezes, nos são negadas para que nada mude na política.

Muito obrigada.



Documento 91/94

036.4.53.O Sessão Ordinária - CD 11/03/2010-15:15

Publ.: DCD - 12/03/2010 - 8370 LEANDRO VILELA-PMDB -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Apoio à pauta de reivindicações do Prefeitos Municipais presentes em Brasília, Distrito Federal. Reafirmação do compromisso do orador com a causa municipalista. Importância da distribuição de royalties de petróleo da camada pré-sal aos Municípios brasileiros. Preparação da XIII Marcha de Prefeitos a Brasília em Defesa dos Municípios. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Homenagem às mulheres brasileiras, em especial às do Estado de Goiás. Implantação de políticas públicas em prol da mulher brasileira.

O SR. LEANDRO VILELA (Bloco/PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez, os Prefeitos estão em Brasília para apresentar aos membros do Congresso Nacional e do Governo Federal nova e importante pauta de reivindicações em defesa das causas do municipalismo brasileiro.

A cada visita a Brasília, os Prefeitos de todos os Estados brasileiros não conseguem esconder a angústia e aflição com a difícil situação econômico-administrativo-financeira que vivem. É que os encargos e as demandas aumentam



com frequência sem a devida contrapartida no aumento das receitas, o que acaba promovendo estrangulamentos e problemas de toda ordem às Prefeituras.

Quero, nesta oportunidade, saudar o Presidente da Frente de Mobilização Municipalista de Goiás, Prefeito de Quirinópolis, Gilmar Alves, o Presidente da Associação Goiana dos Municípios, Prefeito de Inhumas, Abelardo Vaz, e o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, pelo trabalho de mobilização dos Prefeitos goianos e brasileiros para esse debate que ocorre no Congresso Nacional em defesa dos interesses maiores dos Municípios brasileiros.

Os Prefeitos vão discutir com os Senadores, Deputados Federais e autoridades do Governo Federal: Os Municípios e as perspectiva para 2010. O encontro ocorre dia 10 de março no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados.

Na conversa que mantivemos com o Presidente da Frente de Mobilização Municipalista de Goiás, o Prefeito Gilmar Alves, reafirmamos o compromisso que temos com um municipalismo forte, revigorado, autônomo, para que as Prefeituras possam cumprir suas metas administrativas e atender a todas as demandas da sociedade.

Temas como saúde, educação, perspectivas das finanças municipais em 2010 - comportamento dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto Territorial Rural - e apoio dos Prefeitos ao PL nº 5.938, de 2009, que trata da distribuição dos royalties do pré-sal a todos os Municípios estão incluídos no debate dos Prefeitos brasileiros.

Nós, da Bancada Federal de Goiás, apoiamos a proposta de uma melhor distribuição dos royalties da exploração da camada pré-sal, pois as riquezas são, sem exceção, de todos os Municípios brasileiros. Dados da Confederação Nacional dos Municípios apontam que se a emenda, sugerida pelos Deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e Humberto Souto (PPB-MG), for aprovada, mais de 5 mil Municípios serão beneficiados.

No encontro com os Senadores e com os Deputados Federais, o movimento municipalista apresenta também sete reivindicações que considera viáveis, entre elas a suspensão de todos os descontos automáticos inseridos pelo Tesouro no



FPM, sobretudo o parcelamento das dívidas previdenciárias, tributárias ou sociais até o equilíbrio, em definitivo, do fluxo de caixa municipal; a aprovação da PEC nº 12, de 2006, que trata de limite de pagamento de precatórios pelos Municípios; e liberação imediata, através da Caixa Econômica Federal, de todas as emendas parlamentares contratadas até 2008, que estão no aguardo da liberação de recursos federais.

A presença dos Prefeitos brasileiros no Congresso Nacional inicia também a preparação para a XIII Marcha de Prefeitos a Brasília em Defesa dos Municípios. Saúde e educação devem merecer atenção especial do maior encontro municipalista da América Latina. A XIII Marcha está agendada para o mês de maio, em Brasília, com o tema A autonomia municipal e a Federação brasileira: dificuldades e perspectivas.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o transcurso do Dia Internacional da Mulher, 8 de março, nos enseja, a um só tempo, prestar uma justa homenagem às mulheres goianas, brasileiras e às mulheres de todo o mundo e refletir sobre o seu papel e sua condição de vida no lar e na sociedade.

A onipresença da mulher nos lares é fato histórico, mas só recentemente tem sido reconhecida como fator essencial para a preservação dos laços e dos valores familiares; e seu papel na comunidade vem revelando uma participação cada vez mais intensa em todas as áreas, destacando-se sua atuação no setor produtivo e sua responsabilidade na manutenção da casa.

É factível o crescimento do número de famílias comandadas por mulheres e essa tendência pode se radicalizar. A mulher vem passando por muitas transformações e não tolera mais ficar numa relação por dependência econômica ou simplesmente porque o homem é o pai dos filhos.

Embora a Constituição Federal estabeleça a moradia como um direito social, praticamente inexistem políticas governamentais dirigidas às mulheres com essa finalidade. A mulher é o grande sustentáculo da família. Histórica e estatisticamente, o número de viúvas supera em muito o de viúvos, e, nos casos de separação, resguardadas as exceções, compete à mulher a criação dos filhos.



Uma lógica perversa coroa esse paradoxo: embora a mão-de-obra feminina esteja a cada dia conquistando mais espaço na economia brasileira, as mulheres recebem salários médios inferiores aos dos homens, ainda que no desempenho das mesmas funções.

Não há quem não conheça pessoalmente casos dessa natureza: mulheres que, por morte do cônjuge ou abandono, vêm-se na contingência de criar os filhos com os poucos recursos da pensão ou apenas com o rendimento do seu próprio trabalho.

É frequente, por exemplo, a situação em que a empregada doméstica, ganhando um ou dois salários mínimos, destina parte do seu rendimento para que outra pessoa cuide de seus filhos enquanto ela trabalha fora. Essa situação é ainda agravada pelo fato de que 30% das mulheres que comandam seus lares têm 60 anos ou mais.

Em suma, o que podemos observar é que a mulher, alvo de tantas homenagens e de justo reconhecimento por tudo o que representa na nossa sociedade, não tem a merecida contrapartida no que respeita às políticas sociais.

Por tudo isso, ao homenagear o transcurso do Dia Internacional da Mulher, quero encarecer aos nobres pares o exame de iniciativas parlamentares, apelando também às autoridades governamentais, para que tornem mais efetivas as políticas diferenciadas em favor da mulher brasileira.

Muito obrigado.



Documento 92/94

041.4.53.O Sessão Ordinária - CD 16/03/2010-15:16

Publ.: DCD - 17/03/2010 - 8893 MARCOS ANTONIO-PRB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Combate a discriminações e injustiças sociais praticadas contra as mulheres. Apresentação de projeto de lei sobre a transformação do Dia Internacional da Mulher - 8 de Março - em feriado nacional.

O SR. MARCOS ANTONIO (Bloco/PRB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar todas as mulheres do meu Estado, desta Casa e do Brasil pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.

As mulheres são guerreiras, altaneiras e têm lutado ao longo desses 100 anos para conquistar o seu lugar no mercado de trabalho e na política com muita dignidade. Enfrentam dupla e às vezes tripla jornada de trabalho, mas não desistem dos seus sonhos e dos seus objetivos.

Segundo a revista britânica The Economist, as mulheres são apontadas como principal fator de crescimento das riquezas geradas pelo planeta nas 2 últimas décadas. O sexo feminino responde por 40% do Produto Interno Bruto da economia mundial. O sexo feminino comanda 80% das decisões de compra. As mulheres são responsáveis por 60% das inscrições em cursos de pós-graduação e MBA. Elas estão cada vez mais qualificadas.



Apesar de todos esses números favoráveis, a contribuição feminina na economia do Brasil e do planeta ainda sofre muita discriminação, muita injustiça social.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não podemos aceitar que mulheres que ocupam o mesmo cargo que os homens ganhem salários inferiores. Não podemos aceitar a impunidade nos casos de violência contra a mulher, não apenas a violência física, mas também o assédio moral e sexual.

Acreditamos na força da mulher. Tanto que apresentamos a esta Casa um projeto de lei para que o dia 8 de março seja transformado em feriado nacional. O objetivo é fazer com que as mulheres tenham, no seu dia, a oportunidade de participar de palestras, seminários, encontros, cursos etc.

Muito obrigado.



Documento 93/94

051.4.53.O Sessão Extraordinária - CD 24/03/2010-13:50

Publ.: DCD - 25/03/2010 - 11379 EDINHO BEZ-PMDB -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Ampliação do número de mulheres atuantes na área contábil.

O SR. EDINHO BEZ (Bloco/PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, mais uma vez ocupo esta tribuna para parabenizar as mulheres pela recente passagem do Dia Internacional da Mulher. Quero iniciar minha fala lembrando a mensagem enviada por minha esposa e Presidente do PMDB Mulher em Tubarão, Vitemária Mendonça de Oliveira, que, ao felicitar as mulheres pelo seu dia, disse: "O melhor cosmético do mundo é uma mente ativa, que está sempre à procura de algo novo."

É fato que as mulheres ocupam a cada dia mais espaços no mercado de trabalho. Entre os fatores que contribuem para essa progressão, está o aumento da visibilidade da participação feminina em importantes cargos e instâncias decisórias.

Podemos dizer que as mulheres hoje somam a maioria dos profissionais que atuam nos setores brasileiros de odontologia e de jornalismo. A participação das mulheres no setor contábil também é uma prova de que a profissão está deixando de ser predominantemente masculina.



Na qualidade de contador, quero registrar que, em 1950, o percentual de mulheres na profissão era de 4,3%; em 1990, subiu para 31,7%; e, atualmente, dos 417 mil profissionais brasileiros, 37% são contadoras ou técnicas de contabilidade, conforme dados divulgados, em dezembro de 2009, pelo Conselho Federal de Contabilidade. Apenas nos últimos 5 anos, o número de profissionais mulheres passou de 121 mil para 155 mil.

Apesar de a Região Sudeste registrar o maior número de mulheres nessa profissão, com 36%, é na Região Norte que se registra o maior percentual de mulheres nesse setor, com 47%; em seguida, está o Nordeste, com 39%; o Sul, com 37%; e o Centro-Oeste, com 37%.

Segundo o caro amigo catarinense Juarez Carneiro, que recentemente assumiu a Presidência do Conselho Federal de Contabilidade, ser mulher é indescritível: "Há algum tempo questiono qual o segredo das mulheres para fazer tantas coisas ao mesmo tempo e de forma tão perfeita, seja no trabalho, seja na família, seja na comunidade."

A força da mulher nesse setor permitiu a realização do Encontro Nacional da Mulher Contabilista - há também encontros regionais em todo o País -, conquistando o lugar permanente no calendário das programações do Conselho Federal de Contabilidade.

Como sou bacharel em Ciências Contábeis, neste pronunciamento quis enaltecer o trabalho da mulher nessa área. Além disso, a minha esposa, que, como disse, é Presidente do PMDB Mulher em Tubarão, Santa Catarina, fez um registro que fiz questão de levar ao conhecimento desta Casa e também de todo o País.

Muito obrigado.



Documento 94/94

054.4.53.O Sessão Ordinária - CD 25/03/2010-16:24

Publ.: DCD - 26/03/2010 - 11899 ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE
DISCURSO

Sumário

Comemoração do 88º aniversário de fundação do Partido Comunista do Brasil - PCdoB. Transcurso do Dia Internacional da Mulher. Participação de mulheres na política brasileira. Defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 590, de 2006, sobre a garantia da participação feminina na composição das Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (Bloco/PCdoB-BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, 25 de março, o PCdoB, o Partido Comunista do Brasil, meu partido, comemora 88 anos de luta, 88 anos de vida. É o mais antigo partido em funcionamento no País.

O PCdoB foi criado, no início do século XX, por um grupo de operários, portuários, jornalistas, entre outros trabalhadores que respiravam os ventos democráticos e renovadores que vinham do Velho Continente para o Brasil. Sem dúvida, sob a inspiração da Revolução Russa, criou-se no Brasil o Partido Comunista do Brasil. Até hoje temos a digital impressa nas mais importantes lutas do povo brasileiro.

Deixo os meus parabéns a toda a militância aguerrida do PCdoB, ao seu Presidente, nosso companheiro Renato Rebelo.



Desejo-lhe muito mais anos de vida, para que, cada vez com mais empenho, propicie ao povo brasileiro conquistas, efetivas mudanças.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste Grande Expediente eu falarei sobre o mês da mulher. Em grande sessão solene do Congresso Nacional, no dia 9 de março, no plenário do Senado Federal, foi comemorado o Dia Internacional da Mulher. Estiveram presentes ao evento a Ministra Dilma Rousseff; o Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney; o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer - grande aliado das lutas das mulheres; a Ministra Nilcéa Freire, que, com mestria, vem dirigindo a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que neste momento constitui um novo ordenamento de políticas públicas para as mulheres no Brasil.

Objetivamente, foi um grande momento, que se vem refletindo na aprovação de legislação atinente aos direitos de 52% da população brasileira. No entanto, no Plenário desta Casa, essa população é sub-representada.

Neste momento, em que o mês de março está prestes a se encerrar, não poderia deixar, da tribuna da minha Casa, da Câmara dos Deputados, de falar sobre os 100 anos do 8 de Março.

Clara Zetkin, socialista alemã, propôs uma resolução para instaurar oficialmente o Dia Internacional da Mulher, que foi firmado em 1910, durante a 2ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, realizada em Copenhague, na Dinamarca. A data seguiu sendo celebrada em momentos diferentes, de acordo com o calendário de lutas de cada país. Em 1914, ele foi comemorado pela primeira vez em 8 de março, na Alemanha, terra de Clara Zetkin. A partir de 1922, a celebração internacional passou a ocorrer oficialmente no dia 8.

Historicamente, tem-se vinculado a data de 8 de março a uma homenagem às 129 operárias de uma indústria têxtil em Nova York que lutavam pela diminuição da jornada de trabalho de 16 horas diárias para 12 horas diárias. Essas mulheres foram confinadas na fábrica, e o dono do estabelecimento, tomado de ira irresistível, pôs fogo na fábrica, incinerando as 129 mulheres - 15 delas estavam grávidas.



Essa tragédia, que ocorreu em meados do século XIX, em 1857, foi considerada, por meio da proposta de Clara Zetkin, como símbolo da luta pela igualdade de direitos, como símbolo da luta das mulheres pela igualdade aos homens. De fato, somos diferentes, mas, fundamentalmente, somos iguais. Essa data, na verdade, é o símbolo, é a síntese. Hoje nos dão flores, mas essa simbologia refere-se a uma tragédia que acompanha as mulheres do mundo inteiro, desde a consideração da circunstância de que gerar os homens e as mulheres que perpetuam a espécie nos coloca num patamar inferior, do ponto de vista da arrecadação da riqueza. Nesse sentido, a opressão às mulheres, na história da sociedade humana, é a mais antiga forma de exploração e de estabelecimento de diferenças de que temos notícia.

As pinturas rupestres nos dão conta de que, na velha comuna primitiva, na primeira forma de organização humana, homens e mulheres eram iguais. Nas tribos, todos trabalhavam, uns para os outros. Os filhos eram fruto de relações poligâmicas. O homem, coletor e caçador, trazia a caça, os peixes, a lenha e iniciava a produção das ferramentas. As mulheres administravam a tribo, o clã, inventaram a agricultura, criavam a prole de toda a tribo.

A roda da história foi girando para frente, e o homem, com seu espírito competitivo, passou a observar quem arrecadava mais, quem arrecadava menos. A partir daí, cria-se o sentimento da propriedade privada e a necessidade de gerar filhos consanguíneos, não por uma questão de, naquela época - há milênios -, consciência de família monogâmica, mas de garantia da herança patriarcal, da herança privada do que era arrecadado pelo homem. Assim, surge a família monogâmica, atrás da cerca da propriedade privada. A mulher, dentro da cerca, como propriedade.

Essa é a origem da opressão, segundo historiadores, arqueólogos, segundo aqueles que analisam a historicidade das diferenças de gênero. Somos iguais, apesar de diferentes.

A sociedade humana vem se especializando. Cito a História Antiga, a escravidão. A Velha Grécia oferece grandes ensinamentos, como o da democracia. Mas, na democracia grega, mulheres não votavam, nem a plebe rude, nem escravos. A



escrava era escrava do seu senhor e também do seu escravo. Chico Buarque nos diz: "Mirem-se no exemplo das mulheres de Atenas. Esperavam seus guerreiros, serenas". É dessa época que surge o dito popular segundo o qual atrás de um grande homem - não ao lado - há sempre uma grande mulher. Por que era proibido às mulheres estar ao lado deles? Não tinham direito a voz e voto, em uma sociedade que avançava para descobertas na astronomia, na arquitetura, na física. As mulheres não registradas na história utilizavam-se da sapiência dos ardis. A História Antiga nos deixa esse legado de análise da necessidade de estarmos ao lado, não atrás.

A Idade Média foi brutal, foi um obscurantismo para toda a sociedade humana organizada à época. É desse período que vêm o chador e a burca, que ainda prevalecem em algumas sociedades fundamentalistas, que, lamentavelmente, ocultam direitos e rostos de mulheres.

Nessa época, as mulheres foram extremamente perseguidas. Como nesse período o clero se confundia com o Estado, as mulheres eram impedidas de qualquer participação. Aliás, grandes teóricos e teólogos diziam que as meninas se desenvolviam mais rápido do que os meninos porque eram como ervas daninhas.

Na colonização brasileira, as mulheres eram associadas, com base em São Tomás de Aquino, ao imbecilitus sexus. Elas, bem como crianças e indígenas, eram consideradas como integrantes de categoria inferior.

A Idade Média foi extremamente obscurantista, e é dessa época que vêm os contos infantis, que contamos tão suavemente para as nossas meninas - sou mãe de uma menina, hoje com 22 anos. Todas nós contamos os contos. Qual é a lição? É a lição medieval de que a Branca de Neve precisou do príncipe antiveneno para tirá-la da circunstância da morte iminente constituída por outra mulher; de que a Bela Adormecida teve que acordar de um sono de 100 anos, junto com todo o reino, após o beijo do príncipe despertador, que lhe retirou a maldição que outra mulher lhe colocou; de que a Rapunzel precisou do príncipe alpinista, para tirá-la da clausura em que outras mulheres a confinaram; e de que a Cinderela precisou do príncipe ortopedista, que precisou achar o sapato que



coubesse no pé dela. É sempre a mão redentora do príncipe, do homem, para redimir a mulher de toda a infelicidade.

O Sr. Fernando Chiarelli - V.Exa. me concede um aparte, Deputada.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Concederei a V.Exa. o aparte só após o fim desta parte dos contos.

De acordo com o nosso ponto de vista, temos de mudar o fim dos contos; temos de dizer que a princesa e o príncipe correram atrás da bruxa, expurgando a maldição e a atitude absolutamente indevida em relação a atos éticos e bondosos, para que a mulher tenha a chave da casa, a garantia da igualdade e para que nós não reproduzamos esse sentimento de inferioridade, inclusive com a sutileza de contos infantis.

Ouçó o meu querido colega Deputado Fernando Chiarelli.

O Sr. Fernando Chiarelli - Em primeiro lugar, quero parabenizar V.Exa., vamos dizer assim, a senhora, por essa manifestação, que deveria ser reproduzida nas salas de aula de todo o Brasil. V.Exa. se referiu às mulheres de Atenas, e me vieram à cabeça as mulheres de Esparta, por sinal um prefácio de uma obra de Rousseau. Quando os filhos das mulheres de Esparta foram para a guerra, um mensageiro veio trazer a mensagem do resultado da batalha. E ela perguntou ao mensageiro: "E aí?" Ele disse: "Você perdeu os seus 5 filhos". Ela falou: "Não foi isso que lhe perguntei. Perguntei a você se nós vencemos". Ou seja, a mulher é, acima de tudo, quem traz o caráter, a fibra, a noção de honra a um homem. Se ele é um homem de fibra, de honra, pode ter certeza de que foi educado por uma grande mulher. É por isso que, nas sociedades decadentes, querem, acima de tudo, destruir a honra e a moral da mulher. Muito obrigado.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Muito obrigada, Deputado. Incorporo o aparte de V.Exa. ao meu pronunciamento.

Voltando à Idade Média, lembro que grandes mulheres, que também guerrearam, como na Idade Antiga, foram à fogueira, exorcizadas, classificadas de bruxas. Joana d'Arc não é uma mulher etérea, imaginária, mas uma mulher de carne e osso que ajudou o seu povo a vencer uma guerra, constituiu a perspectiva de exércitos enfrentarem as vicissitudes do rigor do clima, das tempestades. E, no



momento da divisão do poder, foi considerada herege, fato revisto hoje pela Igreja, porque Joana d'Arc figura também entre os seus mártires.

Nós, no Brasil, fomos colonizados já na Idade Moderna, mas com a ideologia da Idade Média. Neste País, só 250 anos depois tivemos escolas formais. Objetivamente, as mulheres só foram para as universidades em meados do século XVIII, ou melhor, foram para escolas superiores, na segunda fase do Império, porque universidades não tínhamos.

No Brasil, os portugueses, ao colonizarem este território, não trouxeram suas esposas. Vinham nos navios as degradadas. A primeira miscigenação se deu com as autóctones indígenas, não de maneira suave, como se relata no caso de Catarina Paraguaçu, mas com estupro. As negras compuseram a segunda fase da miscigenação, e este País foi o que mais lamentou, porque efetivamente lamenta até hoje ter sido a última nação do mundo a acabar com a escravidão negra.

Castro Alves disse-nos, como ensinamento fundamental, que preferia ver a nossa bandeira rota na batalha a servir a um povo de mortalha. E foi assim que a bandeira serviu a um povo de mortalha durante 3 séculos. Sem dúvida, isso impactou especialmente as mulheres. O Brasil foi colonizado sob a égide da Idade Média, do pensamento medieval. A propósito, a serva, antes de ir ao leito nupcial com o seu marido, passava pelo leito do senhor feudal, e o sangue virginal era mostrado num lençol ao alto da torre. É isso que as mulheres trazem na pele.

Então, no 8 de Março, quando as mulheres, quando as mães e as esposas são lembradas, aplaudimos e recebemos a homenagem, mas estamos aqui a lembrar a forma violenta com que essa diferença se estabeleceu na história da humanidade.

No Brasil, houve a Proclamação da República, e as mulheres não tiveram direito a votar. De 1889 a 1932, amargamos cidadania de segunda categoria numa república. Quando foi permitido às mulheres o voto, em 1932, Deputado Fernando Marroni, ele ainda era facultativo. Ou seja, era facultado às oligarquias rurais indicar se suas esposas e filhas votariam e em quem votariam.



Em certa medida, até hoje, em bolsões de pobreza e ignorância, isso ainda prevalece. Nós, quando levantamos teses das mulheres, não estamos defendendo a guerra dos sexos. Nós defendemos a ideia de que homens e mulheres devem ter igualdade de oportunidades com respeito às diferenças naturais.

Somos mães das mulheres e mães da outra metade da humanidade, que são os senhores homens.

Neste País, de dimensões continentais, as mulheres representam 52% do eleitorado, são a maior parte dos aprovados em concurso público, são a maior parte dos professores universitários, ocupam cada vez mais cargos na carreira jurídica, nos Tribunais Superiores, nos Tribunais de Justiça. Agora, neste Poder, que emana do povo - aqui ninguém foi nomeado, todos foram eleitos -, dos 513 Deputados, apenas 45 são mulheres. Não é justo.

Estamos em ano eleitoral. Muito nos alegra que 2 mulheres tenham sido apresentadas como pré-candidatas à Presidência da República: a Senadora Marina Silva e a nossa Ministra Dilma Rousseff, com a qual me alinho, com extrema coincidência, no pensamento e na ação. A propósito, no dia 8, o meu partido a apoiará de forma absolutamente explícita.

Neste momento, nós mulheres precisamos olhar para essa realidade, porque, enquanto não ocuparmos os espaços de maneira solidária e companheira com os homens, teremos muito pouca voz diante da realidade social do Brasil.

O Sr. Fernando Marroni - V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. ALICE PORTUGAL - Pois não, Deputado Fernando Marroni, meu colega.

O Sr. Fernando Marroni - Minha companheira de longa data, das lutas da FASUBRA, a sua manifestação neste plenário, a sua trajetória política, as suas lutas são o testemunho vivo do valor das mulheres do nosso País, das lutadoras sociais do nosso País. Eu gostaria de me congratular com V.Exa. pelo discurso, parabenizá-la por essa brilhante intervenção que faz no plenário da Câmara. Tenho certeza, companheira Deputada Alice Portugal, de que as mulheres vão fazer diferença nas próximas eleições e para o futuro do nosso País.



A SRA. ALICE PORTUGAL - Agradeço ao Deputado Fernando Marroni a intervenção, sempre solidário à luta das mulheres no movimento sindical, à luta social neste Parlamento empreendida pelas mulheres.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já falei da Ministra Dilma. Espero que tenha êxito, a partir dessa pré-candidatura posta. Seremos mais visíveis, seremos mais objetivamente vistas como seres políticos e não como cidadãs de segunda categoria na sociedade brasileira.

Falo agora de Carlota Pereira de Queiroz, a quem presto homenagem. No dia 3 de maio de 1933, essa médica paulista foi a primeira mulher a votar e a ser eleita Deputada Federal. Ela participou dos trabalhos da Assembleia Constituinte que elaborou a Constituição de 1934.

No Senado Federal, a primeira mulher a ocupar uma cadeira foi Eunice Michiles, do Amazonas, em 1979. À época, eu, já militante, com razoável experiência na universidade, observava a Senadora do PDS, opositora, mas uma mulher no plenário desta Casa. Suplente, ela assumiu o posto com a morte do titular, o Senador João Bosco de Lima. As primeiras mulheres eleitas Senadoras em 1990 foram Júnia Marise, de Minas Gerais, e Marluce Pinto, de Roraima.

Temos hoje no Brasil uma legislação que vige, e não é cumprida ao pé da letra. O Brasil, num ranking de 182 países, está em 107º lugar quanto à participação de mulheres em cargos eletivos e ao seu poder político.

Nós, na América Latina e no Caribe - tenho representado o Brasil em fóruns internacionais -, estamos à frente apenas da Colômbia, que é um país conservador e dividido; do Haiti, que recentemente atravessou uma guerra civil e ainda enfrenta a tragédia decorrente de forte terremoto, sentida por todos nós; e de Belize, um pequeno país no Caribe.

O Brasil, portanto, está atrás da Argentina, que tem 40% de mulheres no Parlamento; está atrás do Paraguai; do Panamá, que tem 50%; do Uruguai; está atrás de repúblicas africanas, está atrás da Namíbia, de Moçambique - recebemos uma comitiva de mulheres proveniente desse último país, cujo Parlamento tem 50% de mulheres.



A Espanha, por decisão do Congresso Nacional, também a partir de listas fechadas, garantiu a paridade entre homens e mulheres no Parlamento - 50% de mulheres e 50% de homens. E isso não é o fim dos mundos, porque as mulheres estão nos partidos. Elas não podem servir apenas para pôr flores nas convenções, redigir com caligrafia perfeita as atas, estar na linha de frente dos comícios com as bandeiras e as palavras de ordem. Queremos também o protagonismo político nos partidos.

A lei das cotas de 30% no Brasil não é cumprida. Os partidos mandam apenas um ofício para os Tribunais Eleitorais. Nos outros países a que me referi, o partido que não cumprir a determinação perde o registro, não inscreve a lista, porque está alijando uma parte da sociedade. Como disseram os companheiros que me apartearam, não haverá uma sociedade emancipada se metade dela estiver alijada do processo decisório e do comando político.

A nossa expectativa relaciona-se ao que aqui votamos este ano, porque já houve avanços. Agradeço aos companheiros de todos os partidos a solidariedade no que diz respeito a esses avanços.

Sou coordenadora da bancada feminina nesta Casa, posto que muito me honra, por meio do qual represento as 45 Deputadas. No ano passado, na finalização daquela pequena reforma eleitoral - foi uma minirreforma -, se alguém saiu ganhando, foram as mulheres brasileiras. Hoje, 5% do fundo partidário terá que ser aplicado efetivamente na formação política de mulheres. E vamos fiscalizar. Dez por cento do tempo de propaganda integral dos partidos terá que ser garantido para figura e texto femininos. E nós também vamos fiscalizar. O melhor: no caso da lei das cotas, apesar de não termos conseguido o estabelecimento de sanções em caso de descumprimento, conseguimos que se mude o verbo. Antes a lei dizia que os partidos reservarão 30%. Agora a lei diz que os partidos preencherão os 30%. De maneira peremptória e afirmativa, vamos exigir que haja o preenchimento. Não é o ideal, obviamente não é, mas representa algo.

Apesar de as mulheres serem maioria, ainda recebem salários correspondentes a 37% da massa salarial dos homens. Em se tratando de mulheres negras, são 10% a menos. Uma cortadora de cana no Interior Paulista, ou no Agreste



Pernambucano, ou no Recôncavo Baiano, ganha de diária a metade da de um homem que realiza igual tarefa, porque a maternidade lhe é descontada por antecipação.

Obviamente, as mulheres têm também grande dificuldade com a dupla jornada. A educação é diferenciada para meninos e meninas. Esse é um grande desafio de homens e mulheres. O menino e a menina devem varrer a casa; o menino e a menina devem lavar os pratos. Essa educação ainda não é massificada no Brasil. No Nordeste, de onde venho, a brincadeira ainda é muito grande. Há brincadeiras que precisam ser refutadas: "Prenda sua cabrita, que meu cabrito está solto". Responsabilidade na educação tem que ser igual para meninos e meninas. Isso vale também para a questão do corpo, da educação sexual. É preciso combater a erotização precoce das crianças, o uso abusivo do corpo da mulher na mídia, descaracterizando, despersonalizando a mulher na sociedade brasileira.

Tudo isso precisa ser tratado sem traços de moralismo barato, mas com a garantia da identificação de uma personalidade de cidadania livre e ativa, exatamente o que queremos para nossas filhas e nossos filhos.

A luta emancipacionista é atual. A mulher merece flores, e agradece. Merece muito mais do que flores, merece, nos 100 anos do 8 de Março, direitos. Merece, nesses 100 anos do 8 de Março - eu me emociono - a garantia de que meninas como Eloá...

O SR. MENDONÇA PRADO - V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. ALICE PORTUGAL - Permitirei. Antes, porém, quero falar de Eloá, que me emocionou: menina de 16 anos, no Interior Paulista, foi arrebatada por seu namorado, que se fez seu dono e a sequestrou e matou.

Falo também da cabeleireira mineira que, mesmo tendo pedido socorro com antecedência, foi morta dentro do seu local de trabalho pelo ex-marido.

Quero mencionar ainda 3 mulheres baianas. Uma delas casou-se com um servidor público, um policial civil. Obviamente desmerecendo esse título, ele mata a sua esposa na frente da sua filha e da filha dela.

A realidade me emociona. Apesar dos avanços, a violência ainda está aí.

Concedo o aparte a V.Exa., Deputado.



O Sr. Mendonça Prado - Reconheço que apartear V.Exa. significa interromper um dos discursos mais belos já proferidos da tribuna desta Casa. Espero que a inteligência e a eloquência de V.Exa. sirvam para estimular a participação do gênero feminino na vida pública, na disputa de cargos eletivos e a ocupação de outros cargos tão importantes quanto os de Deputado e Senador da República. Parabéns a V.Exa. O povo baiano deve estar honrado, feliz e orgulhoso de ver a participação de V.Exa. hoje na tribuna desta Casa. Tenho certeza de que o Brasil inteiro aplaude o seu pronunciamento, demonstrando que o gênero feminino tem importante participação na vida pública do nosso País.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Muito obrigada.

Na verdade, eu é que espero estar honrando a nossa gente. Cada vez mais, temos que fazer da política uma ferramenta de transformação, um mecanismo de mudança pela persuasão, não pela força ou pela corrupção. É nisso que acreditamos, nesse processo democrático, em que homens e mulheres, juntos, construam uma sociedade solidária, em que haja mais igualdade, em que todos possam, de acordo com a sua capacidade e a necessidade da sociedade, constituir um progresso objetivo, tanto individual como coletivo.

Nesse sentido é que a luta emancipacionista, eu dizia, é atual. A luta emancipacionista não é a guerra dos sexos. Quando queremos, por exemplo, aprovar a PEC nº 590, de 2006, da Deputada Luiza Erundina - ícone da luta feminista, da presença da mulher, uma senhora já, mas jovem na sua atitude política -, é porque, desde a Proclamação da República, nenhuma mulher integrou como titular a Mesa nesta Casa. Apenas 4 mulheres foram integrantes da Mesa, mas como suplentes.

Explicamos aos Líderes - é muito difícil aprovar isso, é impressionante a dificuldade - que, quando queremos indicar regras para diminuir as diferenças salariais, não queremos subverter a ordem da realidade empresarial, mas há de se fazer concessões. Quando queremos a licença-maternidade de 180 dias, conforme estabelece PEC nº 30, de 2007, da Deputada Angela Portela, é porque entendemos que vamos criar brasileiros e brasileiras, porém, saudáveis. Não vamos entregá-los a qualquer um em tenra idade, com 3 ou 4 meses, e depois



colocar câmeras para ver se as crianças estão sendo agredidas. Por isso mesmo, os padrões devem entender que a operária que ficar em casa com seu filho nos primeiros 6 meses de sua vida faltará menos ao trabalho, porque o filho adoecerá menos no curso da primeira infância.

Estamos a clamar por essa garantia, por essas 3 questões, já que a minirreforma eleitoral nos beneficiou.

Por último, quero agradecer a solidariedade. Apesar das dificuldades, temos recebido enorme solidariedade, como a que foi manifestada pelos que me apartearam.

Quero agradecer à Presidência da Casa. O Deputado Michel Temer tem sido honrado, tem cumprido sua palavra com a bancada feminina. Hoje ocupo um assento no Colégio de Líderes, algo que, sem dúvida, para as mulheres brasileiras, faz diferença.

Nesses 100 anos do 8 de Março, desejo às mulheres brasileiras saúde, coragem e absoluta determinação, para que, junto com os homens, construam um Brasil cada vez mais solidário, humano e livre.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Deputada Alice Portugal, eu me associo ao pronunciamento de V.Exa. e afirmo que essa luta que todos travamos em respeito à dignidade da mulher é também no sentido de que possamos superar a contradição ainda reinante entre o discurso e a prática. Alguns que dizem que defendem as políticas públicas para as mulheres são, em alguns momentos, violadores desse direito.

Manifesto minha solidariedade e meu apoio ao pronunciamento de V.Exa.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as comemorações do centenário do Dia Internacional da Mulher movimentaram a Câmara dos Deputados e o Senado Federal neste mês de março. Realizamos no plenário do Senado sessão solene



do Congresso Nacional, na qual comemoramos essa data tão cara para as mulheres de todo o mundo.

O Dia Internacional da Mulher foi oficializado em 1910, durante a II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, realizada em Copenhague, na Dinamarca, quando Clara Zetkin propôs uma resolução para instaurar oficialmente um dia internacional das mulheres.

A data seguiu sendo celebrada em dias diferentes, de acordo com o calendário de lutas de cada país. Em 1914, ele foi comemorado pela primeira vez em 8 de março, na Alemanha. A partir de 1922, a celebração internacional passou a ocorrer nesse dia.

Historicamente, tem-se vinculado o 8 de Março a uma homenagem às 129 operárias que morreram queimadas durante manifestação por melhores condições de trabalho. Naquele 8 de março de 1857, patrões e policiais colocaram fogo na fábrica têxtil onde as mulheres estavam trancadas, após protestarem contra a jornada de trabalho de 16 horas e por melhores salários.

Muita coisa mudou desde então, mas ainda há muito por fazer.

Desde a Revolução Industrial, mulheres vinham ocupando postos em fábricas, além de exercerem as profissões tipicamente femininas, como enfermagem e serviços domésticos. Os salários, entretanto, tinham diferenças brutais. As primeiras articulações de um movimento feminista pela igualdade de direitos começaram logo após a Revolução Francesa. Os principais objetivos eram o direito ao voto e à educação.

No Brasil, até 1879, as mulheres eram proibidas de frequentar cursos de nível superior e, durante boa parte do século XIX, só poderiam ter educação fundamental. Mesmo com a legislação que permitia a instrução feminina, as mulheres tinham o acesso dificultado. Somente no Código Eleitoral Provisório, de 24 de fevereiro de 1932, as mulheres brasileiras passaram a ter direito de voto. Mesmo assim, sua participação na política continuou sendo tolhida, como de resto em todos os setores da vida política e econômica do País.

Em 3 de maio de 1933, a médica paulista Carlota Pereira de Queiroz foi a primeira mulher a votar e a ser eleita Deputada Federal. Ela participou dos trabalhos da



Assembleia Nacional Constituinte da época. No Senado Federal, a primeira mulher a ocupar um lugar foi Eunice Michiles, do PDS do Amazonas, em 1979. Suplente, ela assumiu o posto com a morte do titular do cargo, o Senador João Bosco de Lima. As primeiras mulheres eleitas Senadoras em 1990 foram Júnia Marise, do PRN de Minas Gerais, e Marluce Pinto, do PTB de Roraima.

Em 1994, Roseana Sarney, pelo então PFL, foi a primeira mulher a ser eleita Governadora, no Maranhão. Em 1996, o Congresso Nacional instituiu o sistema de cotas na Legislação Eleitoral. Obrigava os partidos a inscreverem, no mínimo, 20% de mulheres nas chapas proporcionais. No ano seguinte, o sistema foi revisado, e o mínimo passou a ser de 30%.

De lá para cá muita coisa mudou, mas muito ainda precisa ser mudado no Brasil e no mundo.

Em nosso País, as mulheres ocupam 8,9% das cadeiras da Câmara dos Deputados e 12,3% das cadeiras do Senado Federal. Nas Assembleias Legislativas as mulheres ocupam 11,9% das cadeiras, e nas Câmaras Municipais esse percentual sobe para 12,5%. Por essa razão, ostentamos vergonhosamente a 142ª posição no ranking que mede a participação feminina no Poder Legislativo de 187 países.

A despeito desses números, pesquisa realizada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres revela que 94% dos brasileiros afirmam que votariam em mulheres, 83% afirmam que a presença de mulheres melhora a política e 75% são favoráveis a uma política de cotas para as mulheres.

Para o processo eleitoral que se avizinha, a principal tarefa das mulheres é eleger mais mulheres, aproveitando inclusive os avanços que conquistamos na minirreforma eleitoral aprovada em 2009. Na nova legislação, cada partido ou coligação deverá preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% de candidaturas de cada sexo. Antes a lei dizia que cada partido ou coligação deveria reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% para cada sexo.

Na Lei dos Partidos Políticos também conseguimos estabelecer avanços para assegurar a ampliação da participação feminina na vida partidária.



Outra conquista obtida pela bancada feminina da Câmara dos Deputados foi a participação da representação da bancada em todas as reuniões do Colégio de Líderes, o que nos tem permitido batalhar para incluir nas pautas de votações proposições de interesse da mulher. Ainda agora conseguimos incluir na pauta da Câmara dos Deputados a PEC nº 30, de 2007, da Deputada Angela Portela, que amplia para 180 dias a licença-gestante.

Nesta semana está na pauta a PEC nº 590, de 2006, da Deputada Luiza Erundina, que garante a representação proporcional de cada sexo na composição das Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado e de cada Comissão, assegurando ao menos 1 vaga para cada sexo.

Ainda temos o compromisso de diversos Líderes partidários de assegurar que o PL nº 6.653, de 2009, elaborado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e encampado pela bancada feminina, tenha sua tramitação modificada para o regime de urgência. Trata-se de um projeto que visa proteger a mulher no mercado de trabalho e determina que o Estado e as empresas criem ações de incentivo à igualdade de oportunidades entre mulheres e homens no trabalho e de prevenção a abusos como assédio sexual e moral.

Porém, enquanto lutamos para conquistar avanços na legislação brasileira, na esfera do Judiciário temos enfrentado percalços, como recente decisão do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual "a ação penal pública a respeito da violência doméstica tem natureza condicionada, ou seja, em caso de agressão leve, a ação penal contra o agressor proposta pelo Ministério Público não pode ter continuidade independentemente da vontade da vítima".

Nosso desafio em 2010 é, no âmbito do Congresso Nacional, atuar de forma incisiva para conquistar mudanças legislativas que contribuam para a redução das desigualdades entre mulheres e homens e, no plano político mais geral, desencadear um vigoroso movimento nacional para incentivar a participação das mulheres nas eleições deste ano e ampliar a presença feminina no Congresso Nacional, pois só assim conseguiremos implementar as mudanças necessárias na legislação brasileira, e que na maioria das vezes nos são negadas para que nada mude na política.

